

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
URBANO - DOUTORADO

A TRANSFERÊNCIA DA CIDADE PORTUGUESA PARA O
BRASIL – 1532-1640

RECIFE, FEVEREIRO DE 2009

ANDRÉ LEMOINE NEVES

**A TRANSFERÊNCIA DA CIDADE PORTUGUESA PARA O
BRASIL – 1532-1640**

RECIFE, FEVEREIRO DE 2009

Neves, André Lemoine

A transferência da cidade portuguesa para o Brasil - 1532-1640 / André Lemoine Neves. – Recife: O Autor, 2009.

353 folhas: il., fig., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2009.

Inclui bibliografia e apêndices.

**1. Desenvolvimento urbano. 2. Sociologia urbana.
3. Planejamento urbano. 4. Morfologia urbana. I.
Título.**

**711.4
711.4**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
CAC2009-
50**



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Tese em Desenvolvimento Urbano do doutorando **ANDRÉ LEMOINE NEVES**.

Às 9.00 horas do dia 28 de novembro de 2008 reuniu-se na Sala de Aula do Programa, a Comissão Examinadora de tese, aprovada pelo colegiado do programa em 31/10/2008, composta pelos seguintes professores: Tomás de Albuquerque Lapa (presidente), Edja Bezerra Faria Trigueiro (examinadora externa), Maria Angélica da Silva (examinadora externa), Marcio Moraes Valença (examinador externo) e Virginia Pontual (examinadora interna) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "PARA ONDE VOU LEVO TUDO QUE SEI E SOU? - A Transferência da Cidade Portuguesa para o Brasil 1532 - 1640", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Tomás de Albuquerque Lapa, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o trabalho do candidato ao grau de doutor foi considerado em exigência. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 28 de novembro de 2008.

- Indicação da Banca para publicação ()

Tomás Lapa

Professor Tomás de Albuquerque Lapa
Presidente

Maria Angélica da Silva

Professora Maria Angélica da Silva
Examinadora Externa/ Programa de
Pós Graduação em Arquitetura e
Urbanismo/UFAL

Edja Bezerra Faria Trigueiro

Professora Edja Bezerra Faria Trigueiro
Examinadora Externa/Programa de Pós Graduação
em Arquitetura e Urbanismo da UFRN

Marcio Moraes Valença

Professor Marcio Moraes Valença
Examinador Externo/Programa de Pós
em Arquitetura e Urbanismo da UFRN

Virginia Pontual

Virginia Pontual
Examinadora Interna/MDU

Rebeca Júlia Melo Tavares

Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretaria do MDU

André Lemoine Neves

André Lemoine Neves
Candidato



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

TRECHO DA 4ª REUNIÃO DO ANO DE 2009 DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO, REALIZADA EM 22/04/2009.

...Foram homologados pelo Colegiado os pareceres favoráveis de aprovação da tese do doutorando ANDRÉ LEMOINE NEVES, intitulada PARA ONDE VOU LEVO TUDO QUE SEI E SOU?: A Transferência da Cidade Portuguesa para o Brasil 1532 – 1640, emitidos pelos Profs Edja Trigueiro/Examinador Externo/UFRN e Tomás de Albuquerque Lapa/Examinador Interno, uma vez que o doutorando cumpriu as exigências da Banca Examinadora em 28.11.2008. E nada mais havendo a tratar eu, Rebeca Júlia Melo Tavares, copiei do original. Recife, 23 de abril de 2009. 

Visto



Prof. Fernando Diniz Moreira
Vice - Coordenador do Programa
SIAPE - 1149557

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

A TRANSFERÊNCIA DA CIDADE PORTUGUESA PARA O BRASIL – 1532-1640

ANDRÉ LEMOINE NEVES

BANCA EXAMINADORA:

Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador interno e presidente da Banca)

Virgínia Pitta Pontual (Examinadora interna)

Edja Bezerra Faria Trigueiro (Examinadora externa – UFRN)

Maria Angélica da Silva (Examinadora externa – UFAL)

Márcio Moraes Valença (Examinador externo – UFRN)

RECIFE, FEVEREIRO DE 2009

À minha esposa Juliana e ao meu filho Ângelo, sempre!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à minha esposa Juliana Kelle de Andrade Lemoine Neves, por toda força, paciência e incentivo.

Ao meu filho Ângelo de Andrade Lima Lemoine, por todo o tempo que não pude estar com ele.

Aos professores do MDU Tomás de Albuquerque Lapa e Virgínia Pitta Pontual. À professora da UFAL/CT/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maria Angélica da Silva e aos professores da UFRN/CT/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Edja Bezerra Faria Trigueiro e Márcio Moraes Valença.

Aos sempre importantes funcionários do MDU: Rebeca Júlia Melo Tavares, Ana Catarina Mascaro Grosso, Jonas Gonçalves de Souza e José Arneiro Martins.

Ao meu Amigo Artur Gilberto Garcéa de Lacerda Rocha, por sua incomensurável ajuda com o Microsoft Excel®.

À professora Teresa Valsassina Heitor, do Instituto Superior Técnico de Lisboa, por suas importantes indicações.

Ao Senhor Augusto Ferreira da Livraria Minho de Braga, pelo livro útil e inesperado.

À Fundação Calouste Gulbenkian, em especial a Sra. Ana Barata, pelo texto basilar de Mário Chicó.

À Fundação Mário Soares, em especial a Sra. Adelaide Condeço e ao Sr. Carlos Barroso, pela sempre utilíssima obra de Mário Chicó.

A Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Mário Tavares Chicó (1905-1966) por terem “iniciado” tudo isto.

A todos aqueles que estudaram e estudam a cidade portuguesa em qualquer lugar e em qualquer época.

Ao povo português.

Whereas states tend toward revolution and radical transformation, cities tend toward tenacious endurance and evolution.

James E. Vance, Jr.¹ (1990, p. 23)

¹ “Enquanto os Estados tendem à revolução e à transformação radical, as Cidades tendem à tenaz durabilidade e à evolução”, tradução livre do autor – como todos os demais textos traduzidos da tese.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de urbanização do Brasil colônia entre 1532 e 1640, verificando se tais processos foram o resultado da transferência de um “saber-fazer” desenvolvido ao longo da Idade Média em Portugal e, devidamente adaptado às condições da nova colônia ou se foram resultados de procedimentos inéditos de urbanização, derivados de conhecimentos teóricos definidos, em grande parte, a partir das teorias renascentistas sobre a cidade, sua forma e funcionamento. Os resultados obtidos apontam para uma transferência dos modelos da cidade portuguesa para o território hoje brasileiro segundo conhecimentos vernaculares acumulados ao longo de séculos e não para a existência de um modelo específico desenvolvido para a nova colônia portuguesa e baseado nos tratados contemporâneos ao recorte temporal da pesquisa. Para seu desenvolvimento, a pesquisa se valeu de conhecimentos históricos, morfológicos e da Lógica Social do Espaço para verificar as relações entre as formas e modos de funcionamento das cidades portuguesas e daquelas desenvolvidas pelos portugueses no Brasil buscando suas semelhanças e diferenças, permanências e mutações no intuito de definir o “genótipo” da cidade existente no Brasil colônia que não possuía relações com modelos ideais nem na forma, nem no funcionamento.

Palavras-chave: História do Urbanismo, Morfologia Urbana, Urbanismo Português, Urbanismo Colonial, Urbanização no Brasil, Lógica Social do Espaço.

Abstract

This research aims to analyse the process of urbanization of Colonial Brazil between 1532 and 1640, verifying if these process was a result of a know-how transference developed along Middle Age in Portugal, and well-adapted to the new colony conditions or was a result of never seen procedures of urbanization, derived form theoretical knowledge defined in great part by the Renaissance tractadists about city, its shape and performance. Results obtained point to a transference of the Portuguese city models to the territory currently known as Brazil by vernacular knowledge accumulated through centuries and not by an existence of a specific model developed to the new Portuguese colony and based in contemporary renaissance treatises. To its development, this research used knowledge of History, Urban Morphology and Social Logic of Space to verify the relationship between the shapes and ways of the Portuguese city performance and the cities developed by Portuguese in Brazil, searching for their similarities and differences, permanences and mutations, trying to define the “genotype” of Colonial Brazil cities, which have no relations with ideal models neither in shape nor in performance.

Keywords: Urbanism History, Urban Morphology, Portuguese Urbanism, Colonial Urbanism, Urbanization in Brazil, Social Logic of Space.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

- Fig. 1.1 : Vista da cidade de Évora, retirada da capa do foral manuelino da cidade, datado de 1501. Fonte: Câmara Municipal de Évora, 2007.....50
- Fig. 1.2: A cidade de Braga, antiga *Bracara Augusta*. Em tracejado, a cerca romana; em preto, a cerca medieval, ocupando, em torno de um quarto da cidade romana e se expandindo para fora dela. Fonte: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, 2007.....52
- Fig. 1.3: O burgo (*borough*) de Nottingham (Inglaterra) em mapa de 1610, surgido a partir do castelo, abaixo à esquerda. Fonte: British Genealogy, 2007.....53
- Fig.1.4: Hereford, Inglaterra em mapa de 1757, elaborado por John Taylor. A cidade teria surgido a partir de uma aldeia comercial às margens do rio Wye. Fonte: <http://www.herefordwebpages.co.uk/herefor2.shtml>, 2007.....54
- Fig. 1.5: A planta da *bastide* de Monpazier, fundada em 1268 por Eduardo da Aquitânia. Fonte: Urbanisme medieval, 2007.....55
- Fig.1.6: A cidade alemã de Lübeck em mapa de 1806 (autor desconhecido), fundada em 1158 por Henrique o Leão, para colonizar as áreas próximas ao mar Báltico. Fonte: Wikipedia, 2008.....55

Capítulo 2

- Fig. 2.1: O mapa de Portugal com a localização das cidades utilizadas na pesquisa. Fonte: Wikipedia, 2008.....69
- Fig. 2.2: Trecho do mapa do Brasil com a localização das cidades utilizadas na pesquisa. A linha em vermelho indica a localização aproximada do meridiano de Tordesilhas (1494). Fonte: Wikipedia, 2008.....70
- Fig. 2.3: *A cidade Philipea*, detalhe de *Capitania da Paraíba (...) 1609* de Diogo de Campos Moreno. Fonte: Reis, 2000.....71
- Fig. 2.4: Estudos realizados por Reis (2004) levaram à determinação da área urbanizada da vila de São Paulo de Piratininga no início do século XVII. Utilizando-se da chamada *Planta da Restauração da Capitania (ca. 1765-1774)* e auxiliado pelas atas da câmara, o autor definiu as ruas existentes no período desta pesquisa. Tal estudo pareceu ser válido para a análise efetuada mais adiante. Fonte: Reis, 2004.....72

- Fig. 2.5.: À esquerda, planta atual de um trecho do sítio histórico de Olinda e à direita, trecho da planta Civitas Olinda, publicada no livro de Barlaeus (1645), as quadras são praticamente as mesmas, sendo possível utilizar a planta do século XVII para a elaboração do mapa axial (Fonte: FIDEM, 2005; Reis, 2000).....73
- Fig. 2.6: A planta da cidade de Braga no final do século XV/início do século XVI – a cidade é totalmente cercada por muralhas, mas existem estradas que, partindo das portas, levam a outras cidades e/ou determinados elementos que se configurarão, mais tarde como pólos de crescimento, no caso, igrejas extramuros; nesse caso, os limites adotados para a análise foram: até onde as estradas alcançam no desenho e até onde estas alcançam tais igrejas. Salientando que as linhas em vermelho não são linhas axiais. Fonte: desenho do autor sobre planta de Teixeira e Valla (1999), 2008.....74
- Fig. 2.7: Planta de Évora na Idade Média, segundo o Atlas de cidades medievais portuguesas. Algumas quadras ou glebas não são polígonos fechados, logo, consideraram-se os espaços internos a esses polígonos abertos como espaços convexos passíveis de serem usados pela população. Fonte: Marques et al., 1990.....75
- Fig. 2.8: A planta de São Luís utilizada na análise, marcados pelos círculos em vermelho, os caminhos que simplesmente acabam no desenho e alguns limites naturais que definem o final de ruas e caminhos, como o rio Anil e a baía de São Marcos. Fonte: Reis, 2000.....75
- Fig. 2.9: A planta da cidade de Braga. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.....77
- Fig. 2.10: Planta de Évora na Idade Média. Fonte: Marques, et al., 1990.....77
- Fig.2.11: A planta de Lisboa no século XV. Fonte: Marques et al., 1990.....78
- Fig 2. 12: A [Planta do] *Traçado das muralhas de Lisboa* elaborada por Casanova em 1892, complementou a planta anterior na identificação de algumas portas e postigos das muralhas da cidade. Fonte: BN-PT, 2008.....78
- Fig. 2.13: A planta de Mértola. Fonte: Macías, 1996.....79
- Fig. 2.14: a planta de Monsaraz no século XIV. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.....79
- Fig. 2.15: Planta do sítio histórico de Óbidos. Fonte: Lamas, 1992.....80
- Fig.2.16: A planta de Viana do Castelo. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.....81
- Fig. 2.17: A planta intitulada *Frederica Civitas*, de autoria de Jan van Brosterhuisen e publicada na obra de Barlaeus de 1647. Fonte: REIS, 2000.....82

Fig.2.18: <i>Olinda</i> c. 1630 de autoria não identificada, cujo original encontra-se no <i>Algemeen Rijksarchief</i> , Haia. Fonte: REIS, 2000.....	83
Fig. 2.19: Planta do Rio de Janeiro. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.....	84
Fig. 2.20: Planta de Salvador – início do século XVII. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.....	85
Fig. 2.21: Planta da cidade de São Luís intitulada <i>Maragnon in Zuid America van westen van Brasil</i> , de autoria de Johannes Vingboons c. 1640. Fonte:REIS, 2000.....	86
Fig.2.22: São Paulo no início do século XVII. Fonte: Reis, 2004.....	86
Fig. 2.23: Trecho da <i>Planta da Restauração da Capitania (ca. 1765-1774)</i> sobre a qual foi feito o mapa axial, com base dos limites da planta da Fig. 2.22. Fonte: Reis, 2004.....	87
Fig. 2.24: <i>Oppidum Schoppij</i> , planta da Vila de Nossa Senhora da Conceição de autoria atribuída a Frans Post e publicada em 1647 na obra de Barlaeus. Fonte: Barlaeus, 1980.....	88
Fig. 2.25: O modelo da cidade colonial romana. Fonte: Macaulay, 1989.....	89
Fig. 2.26: A <i>bastide</i> de Aigues Mortes. Fonte: Viollet-le-Duc, 1856.....	90
Fig. 2.27: O modelo da “cidade eiximeniana” proposto por Le Goff (2008). Desenho do autor, 2008.....	90
Fig. 2.28: Palmanova, fundada em 1593 numa representação do século XVII. S.n.t.....	91
Fig. 2.29: Planta de cidade de Mendoza, Argentina, datada de 1563. Fonte: Torres Balbás; Goitia, 1951.....	92

Capítulo 3

Fig. 3.1: Trecho da cidade de <i>Conimbriga</i> , no século II d. C., reconstituída por Jorge de Alarcão e equipe – no canto inferior esquerdo, as Termas de Trajano e na parte superior, próximo ao anfiteatro, o Fórum Flaviano. Fonte: Skyscrapercity, 2007.....	96
Fig. 3.2.: Vista aérea atual das ruínas de <i>Conimbriga</i> – à esquerda, as ruínas das Termas e, à direita, as ruínas do Fórum. Fonte: Museu Monográfico de <i>Conimbriga</i> , 2007.....	96
Fig. 3.3: Planta da cidade romana de Camulodunum, na Bretanha (Inglaterra), séculos II a IV. Fonte: www.camulos.com, 2008.....	98
Fig. 3.4: A planta da cidade de Colchester (hoje no Essex, Inglaterra) no século XVI, erguida sobre as ruínas da cidade romana de Camulodunum. Fonte: www.camulos.com, 2008.....	98
Fig. 3.5: A cidade como fortaleza para o oprimido, no salmo 23. Apesar de haver ênfase apenas para a muralha e a igreja no interior, é possível identificar elementos claros da cidade	

- romana, como a porta de entrada ladeada por duas torres e a forma poligonal da muralha. Fonte: Utrecht Bibliothek der Rijksuniversiteit, 2008.....100
- Fig. 3.6: A cidade como representação da morada de Deus, no salmo 47. Observa-se a estrutura poligonal da muralha e elementos da arquitetura romana. Fonte: Utrecht Bibliothek der Rijksuniversiteit, 2008.....100
- Fig. 3.7: A cidade como fonte do mal, no salmo 54. A cidade, precariamente representada pelas muralhas é o lugar onde “grassa a astúcia no seu meio, a iniquidade e a fraude não deixam suas praças [...]” (Bíblia Sagrada, 1996, p. 697) – são vista cenas de violência, usura e dano. Fonte: Utrecht Bibliothek der Rijksuniversiteit, 2008.....101
- Fig. 3.8: Jerusalém sitiada do *Codex Urgellensis* de Beatus de Liébana, c.786. Fonte: Museu Diocesà de la Seu d’Urgell, 2008.....102
- Fig. 3.9: Um anjo medindo a Nova Jerusalém com uma vara – em cada uma das doze portas, está um apóstolo e, ao centro, o Cordeiro, do Apocalipse do Beato Facundes (Castela, 1047). Fonte: Wikipedia, 2008.....102
- Fig. 3.10: A Jerusalém celestial do Apocalipse de Bamberg (c. 1000-1020) – outro modo de ver a cidade medida pelo anjo – as muralhas e ameias correspondem a uma realidade bem conhecida por todos à época. Fonte: Enciclopaedia Britannica on line, 2008.....103
- Fig.3.11 e 3.12 : Trechos do afresco de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348) existente na *Sala dei Nove* do *Palazzo Pubblico* de Siena: 3.7 – “Os efeitos do Bom Governo na Cidade...” e 3.8 – A “Alegoria do Mau Governo” (c. 1337-1340). As cidades bem geridas funcionam como uma verdadeira máquina onde todos participam e obtêm ganhos particulares e públicos, além, obviamente, das graças divinas. As cidades mal geridas são o palco da iniquidade e da dano. Fonte: R. Costa, 2003.....106
- Fig. 3.13: A planta de Siena em 1848. Dentro dos círculos em vermelho: 1 – Convento dominicano; 2 – Convento franciscano; 3 – Convento agostiniano envolvendo o tecido mais antigo da cidade na “estrutura triangular” sugerida por Le Goff (2008). Os números 4 e 5 são, respectivamente, a catedral e o *Palazzo Pubblico*. Fonte: Desenho do autor sobre original de Benevolo (1995), 2008.....108
- Fig. 3.14: Diagrama de relações da cidade de Siena: o círculo maior em vermelho delimita a influência da catedral sobre a cidade e o círculo maior em azul, o poder temporal. Os círculos menores delimitam a influência do controle das ordens religiosas, todas unidas entre si e com a catedral. Os círculos cheios em vermelho localizam a catedral e os conventos e o círculo cheio em azul, o *Palazzo Pubblico*, sede do poder civil. Fonte: Desenho do autor, 2008.....109

- Fig. 3.15: Uma das interpretações da “cidade eiximeniana” segundo Josep Puig i Cadafalch (1936). Fonte: www.escriptors.cat/autors/eiximenisf/pagina.php?id_sec=1415, 2007.....111
- Fig.3.16: A “cidade eiximeniana” segundo a interpretação de Le Goff (2008). A – catedral; B – convento franciscano; C – convento dominicano; D – convento carmelita; E – convento beneditino. Fonte: Desenho do autor, 2008.....111
- Fig. 3.17: Diagrama de relações da cidade eximeniana: o círculo maior em vermelho delimita a influência da catedral sobre a cidade, os círculos menores delimitam a influência do controle das ordens religiosas, todas unidas entre si e com a catedral. Não está definido o controle do poder civil sobre a população. Desenho do autor, 2008.....112
- Fig. 3.18: A *Città Ideale* de Piero della Francesca, c. 1470, Galleria Nazionale, Urbino, Itália. A precisão perspéctica da pintura apresenta um espaço urbano onde a regularidade e as proporções imperam, apesar de uma certa variedade nas soluções arquitetônicas. Fonte: Web Gallery of Art, 2007.....115
- Fig.3.19: O modelo de cidade ideal na versão do *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius publicado por Cesariano em 1521. Fonte: The Australian National University, 2007.....116
- Fig. 3.20: O modelo de cidade ideal na versão do *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius publicado por Barbaro em 1567. Fonte: USP, 2007.....116
- Fig. 3.21; A igreja da Misericórdia, de Mateus Fernandes e Diogo de Boitaca e o Hospital de Todos os Santos em gravura de Martins Baratas (século XVII). Fonte: Wikipedia, 2008.....118
- Fig. 3.22; Detalhe de uma gravura de Georg Braun e Franz Hogenberg (c. 1598), mostrando o largo do Rossio, no alto, à esquerda, o paço dos Estaus e, à direita da praça, a igreja da Misericórdia e o hospital de Todos os Santos. Fonte: Wikipedia, 2008.....118
- Fig. 3.23: A proposta para a defesa da cidade de Lisboa, segundo padrões renascentistas apresentada em 1571 na *Fábrica que falece...* Fonte: Holanda, 1984.....120
- Fig. 3.24: Detalhe de um dos baluartes de defesa de Lisboa propostos na *Fábrica que falece...* Fonte: Holanda, 1984.....120
- Fig. 3.25: A nova igreja de São Sebastião no Terreiro do Paço, Lisboa, proposta na *Fábrica que falece...*Fonte: Holanda, 1984.....121
- Fig. 3.26: O método de medição da altitude dos terrenos do *Tratado de Architectura* escrito por António Rodrigues em 1576. Fonte: BN-PT, 2008.....121

- Fig. 3.27: O manuscrito *Estudo de embadometria, estereometria e as ordens de arquitectura* de Filippo Terzi, escrito em 1578. À esquerda a capa e à direita duas páginas internas tratando da ordem jônica. Fonte: BN-PT, 2006.....122
- Fig. 3.28: Elementos de fortificação abaluartada relativos à configuração da coroa – Luís Serrão Pimentel, 1680. Fonte: BN-PT, 2008.....123
- Fig. 3.29: A ilha de Utopia em uma xilogravura de Ambrosius Holbein (1518). A representação esquemática da ilha e de suas cidades ainda obedece a padrões medievais. Fonte: Wikipedia, 2008.....125
- Fig. 3.30: Interpretação em computação gráfica da Cidade do Sol de Campanella. Fonte: Universitopia, 2008.....126
- Fig. 3.31: A planta de Sforzinda, cidade ideal projetada por Filarete para homenagear seu patrono Francesco Sforza. O caráter unitário do projeto e seu simbolismo geométrico visavam à glorificação do seu poderoso mecenas e ao próprio conhecimento superior do seu autor perante a sociedade da época. Fonte: Wikipedia, 2007.....126
- Fig. 3.32: *Pianta di Palmanova* (século XVII – Museo Correr de Veneza) onde é possível verificar todo o seu sistema defensivo, baseado nas teorias geométricas e piobalísticas desenvolvidas desde o final do século XV. Fonte: Wikipedia, 2007.....127
- Fig. 3.33: Vista aérea atual de Palmanova, onde é possível ver a estrutura urbana dentro dos padrões renascentistas, seu sistema de defesa abaluartado e as ampliações externas que não seguiram os princípios renascentistas. Fonte: Google Earth, 2007.....127
- Fig. 3.34: Trecho da planta de Lisboa de João Nunes Tinoco (c. 1656), onde se vê parte do Bairro Alto, cujo desenho é apenas uma quadrícula comum ao urbanismo regular medieval. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.....128
- Fig. 3.35: O Paço da Ribeira, destruído pelo terremoto de 1755, em desenho de Domingos Vieira Serrão (1892). Fonte: BN-PT, 2008.....129
- Fig. 3.36: Vista aérea de Almeida, próxima à fronteira com a Espanha. O sistema defensivo é do século XVI, mas a estrutura morfológica é a mesma do período medieval (século XIII). Fonte: Google Earth, 2007.....130
- Fig. 3.37: o plano de Buenos Aires, Argentina, 1580 (segunda fundação) em planta de 1785 – a simplicidade da “traça” em nada se parece com os modelos ideais do Renascimento. Fonte: Torres Balbás e Goitia, 1951.....131

Capítulo 4

- Fig. 4.1: Carta etnológica dos povos pré-romanos da Península Ibérica c.200 a.C.. Fonte: Campo Arqueológico de Tavira, 2004.....135
- Fig. 4.2: Castro de São Lourenço, próximo a Esposende. Fonte: Wikipédia, 2006.....140
- Fig. 4.3: Trecho da *Planta da Citânia de Briteiros*, elaborada por Álvaro de Castelões em 1892, a partir das escavações de Martins Sarmento iniciadas em 1875, localizada perto de Guimarães. Fonte: BN-PT, 2008.....140
- Fig. 4.4: Uma residência da Citânia de Briteiros, segundo reconstituição de Martins Sarmento (c. 1880). Fonte: Wikipédia, 2006.....141
- Fig.4.5: Vista geral da Cidade de Terroso, próxima a Póvoa de Varzim. Fonte: Wikipédia, 2006.....141
- Fig. 4.6: As províncias romanas da Hispânia e seus respectivos *Conventi Juridici*. Fonte: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007.....146
- Fig.4.7: A cidade romana de Thamugas fundada por Trajano no ano 100, depois chamada Thamugadi e Timgad, hoje na Argélia. Sua estrutura pode ser tomada como o modelo básico da cidade colonial romana. Fonte: Universitat Pompeu Fabra, 2007.....147
- Fig. 4.8: Planta de Serpa, com a cidade romana de *Sirpe* em destaque, identificável apesar das modificações estruturais ocorridas na Idade Média. Fonte: LAMAS, 1992.....148
- Fig. 4.9: Évora na Idade Média, em negro, a provável extensão da cidade romana de *Ebora Liberalitas Julia*. Fonte: Desenho do autor sobre original de Marques et al. (1990), 2007...149
- Fig.4.10: A planta arqueológica de Braga – em tracejado, o perímetro provável da muralha romana e, em linhas pretas grossas, as prováveis posições de alguns *cardi* e *decumani*. Fonte: Desenho hipotético do autor sobre mapa do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, 2007.....149
- Fig. 4.11: Vista hipotética da cidade de *Bracara Augusta*. Fonte: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2006.....150
- Fig. 4.12: Ruínas da cidade romana de *Ammaia*, próximas a São Salvador de Aramenha. Fonte: Wikipédia, 2007.....152
- Fig. 4.13: Ruínas da cidade romana de *Conimbriga*, destruída pelos suevos em 468. Fonte: Wikipédia, 2006.....152

- Fig. 4.14: Planta do anfiteatro da *Colonia Nemausensis*, hoje, Nîmes, França, com o interior ocupado por construções medievais, datada de 1782. Tal situação, motivada pela insegurança pelas invasões bárbaras, ocorreram em todas as províncias romanas, incluindo, claro, as províncias hispânicas ou ibéricas. Fonte: Histoire de Nîmes par Nimausensis, 2007.....153
- Fig. 4.15: Reconstituição do templo romano de Évora. Fonte: <http://temploevara3d.com.sapo.pt/>, 2008.....154
- Fig. 4.16: O templo romano de Évora transformado em açougue no século XIV, em fotografia de Pereira e Protes, anterior a 1870. Fonte: http://maisevora.blogs.sapo.pt/arquivo/2004_10.html, 2008.....154
- Fig.4.17: O templo romano de Évora, tal como se encontra hoje. Sua continuada existência através dos séculos é uma prova de como as transformações urbanas nas cidades medievais eram lentas. Fonte: Wikipédia, 2006.....155
- Fig. 4.18: Uma vista da vila de Salvaterra onde é possível ver em seu interior a igreja cercada pelas sepulturas do cemitério. Fonte: Armas, 1997.....156
- Fig. 4.19: A Península Ibérica à época da invasão muçulmana. Em amarelo os territórios visigodos sob o governo de Áquila e em roxo, o território de Rodrigo. Fonte: Wikipédia, 2007.....157
- Fig. 4.20: A Península Ibérica ocupada pelos muçulmanos (território em verde). Observa-se que todo o território que viria a ser Portugal estava sob domínio muçulmano. Fonte: Wikipédia, 2007.....158
- Fig. 4.21: A mesquita de *Martula* já convertida em igreja matriz de Nossa Senhora da Anunciação tal como se encontrava no início do século XVI, ainda com o minarete alto e o telhado em dez águas, marcando as cinco naves do templo. Fonte: Armas, 1997.....162
- Fig. 4.22: A igreja matriz de Nossa Senhora da Anunciação de Mértola tal como se encontra hoje. Fonte: Fórum Coimbra, 2008.....162
- Fig.4.23: O *soukh* de Aleppo. Fonte: MideastImage, 2007.....163
- Fig.4.24: Alcaiceria de Granada, Espanha. Fonte: Alexandre Narciso, 2004.....164
- Fig. 4.25: Uma vista de Mértola tomada do rio Guadiana. A estrutura mais proeminente na paisagem urbana é a alcáçova, ao cento da foto. Fonte: Wikipédia, 2007.....164
- Fig. 4.26: Ruínas do *hammam* de Ronda, Espanha. Fonte: Images Google, 2008.....165

- Fig. 4.27: Uma rua de Argel em fotografia de 1905 – ruas estreitas e casas com poucas aberturas e abalcoados que fechavam as ruas aos raios do sol eram as características encontradas nas cidades muçulmanas. Fonte: WebIslam, 2003.....166
- Fig.4.28: Um adarve em Cáceres, Espanha. Fonte: WebIslam, 2007.....166
- Fig. 4.29: Os modelos de casas muçulmanas encontradas nas escavações arqueológicas da alcáçova de Mértola, segundo reconstituição do Gabinete de Arqueologia daquela cidade. Fonte: Macías, 1999.....167
- Fig. 4.30: A rua da Judiaria na Alfama, Lisboa. Fonte: IST-Lisboa, 2005.....168
- Fig. 4.31: A sinagoga de Tomar (século XV) tal como se encontra hoje – sua inserção no tecido urbano é a mesma das casas em geral, não se caracterizado em um elemento à parte da morfologia das cidades portuguesas. Fonte: Wikipedia, 2008.....169
- Fig. 4.32: A Vila de Sintra no início do século XVI – pode-se ver a cidade murada e o arrabalde externo às muralhas. Fonte: Armas, 1997.....169
- Fig. 4.33: O almocave de Kairouan na Tunísia, como manda a tradição, situado extramuros. Fonte: Travel Images, 2008.....170
- Fig. 4.34: Mapa da Reconquista cristã da Península Ibérica – à esquerda, em laranja, a fronteira atual de Portugal, cuja reconquista terminou em 1249 com a tomada do Algarve. Fonte: <http://br.geocities.com/fernandomcvbr/reconquista.html>, 2007.....176
- Fig. 4.35: Vista de Serpa retirada do Livro das Fortalezas (c. 1500). Observa-se o casario intramuros e o arrabalde à esquerda, ambos formados por casas térreas com duas ou mesmo uma água. Observar a proeminência do castelo e das igrejas na estrutura urbana. Fonte: Armas, 1997.....177
- Fig. 4.36: Paços do concelho de Viana do Castelo. Fonte: Wikipedia, 2008.....178
- Fig. 4.37: Pelourinho de Óbidos. Fonte: wikipedia, 2008.....178
- Fig. 4.38: A judiaria grande de Lisboa, segundo Vieira da Silva e João Nunes Tinoco, respectivamente. Fonte: Carvalho, 1989.....179
- Fig. 4.39: A reconstituição do projeto de reforma das “boticas da fonte da Frol”, segundo interpretação da carta-regimento do Senado da Câmara de Lisboa de 29 de outubro de 1498. Fonte: CARITA, 1999.....188
- Fig. 4.40: A planta de Braga no século XVI, Os círculos vermelhos indicam os edifícios religiosos e o azul o poder civil, no caso, o castelo. Fonte: Teixeira; Valla. 1999.....193

- Fig. 4.41: O mapa axial de Braga – um pequeno núcleo central tem sua malha deformada por uma série de caminhos que, partindo das portas da cidade vão dar em pequenas igrejas que gerarão os futuros arrabaldes da cidade. Fonte: Desenho do autor, 2008.....193
- Fig. 4.42: A cidade de Évora com a identificação, em círculos vermelhos, da Sé, igrejas e conventos, situados no entorno da antiga cerca romana. O círculo em azul identifica o paço do Concelho. Fonte: Desenho do autor sobre original de Marques et al. (1990), 2008.....195
- Fig. 4.43: O mapa axial de Évora baseado na planta cima – a cidade apresenta uma estrutura que tende ao rádio-concêntrico e que resulta, pela quantidade de linhas em um espaço segregado e ininteligível. Fonte: Desenho do autor, 2008.....195
- Fig. 4.44: A Lisboa muçulmana ou *Al-Achsouna*. A cidade era formada apenas pela alcáçova (Castelo de São Jorge) e pela almedina (Alfama); a parte traseira da alcáçova estava aberta para eventuais fugas. Fonte: Marques et al., 1990.....196
- Fig. 4.45: Uma vista da Lisboa medieval retirada da “Crônica de Dom Afonso Henriques”, manuscrito iluminado escrito por Duarte Galvão (1446-1517) – é possível identificar ao alto, o castelo de São Jorge e, em primeiro plano, embaixo, a Sé cercada pelos arruamentos da Mouraria e da Ribeira. Fonte: Wikipedia,2008.....197
- Fig. 4.46: A planta de Lisboa utilizada na análise. Os círculos vermelhos indicam os edifícios religiosos e o azul, no castelo de São Jorge, indica a sede do poder civil até o final do século XV. Fonte: Desenho do autor sobre original de Marques et al. (1990), 2008.....198
- Fig. 4.47: O mapa axial de Lisboa, baseado na planta acima – sua estrutura é extremamente complexa e a quantidade de linhas evidencia um espaço urbano altamente segregado e ininteligível. Fonte: Desenho do autor, 2008.....199
- Fig. 4.48: A planta de Mértola utilizada na análise das propriedades morfo-sintáticas da cidade. Indicado pelo círculo azul, o poder civil representado pelo castelo e pelo círculo vermelho, o poder religioso representado pela matriz. Fonte: Macías, 1996.....200
- Fig. 4.49: O mapa axial de Mértola – uma estrutura urbana pequena, mas complexa. Fonte: desenho do autor, 2008.....200
- Fig. 4.50: A planta de Monsaraz no século XV – indicando com os círculos vermelhos, as igrejas e em azul, o poder civil (castelo e Paços do Concelho). Fonte: Desenho do autor sobre planta de Teixeira; Valla (1999), 2008.....201
- Fig. 4.51: Mapa axial de Monsaraz – a estrutura aponta para uma regularidade incomum nas cidades medievais portuguesas estando afeita ao urbanismo regular das *bastides*, usadas como

cabeças-de-ponte de defesa e colonização de territórios abandonados e/ou fronteiriços. Fonte: Desenho, 2008.....	202
Fig.4.52: a planta de Óbidos com a indicação das igrejas (círculos vermelhos) e o castelo (círculo azul). Fonte: Lamas, 1992.....	203
Fig.4.53: O mapa axial de Óbidos – a estrutura linear é evidente, mas mesmo assim, o número de linhas axiais é excessivo para uma estrutura urbana tão pequena. Fonte: Desenho do autor, 2008.....	203
Fig.4.54: A planta de Viana do Castelo em fins do século XV. Os círculos vermelhos indicam as igrejas e o azul a torre de menagem, usada como fortaleza. Fonte: Desenho do autor sobre original de Teixeira; Valla (1999), 2008.....	204
Fig.4.55: O mapa axial de Viana do Castelo – sua aparente regularidade não esconde algumas distorções da malha, condicionadas por questões topográficas. Desenho do autor, 2008.....	205
Fig. 4.56: Os diagramas acima mostram de forma simplificada a evolução das cidades portuguesas. Fonte: Desenho do autor, 2008.....	208
Fig. 4.57: A imagem acima mostra, de forma esquemática, a evolução das quadras nas cidades portuguesas. Fonte: desenho do autor.....	209

Capítulo 5

Fig.5.1: <i>Plan of the Town of Funchal, by Capt. Skinner, 1775</i> – a planta da cidade do Funchal, (fundada entre 1425 e 1452), na ilha da Madeira mostra uma morfologia similar às suas congêneres continentais. Fonte: Câmara Municipal do Funchal, 2008.....	216
Fig. 5.2: A cidade de Ceuta, hoje uma possessão espanhola no Marrocos, em planta desenhada por Afonso de Ornellas, 1913. A conquista portuguesa não alterou a estrutura da cidade muçulmana já existente. Fonte: AHM-PT, 2008.....	217
Fig. 5.3: A fortaleza de Arguim, hoje na Mauritânia, em planta do francês Perrier de Salvat (1721) – a feitoria permaneceu nas mãos dos portugueses de 1445 a 1633, quando foi tomada pelos holandeses e reformada. Fonte: Wikipedia, 2008.....	217
Fig. 5.4: O castelo de São Jorge da Mina tal como se encontra hoje, na atual Elmina, Gana. Este monumento que mescla elementos das fortificações medievais com as técnicas pirolísticas dos séculos XV e XVI, foi a mais importante feitoria portuguesa na África subsaariana. Fonte: Wikipedia, 2008.....	218
Fig.5.5: <i>Plataforma da Fortaleza de Daman, c. 1600 (?)</i> de autoria de João Teixeira (?). Fundada em 1559 sobre as ruínas de uma cidade muçulmana, Damão surge como um exemplo	

da regularidade e organização dos portugueses em um território novo e desconhecido. Fonte: Chicó, 1956.....219

Fig. 5.6: Esta imagem pretende se confrontar com a anterior, elaborada em fins do século XVI quando, geralmente se mostrava uma visão muito esquemática do que se tinha na realidade, mostra a cidade de Damão, na Índia, segundo levantamento elaborado por Humberto Reis em 1951. Fonte: Chicó, 1956.....220

Fig. 5.7: A cidade de Baçaim, Índia – fundada pelos portugueses em 1535, em planta elaborada por Faria e Sousa em 1666. Sua estrutura, similar a de Damão também se classifica como derivada do urbanismo renascentista. Fonte: Chicó, 1956.....220

Fig. 5.8: Apesar de seu caráter linear e de uma pretensa regularidade, os elementos típicos das cidades portuguesas estão presentes em João Pessoa, inclusive o quase sempre presente polígono formado pelos edifícios religiosos que controlam a cidade. O círculo em azul indica a casa de câmara e cadeia. Fonte: Desenho do autor sobre o mapa holandês *Frederica Civitas* (1647), publicado por Reis (1999), 2008.....229

Fig. 5.9: O mapa axial de João Pessoa ao tempo da ocupação holandesa – o pequeno núcleo regular começa a ser envolvido por uma trama de caminhos orgânicos que definirão a futura estrutura da cidade. Fonte: Desenho do autor, 2008.....229

Fig. 5.10: Planta de Olinda c. 1630, da coleção do *Algemeen Rijksarchief*, Haia, sem autor. O polígono e os círculos em vermelho indicam respectivamente, o esquema de controle definido por conventos e igrejas e a posição desses edifícios religiosos. Os círculos azuis indicam, à esquerda a alfândega e, à direita, a casa de câmara e cadeia. Fonte: Desenho do autor sobre original apresentado por Reis (1999), 2008.....232

Fig. 5.11: O mapa axial de Olinda – a estrutura urbana é um processo de adaptação à topografia, resultando em uma malha deformada para vencer as curvas de nível do terreno. Fonte: Desenho do autor, 2008.....232

Fig. 5.12: O Rio de Janeiro no início do século XVII. A cidade já havia descido o morro do Castelo e começava a ocupar a várzea com uma estrutura urbana regular, mas balizada pelos morros onde se encontravam as ordens religiosas, para o devido controle. Fonte: Desenho do autor sobre planta de Teixeira; Valla (1999), 2008.....233

Fig.5.13: O mapa axial do Rio de Janeiro indica uma alcáçova irregular no morro do Castelo, caminhos que não levam adiante o traçado regular da “várzea” e uma ocupação viária que obedece a linha da costa. Fonte: Desenho do autor, 2008.....234

- Fig. 5.14: *Cidado do Salvador – 1624*, planta de Salvador de autoria de Henry Hondius (1625) já mostra a periferia da cidade ordenada cercada por caminhos que indicam uma organicidade totalmente em desacordo com o desenho original. Fonte: Reis, 2000.....236
- Fig. 5.15: A cidade de Salvador no início do século XVII – mesmo com uma traça regular, a cidade apresenta estrutura baseada nas cidades portuguesas: erguida em terreno elevada, murada, e com a estrutura de edifícios religiosos (círculos vermelhos) a circundar a cidade. Fonte: Desenho do autor sobre original de Teixeira; Valla (1999), 2008.....236
- Fig. 5.16: O mapa axial de Salvador – envolvendo o tecido regular, já se formam os primeiros caminhos que levam à cidade baixa, ajustados à topografia da encosta. Fonte: Desenho do autor, 2008.....237
- Fig. 5.17: A planta de São Luís do Atlas Vingboons (c. 1640) , a cidade não possui um polígono de controle através dos edifícios religiosos que abarque o tecido como um todo, mas estão em alguns pontos de interesse. Fonte: Desenho do autor sobre original publicado por Reis (2000), 2008.....238
- Fig. 5.18: O mapa axial de São Luís, o desenho regular original, que não contempla um *damero*, vai aos poucos sendo alterado pelos caminhos que surgem na periferia do tecido urbano e pelas barreiras naturais. Fonte: Desenho do autor, 2008.....239
- Fig. 5.19: São Paulo do início do século XVII, segundo Reis (2004). A cidade é cercada pelo famoso “triângulo” formado pelos conventos do Carmo, de São Bento e de São Francisco, marcados pelos círculos em vermelho. Fonte: desenho do autor sobre original de Reis (2004), 2008.....241
- Fig. 5.20: O mapa axial de São Paulo – a vila, no início do século XVII seria formada por um núcleo muito pequeno de onde partiam caminhos, ainda desconectados entre si, segundo Reis (2004). Fonte: Desenho do autor, 2008.....241
- Fig. 5.21: Vila Velha de Nossa Senhora durante o domínio holandês (1634-1654). O círculo vermelho indica a matriz e o azul, a casa de câmara e cadeia. Fonte: Desenho do autor sobre original do livro de Barlaeus (1980), 2008.....243
- Fig. 5.22: O mapa axial da Vila de Nossa Senhora da Conceição – a estrutura, apesar de pouco desenvolvida, já busca se adaptar às peculiaridades do meio, ignorando uma regularidade que poderia ter sido facilmente definida. Fonte: Desenho do autor, 2008.....243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais castros e citânias de Portugal.....	136
Tabela 2: Lista das cidades romanas em Portugal.....	144
Tabela 3: Lista de algumas cidades luso-muçulmanas.....	160
Tabela 4: Elementos estruturadores e estruturas peculiares das cidades portuguesas.....	206
Tabela 5: Propriedades sintáticas básicas das cidades portuguesas.....	210
Tabela 6: As ordens religiosas existentes nas cidades portuguesas no Brasil.....	244
Tabela 7: Os elementos estruturadores presentes nas cidades portuguesas no Brasil.....	245
Tabela 8: Propriedades sintáticas básicas das cidades portuguesas no Brasil.....	246
Tabela 9: Comparação entre a média dos valores das propriedades sintáticas das cidades em Portugal e no Brasil.....	249
Tabela 10: Análise dos núcleos de integração em Portugal e no Brasil.....	249
Tabela 11: Análise da conectividade em Portugal e no Brasil.....	255
Tabela 12: Conectividade dos edifícios religiosos nas cidades em Portugal e no Brasil, considerando os conventos existentes nas cidades portuguesas até o final do século XV.....	259
Tabela 13: Propriedades sintáticas básicas das “cidades-parâmetro”.....	261
Tabela 14: Conectividade das “cidades-parâmetro”.....	262
Tabela 15: Comparação entre as médias das propriedades sintáticas das cidades em Portugal e no Brasil e as “cidades-parâmetro”.....	263

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AHM-PT – Arquivo Histórico da Marinha (Portugal)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

AVCUP – Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa

BN – Biblioteca Nacional (Brasil)

BN-PT – Biblioteca Nacional (Portugal)

CEHM – Centro de Estudos de História Municipal

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo

FIAM – Fundação de Desenvolvimento dos municípios do Interior de Pernambuco (extinta)

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento Municipal de Pernambuco

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IAHGPP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE – Instituto Nacional de Estatística (Portugal)

IPPAR – Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IST – Instituto Superior Técnico (Portugal)

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal)

LEPH – Laboratório de Ensino e Pesquisa em História

PPSH/RMR – Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife

RIAP – Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

RPHAN – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT.....	06
LISTA DE FIGURAS.....	07
LISTA DE TABELAS.....	20
LISTA DE SIGLAS.....	21
SUMÁRIO.....	23
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1.....	34
1. TEORIAS E CONCEITOS.....	35
1.1. TEORIAS E CONCEITOS UTILIZADOS NA PESQUISA.....	36
1.1.1. O CONCEITO DE SOCIEDADE.....	36
1.1.2. O USO DA HISTÓRIA.....	38
1.1.3. O CONCEITO DE TIPO APLICADO À CIDADE PORTUGUESA.....	42
1.1.4. O CONCEITO DE CIDADE.....	46
1.1.4.1. A cidade medieval.....	50
1.1.4.2. A cidade medieval portuguesa.....	56
1.1.5. O USO DOS TERMOS BRASIL COLÔNIA E/OU BRASIL COLONIAL.....	58
1.1.6. A MORFOLOGIA URBANA.....	59
1.1.7. O USO DA LÓGICA SOCIAL DO ESPAÇO.....	61
CAPÍTULO 2.....	65
2. METODOLOGIA.....	66
CAPÍTULO 3.....	94
3. O PENSAMENTO EUROPEU SOBRE A CIDADE – SÉCULOS XII-XVI.....	95
3.1. UMA BREVE VISÃO DA CIDADE NA EUROPA ENTRE OS SÉCULOS V E XI	95
3.2. A CIDADE EUROPÉIA A PARTIR DO SÉCULO XII.....	104
3.3. O PENSAMENTO SOBRE A CIDADE NO RENASCIMENTO – TRATADOS DE ARQUITETURA E LITERATURA ILUMINISTA.....	115

CAPÍTULO 4.....	132
4. A CIDADE PORTUGUESA.....	133
4.1. OS ANTECEDENTES.....	133
4.1.1. OS ASSENTAMENTOS PROTO-URBANOS CELTIBEROS.....	135
4.1.2. AS CIDADES ROMANAS NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	142
4.1.3. AS CIDADES APÓS A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO – SÉCULOS V- VIII.....	150
4.1.4. AS CIDADES IBERO-MUÇULMANAS – 711-1143.....	156
4.2. A CIDADE A PARTIR DA NACIONALIDADE – 1143-1500.....	171
4.2.1. O SISTEMA URBANO À ÉPOCA DA NACIONALIDADE – 1140-1200.....	172
4.2.2. O SISTEMA URBANO A PARTIR DO SÉCULO XIII.....	176
4.2.3. A LEGISLAÇÃO.....	184
4.2.4. AS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS, FUNCIONAIS E SINTÁTICAS DAS CIDADES PORTUGUESAS.....	190
CAPÍTULO 5.....	213
5. AS CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL – 1532-1640.....	214
5.1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO.....	221
5.2. A URBANIZAÇÃO ENTRE 1532-1580.....	223
5.3. A URBANIZAÇÃO ENTRE 1580-1640.....	225
5.4. AS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS, FUNCIONAIS E SINTÁTICAS DAS CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL.....	227
5.5. ESTUDO COMPARATIVO: CIDADES PORTUGUESAS, CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL E “CIDADES-PARÂMETRO”.....	247
5.5.1. PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES NA MORFOLOGIA E NOS USOS	247
5.5.2. AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS.....	249
5.5.3. A COMPARAÇÃO COM AS “CIDADES-PARÂMETRO”.....	260
6. CONCLUSÃO.....	266

7. BIBLIOGRAFIA.....	275
8. APÊNDICE.....	297
APÊNDICE – MAPAS AXIAIS.....	298
9. GLOSSÁRIO.....	350



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Quando em 1936 foi lançado o livro “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, uma nova área do conhecimento começou a germinar a partir do capítulo 4 deste livro, intitulado “O semeador e o ladrilhador”. Tal capítulo, versando sobre o modo de urbanização português (o semeador) e espanhol (o ladrilhador), abriu caminho para décadas de estudos sobre o urbanismo português e suas variantes na Ásia, África e América. Ao expor o português como um indivíduo imediatista e incapaz de ordenar o mundo a sua volta e o espanhol como alguém determinado a retificar, planejar e controlar a paisagem, Buarque de Holanda gerou um questionamento que perdura até hoje quando se trata de discutir as características urbanísticas da América espanhola e do Brasil².

Na década de 1940, textos portugueses sobre a natureza de sua cidade começaram a surgir dentro de uma necessidade diversa da pesquisa histórica: o conhecimento da cidade portuguesa e seus problemas para efeito de planejamento em nível nacional. Dentre estes textos pioneiros destaca-se o de Aristides de Amorim Girão publicado no primeiro número da Revista do Centro de Estudos Demográficos em 1945 – o artigo intitulado “Origens e evolução do urbanismo em Portugal” que foi um dos primeiros textos a desenvolver a idéia de uma cidade portuguesa, buscando sua caracterização como um tipo específico de cidade européia.

Mais adiante, em 1954, Robert Chester Smith, publicou no livro “Artes na Bahia”³ o texto “Cidade” onde, salientou a semelhança entre as cidades estabelecidas no Brasil e suas matrizes lusitanas, situação que o autor americano chamou, em determinado momento de “inconveniente” (SMITH *apud* Chicó, 1956, p. 322), declarando veementemente que “a ordem era ignorada pelos portugueses” (idem, p. 322). Este foi mais um texto que serviu para despertar o interesse sobre o tema da cidade portuguesa.

Logo após, em 1956, Mário Tavares Chicó, baseado nas observações de Smith, publicou o artigo intitulado “A ‘cidade ideal’ do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia”, onde considerou uma diferença crucial entre as cidades portuguesas erguidas na Índia e aquelas erguidas no que viria a ser o Brasil: aquelas estavam sim, ligadas a certos preceitos renascentistas de urbanismo, enquanto que estas tinham uma ligação ainda maior com as matrizes lusitanas, ressaltando a permanência de uma morfologia cujas características “tinha

² Mais adiante se verá porque não foi usado o termo “América portuguesa”.

³ SMITH, Robert C. A cidade. In: _____. **Arquitetura colonial: As artes na Bahia. 1ª parte**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1955. p. 11-13.

fundas raízes no urbanismo continental” (CHICÓ, 1956, p.326), ou seja, num urbanismo mais orgânico (KOSTOF, 2001) ou “luso-medieval” (CHICÓ, id. Ib.).

Os textos de Smith (1954) e Chicó (1956) foram de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas sobre a cidade portuguesa até a atualidade, mas os desdobramentos desses textos levaram à formação de teorias sobre aquela cidade que, ao final de mais de cinquenta anos, não foram suficientes para elucidar o problema, ou indicar resultados mais voltados para o que é a cidade portuguesa e não o que se queria que ela fosse.

O que poderia ser uma conclusão simples, baseada na análise de plantas e dos remanescentes existentes em quatro continentes, gerou uma série de estudos sobre o tema do urbanismo português – estudos estes que, de um modo geral, se ocuparam mais em buscar regularidades formais nas cidades lusas que explicar seu funcionamento, origens e motivações para sua localização, forma, etc.

Sendo o Brasil um produto da colonização portuguesa e, inexistindo aqui, antes da colonização lusa, qualquer tipo de manifestação urbana, a cidade construída aqui, durante o período dito colonial e que vai de 1500 a 1808 (VAINFAS et al., 2000), foi também uma cidade portuguesa só que aplicada em outra região. Os estudos sobre a cidade portuguesa no Brasil (SANTOS, 1968) tenderam também a uma busca por morfologias regulares, críticas comparativas com suas contemporâneas das colônias espanholas e de ineditismos formais e funcionais. No que pese a incontestável importância dessas pesquisas, algo parece ter-se perdido no caminho!

Se num primeiro momento, baseados no texto de Sérgio Buarque de Holanda, surgiram do lado de cá do Atlântico inúmeras críticas contra o urbanismo português, rapidamente se buscou contornar uma possível inferioridade em relação às soluções urbanísticas espanholas na América desenvolvendo duas idéias básicas: a existência de um urbanismo regular no Brasil colonial que vinha do próprio Portugal medieval e/ou o surgimento de modelos urbanísticos na colônia que iriam se refletir na metrópole pelas possibilidades imensas garantidas por um território inteiramente novo e destituído de civilizações que oferecessem empecilho do ponto de vista cultural, material ou bélico, como acontecia, por exemplo, na Ásia.

Autores como Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Santos, Manuel Teixeira, Paulo Ormino de Azevedo, Roberta Marx Delson, Walter Rossa, entre outros⁴, vêm trabalhando com a hipótese da regularidade da cidade portuguesa e, por conseguinte, da cidade colonial portuguesa no

⁴ Ver bibliografia.

Brasil. Ao insistir neste ponto, as pesquisas levadas a efeito se pautaram numa hipótese que não é satisfatoriamente revelada, nem teoricamente fundamentada, ao mesmo tempo em que alguns focos de bastante interesse têm sido perdidos.

Entre os pontos de extremo interesse para o estudo do urbanismo português estão a sua origem, desenvolvimento e funcionamento, o mesmo se dando para a cidade portuguesa no Brasil. Surgiram então algumas questões de crucial importância: existe uma cidade portuguesa? Quais as suas origens e características? A cidade portuguesa desenvolvida no Brasil foi produto direto do urbanismo português da Idade Média ou algo inteiramente novo? Se foi produto direto de um conhecimento adquirido ao longo de experiências desenvolvidas no Portugal medieval, ela foi transferida para o território hoje brasileiro *ipsis litteris* ou sofreu alterações, advindas do meio e das novas formas de produzir o espaço urbano na “Idade Moderna”? Existe um *corpus* analítico que foi aplicado ao estudo destas cidades, seja em Portugal, seja nas suas colônias espalhadas pela África, Ásia e América?

As indagações levantadas acima não encontraram respostas fáceis – os estudos são numerosos, extremamente dispersos, e se muito importantes do ponto de vista de dados quantitativos e historiográficos, não foram encontrados neles métodos analíticos capazes de responder àquelas questões – o que incitou ainda mais esta pesquisa.

Observou-se que a cidade portuguesa já foi consideravelmente estudada, mas pouco definida e menos ainda analisada com instrumentos que garantam a definição de suas características funcionais e morfológicas. Enquanto a cidade portuguesa no Brasil, principalmente aquela que corresponde ao que poderia ser chamado de primeiro século de urbanização, compreendido entre 1532 e 1640, é analisada sob argumentos que demandam uma verificação mais profunda para garantir uma resposta cientificamente balizada que possa, já a esta altura das pesquisas, esclarecer uma série de dúvidas sobre a cidade portuguesa no Brasil colonial.

Esta pesquisa se pauta em dois pontos básicos: a prévia definição do urbanismo português e conseqüentemente, de uma cidade portuguesa surgida durante o período convencionalmente conhecido como Idade Média e como esta cidade foi trazida ou transferida para o território hoje conhecido como Brasil. Para tanto, ao invés de repudiar o que foi feito até o momento em termos de pesquisas sobre o tema do urbanismo português (onde se inclui o urbanismo desenvolvido nas colônias), a pesquisa se vale dessas mesmas pesquisas para montar uma conceituação da cidade portuguesa e como essa cidade chega no Brasil.

A pesquisa não busca invalidar o que foi desenvolvido antes e que lhe serviu de base – na realidade buscou amparar-se em teorias e metodologias analíticas que poderiam ou não corroborar as idéias dos autores consagrados, partindo do princípio de que a cidade

portuguesa, ou, especificamente a cidade medieval portuguesa é um fato – foi estruturada num período extremamente largo de tempo e possui diferenças e semelhanças com tudo o que pode ser conceituado e/ou caracterizado por cidade ao redor do mundo. Suas soluções formais, sua gênese e sua difusão pelo mundo ainda demandam estudos que cobrirão décadas de pesquisa. Se esta pesquisa pretende analisar um aspecto desta cidade, por outro lado, não pretende esgotá-lo nem muito menos dar a resposta definitiva para o problema.

Lançando mão de uma expressão usual entre os estudiosos portugueses: qual a idéia fulcral desta pesquisa? Trata-se de buscar o que, da cidade medieval portuguesa foi trazido, copiado e/ou adaptado na urbanização do território hoje conhecido como Brasil entre os séculos XVI e XVII. Mais precisamente, o estudo centra-se entre os anos de 1532 – quando foi fundada a primeira vila no Brasil, e 1640, quando Portugal rompeu a União Ibérica e houve uma reformulação na administração tanto da metrópole quanto da colônia. A partir daí, alteraram-se os modos de gerir e urbanizar o território brasileiro, buscando um certo afastamento dos modelos formais tradicionais em prol de um maior controle da população, via controle da forma urbana (REIS, 1968, 2000; DELSON, 1997; VANIFAS, 2000; BARATA, 2000).

A afirmação de Santos (1968) sobre a existência de uma “cidade portuguesa no Brasil” parece não ter suscitado grande interesse já que grande parte dos trabalhos posteriores nem se debruça sobre a cidade portuguesa pelo que ela possui de característico e diferenciado, nem busca ligações diretas entre o que foi feito aqui no primeiro século de urbanização e suas matrizes lusas. Na realidade houve uma série de estudos muito tímidos sobre o tema da cidade medieval portuguesa, pois com todo o material existente, seja ele físico (as próprias estruturas urbanas remanescentes) ou cartográfico, pouco foi feito no sentido de uma análise exaustiva. As obras existentes serviram como base desta pesquisa pelo que coletaram de plantas, mapas e descrições e não por análises da forma urbana sob qualquer teoria. O mesmo pode ser dito para o Brasil.

A idéia de definir o processo de construção das cidades portuguesas no Brasil como **transferência** ou mesmo “transposição” foi levantado inicialmente por Pessoa (2000, p. 80), exatamente para desmentir a existência de tal processo, sem, no entanto apontar argumentos claros para esta conclusão.

A questão regular/irregular, apesar de presente é de somenos importância – o que se busca é mostrar que uma tradição urbanística não pode ser transformada de uma hora para outra, que divisões de tempo histórico definidas *a posteriori* não alteram por decreto modos de ser e de fazer e que pretensos desenvolvimentos mentais, no âmbito do Renascimento, não estavam ao alcance de todos nos séculos XV e XVI. Não havia como desconstruir sociedades e

desenvolver **sempre** novas formas de viver e que, nem sempre a América foi lugar de experimentações renascentistas e pseudo-utópicas, pois os tempos se imbricam e a Idade Média ainda lutou por muito tempo com a “modernidade” do Renascimento e do Iluminismo. Em outras palavras, a pesquisa buscou permanências onde elas existiram, sem, no entanto, ignorar possíveis mudanças, por conveniência ou intenção de refutar o que já foi estudado sobre o tema.

A pesquisa buscou mostrar que o saber-fazer português de construir cidades (MEDEIROS, 2006) foi trazido para a colônia como algo funcional e adaptável na falta de um grande plano geral de ocupação do território ou mesmo de planos locais (ALMEIDA, 2000).

Esta Tese dialogou com alguns conhecimentos necessários a uma análise coerente do objeto de pesquisa – a cidade portuguesa e sua variante construída no Brasil. Foram utilizados conhecimentos da História (social, econômica e cultural), da História Urbana, da Morfologia Urbana e da Lógica Social do Espaço (HILLIER e HANSON, 1984). A união de tais disciplinas valeu-se dos estudos anteriores buscando definir a cidade portuguesa como um tipo específico de cidade através de suas características morfológicas e funcionais.

A análise morfológica valeu-se de teorias tradicionais, baseadas em análises empíricas (visuais, análises de percurso, análises cartográficas, etc.). Por fim o uso da Lógica Social do Espaço serviu para obter uma análise coerente, baseada em critérios sólidos e que serviram para definir propriedades comuns ou não entre a cidade portuguesa continental e a cidade portuguesa produzida no Brasil. A união da morfologia urbana tradicional e da Lógica Social do Espaço visa a ultrapassar o problema da análise da forma meramente por suas características formais: orgânico ou ordenado. A intenção é verificar as estruturas em um nível mais profundo, onde seja possível quantificar as propriedades inerentes aos espaços urbanos portugueses, dando seguimento aos estudos anteriores elaborados ao longo das últimas décadas.

A pesquisa desenvolveu um estudo geral sobre a cidade portuguesa, suas origens e cristalização ao longo da Idade Média. Posteriormente foram definidos dois conjuntos maiores de cidades – tanto em Portugal quanto no Brasil para efeito de estudos de casos, além de determinados modelos de cidades planejadas, ou ideais, que serviriam de parâmetro para os dois conjuntos anteriores. Todas as cidades foram analisadas segundo os mesmos critérios e algumas conclusões foram obtidas e, que podem, ser resumidamente anunciadas: existe um saber-fazer urbanístico português; a idéia de regularidadeXirregularidade perde força diante de características comuns existentes nos dois modelos; de modo geral ,a idéia da regularidade da cidade portuguesa e de sua subdivisão brasileira parece cair por terra, principalmente se

comparada com os modelos ditos “ideais” ou planejados ou formais ou, ainda “eruditos” (TEIXEIRA; VALLA, 2000). Apesar de ter ficado demonstrado também a existência de um saber erudito, mas que não teve força para modificar realidades existentes, pelo menos não como alguns autores advogam (CARITA, 1999; TEIXEIRA, VALLA, 2000).

Para tanto, a Tese foi estruturada da seguinte forma:

- O primeiro capítulo versa sobre as teorias e conceitos que servem de base para a argumentação. Tais conceitos, tomados emprestado de autores consagrados, estão diretamente relacionados com o problema da formação e desenvolvimento das cidades, buscando utilizá-los na compreensão da formação e desenvolvimento da cidade portuguesa. As definições não se pretendem extensas nem extenuantes porque são auxiliares à, mas não são a Tese. A busca de tais conceitos estabelece parâmetros para que sirvam ao estabelecimento de uma nova teoria acerca da urbanização do Brasil em seu primeiro século de existência.
- O segundo capítulo define a metodologia utilizada com base nas teorias e conceitos e aplicada na análise dos objetos de pesquisa, que são analisados com base em critérios adaptados para obter o próximo passo nos estudos sobre o urbanismo português: um panorama que permita ver o que foi a cidade portuguesa e a cidade portuguesa no Brasil, suas características e seus modos de ser, crescer e funcionar.
- O terceiro capítulo envereda num caminho caro aos historiadores na Nova História: a noção de cidade a partir da perspectiva das mentalidades através da Idade Média até o início do Renascimento e a colonização da América no século XVI. São analisadas várias visões de cidade, desde a própria Bíblia passando pelas leis e descrições das cidades medievais, por soldados, cronistas, pintores, etc. Tal análise visa à verificação da idéia geral de cidade na Europa medieval, com ênfase para os casos ibéricos, verificando a quase inexistência de um pensamento sobre a cidade no Portugal medieval, o que, obviamente parece levar a uma idéia extremamente vernacular de cidade, imbricada na cultura e muito pouco influenciada pela cultura erudita (parcamente desenvolvida na época, como se verá adiante).
- O quarto capítulo busca as origens e características da cidade portuguesa, desde o período castrejo, passando pelas experiências romana, a “decadência” urbana dos períodos suevo e visigótico, a ocupação muçulmana e suas profundas marcas no urbanismo português e o desenvolvimento dos modelos da cidade portuguesa ao longo da Idade Média. Tal capítulo apresenta também um estado da arte das pesquisas acerca da cidade portuguesa continental, demonstrando uma quantidade ainda grande de lacunas nos estudos realizados até o momento, mas que, ainda assim, não inviabilizam uma definição **prévia** da cidade portuguesa. Neste capítulo também estão as análises sob os aspectos históricos, morfológicos e sintáticos, a

partir dos objetos de pesquisa. Tais análises, alicerçadas principalmente na morfologia urbana e na lógica social do Espaço, parecem apontar para uma afinidade de características tipológicas a despeito de formas tão diferentes.

- O quinto e último capítulo versa sobre o processo de urbanização do Brasil, no recorte temporal estabelecido para a pesquisa. Nesse capítulo é incluída uma análise sobre a colonização, suas motivações, antecedentes e resultados, para chegar à urbanização propriamente dita. A partir daí, estabelece-se uma crítica à urbanização e, ao mesmo tempo, ao modo como o processo tem sido discutido nos últimos anos. Com base nos mesmos critérios do capítulo anterior, as cidades definidas para análise são esmiuçadas no intuito de verificar as relações morfo-sintáticas entre elas para a posterior análise comparativa. Nele também está a comparação das propriedades morfo-sintáticas das cidades portuguesas no território de origem e no Brasil, verificando suas permanências e mutações. Ao mesmo tempo, todas são comparadas, a certos modelos de cidades “ideais”, chamadas aqui de “cidades-parâmetro”, no intuito de verificar a extensão de possíveis influências desses modelos de cidade sobre as cidades portuguesas e portuguesas no Brasil. Algumas das “cidades-parâmetro” surgiram em passado remoto, enquanto outras eram contemporâneas dos objetos de pesquisa. Antecipadamente, pode-se dizer que os resultados corroboram as origens portuguesas, ao mesmo tempo em que se afastam dos modelos ideais analisados.



CAPÍTULO 1



1. TEORIAS E CONCEITOS

Este capítulo busca orientação dos estudiosos do tema ou de temas correlatos na intenção de revelar aspectos ainda não vislumbrados ou abordados e que, muitas vezes, estão nas entrelinhas de trabalhos importantes.

Esta pesquisa toma estudos anteriores como base, já que a compreensão do problema está presente neles. Sua intenção é buscar a compreensão de um processo de transferência de conhecimento, de modos de ser e agir, de um saber-fazer (MEDEIROS, 2006) cidades de Portugal para o Brasil entre os anos de 1532 e 1640 (REIS, 1968; SANTOS, 1968; VAINFAS et al., 2000). Tal recorte será explicado mais adiante e a idéia de transferência, transposição e adaptação da cidade ou cidades portuguesas para o Brasil será trabalhada distante de idéias pré-estabelecidas que pretendem exacerbar qualidades fictícias ou regularidades inexistentes.

Busca-se caracterizar e definir origens e estabelecer como um modo de ser, fazer e estar foi transferido e adaptado a novas situações e, avaliar até que ponto essa adaptação afasta-se de sua matriz e transforma-se ou não em algo diferente e/ou novo.

Este trabalho lança mão tanto de análises históricas quanto morfológicas da cidade portuguesa produzida no que hoje é o Brasil nos séculos XVI e XVII. Para tanto, a pesquisa busca alicerçar-se em alguns conceitos fundamentais para estruturá-la, justificá-la e ampará-la acadêmica e cientificamente. O que parece por vezes desnecessário é, na verdade, uma maneira de clarificar o processo de análise, auxiliando o leitor a compreender a construção do raciocínio e orientá-lo no caso de desconhecimento de determinados conceitos, métodos e técnicas analíticas. Estes conceitos estão ligados aos processos de formação e desenvolvimento do espaço urbano que partem do pressuposto de que as cidades não funcionam sem as sociedades que as criaram. As cidades podem até existir fisicamente sem suas sociedades geradoras mas, serão como fósseis de organismos mortos: cascas vazias de onde se pode apenas inferir certas ações desenvolvidas por tais organismos.

As cidades portuguesas erguidas no Brasil serão analisadas sob a ótica sócio-morfológica (HILLIER e HANSON, 1984), ou seja, o espaço urbano sob o ponto de vista de sua forma e como esta forma foi gerada a partir da sociedade que a gerou ou a adaptou de acordo com suas necessidades e costumes (WEBER, 2000) e como esta cidade foi estruturada através do(s) tempo(s) (LE GOFF et al., 2005).

As condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa foram estabelecidas por todos os que trataram antes do tema, pois criam condições para o debate na medida em que estabeleceram respostas para algumas questões levantadas. A intenção da pesquisa é verificar

a “portugalidade” (ROSSA, 2000, p. 10) das cidades erguidas pelos portugueses, no que hoje é o Brasil, entre 1532 e 1640 – entendida essa “portugalidade” como um modo de ser próprio dos portugueses e de sua cultura, tal como existem em outras culturas (HILLIER, 2004).

A pesquisa seguiu um encadeamento cronológico para verificar o surgimento e desenvolvimento da sociedade portuguesa e da cidade gerada por ela até a colonização do Brasil a partir do século XVI. Tal encadeamento porém, não pretende estar ligado a idéias de “evolução” da cidade sob o ponto de vista positivista (BIRARDI et al., 2007). Apesar de não pretender dissecar a sociedade portuguesa (GODINHO, 1975), seu conhecimento prévio serviu para definir a espacialização de suas ações – há uma imbricação entre sociedade e espaço urbano e sociedade e conhecimento. Parte-se do princípio de que existe uma sociedade portuguesa que desenvolveu características próprias de ser e agir e que desenvolveu também um conhecimento, um saber-fazer que garante a espacialização de suas ações. Devido a uma inércia social característica das sociedades pré-industriais (SILVA; SILVA, 2006), essas ações vão se transformar muito pouco, pelo menos até o recorte temporal da pesquisa que coincide com o primeiro século de colonização/urbanização do que se chama hoje Brasil.

1.1. TEORIAS E CONCEITOS UTILIZADOS NA PESQUISA

A pesquisa necessitou, basicamente, da Sociologia, da História social, urbana e econômica; do Urbanismo – enquanto ciência da cidade, estando sob sua égide as teorias analíticas da formação e desenvolvimento urbano do ponto de vista sócio-morfológico, principalmente a teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER e HANSON, 1984).

A explicitação de determinados conceitos utilizados no trabalho, devidamente esclarecidos por autores reconhecidos academicamente visa também à eliminação de discussões do ponto de vista semântico⁵ sobre o significado desta ou daquela expressão utilizada ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo busca-se a sustentação necessária à argumentação, tendo em vista que os conceitos estão diretamente relacionados com a cidade – entendida entre outras coisas, como a manifestação física da sociedade.

O CONCEITO DE SOCIEDADE

Num esforço de síntese, Leite (1972, p. 226) define sociedade como “o conjunto de relações sociais, ou uma população auto-suficiente, relativamente independente, caracterizada por uma organização interna, um território e uma cultura”, ou seja, grosso modo pode ser dito que uma sociedade reúne uma população que compartilha de propósitos semelhantes e os mesmos

⁵ Semântica é a parte da Gramática que trata do significado e evolução, no tempo, do significado das palavras (FERREIRA, 1999; CEGALLA, 2005). Tais discussões surgiram ao longo da pesquisa, sendo estabelecida a necessidade da explicitação dos conceitos por exigência da banca de qualificação.

costumes. Vila Nova (2004, p. 221) propõe sociedade como “uma complexa teia de indivíduos e grupos interagindo de acordo com significados por eles atribuídos a suas ações, principalmente os significados derivados da cultura, em função de interesses e objetivos interpessoais”.

Por outro lado, autores como Chinoy (1973, p. 53) defendem que “a despeito de sua importância, não se chegou a um acordo inequívoco no tocante ao significado de *sociedade*, mesmo entre os cientistas sociais ou, mais particularmente, entre os sociólogos, alguns dos quais deram à sua disciplina o nome de ‘ciência da sociedade’”. Pretende o autor que ao invés de propor novas alternativas ou conceitos, a sociedade deva ser tratada como o “fato básico da associação humana”. Além disso, também advoga pela noção de sociedade como “antes o grupo dentro do qual os homens vivem uma vida comum total [...] não apenas aparentados uns com os outros, mas também em grupos interligados e justapostos” (CHINOY, 1973, p. 55). Esta característica pode ser encontrada em Portugal a partir da Nacionalidade, estabelecida no século XII, partindo do princípio que a instituição da Nacionalidade (SERRÃO, 1996, 2001) por um grupo de indivíduos descontentes com as relações existentes então entre eles e o reino a quem deviam vassalagem. De fato, a associação das comunidades castelhano-aragonesas e portugalenses era inviável devido a uma série de interesses discordantes entre os dois grupos, a começar pelo aspecto lingüístico que já se apresentava com clareza àquela época. Aliado a estes, havia, é claro, vários outros, que passaram a ser realçados a partir do ato de Afonso Henriques em favor daquele território e sua população.

A constatação da existência, desde o século XII, de uma população definida por uma série de particularidades como costumes, leis, língua, sistema administrativo organizado, etc., leva à utilização, nesta pesquisa, das expressões **sociedade portuguesa** e **sociedade medieval portuguesa** (MARQUES, 1973; GODINHO, 1975) para caracterizar a população e suas ações sociais⁶ (WEBER, 2000) desenvolvidas no território português continental, nos territórios insulares e nos territórios pertencentes aos portugueses na África, Ásia e América.

Neste trabalho, entende-se que os portugueses, pertencentes a uma sociedade particular dentro do contexto humano, levaram esta sociedade para todos os territórios por eles ocupados, incluindo o Brasil (HOLANDA, 1995) e não criaram uma sociedade própria e diferenciada para cada território conquistado.

A pesquisa também trabalha com a idéia de que a sociedade portuguesa possuiu uma estabilidade estrutural que, partindo da formação da Nacionalidade, no século XII, sofreu

⁶ Tomando a construção de cidades como uma ação social por representar uma ação de indivíduos pertencentes a uma sociedade na intenção de fins racionalmente definidos: moradia, defesa, comércio, etc. (WEBER, 2000, p. 13-16)

alterações vagarosas e que, mesmo na chamada “Idade Moderna” era, eminentemente medieval (LE GOFF, 2008; MARQUES, 1973; GODINHO, 1975).

A utilização das expressões destacadas acima em negrito é fruto do entendimento da conceituação de sociedade por parte dos estudiosos portugueses e que este trabalho não tratará de tais discussões. A pesquisa acata os resultados daqueles estudos, tomando para si o que poderá ser útil na definição e estruturação da cidade chamada portuguesa mais adiante – cidade portuguesa.

A sociedade que formou a cidade portuguesa para o desenvolvimento e controle de suas ações foi estamental (WEBER, 1974), heterogênea e complexa. Mais ainda, por compreender em seu conjunto grupos étnicos, religiosos e culturais geralmente antagônicos e que não admitiriam uma assimilação mútua. Tais grupos, os cristãos, muçulmanos e judeus viveram séculos oscilando entre o equilíbrio precário e a falta de aceitação total. A partir da Nacionalidade, as animosidades partiam sempre dos cristãos contra os muçulmanos e judeus, resultando, no final do século XV, num processo forçado de “simplificação social”, que buscava eliminar as culturas muçulmana e judaica, como será visto adiante. Mesmo assim, a sociedade cristã portuguesa não conseguiu, de uma hora para outra, eliminar aspectos da vida portuguesa que estavam diretamente ligados a tais culturas, principalmente a muçulmana, e que se refletiram de modo claro na configuração espacial de suas cidades e no modo de usar os espaços urbanos. Hoje, isto permanece como um dos pontos cruciais das pesquisas que buscam individualizar a urbanística portuguesa em relação às suas congêneres européias.

1.1.1. O USO DA HISTÓRIA

Tendo em vista que pesquisa aborda morfologia urbana e história urbana ou da cidade, buscar-se-á definir aqui como a História auxiliará no desenvolvimento da investigação e quais métodos são mais convenientes.

Bourdé e Martin (*apud* BIRARDI et al., 2007) advogam que “a História é, se se pode dizer, um dos ofícios menos estruturados da ciência social, portanto um dos mais flexíveis e mais abertos”⁷, ou aquela “que aceita todas as lições de sua múltipla vizinhança” (BRAUDEL, 2007, p. 42). Ou seja, suas formas de pesquisa e interpretação dos fatos e objetos podem ser estruturados no intuito de se obter um amplo espectro de visão de como e porquê as coisas se conectam no tempo e no espaço. Se o historiador pode se valer de outras ciências, estas serão usadas na medida em que forem necessárias para a pesquisa, uma vez que há limitações para este uso e para as interpretações do que foi obtido.

⁷ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000. p. 131.

Até certo ponto, não interessam “os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais” (ARENDDT, 2000, p. 72) a não ser que tenham influência clara sobre os objetos da pesquisa, pois o que interessa é a história de objetos extensos – as cidades – cuja produção não pode ser atrelada a poucos indivíduos, mas sim a coletividades – incluindo aí os marginais (SCHMITT, 2005). Ao mesmo tempo, a pesquisa pode ser explicada como um processo de inquietação do homem sobre sua história por uma “perda da obra humana no senso mais lato, que incluiria toda a história” (ARENDDT, 2000, p. 126). Isto leva ao problema da memória, tido por Le Goff (1990, p. 476) como “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Essa busca produz o desejo de explicar o processo de transferência da cidade portuguesa para o Brasil nos séculos XVI e XVII, tentando preencher as lacunas do ontem para, afinal, compreender o hoje e projetar um possível amanhã, menos vazio e um pouco mais pleno de significados, já que, “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 535). Entende-se então que o processo de perda dos objetos, do conhecimento e da memória leva ao desenvolvimento de pesquisas como esta.

Os conceitos utilizados na análise da cidade portuguesa e suas derivações são os da Nova História⁸ (LE GOFF, 2005). Para tanto, será necessário o auxílio da História social e econômica, da História da técnica, da História urbana, da Arqueologia urbana, da Sociologia e da Geografia e da História das mentalidades para a obtenção e tratamento de dados que sirvam para o reconhecimento da cidade portuguesa, seus modos de ser e de se desenvolver, os conhecimentos que a fizeram surgir e como esses conhecimentos serviram à construção das cidades portuguesas no Brasil.

Um dos principais conceitos utilizados será o da “Longa Idade Média”, sugerido por Le Goff (2005, 2008) e que vai do século IV ao XVIII, “quer dizer entre o fim do Império Romano e a Revolução Industrial” (BASCHET, 2005, p. 44). Desse modo, torna-se claro que o Iluminismo é o verdadeiro marco da modernidade e negando a “falsa ruptura de um século XVI, de um Renascimento que seria sua negação [da Idade Média]” (BASCHET, 2005, p. 17). Tal conceito será útil por justificar uma continuidade de saberes e fazeres além das datas estabelecidas para o fim da Idade Média (1453 e 1492), negando o advento de uma modernidade tal como se conhece hoje porque um pequeno grupo de artistas e literatos

⁸ Para uma visão crítica da Nova História ver: BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____ (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 7-37.

“redescobriu” o classicismo ou repudiou certos modos de vida que vigoravam no seu tempo (ERASMO, 1988). A idéia da “Longa Idade Média” não apregoa nem imobilidade, nem obscurantismo (LE GOFF, 2008), mas busca trabalhar com uma certa inércia⁹ no que tange aos modos de vida medievais, em especial os modos de vida portugueses. Tais modos, segundo estudos realizados por pesquisadores portugueses não se apagaram nem com o advento do século XVI, nem com as conquistas de novas terras além-mar (OLIVEIRA MARQUES, 1975; GODINHO, 1975; ANDRADE, 1993; SERRÃO, 2001). Na realidade, foram levados pelos portugueses às terras conquistadas, estabelecendo um padrão de transferência e permanência cultural que se adaptava aos novos territórios (CALMON, 2002). Os “fatores de inércia” no caso das transformações das formas urbanas foram identificados por Calabi (2003) como sendo “os habitats, tradições, interesses fundiários, ou ligados a algumas práticas que obstaculizam as mudanças” e que são mais facilmente identificáveis no período em questão. Trata-se do ambiente natural, a estrutura sócio-econômica, a técnica, os interesses da Igreja e do Estado e da a prevalência do conhecimento vernacular sobre o erudito no dia-a-dia do fazer cidades (MARTIN, 1994).

Em outras palavras, trata-se da noção da permanência das estruturas ou das “realidades que mudam devagar” e que justificam a idéia de “longa duração” apontada por Braudel (2007, p. 41).

Bloch (*apud* POMIAN, 2005, p. 131), diz que “não se poderia buscar as origens de uma coisa que não se conheceria de início claramente”. Por isto, a pesquisa busca um conhecimento prévio da cidade portuguesa surgida durante a Idade Média, suas origens e quais os seus elementos componentes, no intuito de verificar a existência de um saber-fazer e de uma série de configurações estreitamente relacionadas ao modo de vida português, progressivamente desenvolvido até o século XVI. Busca igualmente averiguar como este pretense saber-fazer teria sido utilizado na urbanização do Brasil nos séculos XVI e XVII. Neste momento entra o conceito de História das Estruturas (POMIAN, 2005), que se vale do conceito de estrutura proposto por Braudel (2007, p.49):

“Por *estrutura*, os observadores sociais entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós historiadores, estrutura é, sem dúvida, articulação, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento.”

⁹ Entenda-se por “inércia” aqui, uma tendência não à imobilidade total, impossível nas sociedades humanas, mas a uma vagarosidade nos processos de transformação social, intelectual e tecnológica. Para um entendimento prévio do assunto, contextualizado com a inércia social brasileira ver A. Cardoso (2003).

De fato, duas estruturas se imbricam no desenvolvimento do objeto de pesquisa (cidade portuguesa no Brasil): a sociedade portuguesa e a cidade gerada por esta sociedade. Apesar de mudanças naturais, estas duas estruturas serão consideradas como sendo de longa duração, pelo fato de que as modificações geradas em cada uma delas foram extremamente lentas ou extremamente parciais entre os séculos XII e XVII, período de tempo em que se estabelece o Estado português, se definem as estruturas sociais e ocorrem a estruturação da cidade portuguesa e sua posterior transferência para o Brasil (ALMEIDA, 2000; SERRÃO, 2001).

Se a noção de estrutura descrita acima pode parecer demasiada geral ou especificamente ligada à Sociologia e a História, mais adiante, as relações entre sociedade e seu principal arcabouço físico – a cidade – serão melhor explicitadas de acordo com a lógica social do espaço e as noções de cidade como espaço social por excelência (HILLIER e HANSON, 1984; HILLIER, 2004, 2007).

Para o entendimento dos objetos de pesquisa, o estudo de documentos históricos ou fontes históricas foi de crucial importância. Aqui, fonte histórica será entendida como vestígio das atividades humanas, não se atrelando apenas a documentos oficiais, mas a todo aquele que possa ajudar no entendimento dos objetos de pesquisa (SILVA; SILVA, 2006). Sua análise e interpretação levarão em conta a visão que a Nova História tem de que todo tipo de documento pode ser utilizado na pesquisa histórica (BURKE, 1992), mas considerará também “a não-inocência” dos documentos (LE GOFF, 1990, p. 11). Nesta pesquisa não se recai na leviandade de levar tudo em conta como documento ou fonte histórica – serão preferidos documentos coevos autenticados por órgãos oficiais e textos elaborados por autores consagrados, ligados a instituições de ensino e pesquisa idôneas. Dentre os que serão levados em conta, destacam-se entre outros documentos:

- 1- A cartografia: mapas, plantas, portulanos, etc.;
- 2- As imagens: desenhos, vistas, pinturas, esboços, etc.;
- 3- Os documentos oficiais: leis, ordenações, normas, éditos, forais, etc.;
- 4- As descrições de viajantes, conquistadores, militares, intelectuais, etc.;
- 5- Os livros, artigos, ensaios, teses que versam sobre o assunto e tenham passado pelo crivo de instituições e comissões editoriais devidamente abalizadas.

Tais documentos, seus recortes temporais, suas características, qualidade, confiabilidade, etc. serão analisados dentro da metodologia estabelecida para a pesquisa que será explicitada em capítulo próprio. Há que esclarecer que a análise de tais documentos recai no estudo da

história das mentalidades, ao buscar a interpretação dos objetos de pesquisa na época em que foram estabelecidos, no intuito de verificar as intenções e desígnios daqueles que promoveram suas fundações e desenvolvimento à época, levando em conta a noção de mentalidade estabelecida por Silva e Silva (2006, p. 279):

“Na historiografia, o conceito de mentalidades passou a designar as atitudes mentais de uma sociedade, os valores, o sentimento, o imaginário, os medos, o que se considera verdade, ou seja, todas as atividades inconscientes de determinada época. As mentalidades são aqueles elementos culturais e de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem. Ela é a estrutura que está por trás tanto dos fatos quanto das ideologias ou dos imaginários de uma sociedade. Tal conceito está muito ligado à questão temporal, pois a mentalidade é considerada uma estrutura de longa duração. Além disso, ao contrário dos fatos, que acontecem rapidamente, a mentalidade permanece durante muito tempo sem modificações, e suas mudanças são tão lentas a ponto de nem serem percebidas.”

Na realidade, a noção de mentalidades pretende buscar o entendimento que se tinha da cidade ao longo da Idade Média e seus reflexos no processo de colonização/urbanização do território hoje brasileiro. Em capítulo específico, uma breve visão sobre a idéia de cidade na Europa ao longo da Idade Média e do período inicial do que se chama de Idade Moderna será mostrada no intuito de entender qual idéia de cidade permaneceu em Portugal e foi trazida para cá a partir do século XVI.

1.1.2. O CONCEITO DE TIPO APLICADO À CIDADE PORTUGUESA

A pesquisa parte da premissa da existência de um tipo particular de cidade européia – a cidade portuguesa – de seu surgimento, desenvolvimento e características e como esse tipo de cidade foi **transferido** para uma nova realidade, ou seja, o território conhecido hoje como Brasil, nos séculos XVI e XVII.

Os estudos científicos sobre a cidade portuguesa, sob os mais diversos aspectos surgem a partir da década de 40 do século XX. Ciências como a Geografia, a História e a Sociologia se debruçaram sobre a cidade portuguesa no intuito de entendê-la e conceituá-la.

Ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX, os estudos sobre as cidades portuguesas tomaram fôlego e, sobre elas, estabeleceu-se um campo de estudos específico sobre a mesma como já se falou anteriormente. Tais estudos, apesar de importantíssimos se pautaram, em muitos casos em afirmar a existência do urbanismo português sem, no entanto, defini-lo claramente.

Nos últimos anos, os autores luso-brasileiros têm-se ocupado em estabelecer o conceito da cidade portuguesa através da definição de um “urbanismo português” (TEIXEIRA; VALLA,

1999). A despeito de advogar a favor desta idéia, nesta pesquisa observou-se a necessidade de estabelecer critérios mais claros na definição da cidade portuguesa, ou seja, de amparar os estudos efetuados até agora em um lastro mais sólido. Na realidade, o acúmulo de informações sobre a cidade portuguesa, exposto nestes trabalhos e a existência de um modo de fazer a cidade portuguesa, seja ela ordenada ou orgânica, inferido em muitos deles não é suficiente para defini-la. À guisa de verificação, observa-se que, ao justificar a existência de um “urbanismo português”, Abreu (2007, p. 1-2), não apresenta fundamentação suficiente ao afirmar que: “estas novas práticas de controle do espaço urbano nos autorizam a aceitar a existência desde os finais da Idade Média, de um ‘urbanismo português’”, sem, no entanto deixar claro porque há urbanismo português ou quais são as particularidades da cidade portuguesa como um tipo de cidade ocidental e européia, preocupando-se em reforçar questões de regularidade morfológica, o desenvolvimento de uma prática urbanística erudita e possíveis influências renascentistas.

Esta pesquisa parte da premissa de que a cidade portuguesa é um **tipo** específico de cidade. Então, para que não haja dúvidas acerca das expressões cidade portuguesa, cidade medieval portuguesa, cidade portuguesa no Brasil, etc., faz-se necessário definir o que é tipo e como este conceito se aplica para a cidade que se pretende estudar.

Vários autores desenvolvem o conceito de tipo ao longo da história. Abbagnano (1999, p. 59) esclarece que Platão¹⁰ e Aristóteles¹¹ já entendiam o tipo “no sentido de modelo, forma, esquema ou conjunto interligado de características que pode ser repetido por um número indefinido de exemplares”, o que parece se coadunar mais adiante com a noção de tipo utilizada na arquitetura e no urbanismo.

Weber (2000, p. 5) estabelece que “em virtude de sua compreensibilidade evidente e de sua inequivocabilidade – ligada à racionalidade, a construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesse casos, à Sociologia como ‘tipo’”. Ou seja, *tipo* é a construção de uma ação ou algo, tendo em vista um objetivo ou forma final. Logo se a sociedade portuguesa (definida previamente) precisa de uma forma urbana que seja apropriada às suas ações, existe um tipo de cidade que lhe é peculiar e que pode ser resultado do seguinte raciocínio:

Ação orientada pelo **fim = tipo**
 ↓ ↓

Construir cidades Cujos espaços sejam convenientes às ações da sociedade portuguesa = cidade portuguesa.

¹⁰ República.

¹¹ Ética a Nicômano.

Se a ação da sociedade portuguesa em construir espaços urbanos que lhe seja conveniente pode gerar a cidade portuguesa, do ponto de vista sociológico, do ponto de vista da história da cidade e do urbanismo, a dita cidade portuguesa tem sua taxonomia definida da seguinte forma: Goitia (1989) admite a existência da cidade ocidental e européia, sendo que dentro desta existem as cidades mediterrânea e a anglo-germânica – sobre esta não interessa discorrer no âmbito desta pesquisa. A cidade mediterrânea européia é, basicamente o fruto do urbanismo greco-romano que, introduzido na Península Ibérica, teria gerado a cidade ibérica, representada pelas cidades espanholas e portuguesas. Desta forma, a cidade portuguesa seria um tipo particular de cidade, concernente à sociedade portuguesa, mas em nenhum momento admitida como algo único e destituído de relações com suas predecessoras e contemporâneas. É preciso buscar a noção de tipo de forma mais específica ao campo da arquitetura e, principalmente do urbanismo, tornando o conceito mais claro dentro da esfera de estudo desta pesquisa.

O conceito de tipo para a arquitetura foi desenvolvido por Quatremère de Quincy (*apud* MORAIS, 1995, p. 234):

“...a palavra tipo não representa tanto a imagem de uma coisa que se imita perfeitamente quanto a idéia de um elemento que deve ele próprio servir de regra ao modelo... O modelo é entendido segundo a execução prática da arte, sendo um objecto que se deve repetir tal qual é: o tipo é, pelo contrário, um objecto, segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelham entre si. Tudo é preciso e dado no modelo: tudo é mais ou menos vago no tipo...”

Ou, como expressa Pereira (2005, p. 154):

“Quatremère estabeleceu uma diferença entre modelo, que é uma coisa, e tipo que é uma idéia e que constitui a única base válida para a imitação. A essência do tipo é um princípio elementar, espécie de núcleo, mas apresenta-se diferente em cada país”.

Neste texto observa-se que o tipo é algo que existe subjacente a determinados objetos que podem ser agrupados numa mesma “família”, ou seja, se se trata de cidades, nenhuma será igual à outra. Mas falando de cidades concernentes a determinadas sociedades, tempos e lugares, é possível falar em tipos de cidades e a cidade portuguesa. Mesmo diversa em suas formas, apresentaria uma tipologia familiar a despeito de arranjos mais ou menos diferenciados dos seus elementos estruturadores que resultariam em formas diversas com funcionamento semelhante.

Ainda insistindo na clarificação da existência da cidade portuguesa como um tipo específico de cidade, pode-se valer do que Rossi (2001, 25) entende como tipo, seja arquitetônico ou urbano:

“Sustento, portanto, a importância das questões tipológicas. Importantes questões tipológicas sempre percorreram a história da arquitetura e colocam-se normalmente quando encaramos problemas urbanos. Tratadistas como Milizia¹² nunca definem o tipo, mas afirmações como a seguinte podem ser incluídas nesse conceito: ‘A comodidade de qualquer edifício compreende três objetos principais que são: 1. A sua situação; 2. A sua forma e 3. A distribuição de suas partes’. Penso, pois, no conceito de tipo como algo permanente e complexo, um enunciado lógico que está antes da forma e que a constitui.”

Dessa forma, pode-se dizer que situação, forma e distribuição das partes são resultados de um conhecimento estabelecido sobre como fazer a cidade específica para um grupo social específico.

Do ponto de vista da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984; HILLIER, 2001, 2003), a cidade é um objeto socialmente construído. Logo, se existem sociedades distintas, existem cidades derivadas dessas distinções, o que justifica a existência de uma cidade portuguesa. Hillier e Hanson (1984, p. 26) deixam isso claro ao dizer que “in an obvious way human **societies** [grifo nosso] are spatial phenomena”¹³, ou seja, cada sociedade (parte-se do princípio de que existem várias) produzirá seu espaço urbano próprio. Hillier (2003, p. 1) salienta a existência de “various kinds¹⁴ of social city”. Há também um entendimento mais profundo definido por este autor (2007) acerca das propriedades configuracionais do espaço que, conforme disse Milizia (*apud* Rossi, 2001, p. 25), precedem a forma, têm larga aplicação no tempo, fazem parte de um **conhecimento comum** e não são comumente sistematizadas mas, caracterizam as cidades definindo-as como tipos específicos.

A associação da cidade portuguesa a um tipo específico de cidade tentada aqui é prévia e não esgota o assunto. Pelo contrário, apenas inicia a discussão e pretende levá-la adiante em estudos posteriores. Baseado na hipótese da existência da cidade portuguesa como um tipo particular de cidade, busca-se verificar a sua transferência para um novo território.

¹² Francesco Milizia (1725-1798), em *Principi di architettura civile* (1781).

¹³ “De uma maneira óbvia, as sociedades humanas são fenômenos espaciais”.

¹⁴ A palavra *kind*, em inglês também significa **tipo** (Oxford English Dictionary, 2005, p.500).

1.1.4. O CONCEITO DE CIDADE

“Cidade [do latim *civitate*] s. f. Complexo demográfico formado social e economicamente por uma importante concentração populacional não agrícola, i. e. dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeira e cultural; urbe.”

(FERREIRA, 1999, p. 489 in: Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa)

A citação acima define Cidade em língua portuguesa. Esta definição é semântica e insuficiente para uma pesquisa acadêmica, mas serve para definir os limites do termo do ponto de vista da compreensão geral. A palavra Cidade será usada nesta pesquisa como termo geral, evitando-se tanto quanto possível, termos como centro urbano, núcleo urbano, assentamento urbano, etc. Os termos designativos de sistemas urbanos tidos como “similares” à cidade usados no Brasil (IBGE, 2007) e em Portugal (INE, 2007) como Vila, Povoado, Póvoa, etc. serão usados apenas quando for historicamente necessário. Como diz Fernandes (1992, p. 96): “the word ‘city’ is used here in the sense of urban space, without worrying about the distinction between a town or an administrative center considered as a city”¹⁵ ou, como salienta Marques et al. (1990, p.10), “entenda-se [o termo cidade] referido a aglomerados urbanos com certa importância, sem curar da definição episcopal de cidade vigente na época” (medieval e “Idade Moderna”).

A palavra cidade, já utilizada desde o título deste trabalho define o maior artefato humano criado desde a Antiguidade como centro ou pólo de onde irradia sua cultura. Sua forma material está intrinsecamente ligada à sua realidade sociológica, cultural e psicológica (ROSSI, 1966), ficando claro que a cidade aqui estudada é a cidade ocidental (VANCE, 1990; HALL, 1998) e, em particular a cidade conhecida como “mediterrânea” (BENEVOLO, 1983; GOITIA 1989; VANCE, 1990).

Mas uma mera definição semântica é suficiente para a definição de uma estrutura complexa como a Cidade? Já se disse que não. Faz-se necessário definir com maior precisão o que é cidade para que seja possível estabelecer uma caracterização da cidade portuguesa e do que dela se aproveitou na urbanização do Brasil nos dois primeiros séculos da colonização.

Sobre a cidade, Mumford (1998, p. 9), afirma com humildade e lucidez que

¹⁵ “A palavra ‘cidade’ é usada aqui no sentido de espaço urbano, sem se preocupar com a distinção entre um pequeno aglomerado urbano ou um grande centro administrativo, considerado como uma cidade”.

“Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações, nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o seu núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal de sua velhice.”

A despeito da sua extrema complexidade e de suas múltiplas interpretações, o trabalho de analisá-la não pode ser refreado. Cabe refletir sobre os aspectos plausíveis dessa análise, seus limites e as variáveis que permitirão o desenvolvimento de um trabalho parcial, porque impossível de abarcar o objeto como um todo, mas espera-se que contribua para o debate sobre esse mesmo objeto.

A palavra cidade, derivada do latim *civitas*, *civitate* definia originalmente a “associação religiosa e política das famílias e das tribos” (COULANGES, 2002, p. 145), ou seja, seu sentido era subjetivo, enquanto a *urbs* era de fato o lugar da reunião, o espaço físico onde esta se realizava ou se estabelecia.

Das palavras *civitas*, em latim e πόλις (pólis), em grego, derivam em quase todas as línguas ocidentais, palavras ligadas ao que mais caracteriza e distingue a espécie humana: civilização, cívico, civilidade, cidadania, política, polícia, etc., pelo menos no que tange aos seus significados. Hall (1998) considera a cidade como cadinho cultural¹⁶, o espaço precípuo para o desenvolvimento, atuação, geração e desenvolvimento da cultura humana: pólis (cidade) e demos (povo, população) não se separam e é fortemente balizada na premissa que este trabalho se desenvolve. A visão da cidade como um mecanismo complexo, dinâmico e sempre contraditório é descrita de modo veemente por Hall (1998, p.989) nesta passagem:

“Cities were and are quite different places, places for people who can stand the heat of the kitchen: place where the adrenalin pumps, through the bodies of the people and through the streets on which they walk; messy places, sordid places sometimes, but places nevertheless superb worth living in, long to be remembered and long to be celebrated.”¹⁷

Esta é uma visão, ao mesmo tempo, poética e crua, realista e emocionada do que é o espaço urbano, mas que, ainda assim, revela só uma porção infinitesimal da cidade em sua miríade de contradições, paradoxos e complexidades.

Já Vance (1990, p. xiii) ao conjugar os conceitos de cidade e urbanização como aspectos inerentes à cultura ocidental afirma que “urbanization has been such a central aspect of

¹⁶ “The city as a cultural crucible” é o título do livro 1 de sua obra “Cities in civilization: Culture, innovation, and urban order”, 1998

¹⁷ “Cidades foram e são lugares inteiramente diferentes, lugares para pessoas que suportam o fogo da cozinha; lugares onde a adrenalina bombeia através dos corpos das pessoas e das ruas por onde elas caminham; lugares imundos, algumas vezes sórdidos, mas apesar disso, lugares soberbos para se viver, para serem lembrados e celebrados”.

Western civilization that forces affecting cities are nearly as diverse as those shaping culture itself”¹⁸; para mais adiante tentar uma definição de cidade como segue: “cities are culture and geography’s largest artifacts, the product of a very complex play of greatly varied forces”¹⁹ (VANCE, 1990. p. 4). Entendendo-se como “forças” as naturais e, principalmente, antrópicas.

A cidade, sua forma e suas funções são resultado daqueles que a geram e a usam. Costa (1997, p.277) admite que “cidade é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca – numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico”. Deve-se evidenciar na citação, os termos “físico-social” e “histórico” que serão utilizados ao longo de todo o trabalho.

Ao tratar (literária e poeticamente) dos encantos e desencantos, significados e porquês da cidade, Calvino (2000, p.18) diz que “a cidade diz tudo o que se deve pensar” dela – sendo difícil o processo de “escutar” e compreender elementos complexos, absolutamente cotidianos e, ao mesmo tempo, estranhos ao entendimento de suas funções e significados, pois “as cidades também acreditam ser obra do espírito ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar suas muralhas” (CALVINO, 2000, p. 44). A cidade é matéria e é pensamento, um, sempre influenciando o outro, definindo, ao longo do tempo, modos específicos de uso e forma.

A cidade será tratada neste trabalho sob seus aspectos morfológicos, históricos e sociais, observando como ela é construída através dos seus elementos formadores tradicionais para atender às necessidades da sociedade que a constrói ou adapta. Levando-se em conta o recorte temporal utilizado – “final” da Idade Média (para Portugal), “início” da “Idade moderna” (para Portugal e Brasil) – serão consideradas tanto as possíveis modificações advindas do longo período estudado quanto a provável inércia e permanência de modos de produzir e usar o espaço urbano, levando-se em conta que, naquele período histórico, mudar estava na ordem do dia apenas para um grupo extremamente restrito da sociedade.

Castells (1983, p. 19) considera a cidade como a “forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta no meio rural não era necessária”. O autor ainda salienta que a cidade é articulada à estrutura social e determinada por um “sistema de distribuição e de troca” que necessita:

“1. de um sistema de classes sociais; 2. de um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3. de

¹⁸ “A urbanização tem sido mesmo o aspecto central da civilização ocidental, cujas forças que afetam as cidades são tão diversas quanto aquelas que moldam a própria cultura”. Tradução livre do autor.

¹⁹ “As cidades são os maiores artefatos culturais e geográficos já produzidos, produtos de um complexo jogo das mais variadas forças”.

um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4. de um sistema de troca com o exterior.”

(CASTELLS, 1983, p. 20)

Talvez o conceito que mais justifique o termo genérico **cidade** para todos os núcleos urbanos estudados nesta pesquisa seja aquele usado por Weber (1987), que considera cidade como um “local de mercado”, ou seja, a cidade

“[...] conta com um centro econômico do estabelecimento de um mercado local e no qual, em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades.”

(WEBER, 1987, p. 75)

É possível observar que os núcleos urbanos estudados, independentemente de terem a dignidade de vila ou cidade possuem o caráter de local de mercado. Seja em Portugal ou mesmo no Brasil do primeiro século, as vilas e cidades nasceram com funções de defesa, conquista e comércio externo (pau-brasil, açúcar) gerando um comércio interno muito cedo. Mesmo que se argumente sobre a penúria das vilas e cidades do primeiro século no Brasil frente à estrutura e importância do engenho (OMEGNA, 1972; HOLANDA, 1995), a “passagem de uma ‘cidade agrária’ [...] para uma cidade de consumidores, produtores ou comerciantes, é naturalmente muito fluida” (WEBER, 1987, p. 82). E há que considerar que, mesmo em Portugal, como se verá adiante, muitas vilas e póvoas, durante o período medieval, guardavam uma relação de dependência e sazonalidade de uso e ocupação, similar ao das primeiras vilas e cidades brasileiras. Isso permaneceu durante muitos séculos, mostrando mais uma vez que, o que acontecia no Brasil colonial, neste aspecto, não era novidade para o colonizador. Godinho (1975, p.1) afirma que as vilas portuguesas do medievo eram “pequenas e mal cuidadas”, quase não havia comércio e “o próprio artesanato era reduzido e confinado às necessidades de consumo” (id., p. 2), situação que foi trazida para o Brasil e, mais adiante mal-interpretada como resultante do extrativismo e da monocultura canavieira.

Outro aspecto salientado por Weber (1987) é o jurídico e que também se adequa aos objetos dessa pesquisa: no caso português, tanto vilas quanto cidades possuíam tanto estatutos jurídicos definidos quanto instrumental para exercer o poder jurídico no período estudado. Finalmente, do ponto de vista político-administrativo, as vilas e cidades também possuíam a mesma estrutura variando no que diz respeito à existência de determinados elementos administrativos mais diretamente ligados ao rei.

Logo, o termo cidade usado para nomear os objetos de pesquisa define, aqui, um lugar que, materializado através de elementos morfológicos reconhecíveis servirá de arcabouço para o desenvolvimento e controle das ações humanas seja dentro ou fora dela. Será o lugar onde, independentemente do seu tamanho e população, serão desenvolvidas atividades culturais, administrativas, econômicas e financeiras dentro de um contexto histórico específico e pertinente a uma sociedade organizada, no caso, a portuguesa e como essa sociedade molda o espaço para seu entendimento, uso e controle e como essa idéia de cidade se forma, se estabelece e é levada adiante no tempo e no espaço por essa sociedade.

1.1.4.1. A cidade medieval



Fig. 1.1 : Vista da cidade de Évora, retirada da capa do foral manuelino da cidade, datado de 1501. Fonte: Câmara Municipal de Évora, 2007.

“Otro si decimos que do quier que sea fallado este nome de ciudad, que entienda todo lugar que es cercado de los muros, con los arravales, e con los edificios que se contienen en ellos.”²⁰

Libro de las Leyes – Partida III, titulo XXXIII, ley VI, 1256-1265.

A imagem e a citação acima representam a idéia que o homem medieval tinha da cidade: um grande artefato humano inserido na paisagem natural, mas claramente contrário a ela, a começar por seu cinturão de muralhas que a defendem e afastam os “males” do mundo exterior.

Se falar de Idade Média já é algo temerário diante do múltiplo quadro de interpretações atuais, falar de cidade medieval ou da Idade Média é algo igualmente complexo. Ressalvas devem ser tomadas para o início desta análise, já que autores como Loyn (1992, p. 89) advertem que

²⁰ “Outrossim, dizemos que, o que quer que seja chamado de cidade, se entenda todo lugar cercado por muros, com os arrabaldes e com os edificios nele contido”.

“a imagem da cidade medieval amuralhada, compacta e densamente edificada não é falsa, embora a realidade seja mais complexa”.

A expressão Idade Média (*Medium Aevum*) foi empregada pela primeira vez pelo historiador alemão Christoph Cellarius em sua obra *Historia Universalis* (1707). Para fins didáticos, mas que, atualmente não possuem grande validade, tal período da História teria durado ora 1.058 anos (395-1453), ora 1.016 anos (476-1492) segundo vários autores (BESSELAAR, 1974; LOYN, 1992; BASCHET, 2006, etc.). Esta fase da História tem gerado uma infinidade de interpretações, análises e estudos. Não cabe aqui discuti-los, cabe analisar e buscar um conceito ou caracterização mínima do que se entende como cidade medieval, ou cidade surgida e/ou desenvolvida durante a “vigência” da Idade Média, para uma delimitação mais precisa dos objetos estudados e de suas formas de estruturação, baseadas nas necessidades e intenções da “sociedade medieval” (LOYN et al., 1992; BASCHET, 2006; LE GOFF, 2008).

Mantendo-se o uso da expressão Idade Média, tal período da História não será aquele estabelecido pela historiografia tradicional, que vai do século V ao XV, mas a Idade Média de Longa Duração ou Longa Idade Média (*Long Moyen Age*). Le Goff (2008, p. 14-15) afirma que “a Idade Média se situa entre uma lenta mutação, que judiciosamente de algum tempo para cá se chama ‘Antiguidade tardia’, denominação melhor que Alta Idade Média (aquela que começa mais tarde, por volta dos séculos de VI a VIII), e uma revolução no século XVIII”.

Esclarecido o “tempo” da Idade Média, cabe uma ressalva: a cidade que se pretende descrever é a cidade medieval ocidental e, mais especificamente, mediterrânea.

Goitia (1989, p.81-99) define a cidade medieval como sendo um tipo de cidade surgida no seio de uma “sociedade agrária rudimentar” que só aparecerá efetivamente a partir do século XI, já que antes quase toda a rede urbana romana é arruinada, deixando as cidades, ou completamente destruídas e esvaziadas ou tão reduzidas que mal podem ser tidas como espaços urbanos, quer seja física, administrativa ou economicamente. Suas principais características estão ligadas ao tamanho reduzido, à necessidade de muralhas de defesa e, na grande maioria dos casos, a uma estrutura morfológica orgânica e localizada onde a defesa fosse mais propícia como montes, escarpas, etc.; e seu surgimento/desenvolvimento está intrinsecamente ligado ao renascimento comercial que atinge a Europa entre os séculos XI e XIII (PIRENNE, 2001), que, diga-se de passagem não vai fazer com que todas as cidades européias se desenvolvam, ou se desenvolvam de modo igual. As especificidades dessas cidades medievais espalhadas desde a Itália até Portugal, passando pelos atuais Reino Unido, França, Alemanha e Espanha têm sido comumente simplificadas e resumidas em manuais

generalistas de história da cidade, do urbanismo e da urbanização, reduzindo tudo a características que levam em conta quase que somente as cidades além-Pirineus, crendo que as características de cidades como Lübeck, Bruges, Milão, Florença e Veneza podem ser, indiferenciadamente, levadas a todas as cidades da Europa.

Contudo, nem toda generalização deve ser descartada. Devido ao fato de que não existem, até o momento, trabalhos que sistematizem, classifiquem e analisem as cidades portuguesas, sob aspectos mais rigorosos, métodos gerais serão usados para o estabelecimento de um processo de conhecimento das características dos objetos de pesquisa.

Morris (1985, p. 98) classifica as cidades medievais em cinco tipos:

- 1) *Cidades de origem romana*: cidades de fundação romana que, em sua maioria foram devastadas pelas invasões e crises que duraram do século III ao IX. Sua estrutura, quase sempre regular, torna-se “esmaecida” pela destruição física do espaço urbano e pelo desaparecimento dos órgãos administrativos, gerando espaços por vezes irreconhecíveis, com tendências a uma estrutura morfológica orgânica (Fig. 1.2);

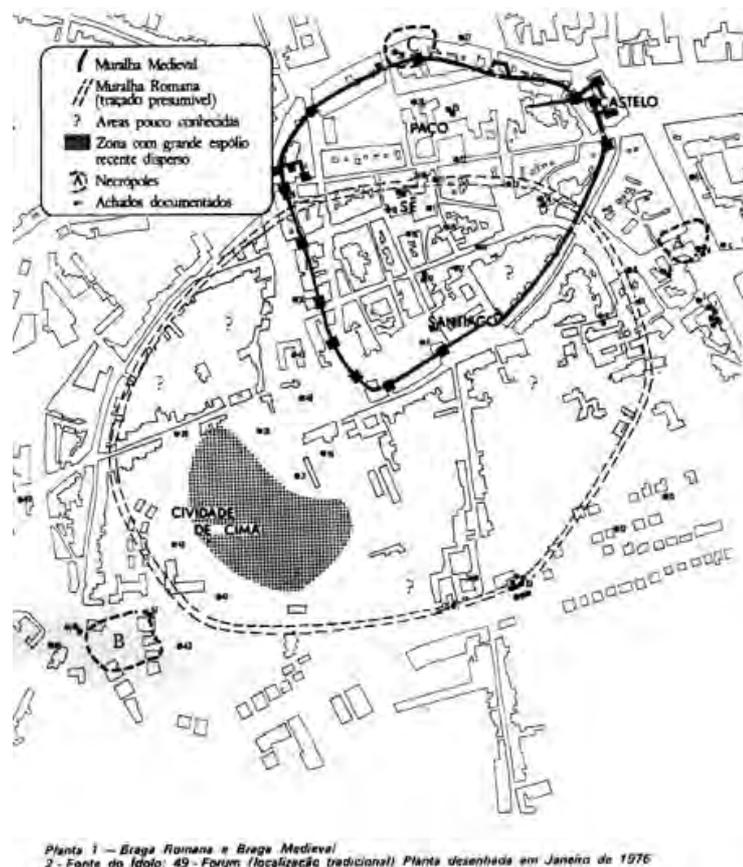


Fig. 1.2: A cidade de Braga, antiga *Bracara Augusta*. Em tracejado, a cerca romana; em preto, a cerca medieval, ocupando em torno de um quarto da cidade romana e se expandindo para fora dela. Fonte:

Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, 2007.

- 2) *Burgos construídos originalmente com funções militares*: na realidade os burgos eram fortalezas onde deveriam estar, permanentemente, guarnições militares, para proteger uma estrada, passagem ou fronteira. Suas funções urbanas desenvolvem-se pela posterior agregação de população civil e das suas respectivas atividades (Fig. 1.3);



Fig. 1.3: O burgo (*borough*) de Nottingham (Inglaterra) em mapa de 1610, surgido a partir do castelo, abaixo à esquerda. Fonte: British Genealogy, 2007.

- 3) *Cidades de crescimento orgânico surgidas a partir de aldeias*: Tais aldeias surgem de pequenos entrepostos comerciais ou a partir da ocupação de antigas *villae* romanas, sedes de grandes propriedades rurais que são invadidas pela população expulsa das cidades e que busca, no campo, alguma proteção. Seu crescimento se dá por agregação de novos elementos sem um controle central, com morfologia orgânica e que serão, mais tarde, o “arquetipo” da cidade medieval (Fig.1.4);

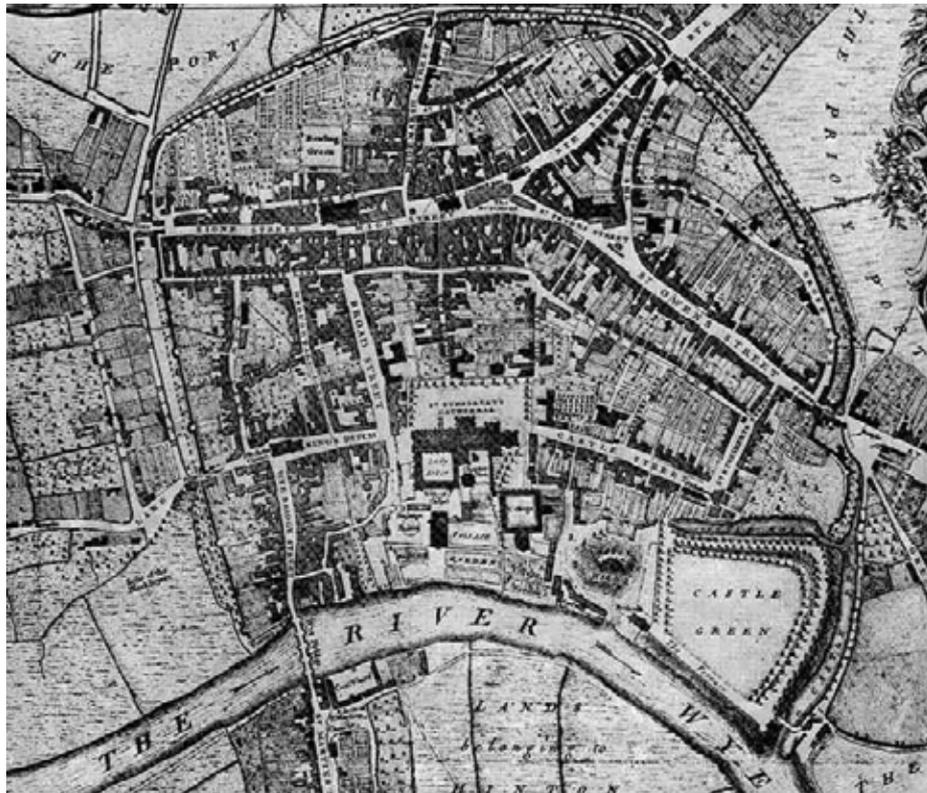


Fig.1.4: Hereford, Inglaterra em mapa de 1757, elaborado por John Taylor. A cidade teria surgido a partir de uma aldeia comercial às margens do rio Wye. Fonte: <http://www.herefordwebpages.co.uk/herefor2.shtml>, 2007.

- 4) *Bastides* fundadas na Europa ocidental: o termo francês *bastide* é aplicado por vários autores (Morris, 1984; Benevolo, 1983; Goitia, 1989; Hall, 1998, etc.) para designar as cidades novas surgidas entre os séculos XIII e XV, principalmente nos territórios que hoje compreendem a França, Reino Unido, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, onde tiveram as designações de *bastide* ou *ville neuve*, *new town*, *salvaterra*, *neuburg*, *villa nueva* e *vila nova*, respectivamente e que tinham um plano pré-definido. Suas estruturas morfológicas são extremamente simplificadas em relação às cidades medievais “típicas”, possuindo planta regular, formada por poucas ruas, poucas ou mesmo nenhuma praça e quase sempre com funções de defesa e/ou de colonização (Fig. 1.5);

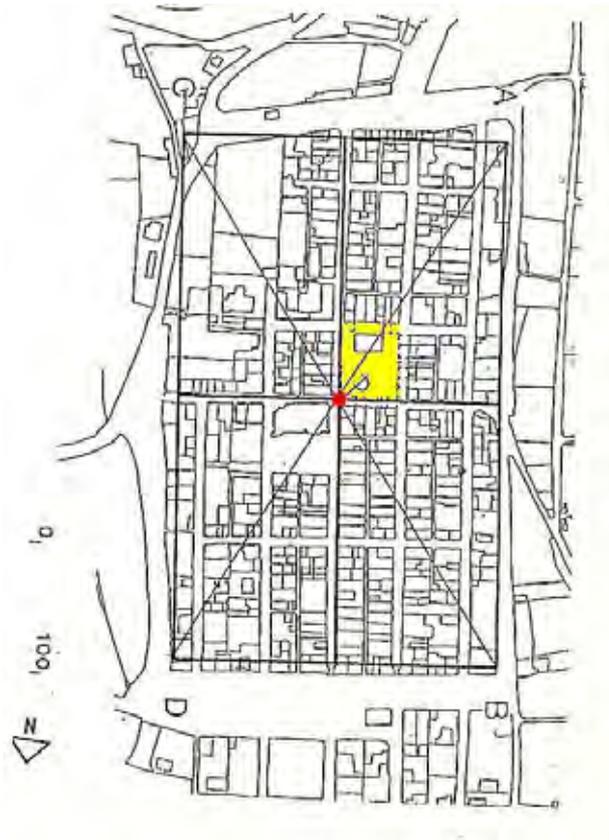


Fig. 1.5: A planta da *bastide* de Monpazier, fundada em 1268 por Eduardo da Aquitânia. Fonte: Urbanisme medieval, 2007.

5) *Cidades novas surgidas por toda a Europa em geral (incluindo a Europa Oriental):* surgidas a partir do renascimento urbano europeu, a partir do século XI e, relativamente contemporâneas das *bastides*, mas diferente destas, não possuem um plano pré-definido (Fig. 1.6).



Fig.1.6: A cidade alemã de Lübeck em mapa de 1806 (autor desconhecido), fundada em 1158 por Henrique o Leão, para colonizar as áreas próximas ao mar Báltico. Fonte: Wikipedia, 2008.

Se, de um modo geral, esta classificação pode ser aplicada para toda a Europa ocidental, da Alemanha até a península Ibérica, uma série de particularidades será aprofundada mais adiante no que tange à cidade medieval portuguesa.

1.1.4.2. A cidade medieval portuguesa

Este tópico serve como um preâmbulo do que será discutido e analisado no capítulo 2. Sua função é dar um panorama sobre o estado da arte da compreensão da cidade portuguesa dentro e fora de Portugal e, também do Brasil.

Esta pesquisa se vale do princípio que a cidade medieval portuguesa seja o resultado físico do amálgama das várias culturas que ocuparam o território hoje conhecido como Portugal ao longo de séculos. Autores como Chicó (1956), Gaspar (1985), Carvalho (1989), Teixeira (1999), entre outros têm tentado defini-la desde meados do século XX, alguns com mais sucesso que outros. Seus trabalhos servirão de base para uma idéia do que seja a cidade portuguesa.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a produção acadêmica sobre a cidade dita “medieval portuguesa” (GONÇALVES, 1988; CARVALHO, 1989; FERNANDES, 1992; ANDRADE, 1998; TEIXEIRA; VALLA 1999) ainda se encontra restrita a publicações de tiragem muito reduzida, às vezes patrocinadas por municipalidades portuguesas, artigos e comunicações, extremamente dispersos e de difícil acesso. O próprio diálogo entre os autores carece de um fórum mais amplo e permanente de debates, fazendo com que o estudo da cidade medieval portuguesa pareça ser um campo de estudos relegado aos regionalistas e aos excêntricos, principalmente quando se considera a pouca importância dada por estudiosos norte-americanos e de outros países europeus sobre o assunto.

Prova disso é o fato de que os textos clássicos sobre urbanismo, urbanização e história da cidade ignoram por completo a cidade portuguesa no contexto das cidades européias. Autores como Lewis Mumford, Spiro Kostof, Peter Hall, Henri Pirenne, Jacques Le Goff, James Vance Jr. etc. não citam nem nas entrelinhas qualquer informação sobre as cidades portuguesas em qualquer período²¹, o que não deixa de suscitar, dentro do meio acadêmico, a dúvida sobre a importância de se estudar um objeto que não despertou a atenção dos grandes mestres do assunto. Considerando que portugueses e brasileiros se debruçam sobre o assunto, parece que estão a perder tempo, dedicando-se a algo que não possui características que o diferencie de suas congêneres européias.

²¹ Leonardo Benevolo em seus livros “História da cidade” (1983) e “A cidade na história da Europa” (1995) cita as cidades portuguesas (Lisboa, Damão, Goa e Macau) de forma breve e desinteressante.

Não se pretende nesta pesquisa distinguir definitivamente a cidade medieval portuguesa das demais cidades medievais européias: semelhanças já foram há muito estabelecidas. Mas, faz-se necessário tecer um quadro mínimo para a caracterização da cidade medieval portuguesa que servirá de base para o estudo comparativo desta com a(s) cidade(s) construída(s) pelos portugueses no Brasil durante o primeiro século de urbanização (1532-1640). Este quadro será construído com base nos estudos de autores que têm desenvolvido trabalhos sobre o tema e que já informaram nestes trabalhos os caminhos para uma sistematização do conhecimento e a caracterização básica desta.

A particularização da cidade medieval portuguesa ampara-se também nas características específicas da sociedade portuguesa, sua geradora e usuária. É importante salientar que, nas últimas décadas, muitos autores têm buscado uma relação mais clara entre a sociedade e o espaço urbano português (GODINHO, 1975; GONÇALVES, 1988; CARVALHO, 1989; ANDRADE, 1993; BRANCO, 1993; BEIRANTE, 1995, etc.).

No capítulo 2, intitulado *A cidade portuguesa*, serão analisadas com profundidade suas origens, tipos, características sócio-econômico-morfológicas, entre outras. Porém antes disso, pretende-se neste subtópico esclarecer o uso do termo *cidade medieval portuguesa* ou apenas *cidade portuguesa*, no lugar de expressões como “cidade em Portugal”, “cidade medieval em Portugal” e outros que não conviriam ao estudo desse tipo específico da cidade ocidental, européia, mediterrânea e ibérica.

Os trabalhos clássicos e gerais sobre a cidade, não se debruçam sobre a cidade portuguesa, mas enaltecem as características de quatro tipos básicos de cidade medieval: a italiana, a francesa, a inglesa e a alemã. Suas características, diferenças e semelhanças são analisadas em uma série de estudos que se iniciam no século XIX e formam um *corpus* teórico que, grosso modo, é a base dos estudos sobre a cidade e seus vários aspectos no Ocidente. Como disse Benevolo (1995, p. 122) Portugal “é um país pequeno e periférico” e, talvez por isso, não suscite interesse por parte dos estudiosos dos países econômica e culturalmente mais importantes. Não cabe aqui discutir o verdadeiro significado da frase de Benevolo, ou se outros autores compartilham da mesma idéia. Cabe apenas o registro da falta de informações em obras gerais sobre a cidade portuguesa, ao mesmo tempo em que se admite a necessidade e o mérito do seu estudo.

1.1.5. O USO DOS TERMOS BRASIL, BRASIL COLÔNIA E/OU BRASIL COLONIAL

Apenas no intuito de evitar pequenas dúvidas acerca do uso do termo “Brasil”, nesta pesquisa, pretende-se aqui expor o que se entende por Brasil colônia ou Brasil colonial.

Nos últimos anos, os historiadores brasileiros têm discutido os termos a serem usados para designar o território hoje conhecido como Brasil e que foi uma colônia portuguesa de 1500 a 1808 (VAINFAS, et al., 2000). Autores como Novais (1999, p. 17) sustentam que a expressão “Brasil Colônia” é um “anacronismo” (id.) já que “não podemos fazer a história desse período como se os protagonistas que a viveram soubessem que a colônia iria se constituir, no século XIX, num Estado nacional” (id. ib.). O autor prefere usar a expressão “América portuguesa”, cunhada por Sebastião da Rocha Pita em sua “História da América Portuguesa”, editado em 1730, mas há que considerar que tal expressão só foi utilizada por este autor e vem sendo lembrada nos últimos trabalhos historiográficos mais por modismo do que por um embasamento mais sério.

É certo que o Brasil tal como se entende hoje não existia nem era entendido como tal no período de dominação portuguesa, mas todos os territórios da “América portuguesa” hoje formam o Brasil e todos os objetos de pesquisa estão hoje em território brasileiro. Mesmo assim, apesar do entendimento e aceitação de que o Brasil tal como se conhece hoje é fruto do processo de independência deflagrado em 1822, por questões de simplificação, o território que um dia abrigou os estados coloniais do Brasil (1549-1808), Maranhão (1621-1652), Maranhão e Grão-Pará (1654-1) e Grão-Pará e Maranhão (1731-1774), será chamado de Brasil colônia ou colonial amparado na opinião de Vainfas (2000, p. 83), ao afirmar que:

“O uso do termo *colonial* como qualificativo do Brasil entre o século XVI e início do XIX não parece ser, assim, de todo impróprio, se a referência for a cronologia e não o território ou a consciência da nacionalidade – esta última ausente mesmo nas ‘conjurações’ e ‘inconfidências’ do final do século XVIII.”

Portanto, os termos utilizados nesta pesquisa serão Brasil colônia ou Brasil colonial, abarcando o território *hoje* brasileiro.

1.1.6. A MORFOLOGIA URBANA

Esta pesquisa buscou unir história e morfologia urbanas na intenção de explicar o processo de transposição da cidade portuguesa para o território hoje conhecido como Brasil nos séculos XVI e XVII. Se o uso da História já foi definido e delimitado, faz-se agora necessário a explicitação de como a Morfologia Urbana irá auxiliar na pesquisa. Apesar das muitas teorias existentes e de uma certa tendência atual por valorizar teorias mais complexas e “matematizadas” em detrimento de outras apenas descritivas, esta pesquisa busca uma síntese entre estas duas vertentes no intuito de se utilizar o que de melhor estas possuem para a explicação do fenômeno urbano.

Lamas (2004, p. 37) define a Morfologia Urbana da seguinte forma:

“O termo ‘morfologia’ utiliza-se para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objecto. É a ciência que estuda as formas, **interligando-as com os fenômenos que lhes deram origem** [grifo nosso].

A morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e sua estrutura”

O que parece deixar claro que, a forma por si só não é suficiente para se explicar, devendo recorrer para tanto a um complexo de eventos que lhe justificam a existência e o modo de ser e “funcionar”.

A cidade, como todo sistema complexo, é formada por elementos constituintes que podem ser tomados como invariáveis, pelo menos no que tange às cidades ocidentais. Tais elementos, chamados por Lamas (2004, p. 79-108) de “elementos morfológicos do espaço urbano” e utilizados nas análises desta pesquisa são:

- O solo – o pavimento: “é a topografia e modelação do terreno” (LAMAS, 2004, p.80) e é nesse sentido que será tratado aqui;
- Os edifícios – o elemento mínimo: “é através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis...: a rua, a praça, o beco...” (id. ib., p. 84);
- O lote – a parcela fundiária: “o lote não é apenas uma porção cadastral: é também a gênese e o fundamento do edificado” (id. Ib., p. 86) ;
- O quarteirão: “... é um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado por três ou mais vias” (id. ib., p. 88);
- O traçado, a rua: “o traçado estabelece a relação mais directa de assentamento entre a cidade e o território” (id. ib., p. 98);

- A praça: “a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento e confluência de traçados – pela organização espacial e intencionalidade de desenho” (id. ib., p. 100);

- O monumento: “é um facto urbano singular, elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado. Para Poète, é um dos elementos que fundamentam o princípio das permanências.” (id. ib. p.102);

Por outro lado, deve-se incluir a muralha como um elemento preponderante na estrutura urbana medieval, pois “delimita a cidade e caracteriza a sua imagem e forma” (LAMAS, 1992, p. 152) e que, de modo um tanto precário e já alterada pela pirobalística será trazida para o Brasil no período estudado.

Além dos elementos físicos que compõem a cidade, acima denominados e descritos, Panerai (1983, p. 38-42) também salienta a existência dos “elementos reguladores”, definidos como²²:

- Linha de crescimento: Suporte de crescimento, ao longo dela constroem-se os edifícios. Pode ser natural, motivada por um elemento geográfico como um rio ou uma cumeada ou pode ser artificial, projetada como via de acesso ou de expansão, independente das condições naturais do espaço. É o “percurso-matriz” definido por Caniggia e Maffei (1995);

- Pólo de crescimento: O agrupamento primordial a partir do qual se desenvolve o tecido urbano, o ponto de origem;

- Limite de crescimento: Obstáculo que impede a continuação do crescimento linear. Comumente, o limite acaba, com o tempo por se transformar em um novo pólo. Uma ponte, uma porta ou um monumento podem se constituir em limites de crescimento

- Barreira de crescimento: é um obstáculo ao crescimento do tecido urbano. Pode ser um obstáculo geográfico: rio, lago, floresta, morro ou montanhas, etc. ou artificiais: muralhas, fossos, canais, estradas, limite de propriedade, etc.

A associação entre os elementos morfológicos do espaço urbano e os elementos reguladores estabelecem um *corpus* analítico do espaço urbano que pode descrever certos fenômenos na formação das cidades, mas que parecem ser insuficientes para determinar o porquê das diferenças de “funcionamento” das cidades no tempo, no espaço e em cada sociedade. Se o que se busca é a definição do que seria uma cidade portuguesa e como esta cidade foi transferida para o Brasil, faz-se necessário inserir o conceito de “cidade social” estabelecido por Hillier e Hanson (1984), o que será feito abaixo.

²² Adaptados do original em espanhol: *Línea de crecimiento, Polo de crecimiento, Límite de crecimiento, Barrera de crecimiento*. In: PANERAI, Philippe et al.. **Elementos de analisis urbano**. p. 38-42.

Na realidade o que se pretende é uma análise morfológica que leve em conta seus elementos físicos (constituintes e reguladores) e como estes elementos são utilizados e contornados segundo as leis do espaço definidas pela Sintaxe Espacial na produção de um tipo de cidade, portuguesa e como este tipo de cidade é trazido, mantido ou adaptado às condições encontradas na nova colônia.

1.1.7. O USO DA LÓGICA SOCIAL DO ESPAÇO

Se esta pesquisa busca uma análise morfológica que leve em conta seus elementos físicos constituintes e reguladores e como estes elementos são utilizados nas cidades portuguesas e, posteriormente trazidos para o Brasil, a descrição desses elementos, seja do ponto de vista histórico ou morfológico não será suficiente para estabelecer uma relação de “descendência” direta ou não entre as experiências urbanísticas em Portugal e aquelas tentadas em sua colônia americana. As análises meramente visuais, ou baseada na leitura de mapas, plantas, etc. têm levado a resultados baseados em visões pessoais do problema.

A Lógica Social do Espaço (HILLIER; HANSON, 1984) é uma teoria nova que busca um entendimento profundo acerca do espaço, arquitetônico e urbano e suas relações com a sociedade que o cria, o utiliza, o influencia e se deixa influenciar. Também conhecido pelo nome de sua ferramenta analítica, a Sintaxe Espacial ou *Space Syntax*, no original, a intenção de tal teoria é, antes de tudo, transcender à mera análise visual que serviu de base para a análise morfológica arquitetônica ou urbana durante décadas.

O problema do espaço e de sua análise do ponto de vista científico levou ao desenvolvimento de uma metodologia de análise que une matemática, ciências naturais e filosofia de modo indelével²³. Ao tratar de questões complexas relacionadas ao espaço urbano português e suas manifestações no Brasil, julgou-se que a mera análise histórica e a análise visual dos objetos e da cartografia poderia levar a recair nos mesmo equívocos dos trabalhos anteriores.

Contudo, para além da mera interpretação matemática, a Lógica Social do Espaço, aborda o problema do espaço de forma mais elaborada, levantando questões e propondo interpretações com um alcance mais profundo, que essa pesquisa utiliza apoiando-se em dois pontos: as leis do espaço e a idéia de “conhecimento social” do espaço que, será chamada a partir de agora de saber-fazer, sendo definida dentro dos critérios estabelecidos pela teoria.

Outro aspecto a ser abordado é que, o pensamento da Lógica Social do Espaço supera a pretensa dicotomia entre as cidades “orgânicas” e as “planejadas” ou ordenadas. Hanson (1989, p. 39) argumenta que:

²³ Para a leitura da abordagem do problema do espaço ver: HILLIER, Bill; HANSON, Jullienne. The problem of space. In: **The social logic of space**. 1984, p. 29-33.

“Its customary today to discuss the morphological properties of organic, vernacular or ‘natural’ cities as if they are completely different, and therefore incommensurable phenomenon from planned or ‘artificial’ cities.

It has been argued that this is the case because the mind operating reflexively is incapable of conceptualizing complex overlapping socio-spatial realities like cities and has therefore to clarify them by reducing them to simple organizing principles in order to design.”²⁴

A autora ainda acrescenta que a discussão se dá pela confusão entre conceitos de ordem e conceitos de estrutura: no que concerne a esta pesquisa, observa-se que os estudos realizados até hoje sobre a cidade luso-brasileira têm recaído na idéia de que só existe ordem sob o ponto de vista cartesiano.

Para o entendimento do espaço urbano é necessário conhecer as leis que o regem. Hillier (1989) definiu três tipos de leis do espaço que podem ser enunciadas como segue²⁵:

Tipo 1: leis para a geração do objeto urbano por ele mesmo, ou seja, leis que governam os modos através dos quais os edifícios se agregam formando cidades ou áreas urbanas: estas leis são chamadas de *leis do espaço urbano para si mesmo*;

Tipo 2: leis de como a sociedade usa e adapta as leis do objeto para dar forma espacial aos diferentes tipos de relação social: estas leis são chamadas de *leis da sociedade para a forma urbana*;

Tipo 3: leis de como a forma urbana retorna seus efeitos sobre a sociedade ou o velho determinismo arquitetônico, melhor dizendo: estas leis são chamadas de *leis da forma urbana para a sociedade*.

Dos três tipos de lei do espaço abordados por Hillier, o tipo 2 – leis da sociedade para a forma urbana – adequa-se melhor à análise dos objetos de estudo da pesquisa, já que se pretende analisar a cidade portuguesa como produto da sociedade portuguesa e que esta sociedade leva consigo uma idéia de espaço urbano para onde quer que ela vá.

Aliada às leis do espaço, em particular às do tipo 2, surge a idéia de “conhecimento social” desenvolvida por Hillier (2007, p. 29)²⁶ que, embasa a hipótese desenvolvida na tese da

²⁴ “É comum, atualmente, discutir as propriedades das cidades orgânicas, vernaculares ou ‘naturais’ como se elas fossem completamente diferentes e, portanto, um fenômeno impossível de ser comparado com as cidades planejadas ou ‘artificiais’. Tem sido argumentado que isso ocorre porque a mente, operando de modo reflexivo, é incapaz de conceituar estruturas sócio-culturais complexas e imbricadas como as cidades e tem, portanto que ser clarificadas, reduzindo-as a princípios simples de organização, no sentido do *design*”.

²⁵ Para a leitura do original ver: HILLIER, Bill. The architecture of urban object. **Ekistics**, n. 334/335, jan.-feb./mar.-apr., 1989. p. 5-20.

²⁶ Space is the machine – chapter 1: What architecture adds to building.

permanência do conhecimento, do saber-fazer cidades pelos portugueses quando da urbanização do Brasil.

Mas como se dá este saber-fazer? Que conhecimentos o amparam e como ele pode ser identificado dentro do fenômeno urbano português através do tempo e de suas várias cidades?

Hillier (2001, p. 2-3) salienta que as leis do espaço atuam de modo quase imperceptível, como os processos da linguagem humana:

“Like language, the laws are then at once a constraining framework and a system of possibilities to be exploited by individuals.

In fact it seems likely that human beings already intuitively ‘know’ these laws (though they cannot make them explicit) and can exploit them as agents to create social effects through spatial behaviours at a very young age.”²⁷

As leis do tipo 2 sugerem que a sociedade utiliza determinados critérios de ocupação do espaço pertinentes às suas necessidades e essa forma de ocupação baseada em necessidades sociais tende à criação de determinados “genótipos” urbanos observáveis nas cidades produzidas por uma mesma sociedade. Tais genótipos poderiam ser então analisados por uma técnica de análise espacial chamada de Sintaxe Espacial²⁸ e que trata das propriedades subjacentes aos espaços urbanos, suas interrelações, modos de conexão e funcionamento. No caso específico desta pesquisa, as propriedades espaciais das cidades pesquisadas serão analisadas a partir de mapas axiais que serão definidos no capítulo referente à metodologia. Parte-se do princípio de que nenhuma cidade é igual a outra, mas os critérios definidos pela Sintaxe Espacial podem analisar objetos diferentes pela análise das propriedades dos seus elementos constituintes, tal como na sintaxe gramatical. Ao analisar as propriedades espaciais de certas residências francesas Hillier (2007, p. 27) evidencia que “we call such common patterns ‘inequality genotypes’, because they refer not to surface appearances of forms but to deep structures underlying spatial configurations and their relation to living patterns”²⁹.

Quanto ao saber-fazer, a idéia de um conhecimento social que gerou a cidade portuguesa e a cidade portuguesa no Brasil se sustenta na teoria segundo a qual a configuração do espaço é

²⁷ “Como a linguagem, as leis são então imediatamente forçadas a uma estrutura e a um sistema de possibilidades a ser explorado pelos indivíduos. De fato, parece que os seres humanos já conhecem intuitivamente essas leis (embora isto não pareça explícito) e podem explorá-las como agentes para criar efeitos sociais através de comportamentos espaciais desde a mais tenra idade”.

²⁸ Sintaxe é a parte da gramática que estuda a estrutura dos períodos, através da análise da disposição dos seus elementos constituintes, os termos da oração (CEGALLA, 2005).

²⁹ “Nós chamamos estes modelos comuns de ‘genótipos desiguais’ porque eles se referem não às aparências superficiais das formas, mas à estrutura profunda, subjacente às configurações espaciais e às suas relações para com os modelos vivos”.

função da sociedade que o produz e o usa e que, condições sócio-econômico-culturais existentes na Europa e, em especial em Portugal durante a Idade Média não geraram “conhecimentos analíticos” suficientemente difundidos ou passíveis de aplicação que pudessem caracterizar processos de urbanização baseados em um pensamento teórico, acadêmico ou “erudito” como tem-se levantado nos últimos anos, na maioria das vezes sem bases sólidas (TEIXEIRA e VALLA, 1999, TEIXEIRA, 2000, MENEZES, 1998, etc.). As observações até o momento não contam com o fato de que, a quase totalidade do urbanismo medieval na Europa se materializa através de um conhecimento empírico ou vernacular. Tal constatação pode levar ao pensamento de que a pesquisa pretende provar o empirismo e o vernacular nas cidades portuguesas, desprezando experiências “eruditas” (TEIXEIRA e VALLA, 2000), mas tal não acontece a partir do momento que os critérios de análise vislumbram tanto o “conhecimento social” quanto o “conhecimento analítico” baseado em “teorias, hipóteses e paradigmas” (HILLIER, 2007, p.30) como será visto no capítulo 3.

Especificamente falando da cidade portuguesa, observou-se a existência de um urbanismo baseado em configurações iguais em cidades que possuem plantas diferentes e, aí, o confronto entre a cidade regular e irregular parece ter pouco sentido. Neste ponto, a Lógica Social do Espaço ajudou a perscrutar as configurações urbanas que se encontram nas cidades portuguesas – fruto de uma tradição urbanística sedimentada através de séculos e nas cidades portuguesas no Brasil – fruto de um conhecimento intuitivo que não poderia ser significativamente alterado por motivos só descritos e levantados *a posteriori* como, por exemplo, o fato do Brasil ter sido “descoberto” na “Idade Moderna” e durante a “vigência” do Renascimento.



CAPÍTULO 2



2. METODOLOGIA

Os métodos da pesquisa são simples e baseados em experiências anteriores. Sua utilização visa à análise dos objetos sob critérios claros, indicando as características transpostas da cidade medieval portuguesa para o Brasil.

Cabe ressaltar que, a despeito de uma bibliografia relativamente vasta acerca do tema – urbanismo português, observou-se que, em sua quase totalidade, as informações limitam-se a:

- Descrever a forma da cidade portuguesa na metrópole e nas colônias de forma extremamente superficial e tímida (SANTOS, 1968; CARVALHO, 1989; TEIXEIRA e VALLA, 1999, etc.);
- Enaltecer regularidades morfológicas onde elas quase sempre inexistem (REIS, 1968, 1998; TEIXEIRA e VALLA, 1999; TEIXEIRA, 2001, 2002, etc.);
- Insistir na impossibilidade de traçar um quadro mínimo de conceituação do urbanismo português por ser prematuro, pelo fato das pesquisas serem insuficientes, etc. (CARVALHO, 1989; MARQUES, 1990 et al; etc.)

Ao mesmo tempo, os estudos levados a efeito, principalmente por autores portugueses, permitem traçar um quadro geral do desenvolvimento da cidade portuguesa que não teria sido tentado, talvez por uma questão de zelo de tais estudiosos: os autores não querem fechar questão sobre um tema que ainda tem muito que ser pesquisado.

Na realidade, o que se observou foi que, até o momento, a tentativa de uma síntese acerca das origens, desenvolvimento e estruturação de um urbanismo português e de seu desenvolvimento no Brasil, da maneira que se pretende na pesquisa, ainda não foi tentado, principalmente com o uso das ferramentas aqui descritas.

A pesquisa bibliográfica e a análise sintática são as bases metodológicas da pesquisa. A união das duas visa a uma análise dos objetos, suas origens, desenvolvimento e, principalmente, os seus elementos constituintes e como eles se relacionam e se distribuem no espaço, o que leva a um estudo que, como foi visto acima, vai buscar ajuda na História, Sociologia, Arqueologia, Urbanismo e História Urbana para, na união de conceitos pertinentes e na comparação das relações sociedade-espaço urbano (HILLIER e HANSON, 1984), tentar demonstrar a permanência de um saber-fazer português na estruturação das cidades coloniais portuguesas no Brasil no seu primeiro século de urbanização.

A bibliografia está balizada por autores reconhecidos em suas respectivas áreas e não busca adequar as obras utilizadas a uma hipótese que se quer provar a todo custo: há uma seleção de idéias válidas, mas que não têm, necessariamente de concordar entre si.

A análise histórico-morfológica se pauta pela varredura da ocupação humana do território hoje português, buscando permanências e rupturas que levaram à consolidação de um modelo de cidade adaptado à sociedade portuguesa. Este processo, que durou milênios como será visto mais adiante, ainda está longe de ser completo, mas, os dados disponíveis puderam traçar um quadro coerente desta evolução e da sedimentação do “tipo” português de cidade.

A busca pela definição da cidade portuguesa levou à busca pela própria definição de cidade e, posteriormente daquela cidade – inicialmente de modo geral e, posteriormente através da análise de determinados exemplares escolhidos segundo critérios bastante claros do ponto de vista da história e morfologia urbanas tradicionais e da Lógica Social do Espaço (HILLIER e HANSON, 1984).

A pesquisa se valeu de estudos de caso: foram definidas sete cidades em Portugal cujo desenvolvimento ou fundação se deu a partir da Nacionalidade, ou com mais força a partir de então; sete cidades no Brasil, fundadas dentro do recorte temporal da pesquisa, ou seja, 1532 e 1640 e mais cinco cidades ou modelos de cidades chamadas “cidades-parâmetro” cuja análise serviria de comparação com os resultados obtidos nas catorze cidades luso-brasileiras.

Seguem, abaixo, os critérios estabelecidos para a escolha das cidades analisadas tanto em Portugal quanto no Brasil foram:

- 1) Número: não seria possível utilizar um número grande de exemplares devido ao tempo e à natureza da pesquisa. Tal número também estaria ligado à disponibilidade de cartografia disponível e passível de análise, como se vê no tópico 6. Foram, portanto, escolhidas sete cidades no Brasil e sete em Portugal, através de critérios expostos abaixo, mais cinco modelos de cidades ordenadas existentes e/ou ideais, devido ao tempo para a análise de cada uma. As cidades ordenadas foram: a cidade colonial romana em seu modelo típico (Grimal, 2003); a cidade eiximeniana descrita por Le Goff (2008), uma *bastide* francesa, uma cidade colonial espanhola e uma cidade poligonal renascentista.
- 2) Tamanho: deveriam ter uma estrutura urbana que refletisse certo desenvolvimento físico e certa complexidade estrutural, evitando estruturas meramente lineares ou reduzidas a pequenos pólos centrais, o que impossibilitaria a análise de sua morfologia e funcionamento, ao mesmo tempo não se buscou um padrão de tamanho, existindo cidades bem pequenas e outras com um desenvolvimento físico considerável para a Idade Média e séculos XVI e XVII, já que o tamanho em si não impede a comparação sob o ponto de vista morfo-sintático;

- 3) Localização: tanto em Portugal quanto no Brasil, foram escolhidas cidades de várias regiões geográficas daquele país e da sua então colônia, no intuito de verificar se, em todas as regiões, as mesmas características subsistem (Fig. 2.1 e 2.2). As cidades-parâmetro poderiam estar em qualquer lugar, desde que fossem derivadas do pensamento urbanístico europeu;



Fig. 2.1: O mapa de Portugal com a localização das cidades utilizadas na pesquisa. Fonte: Wikipedia, 2008.

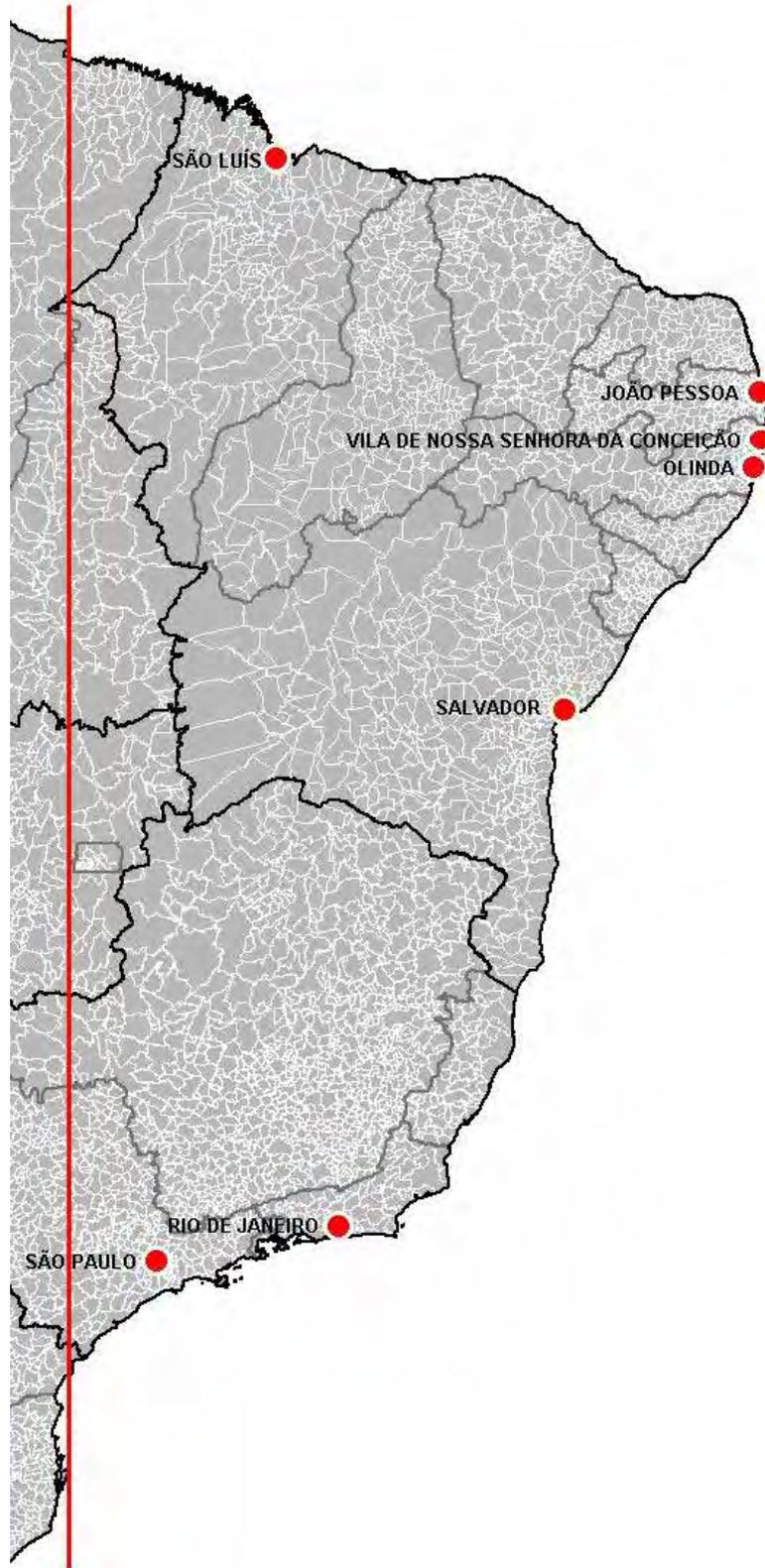


Fig. 2.2: Trecho do mapa do Brasil com a localização das cidades utilizadas na pesquisa. A linha em vermelho indica a localização aproximada do meridiano de Tordesilhas (1494) - delimitando o território da colônia no recorte temporal da pesquisa. Fonte: Wikipedia, 2008.

- 4) Elementos estruturadores: deveriam ter os elementos morfológicos definidos por Lamas (1992) como estruturadores do espaço urbano – rua, lote, quadra, edifício, muralhas, monumentos, etc.;
- 5) Morfologia: deveriam entrar na lista cidades de estrutura “orgânica” e “regular” (KOSTOF, 2001, 2004), pois a pesquisa não busca estabelecer se a cidade portuguesa no Brasil é uma ou outra coisa e sim estabelecer relações entre os elementos morfológicos, sua disposição no espaço e seu funcionamento;
- 6) As cidades em Portugal e no Brasil deveriam possuir cartografia disponível, confiável e que representasse, em Portugal – sua feição na Idade Média ou até o século XVI e, no Brasil, até o início do século XVIII para uso do programa MindWalk 1.0 (FIGUEIREDO, 2005) e comparação dos seus elementos formadores/estruturadores e suas propriedades sintáticas. As cartas, plantas e mapas utilizados na pesquisa deveriam ser os mais acurados possíveis, evitando vistas esquemáticas geralmente utilizadas nos séculos XVI e XVII e que não serviriam para a análise morfo-sintática requerida (Fig. 2.3).



Fig. 2.3: Apesar de sua inequívoca utilidade para o estudo histórico, representações como esta não servem para a análise morfo-sintática pretendida nesta pesquisa – *A cidade Philipea, detalhe de Capitania da Paraíba (...) 1609* de Diogo de Campos Moreno. Fonte: Reis, 2000.

O uso dos mapas e plantas baseou-se na clareza e na possível precisão, mas principalmente, na disponibilidade dos mesmos, aceitando-os “com consciência das [suas] deficiências, das indecisões e das imprecisões” (MARQUES et al., 1990, p. 10).

Apesar de um número expressivo de cidades fundadas no Brasil durante o recorte temporal da pesquisa, apenas aquelas escolhidas possuíam plantas com alta resolução ou que possuísse algum estudo cartográfico confiável passível de ser utilizado. Na realidade, os trabalhos de onde foram retiradas as plantas foram poucos e, por isso

estes foram considerados como válidos para as análises pretendidas. Dois tipos de plantas foram utilizadas:

- a) As plantas resultantes de reconstituições das cidades em épocas compatíveis com o recorte temporal da pesquisa (Fig. 2.4);



Fig. 2.4: Estudos realizados por Reis (2004) levaram à determinação da área urbanizada da vila de São Paulo de Piratininga no início do século XVII. Utilizando-se da chamada *Planta da Restauração da Capitania* (ca. 1765-1774) e auxiliado pelas atas da câmara, o autor definiu as ruas existentes no período desta pesquisa. Tal estudo pareceu ser válido para a análise efetuada mais adiante. Fonte: Reis, 2004.

- b) As plantas feitas dentro do recorte temporal, e que possuem precisão e rigor técnico suficientes para serem analisados sintaticamente (Fig. 2.5).

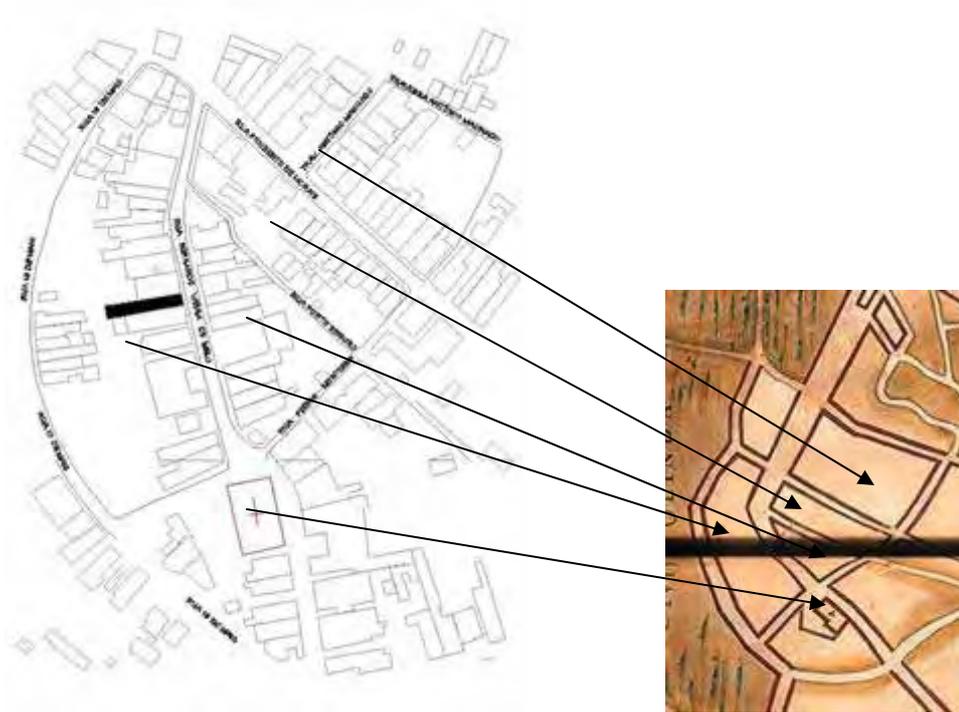


Fig. 2.5.: À esquerda, planta atual de um trecho do sítio histórico de Olinda e à direita, trecho da planta Civitas Olinda, publicada no livro de Barlaeus (1645), as quadras são praticamente as mesmas, sendo possível utilizar a planta do século XVII para a elaboração do mapa axial (Fonte: FIDEM, 2005; Reis, 2000).

Para as cidades-parâmetro foram utilizadas plantas existentes ou desenvolvidas interpretações gráficas a partir de descrições dos autores que as propuseram ou as interpretaram. No intuito de esclarecer o porque da escolha dos mapas utilizados, consideraram-se alguns pontos: buscaram-se representações claras e baseadas em pesquisas academicamente válidas; não se buscou determinar questões pessoais no processo de representação dos mapas; verificou-se que as representações dos mapas concordavam com documentos coevos e trabalhos que descreviam a evolução das cidades escolhidas.

- 7) Para efeito da análise sintática das cidades, foram utilizados critérios específicos nas análises. Foram gerados mapas axiais (ver Apêndice) desenvolvidos no programa AutoCad2006® que, posteriormente foram analisados no programa MindWalk 1.0 (MEDEIROS, 2005). Os mapas não definem limites precisos para a “finalização” das cidades, salvo quando totalmente cercadas por muralhas, ligadas ao exterior por poucas portas de acesso. Para definir os limites das linhas axiais foram utilizados três critérios:
- a) a existência de percursos-matrizes (CANIGGIA e MAFFEI, 1995) do tipo cidade-igreja, cidade-convento, cidade-arrabalde e de limites de crescimento e barreiras de crescimento,

como acidentes geográficos – morros, lagoas, estuários de rios, orla marítima, etc. (PANERAI, 2001) (Fig. 2.6);

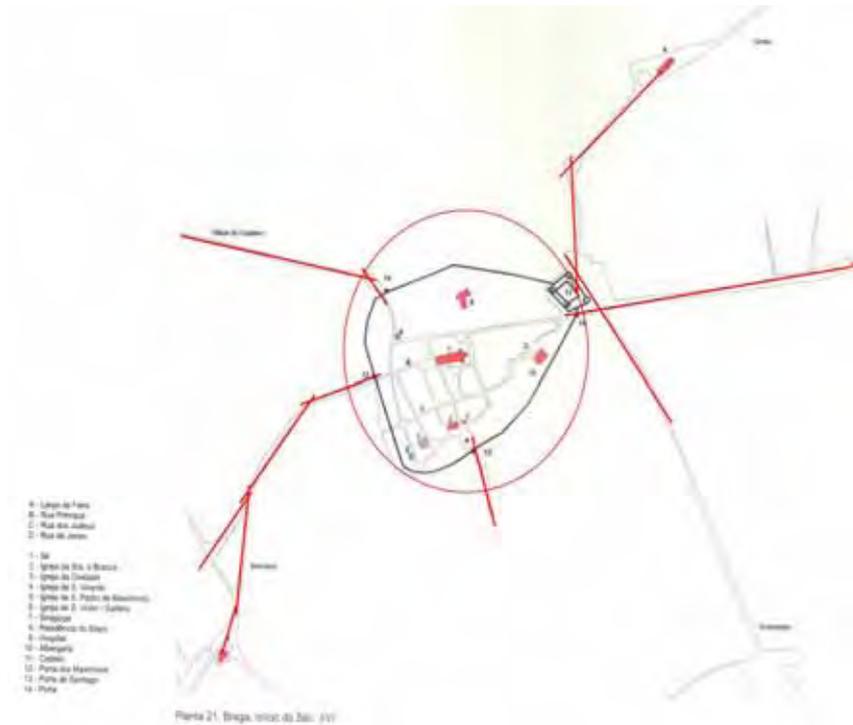


Fig. 2.6: A planta da cidade de Braga no final do século XV/início do século XVI – a cidade era totalmente cercada por muralhas, mas existiam estradas que, partindo das portas, levavam a outras cidades e determinados elementos que se configuraram, mais tarde como pólos de crescimento, no caso, igrejas extramuros; nesse caso, os limites adotados para a análise foram: até onde as estradas alcançam no desenho e até onde estas alcançam tais igrejas. Salientando que as linhas em vermelho não são linhas axiais. Fonte: desenho do autor sobre planta de Teixeira e Valla (1999), 2008.

b) nas plantas onde não houvesse fechamento de quadras, seriam consideradas as linhas cheias como barreiras e as aberturas como passíveis de serem usadas pelos pedestres, gerando assim, linhas axiais no interior destas áreas (Fig. 2.7);

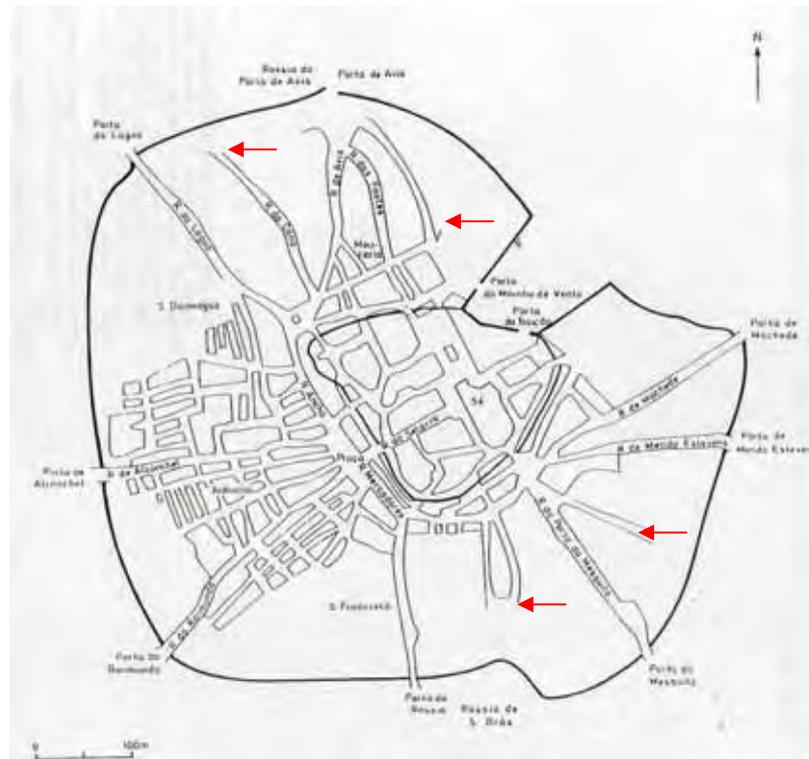


Fig. 2.7: Planta de Évora na Idade Média, segundo o Atlas de cidades medievais portuguesas. Algumas quadras ou glebas não são polígonos fechados, logo, consideraram-se os espaços internos a esses polígonos abertos como espaços convexos passíveis de serem usados pela população. Fonte: Marques et al., 1990.

c) as linhas também poderiam ser interrompidas simplesmente porque o mapa não prosseguia, mas esse critério só foi utilizado em último caso (Fig.2.8).



Fig. 2.8: A planta de São Luís utilizada na análise, marcados pelos círculos em vermelho, os caminhos que simplesmente acabam no desenho e alguns limites naturais que definem o final de ruas e caminhos, como o rio Anil e a baía de São Marcos. Fonte: Reis, 2000.

As medidas-padrão para a análise foram (FIGUEIREDO, 2005, p.5):

- Conectividade: “a conectividade de uma linha i é o número de linhas j que inteceptam diretamente ela.”
- Controle: “representa o quanto uma linha i ‘controla’ o acesso a partir e para as linhas j diretamente conectadas a ela.”
- Profundidade: “é a distância topológica entre uma linha i a partir de uma determinada linha j através do menor caminho entre elas.”
- Escolha: “é o número de vezes n que uma linha i é usada no conjunto de todos os menores caminhos a partir de todas as linhas para todas as outras linhas do sistema.”
- Integração global: “é a medida de excentricidade, acessibilidade ou centralidade (o que não quer dizer centralidade geométrica) [...] Linhas integradas são facilmente acessíveis enquanto linhas segregadas são pouco acessíveis.”
- Integração local: “a integração de uma determinada linha i também pode ser calculada para um subconjunto de k linhas que têm profundidade a partir dela maior ou igual a um dado ‘raio’ r .”
- Comprimento da linha: “é simplesmente o comprimento da linha normalizado entre zero e um.”

Sendo obtidos a partir delas a Inteligibilidade e a Axialidade que darão, respectivamente “o grau de correlação entre o número de conexões e integração de cada linha” e “o grau de regularidade da trama pela comparação entre a malha real e uma malha regular perfeita” (AMORIM e LOUREIRO, 2000, p. 21).

Em Portugal foram escolhidas as seguintes cidades, propositalmente localizadas em pontos diversos do país para não favorecer hipóteses forçadas acerca de morfologias mais ou menos regulares:

1. Braga – antiga cidade romana do norte de Portugal (*Bracara Augusta*), possui evidências do urbanismo romano em sua estrutura medieval e, segundo Carvalho (1989), está mais afeita ao urbanismo regular do norte. Sobreviveu às destruições bárbaras dos séculos V e VI por sua posição como sede de bispado, apesar dos saques sofridos nos séculos V e VIII. A cartografia básica para a análise foi a planta da cidade de Braga - Início do século XVI apresentada por Teixeira e Valla (1999) e baseada em descrições e mapas coevos (Fig. 2.9).

3. Lisboa – capital do país; possui uma ocupação extremamente antiga, com a superposição das culturas castreja, romana (*Felicitas Julia Olisippo*), muçulmana (*Achsouna*) e cristã; localizada próxima da costa atlântica. Guarda em sua estrutura atual restos da cidade árabe, experiências renascentistas (Bairro Alto) e iluministas/pombalinas (Baixa). A cartografia básica para a análise foi a planta de Lisboa apresentada por Marques et al. (1990) e complementada pela planta do *Traçado das muralhas de Lisboa* de Casanova (1892) (Fig. 2.11 e 2.12).



Fig.2.11: A planta de Lisboa no século XV. Fonte: Marques et al., 1990.



Fig 2. 12: A [Planta do] *Traçado das muralhas de Lisboa* elaborada por Casanova em 1892, complementou a planta anterior na identificação de algumas portas e postigos das muralhas da cidade. Fonte: BN-PT, 2008.

4. Mértola – situada no Algarve, já foi a *Myrtilis* dos romanos e a *Martula* dos muçulmanos. Possui elementos urbanísticos de ambas as culturas e estruturas muçulmanas extremamente regulares. A cartografia básica para a análise foi a planta de Mértola elaborada pela Equipe do Campo Arqueológico de Mértola (MACÍAS, 1996) (Fig.2.13).

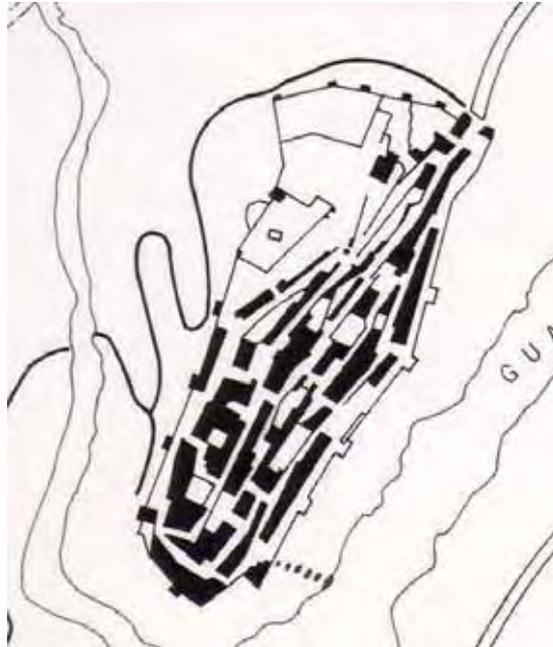


Fig. 2.13: A planta de Mértola. Fonte: Macías, 1996.

5. Monsaraz – situada no Alentejo, próxima da fronteira com a Espanha, teve um surto de desenvolvimento entre os séculos XIII e XVI, sendo uma cidade fortificada com o intuito de manter a integridade de Portugal junto com uma série de outras cidades fronteiriças. A cartografia básica para a análise foi a planta de Monsaraz no século XIV (TEIXEIRA e VALLA, 1999) (Fig. 2.14).

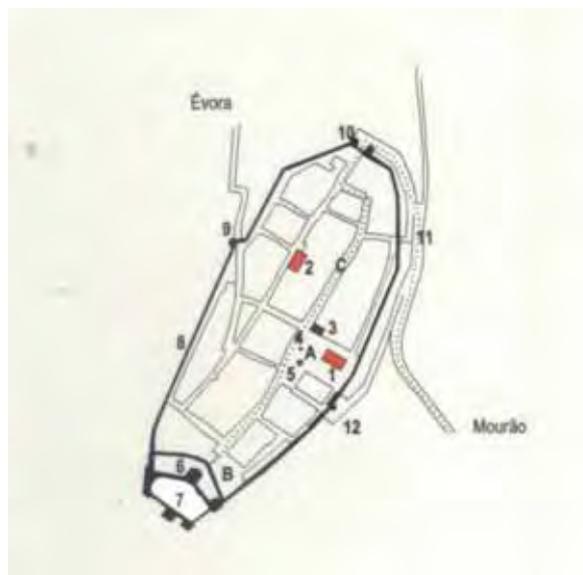


Fig. 2.14: a planta de Monsaraz no século XIV. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.

6. Óbidos – situada na região da Estremadura-Ribatejo, como a cidade anterior, também teve caráter de cidade nova, se desenvolvendo a partir do século XIII sobre os restos de *Eburobrittium* devido ao seu porto, hoje assoreado. A cartografia básica para a análise foi a planta do sítio histórico de Óbidos apresentada por Lamas (1992), considerando apenas a cidade intra-muros e alguns caminhos importantes para o exterior da cidade, principalmente os que levam às igrejas (Fig. 2.15).



Fig. 2.15: Planta do sítio histórico de Óbidos. Fonte: Lamas, 1992.

7. Viana do Castelo – situada no norte, e erguida com intuito de defender a foz do Minho a partir do século XIII, guarda as marcas do “urbanismo nortenho”, mais regular e ligado às tradições romanas (CARVALHO, 1989). A cartografia básica para a análise foi a planta de Viana do Castelo – Final do século XV, apresentada por Teixeira e Valla (1999) (Fig. 2.16).

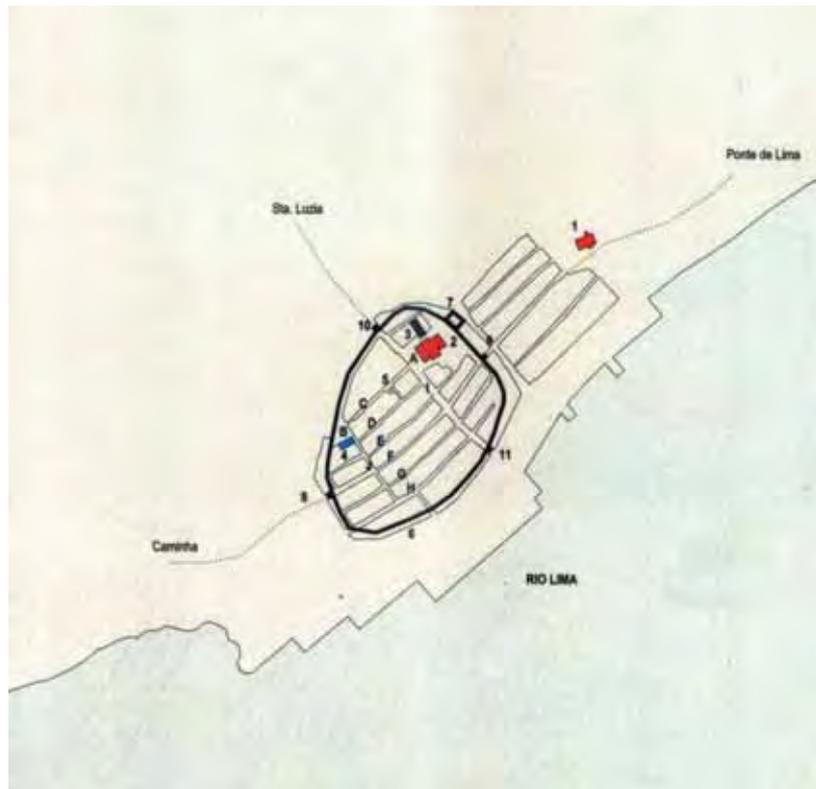


Fig.2.16: A planta de Viana do Castelo – Final do século XV. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.

E no Brasil:

As cidades escolhidas no Brasil foram fundadas entre 1532 e 1640. Este recorte temporal, definido como “primeiro século da colonização/urbanização” está balizado por dois eventos bastante significativos:

1532: fundação de São Vicente (hoje no Estado de São Paulo) por Martim Afonso de Sousa, sendo o primeiro núcleo urbano do Brasil, devidamente confirmado, mas que não será pesquisado pelo fato do núcleo original ter sido destruído por um “maremoto” ou grande ressaca em 1542 (LEME, 2004), não dispondo de cartografia para estudo.

1640: restauração da independência de Portugal em relação à Espanha, o que resultou numa série de alterações administrativas na colônia brasileira, o que veio a alterar o processo de urbanização, estabelecendo um marco diferenciador em relação às experiências anteriores (REIS, 1968; DELSON, 1997).

1. João Pessoa – fundada em 1585 como Cidade de Nossa Senhora das Neves, depois rebatizada em 1588 como Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves, já sob o domínio dos Filipes de Espanha e da *Recopilación de las Leyes de las Índias*, possui uma estrutura regular que demanda uma investigação e comparação com os núcleos anteriores. A cartografia básica

para a análise foi a planta intitulada *Frederica Civitas*, de autoria de Jan van Brosterhuisen e publicada na obra de Barlaeus de 1647 (REIS, 2000) (Fig. 2.17).



Fig. 2.17: A planta intitulada *Frederica Civitas*, de autoria de Jan van Brosterhuisen e publicada na obra de Barlaeus de 1647. Fonte: REIS, 2000.

2. Olinda – fundada como vila por Duarte Coelho para ser a capital da “Nova Lusitânia” é um dos mais antigos núcleos urbanos do Brasil (1537), apresenta uma estrutura orgânica com “cidade alta” e rocío no trecho plano próximo à praia. O modo de desenvolvimento do seu tecido se prende à opinião de Teixeira e Valla (2000) segundo a qual, a falta de um poder central forte gera espaços urbanos orgânicos. A cartografia básica para a análise foi a planta *Olinda* c. 1630 de autoria não identificada, cujo original encontra-se no *Algemeen Rijksarchief*, Haia (REIS, 2000) (Fig 2.18).

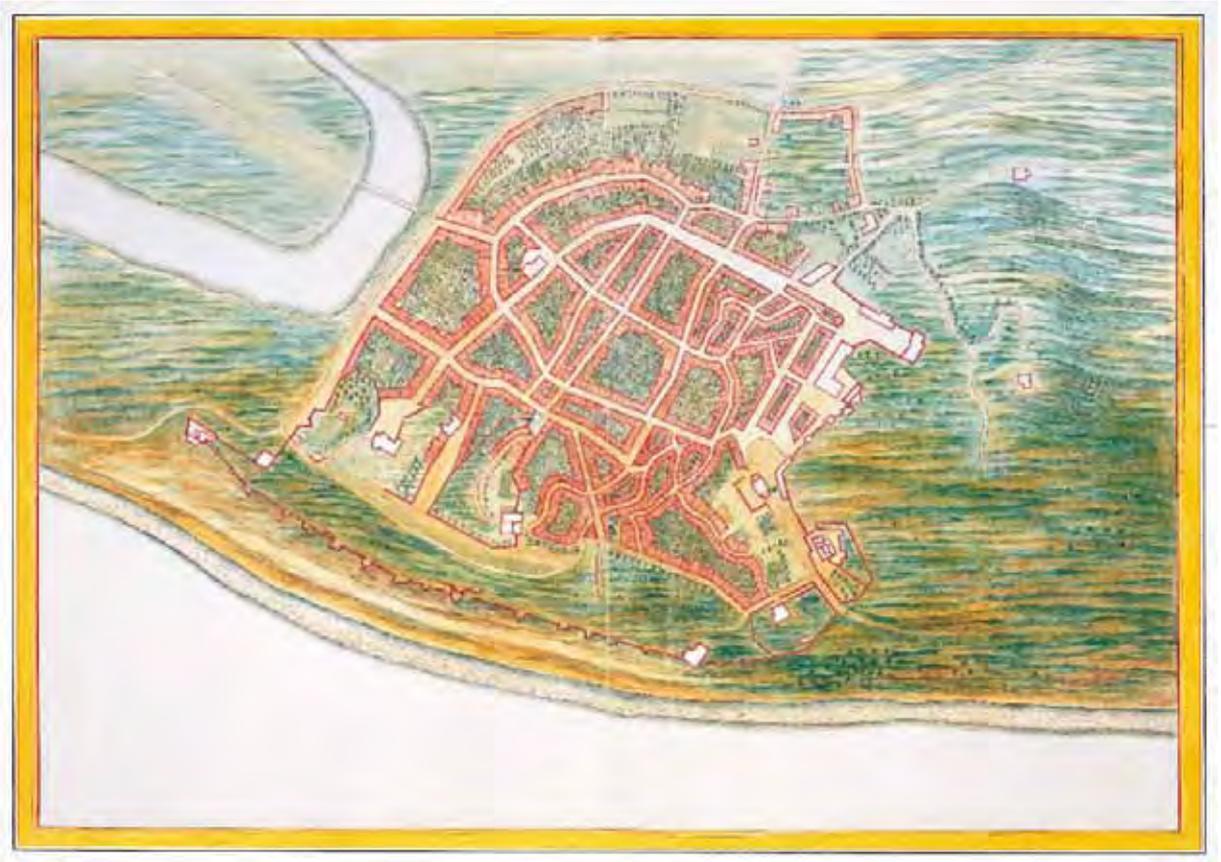


Fig.2.18: *Olinda* c. 1630 de autoria não identificada, cujo original encontra-se no *Algemeen Rijksarchief*, Haia.

Fonte: REIS, 2000.

3. Rio de Janeiro – fundada como cidade em 1565, apresentava sua própria “alcáçova” no Morro do Castelo, possuindo uma “almedina” regular, mas cercada por paliçadas. Sua função primordial foi defensiva. A cartografia básica para a análise foi a planta do Rio de Janeiro – meados do século XVII, apresentada por Teixeira e Valla (1999) (Fig. 2.19).



Fig. 2.19: Planta do Rio de Janeiro – meados do século XVII. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.

4. Salvador – primeira capital da colônia (1549), erguida após o fracasso das capitânicas hereditárias e com caráter definido para ser a sede do poder na colônia. Apesar de seu núcleo primitivo ser regular, sua implantação com cidade alta e baixa, remonta à cultura mediterrânea. Seu desenvolvimento posterior foi orgânico, mostrando uma permanência do modo de fazer cidades lusas em plena Era Moderna. A cartografia básica para a análise foi a planta de Salvador – início do século XVII, apresentada por Teixeira e Valla (1999) (Fig. 2.20).



Fig. 2.20: Planta de Salvador – início do século XVII. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.

5. São Luís – fundada em 1612 com uma estrutura totalmente regular, parece aliar a estrutura urbana das *bastides* com o sistema defensivo renascentista. A cartografia básica para a análise foi a planta intitulada *Maragnon in Zuid America van westen van Brasil*, de autoria de Johannes Vingboons c. 1640 (REIS, 2000) (Fig. 2.21).



Fig. 2.21: Planta da cidade de São Luís intitulada *Maragnon in Zuid America van westen van Brasil*, de autoria de Johannes Vingboons c. 1640. Fonte: REIS, 2000.

6. São Paulo – fundada em 1554 sobre um morro, apresenta a estrutura de alcáçova fortificada, motivada pelo constante assédio dos índios nos seus primeiros anos. A cartografia básica para a análise foi a (Fig. 2.22 e 2.23).

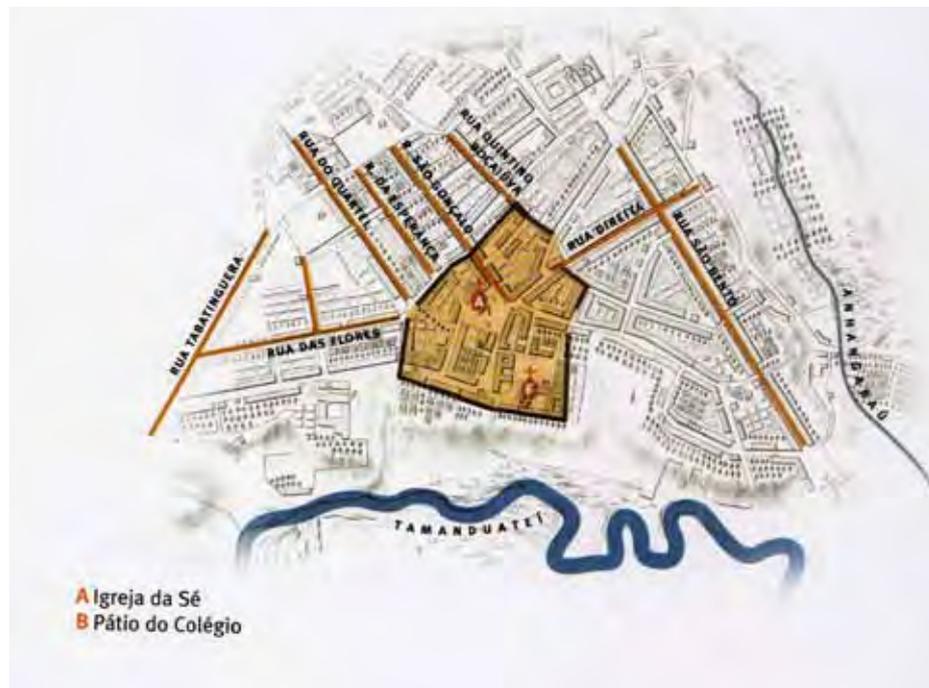


Fig.2.22: São Paulo no início do século XVII. Fonte: Reis, 2004.



Fig. 2.23: Trecho da *Planta da Restauração da Capitania* (ca. 1765-1774) sobre a qual foi feito o mapa axial, com base dos limites da planta da Fig. 2.22. Fonte: Reis, 2004.

7. Vila de Nossa Senhora da Conceição – hoje, Vila Velha em Itamaracá (PE), foi fundada entre 1535 e 1540 como sede da Capitania de Itamaracá. Localizada no alto de uma colina, apresenta a estrutura das alcáçovas, incluindo um muro bem definido pela cartografia holandesa e por escavações arqueológicas recentes. A cartografia básica para a análise foi a planta *Oppidum Schoppij*, de autoria atribuída a Frans Post e publicada em 1647 na obra de Barlaeus (1980) (Fig. 2.24). Sua escolha, polêmica em si mesma devido ao seu desenvolvimento atrofiado desde sua fundação até o limite temporal da pesquisa se dá pelos seguintes fatos:

- a) Apresenta localização tradicional sobre uma colina e próxima a um porto;
- b) Utiliza claramente a altura como elemento de defesa;
- c) Possuiu sistema defensivo com muros, portas de acesso e guaritas de defesa;
- d) Possuiu os elementos administrativos e eclesiásticos necessários ao seu funcionamento: casa do governador, casa de câmara e cadeia e igreja.
- e) Está no limite entre as vilas absolutamente lineares e aquelas que começam a desenvolver uma estrutura mais complexa com vias paralelas e perpendiculares.



Fig. 2.24: *Oppidum Schoppij*, planta da Vila de Nossa Senhora da Conceição de autoria atribuída a Frans Post e publicada em 1647 na obra de Barlaeus. Fonte: Barlaeus, 1980.

As cidades-parâmetro escolhidas para a pesquisa foram:

1. A cidade colonial romana: Modelo de organização espacial na Antiguidade e paradigma de regularidade através dos tempos, a cidade colonial romana foi construída em todo o Império romano e seus vestígios podem ser observados até os dias de hoje. Formada por uma quadrícula onde todas as funções urbanas eram meticulosamente definidas e localizadas seria um contraponto ao modelo medieval “orgânico” e elemento importante de comparação com o que foi desenvolvido em Portugal e no Brasil (Fig. 2.25).

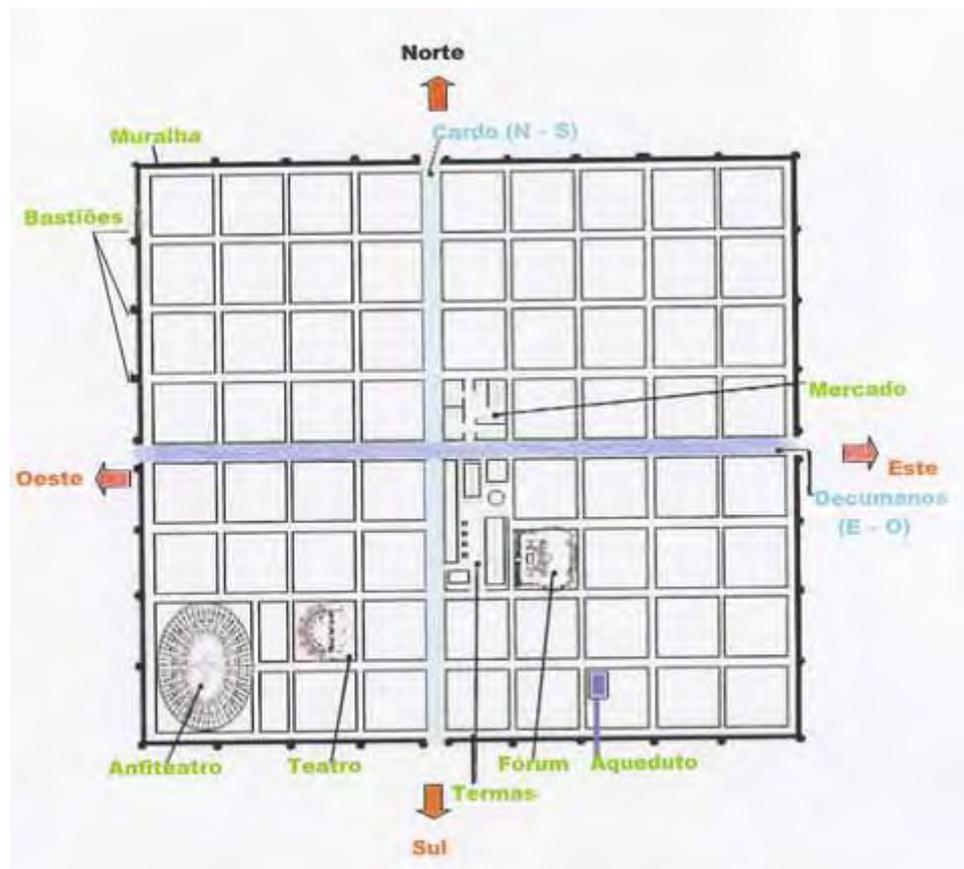


Fig. 2.25: O modelo da cidade colonial romana. Fonte: Macaulay, 1989.

2. As *bastides* francesas – *Bastide* de Aigues Mortes: as cidades novas francesas começaram a ser construídas a partir do século XII. Sua principal característica é a regularidade, apesar de não possuírem mais a estrutura romana que estabelecia a cidade ordenada era a sede de um território igualmente ordenado. Aigues Mortes foi reconstruída no século XIII por Luís IX sobre as ruínas de uma cidade romana que, segundo a tradição se chamava *Aquae Mortuae*. Serviu como importante porto francês do Mediterrâneo e ponto de embarque para soldados da sétima (1248) e oitava (1270) Cruzadas. (Fig. 2.26)

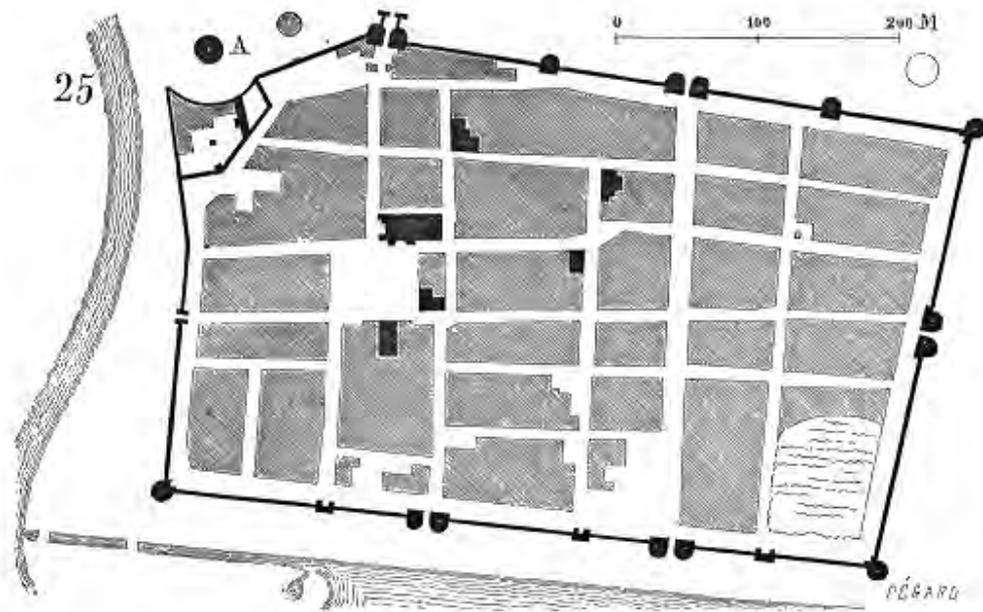


Fig. 2.26: A *bastide* de Aigues Mortes. Fonte: Viollet-le-Duc, 1856.

3. A “cidade eiximeniana”: no final do século XII, um frade franciscano catalão chamado Francisc Eiximenis propôs um modelo de cidade ordenada totalmente submetido à Igreja, principalmente as ordens religiosas mendicantes (ver Capítulo 3). Tal cidade, jamais construída, foi interpretada por alguns autores e estabelecido um modelo para análise nesta pesquisa (Fig. 2.27).

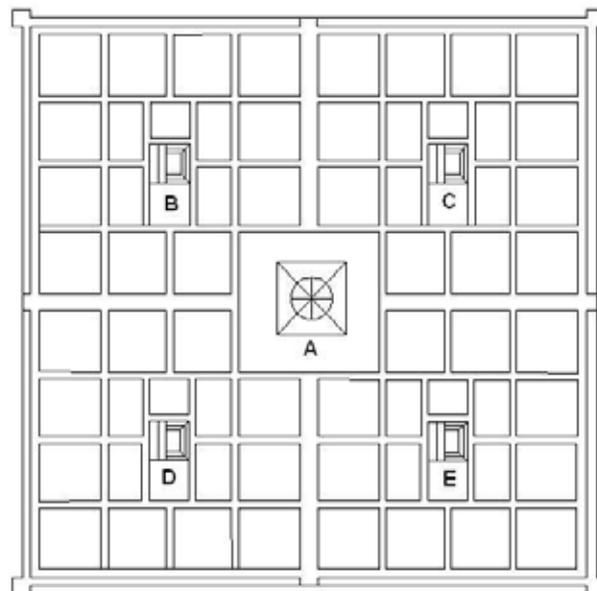


Fig. 2.27: O modelo da “cidade eiximeniana” proposto por Le Goff (2008). Fonte: Desenho do autor, 2008.

4. A cidade renascentista poligonal – Palmanova, Itália: modelo teórico baseado nas descrições de Vitruvius em seu *De Architectura Libri Decem* (século I a.C.) e inúmeras vezes reinterpretado pelos autores renascentistas, a cidade renascentista poligonal foi mais teórica que concreta, mas sua materialização em Palmanova, fundada pelos venezianos em 1593, servirá de comparação com o que se fez em Portugal e no Brasil (Fig. 2.28).



Fig. 2.28: Palmanova, fundada em 1593 numa representação do século XVII. S.n.t.

5. A cidade colonial espanhola – Mendoza, Argentina: fundada em 1561 por Pedro del Castillo, sua planta é o protótipo do *damero* típico da urbanização espanhola na América (Fig. 2.29).

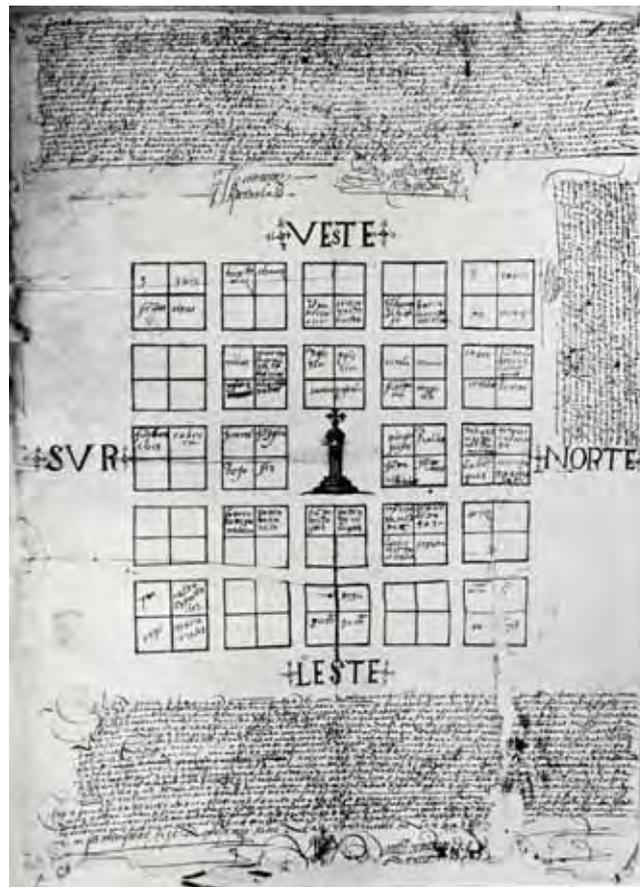


Fig. 2.29: Planta de cidade de Mendoza, Argentina, datada de 1563. Fonte: Torres Balbás; Goitia, 1951.

Associados aos mapas supracitados, foram utilizados uma série de outros já disponíveis em livros, CD-ROMs, etc., mais ou menos precisos, descrições coevas, imagens, gravuras e fotografias no intuito de estabelecer o perímetro ocupado pelas cidades no período estudado.

A análise levará em conta os aspectos geográficos, topográficos e morfológicos, se amparando em Panerai (1983) e Lamas (1992) na descrição dos elementos formadores do espaço urbano, com ênfase na análise dos seguintes elementos:

- 1) O sítio (com suas facilidades e empecilhos à ocupação);
- 2) A quadra;
- 3) O lote;
- 4) A rua;
- 5) A praça
- 6) Os monumentos e os edifícios públicos e religiosos;
- 7) A muralha;

Associando a estes:

8) As funções urbanas e a toponímia.

Que servirão para o entendimento do porquê da forma e funcionamento da cidade portuguesa, suas relações com o espaço geográfico, com a topografia, as relações sócio-morfológicas de seus elementos constituintes, a distribuição dos estratos sociais, das funções urbanas, etc.

Os parâmetros analíticos obedecerão à seguinte ordem de procedimentos:

- A descrição dos objetos de pesquisa em Portugal com o intuito de buscar elementos morfológicos similares associados a formas similares de apropriação do espaço no período medieval através de descrições coevas e estudos históricos e arqueológicos levados a efeito nas dez cidades escolhidas.
- Análise sintática das cidades através das propriedades definidas anteriormente
- Estabelecimento de um quadro mínimo de elementos que definam a existência de uma “cidade portuguesa” independente da forma (orgânica ou regular), sempre associada à questão de como a sociedade portuguesa produz e se utiliza o espaço urbano segundo suas necessidades e conveniências.
- Análise dos objetos de pesquisa no Brasil e comparação com as matrizes portuguesas, seguindo o mesmo processo, em busca de similaridades e diferenças, buscando entender a existência de umas e de outras e estabelecendo se as cidades portuguesas no Brasil se valem de um saber fazer empírico trasladado de Portugal ou se são frutos de um processo inteiramente novo de urbanização ou, ainda, de uma mescla entre os dois levados em conta as diferenças no tempo e no espaço e as realidades históricas e econômicas diferenciadas.



CAPÍTULO 3



3. O PENSAMENTO EUROPEU SOBRE A CIDADE – SÉCULOS XII-XVI

Seria lícito ou prudente analisar o problema da cidade sob a ótica da história das mentalidades? Caberia nesta pesquisa uma breve análise sobre como o homem europeu pensava a cidade entre os séculos XII e XVI ou mesmo antes? Decerto que sim, tendo em vista que muitos autores têm buscado determinadas características das cidades portuguesas ligando-as a certas correntes de pensamento encontrados na chamada “Baixa Idade Média” ou no início da “Idade Moderna” (MATTOSO, 1987, 2000; TEIXEIRA; VALLA, 1999; TEIXEIRA, 2001). A tentativa de visualizar o(s) pensamento(s) sobre a cidade no período que coincide com o florescer urbano europeu (séculos XII e XIV) e o Renascimento (séculos XV e XVI) busca verificar o que autores como Teixeira e Valla (1999) têm dito acerca da formação do arcabouço teórico e técnico sobre a cidade portuguesa. A verificação do tema visa a um confronto entre o que se produziu na Europa, com ênfase nos desenvolvimentos ocorridos na vizinha Espanha (e seus reinos), sobre a idéia da cidade e seus ecos em Portugal, principalmente do ponto de vista da aplicação prática de tais pensamentos.

3.1. UMA BREVE VISÃO DA CIDADE EUROPÉIA DA “ALTA IDADE MÉDIA” – SÉCULOS V- XI

A derrocada do Império Romano e sua extinção no Ocidente no século V foram catastróficas para o sistema urbano europeu (MATTOSO, 1987; PIRENNE, 2001). As cidades foram destruídas por saques, incêndios e ataques brutais e, também abandonadas por seus habitantes, massacrados ou em fuga por suas próprias vidas. Entre os séculos V (queda do Império do Ocidente) e IX (período carolíngio), se é possível afirmar que um número imenso de cidades sobreviveu às destruições de uma forma ou de outra, centenas de outras desaparecem na Europa ocidental. Houve, inclusive casos de transferências de cidades de um lugar para outro, com mudanças de toponímia: *Conimbriga* (Fig. 3.1 e 3.2) na Lusitânia foi saqueada e destruída pelos suevos em 468 e sua população sobrevivente sob o comando do bispo migrou para *Aeminum*, mudando o nome desta cidade para *Conimbriga* e, posteriormente *Coimbra* (IDÁCIO, 1995).



Fig. 3.1: Trecho da cidade de *Conimbriga*, no século II d. C., reconstituída por Jorge de Alarcão e equipe – no canto inferior esquerdo, as Termas de Trajano e na parte superior, próximo ao anfiteatro, o Fórum Flaviano.

Fonte: Skyscrapercity, 2007.



Fig. 3.2.: Vista aérea atual das ruínas de *Conimbriga* – à esquerda, as ruínas das Termas e, à direita, as ruínas do Fórum. Fonte: Museu Monográfico de *Conimbriga*, 2007.

Aquelas que resistiram tornaram-se uma pálida lembrança do que foram. Sua morfologia regular e suas funções urbanas foram, aos poucos, obliteradas (Fig.33. e 3.4), seus nomes alterados³⁰ e sua administração civil anulada, mesmo que não imediatamente à queda do Império. As atividades tipicamente urbanas como o comércio e a manufatura foram praticamente erradicados em certas regiões, enquanto as atividades agrárias se fortalecem, principalmente como meio de subsistência (LOYN, 1992; PIRENNE, 2001).

Para a Igreja, neste período, a cidade é fonte dos vícios, de todos os pecados – o símbolo máximo da queda do Homem – já que sua derrocada (da cidade) está ligada à queda de um império corrupto e licencioso. Mas a cidade nunca é totalmente desprezada – a intenção é transformá-la em algo melhor, transcendente – Mattoso (1988, p. 22) afirma que “por alguma razão os cristãos passaram, desde a era apostólica, a imaginar a meta escatológica como uma grande cidade, a Jerusalém celeste do Apocalipse, e não mais com o regresso ao Éden do Génesis”. Teria sido o esplendor das cidades romanas que despertou nos apóstolos esse desejo de a Humanidade terminar seus dias em uma cidade perfeita? Morais (1995, p. 173) salienta que “o sentido divino [da cidade] é evidenciado em Santo Agostinho na cidade de Deus, tendo subjacente o desprezo pelos bens terrenos, atribuindo ao homem a figura de peregrino. A cidade Santa de Jerusalém opõe-se à profana Babilônia”. Por outro lado, de forma pragmática, a Igreja utilizou os restos das cidades romanas como sede de suas dioceses. Pirenne (2001, p. 13) afirma que:

“Se sabe que la Iglesia calcó sus circunscripciones religiosas de las circunscripciones administrativas del Império. Por regla general, cada diócesis correspondia a uma *civitas*. Resulta, pues, que la organización eclesiástica, al no sufrir casi ninguna alteración em la época de las invasiones, conservo su carácter municipal em los nuevos reinos germánicos, lo cual es de tal manera cierto que , a partir del siglo VI, la palabra *civitas* adquiere el sentido especial de ciudad episcopal, de centro diocesano.”³¹

³⁰ *Caesare Augusta* torna-se Cesaraugusta e depois Zaragoza; *Augusta Treverorum* torna-se Tréveris e depois Trier; *Colônia Nemausensis* torna-se Nîmes, *Olisipo* torna-se Al-Aschbouna, Lisabona e por fim, Lisboa, etc.

³¹ “Sabe-se que a Igreja calcou suas circunscrições religiosas das circunscrições administrativas do Império. Em regra geral, cada diocese correspondia a uma *civitas*. Resulta então que a organização eclesiástica, ao não sofrer quase nenhuma alteração na época das invasões, conservou seu caráter municipal nos novos reinos germânicos que é de tal maneira correto que, a partir do século VI, a palavra *civitas* adquire o sentido espacial de cidade episcopal, de centro diocesano”.

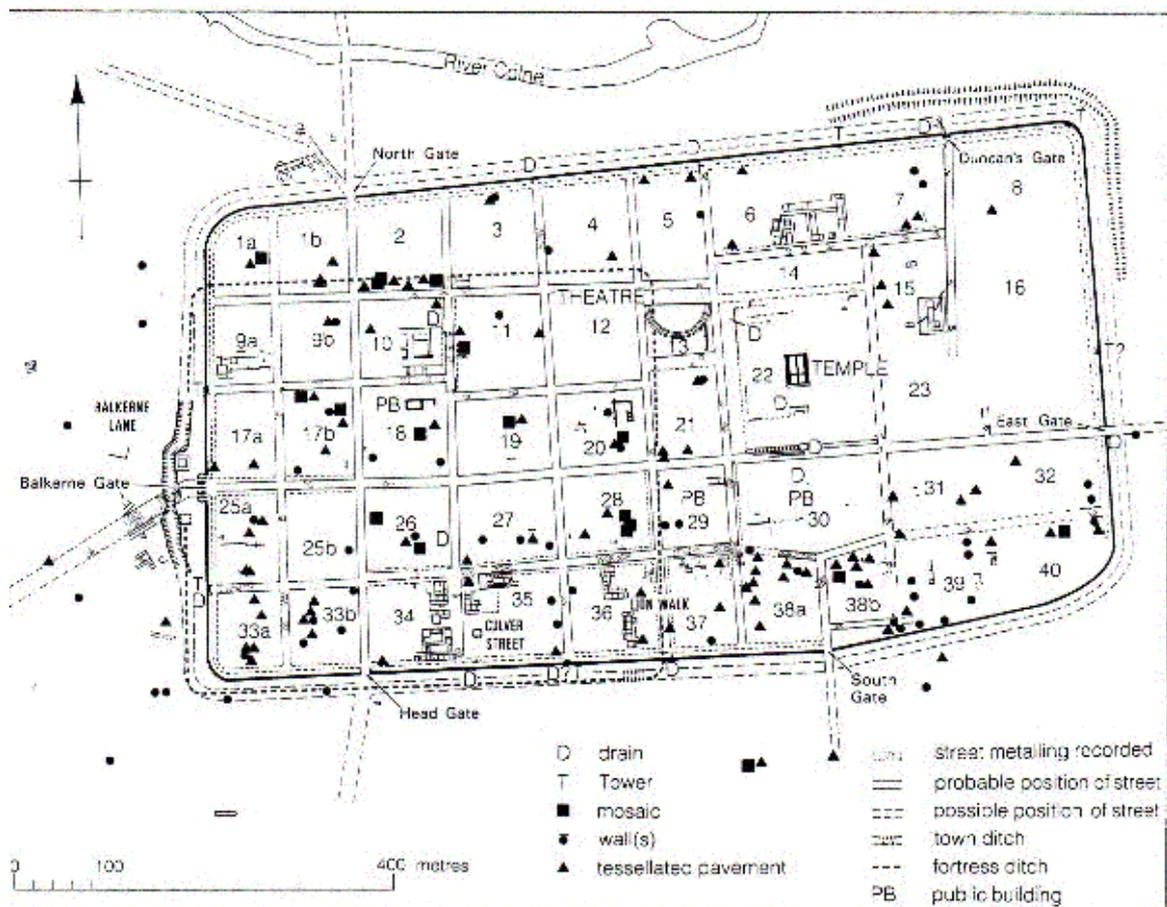


Fig. 3.3: Planta da cidade romana de Camulodunum, na Bretanha (Inglaterra), séculos II a IV. Fonte: www.camulos.com, 2008.

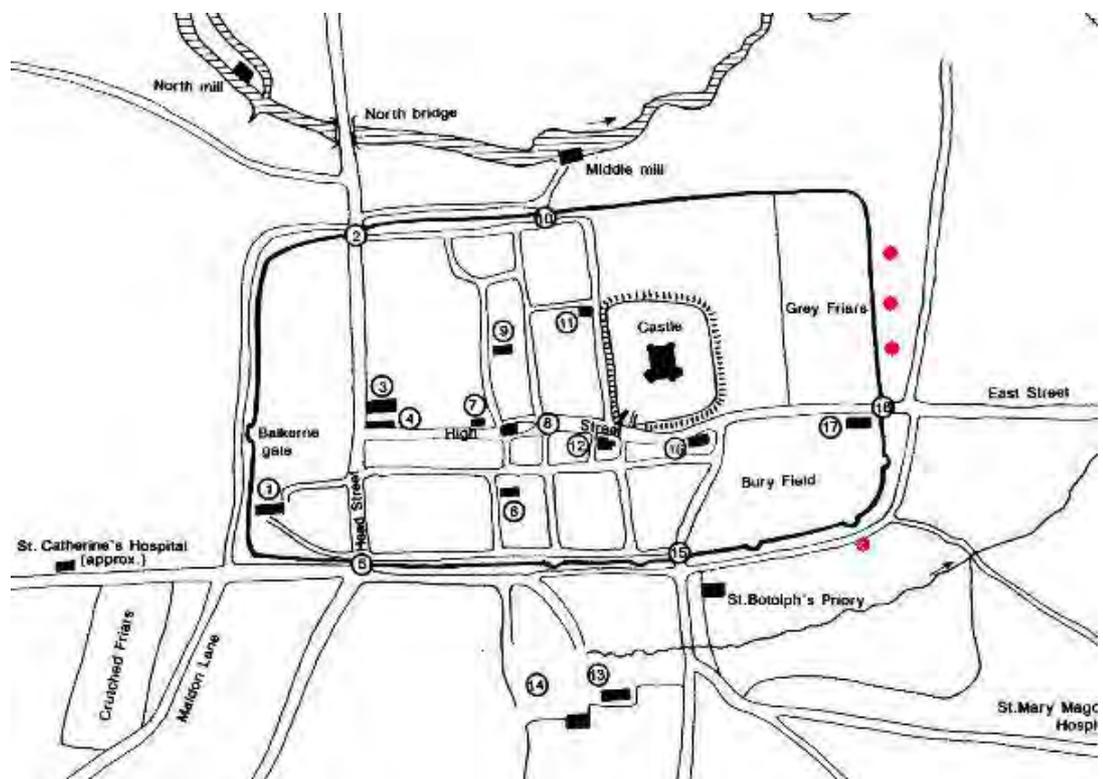


Fig. 3.4: A planta da cidade de Colchester (hoje no Essex, Inglaterra) no século XVI, erguida sobre as ruínas da cidade romana de Camulodunum. Fonte: www.camulos.com, 2008.

A Igreja criticou a cidade, mas ao mesmo tempo não abriu mão dela como sua sede e os poderes civis da cidade não são totalmente destruídos, mas em parte adaptados às novas circunstâncias. À medida que as invasões e pilhagens diminuam e uma nova estabilidade parecia se instalar, as cidades começaram a retomar sua força como centros político-econômicos e não apenas eclesiásticos, o que se processou com mais clareza a partir do século X, atingindo seu ponto máximo no século XIV (PIRENNE, 2001).

Nesse período pouco se falou sobre a cidade – de novo, a Bíblia se mantém como fonte principal de uma cidade melhor ou pior. Um dos mais importantes documentos medievais, o Saltério de Utrecht (820-835), apresentou uma série de representações da cidade, como ilustrações para os salmos ainda dentro de um modelo helenístico e baseado em um

“esquema de muralla poligonal originado en el trazado establecido por los agrimensores romanos cuyos tratados fueron recopilados en la mitad siglo V en un *Corpus* revisado e completado durante el siglo seguinte. Esta representación tiene como eje el cruce del cardo y el decumano en torno del que se organiza la muralla que puede tener cuatro, seis o ocho lados. De acuerdo con el tratado de Vitrubio, esta última es la forma más adecuada para hacer frente a los vientos”³²

(MANZI, 2006, p. 74) (Fig. 3.5, 3.6 e 3.7)

Manzi (2006) salienta que a representação das cidades neste documento está diretamente ligada a uma idéia ainda romana de feitura do espaço urbano, sendo uma representação mais erudita, sugerindo ainda o conhecimento dos tratados romanos por quem produziu o Saltério. A autora evidencia também que as representações mais claras, onde é possível identificar muralhas e edifícios com elementos da arquitetura romana, como as que mostram a cidade sob aspectos positivos (Fig. 3.5 e 3.6) e as representações mais toscas com os aspectos negativos (Fig. 3.7).

³² “Esquema de muralha poligonal originado no traçado estabelecido pelos agrimensores romanos cujos tratados fora compilados na metade do século V em um *Corpus* revisado e completado no século seguinte. Esta representação tem como eixo a cruz do cardo e do decumano em torno da qual se organiza a muralha que pode ter quatro, seis ou oito lados. De acordo com o tratado de Vitruvius, esta última é a forma mais adequada para fazer frente aos ventos ”.



Fig. 3.5: A cidade como fortaleza para o oprimido, no salmo 23. Apesar de haver ênfase apenas para a muralha e a igreja no interior, é possível identificar elementos claros da cidade romana, como a porta de entrada ladeada por duas torres e a forma poligonal da muralha. Fonte: Utrecht Bibliothek der Rijksuniversiteit, 2008.



Fig. 3.6: A cidade como representação da morada de Deus, no salmo 47. Observa-se a estrutura poligonal da muralha e elementos da arquitetura romana. Fonte: Utrecht Bibliothek der Rijksuniversiteit, 2008.



Fig. 3.7: A cidade como fonte do mal, no salmo 54. A cidade, precariamente representada pelas muralhas é o lugar onde “grassa a astúcia no seu meio, a iniquidade e a fraude não deixam suas praças [...]” (Bíblia Sagrada, 1996, p. 697) – são vista cenas de violência, usura e danação. Fonte: Utrecht Bibliothek der Rijksuniversiteit, 2008.

Já em outras obras do período e posteriores, a forma de representação da cidade decaiu, apesar de continuar presente na Bíblia ou, principalmente, nos comentários ao Apocalipse escritos pelo monge asturiano Beatus de Liébana (c. 730-800)³³ e bastante difundidos na Península Ibérica. Inúmeras representações da Jerusalém Celestial são feitas nos manuscritos dos monges medievais e tais representações, ao invés de serem fiéis ao texto bíblico resultam, na verdade, em toscos esboços das cidades da época adornadas com símbolos cristãos (Fig. 3.8, 3.9 e 3.10.)

³³ *Commentaria in Apocalipsin*, escrito em 776 e revisado em 784 e 786 (Mattoso, 1988).

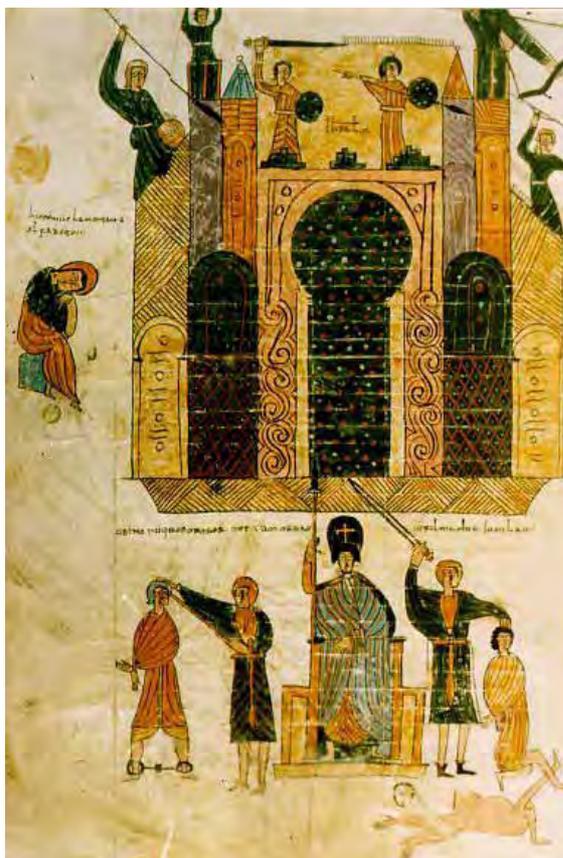


Fig. 3.8: Jerusalém sitiada do *Codex Urgellensis* de Beatus de Liébana, c.786. Fonte: Museu Diocesà de la Seu d'Urgell, 2008.

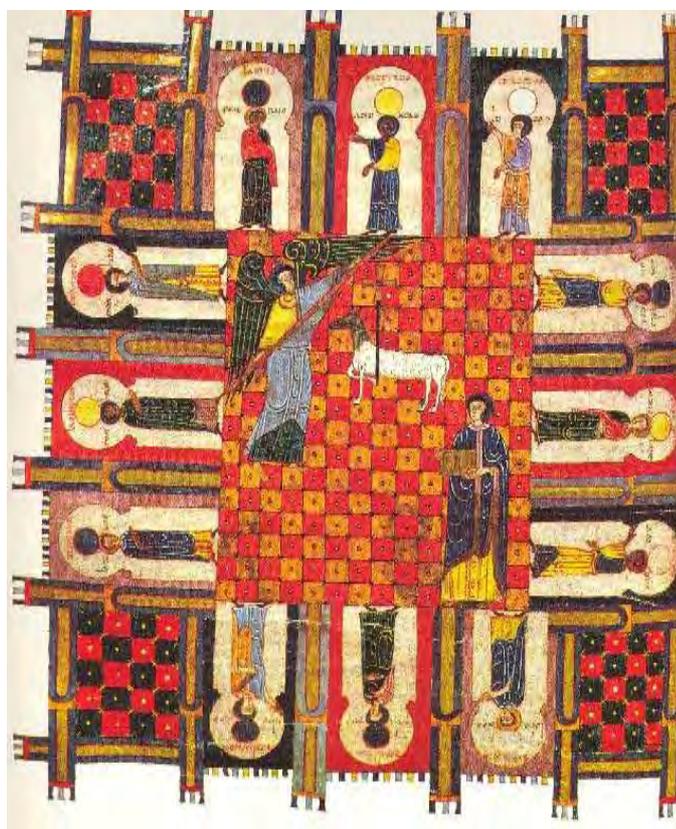


Fig. 3.9: Um anjo medindo a Nova Jerusalém com uma vara – em cada uma das doze portas, está um apóstolo e, ao centro, o Cordeiro, do Apocalipse do Beato Facundes (Castela, 1047). Fonte: Wikipedia, 2008.



Fig. 3.10: A Jerusalém celestial do Apocalipse de Bamberg (c. 1000-1020) – outro modo de ver a cidade medida pelo anjo – as muralhas e ameias correspondem a uma realidade bem conhecida por todos à época. Fonte: Enciclopaedia Britannica on line, 2008.

Não há registros de trabalhos que, pelo menos em parte, discutam a cidade até o século XII – existem algumas crônicas e descrições, comentários, mas nada que realmente “pense” a cidade em termos civis – ou seja, não se pode falar realmente em um pensamento sobre a cidade no período da “Alta Idade Média”, tendo em vista a própria desarticulação do conhecimento europeu sobre o mundo. A cidade até o final da chamada “Alta Idade Média” se desenvolveu paulatinamente, em especial onde a economia agrária ofereceu uma maior estabilidade e produtividade, o que corresponde às áreas das atuais França, Itália e Grã-Bretanha e Alemanha ocidental. Entretanto, independente das melhorias sócio-econômicas que levariam ao renascimento urbano europeu, a cidade não volta mais a ser o que era antes – ela jamais voltará ao que era no Império Romano, terá outra forma, outras funções e outros modos de ser pensada, gerida e desenvolvida.

3.2. A CIDADE EUROPÉIA A PARTIR DO SÉCULO XII

A cidade foi vista sob diversas formas ao longo da Idade Média – ora como algo demoníaco – Babilônia, a “mãe da prostituição e das abominações da terra” (Apocalipse, 17:5) ora como algo santo, a derradeira morada da Humanidade após o Juízo Final, a Jerusalém Celestial é uma visão da forma perfeita da cidade: “...mostrou-me a Cidade Santa, Jerusalém do céu...A cidade formava um quadrado: o comprimento igualava à largura. Mediu a cidade com uma vara: doze mil estádios³⁴. O comprimento, a largura e a altura eram iguais” (Apocalipse 21:10; 21:16).

As visões sobre a cidade variavam de acordo com os períodos de prosperidade e decadência, sendo positivas naqueles e negativas nestes. Se na “Alta Idade Média” a cidade européia se sustenta como uma vaga sombra do que foi na época do Império Romano, a partir do “renascimento urbano” (PIRENNE, 2001) que se estabelece do século XI em diante, a cidade ressurgiu com uma força que não poderá ser negada nem pelos nobres nem pela Igreja, que, em seus primórdios tanto a execrou. O processo de desenvolvimento das cidades, como qualquer outro, levará a uma reflexão sobre seus modos de ser e de funcionar.

A análise da forma e funcionamento da cidade medieval tal como é desenvolvida hoje não pode, obviamente ser comparada com o que se pensou sobre a cidade, pelo menos até o advento do Renascimento propriamente dito. Contudo, a cidade foi objeto de uma série de escritos ao longo da Idade Média. As leis que versavam sobre certos aspectos do funcionamento urbano não resultaram em uma forma definida, pelo menos no que tange a Portugal – levando apenas a algumas orientações sobre como os espaços urbanos deveriam melhor funcionar, mas quase sempre estas orientações legais se deparavam com a “vida real” que moldava outra cidade diferente daquela que a lei determinava como salientou Martín (1994, p. 67).

Houve, entretanto, outros modos de pensar a cidade ou, ao menos de fazê-la, buscando uma maior forma de controle do espaço em si, da população e do território adjacente. As *bastides* estabeleceram um modo de estruturar a forma da cidade segundo princípios de ordenamento físico ainda mais simplificado que o das cidades coloniais romanas e sua função, estava relacionada diretamente ao povoamento e controle de novos territórios (GOITIA, 1989). A estrutura e construção das *bastides* parecem estar ligadas a um pragmatismo que muito pouco deixa transparecer significados herméticos ou interpretações complexas: as cidades regulares tinham como função principal defender um território e servir de cabeça-de-ponte para a sua colonização.

³⁴ Equivalente a, aproximadamente, 2.220km (BÍBLIA SAGRADA, 1996, p. 1608)

Discorrer sobre estas questões neste ponto da pesquisa visa, de certa forma ao estabelecimento de um resumo do pensamento urbanístico medieval no duplo intuito de:

- 1) Evidenciar a existência de um pensamento urbanístico que, vindo anteriormente ao Renascimento, já estabelece tipos de cidades ordenadas, baseadas nas mais diversas funções e motivações e cuja omissão nesta pesquisa seria tendenciosa;
- 2) Esclarecer que tais estudos muito pouco influenciaram as cidades estabelecidas no Brasil entre os séculos XVI e XVII, apesar de ser provável que houvesse o conhecimento dos mesmos em Portugal desde o século XIII.

Para o caso específico da cidade européia ocidental na Idade Média, vale salientar a existência de um incipiente “pensamento teórico” ou uma reflexão sobre a mesma tanto em obras civis quanto religiosas, em período anterior ao Renascimento e que encontra força no pensamento sobre a cidade hispânica.

No caso das obras civis escritas ou ditadas por poderes temporais, uma das primeiras foi a *Primera Crónica General de España* de Afonso X de Castela (1221-1284)³⁵, publicada entre 1270 e 1284 que descreve, segundo os conhecimentos da época, a origem e desenvolvimento das cidades antigas como Cádiz, Cartago e Roma. Mattoso (1988, p. 24) entende que tal descrição e análise da forma e “história” daquelas cidades tinha por objetivo servir de modelo às do tempo de Afonso X, indo mais longe ao dizer que “a cidade já é vista [na Crônica] como lugar das lutas sociais” (MATTOSO, 1988. p. 27), por descrever a situação das classes no espaço urbano e, através de alegorias, estabelecer como cada classe deveria contribuir para o bom funcionamento da cidade e que tipos de indivíduos poderiam governar a cidade.

Em alguns trechos da *Crónica*, Afonso X analisou as questões que levaram à ascensão e queda de cidades como Cartago e Roma, ensinando preceitos do bom governo que anteciparam em quase duzentos anos as alegorias do bom e do mau governo da cidade pintadas por Ambrogio Lorenzetti no *Pallazo Pubblico* de Siena (Fig. 3.11 e 3.12), analisadas por R. Costa (2003) e que poderiam ser tomadas como idéias avindas dos preceitos da República de Platão e antecipam as utopias renascentistas, onde a cidade vai ter um papel fundamental como materialização da ordem social humana.

³⁵ A legislação castelhana, que de modo breve também tratava da cidade, pelo fato de ter sido aplicada também em Portugal será analisada mais adiante.



Fig. 3.11



Fig. 3.12

Fig.3.11 e 3.12 : Trechos do afresco de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348) existente na *Sala dei Nove* do *Palazzo Pubblico* de Siena: 3.7 – “Os efeitos do Bom Governo na Cidade...” e 3.8 – A “Alegoria do Mau Governo” (c. 1337-1340). As cidades bem geridas funcionam como uma verdadeira máquina onde todos participam e obtêm ganhos particulares e públicos, além, obviamente, das graças divinas. As cidades mal geridas são o palco da iniquidade e da danação. Fonte: R. Costa, 2003.

Le Goff (2008) aponta a importância do pensamento religioso sobre a cidade, principalmente a “tomada” das cidades pelas ordens mendicantes, principalmente as mais “novas” –

franciscana e dominicana. Observa-se que, num primeiro momento é fácil associar esta invasão das cidades pelas ordens mendicantes ao simples fato de que as cidades estavam crescendo, progredindo, enriquecendo e a Igreja não poderia ficar fora deste processo. O próprio Le Goff (2008, p. 177-178) indaga e responde:

“Por que essa atração das cidades sobre as novas ordens? Na virada do século XII para o século XIII [...] um novo mundo urbano se afirma através de valores e comportamentos novos, o gosto pelo intercâmbio comercial e intelectual, os preços do trabalho, do tempo e do dinheiro mais justamente calculado, a busca pela segurança e do conforto [...] A palavra da moda é *universitas*, que designa o conjunto de cidadãos da cidade [...] Mas esses homens e mulheres se urbanizam sem melhorar. Antes são duplamente pecadores: aos pecados tradicionais [...] acrescentam-se os pecados próprios das cidades [...] A cidade é pagã, é preciso convertê-la”.

Sabe-se que, a partir do século XIII, as ordens beneditina, dominicana, franciscana, carmelita e agostiniana vão se instalar de forma mais veemente no espaço urbano europeu, buscando riquezas e controle e, conseqüentemente, desenvolvendo justificativas para tal atitude e elaborando idéias e formas de cidades que lhes sejam convenientes.

A idéia de controle teve início na Itália no século XIII quando os mendicantes ficam na vanguarda do “nascimento do urbanismo e do patriotismo urbano” (LE GOFF, 2008, P. 187). Guidoni³⁶ (*apud* Le Goff, 2008, p. 187) aponta certas transformações morfológicas em cidades italianas como Siena (Fig. 3.13, 3.14), Cortona e Palermo motivadas pelos franciscanos, agostinianos e dominicanos, “traduzindo um modelo de estrutura triangular” (LE GOFF, 2008, p. 187).

³⁶ GUIDONI, E. Città e ordini mendicanti (secoli XIII-XIV): il ruolo dei conventi nella crescita e nella progettazione urbana del XIII e XIV secolo. **Quaderni medievali** n.4, 1977, p. 69-106.

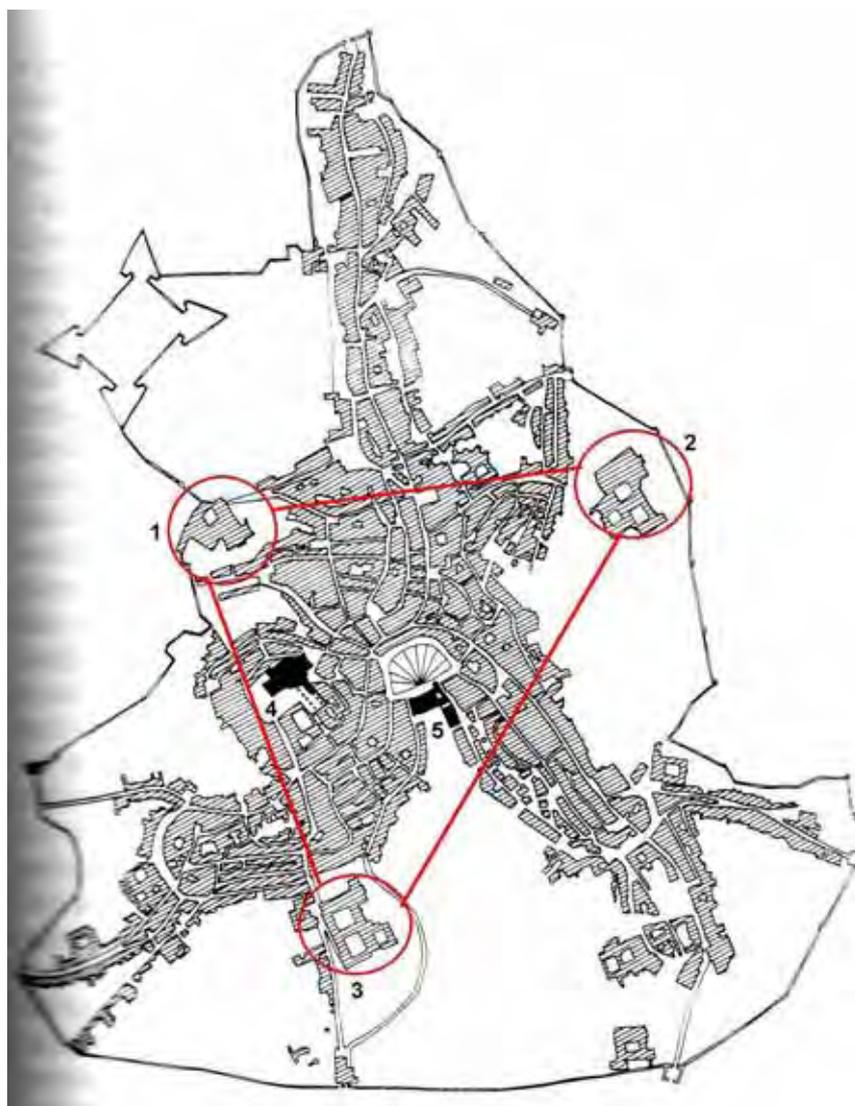


Fig. 3.13: A planta de Siena em 1848. Dentro dos círculos em vermelho: 1 – Convento dominicano; 2 – Convento franciscano; 3 – Convento agostiniano envolvendo o tecido mais antigo da cidade na “estrutura triangular” sugerida por Le Goff (2008). Os números 4 e 5 são, respectivamente, a catedral e o *Palazzo Pubblico*.

Fonte: Desenho do autor sobre original de Benevolo (1995), 2008.

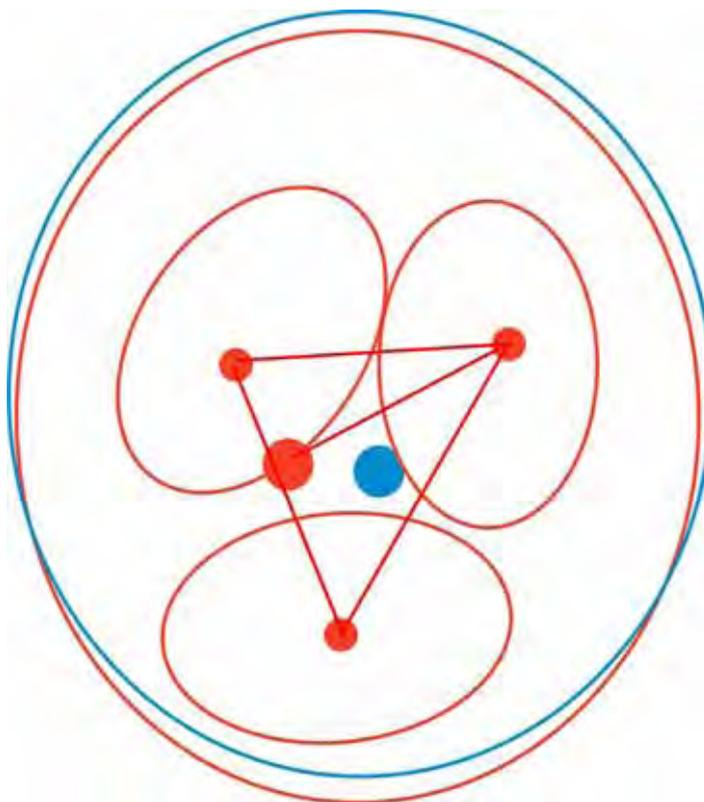


Fig. 3.14: Diagrama de relações da cidade de Siena: o círculo maior em vermelho delimita a influência da catedral sobre a cidade e o círculo maior em azul, o poder temporal. Os círculos menores delimitam a influência do controle das ordens religiosas, todas unidas entre si e com a catedral. Os círculos cheios em vermelho localizam a catedral e os conventos e o círculo cheio em azul, o *Palazzo Pubblico*, sede do poder civil. Fonte: Desenho do autor, 2008.

Baseado na premissa de que a Igreja deveria tirar vantagens do novo sistema urbano em ascensão, o milenarismo franciscano desenvolveu-se na Europa ocidental como um sistema de idéias que buscava a salvação do homem urbano e, da necessidade de admitir-se a cidade como o habitat humano por excelência. Do pensamento franciscano resultou uma obra que, segundo Segura (2006, p. 5) “culmina el proceso de elaboración teórica sobre la ciudad a finales del siglo XIV”³⁷: a obra do frade franciscano catalão Francesc Eiximenis³⁸ (1327?-1409), chamada *Dotzè llibres del cristià*³⁹ (1379-86) que buscou uma cidade totalmente controlada pelas ordens religiosas, definindo uma forma específica de cidade que tal obra em seu *Tractat de regiment de'ls prínceps e de comunitats*⁴⁰, capítulo XXXIX estabeleceu da seguinte maneira:

“Qui posa que la deena raho, perque foren edificades ciutats, fonch per seruey special de la cosa publica

³⁷ “Culmina o processo de elaboração teórica sobre a cidade no final do século XIV”.

³⁸ Também grafado Francesc Eximenis ou Francesch Eiximeniç.

³⁹ “Os doze livros do cristão”.

⁴⁰ “Tratado do regimento dos príncipes e das comunidades”.

La deena raho per la qual les ciutats se edificaren antigament si fonch per algun special seruey de tota la cosa publica. E jatsia que servir a tota la cosa publica no puxa couenir a cascuna ciutat, empero edificar ciutat per aytal intencio deu animar los homens del mon a molt amar la cosa publica, em quant vêem que los passats ab tanta affectio seruiren no solament a lurs ciutats e a lurs comunitats, hoc encara a totes les altres aytant com pogueren pensar ne ymaginar. Car no solament edificauen les ciutats per seruey de tota la cosa publica, ans encara aquelles que já trabauen edificades, si veyen que axi poguessen servir, ells les reparauen e les endreçauen de valls e de murs, e de dotauen de grans priuilegis e les exalçauen per grans honors.”⁴¹

Muitas são as possíveis interpretações gráficas da cidade de Eiximenis (Fig. 3.15, 3.16 e 3.17) que não chegou a expressá-la sob a forma de desenho. Saliente-se nela a idéia premente da cidade como um elemento passível de ser assimilado definitivamente pela Igreja, em especial o milenarismo franciscano e, obviamente, o desejo de reformular o mundo urbano ibérico (leia-se, castelhano) após a Reconquista, antecipando ao Renascimento uma possível forma urbana “ideal” que seria resultado e, ao mesmo tempo resultaria, num modo de vida regrado e cristão, aproximando-se das proposições bíblicas de uma cidade perfeita, espelho da Jerusalém Celestial do final dos tempos.

⁴¹ “Que possa a décima razão porque foram edificadas cidades, seja para especial serviço da coisa pública. A décima razão pela qual as cidades foram edificadas antigamente foi por algum especial serviço da coisa pública. E, como servir a toda coisa pública não poderia convir a nenhuma cidade, mas erguer cidades por tal intenção de animar os homens de modo a amar a coisa pública, enquanto se vê que, no passado, com tanto efeito, serviram não somente as suas cidades, mas as suas comunidades, por isso a todos os outros tanto quanto possam pensar ou imaginar. Pois não somente edificaram as cidades para serviço de toda a coisa pública, antes já edificadas, se vêem que assim podem servir, eles lhes reparam e lhes compunham de povoados e muros e lhe dotem de grandes privilégios e lhes exaltem por suas grandes honras”.

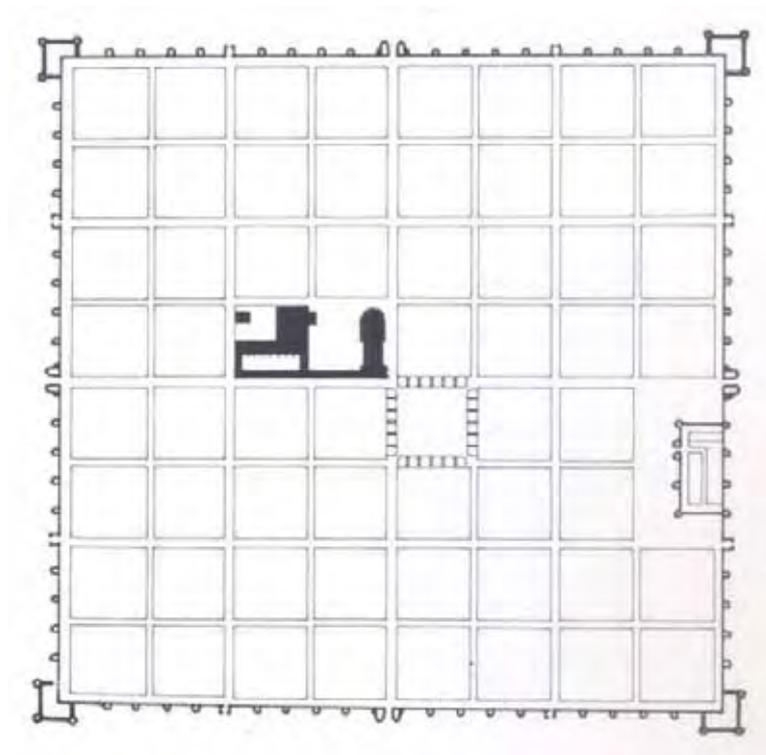


Fig. 3.15: Uma das interpretações da “cidade eiximeniana” segundo Josep Puig i Cadafalch (1936)⁴². Fonte: www.escriptors.cat/autors/eiximenisf/pagina.php?id_sec=1415, 2007.

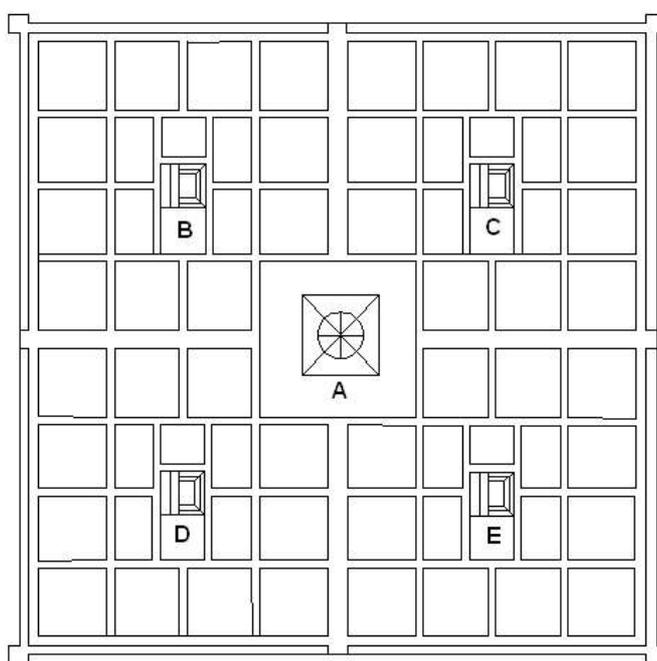


Fig.3.16: A “cidade eiximeniana” segundo a interpretação de Le Goff (2008). A – catedral; B – convento franciscano; C – convento dominicano; D – convento carmelita; E – convento beneditino. Desenho do autor, 2008.

⁴² PUIG I CADAFALCH, Joseph. Idées téoriques sobre urbanisme nel segle XIV. Un fragment d’Eiximenis. **Homenatge a Antoni Rubió i Lluch. Estudis Universitaris Catalans, XXI**. Barcelona: 1936, p. 1-9.

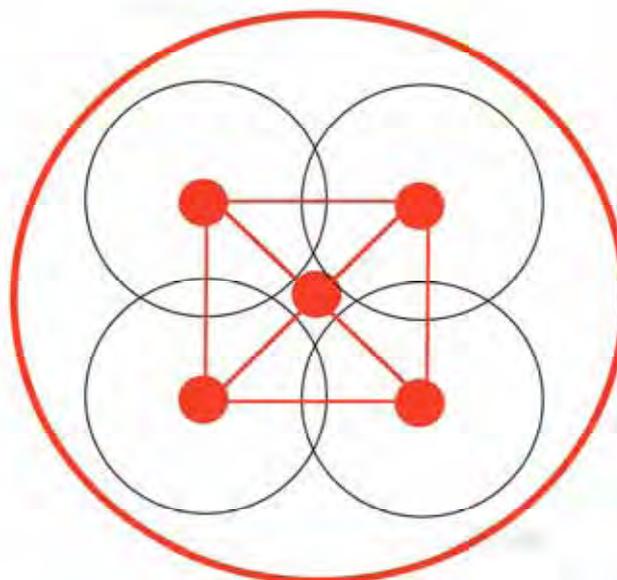


Fig. 3.17: Diagrama de relações da cidade eximeniana: o círculo maior em vermelho delimita a influência da catedral sobre a cidade, os círculos menores delimitam a influência do controle das ordens religiosas, todas unidas entre si e com a catedral. Não está definido o controle do poder civil sobre a população. Fonte: Desenho do autor, 2008.

A literatura espanhola superestima a influência de Eiximenis na elaboração de uma “teoria da cidade” antes do Renascimento (ROJO, 2003; SEGURA, 2006; MANZI, 2006). Não é possível aquilatar sua influência fora do contexto espanhol, mas é possível admitir que, de algum modo, a idéia de uma cidade ordenada, contrária ao organicismo das cidades hispano-muçulmanas influenciaria o desenvolvimento das cidades coloniais espanholas.

De fato, observa-se que, dentro de uma linha de pensamento que remonta à República de Platão, a cidade eximeniana é um mecanismo onde forma física e habitantes trabalham de modo a manter e aumentar tudo de bom que a sociedade cristã deveria ter, partindo do princípio de que o todo e as partes são indissociáveis:

“E aquesta composició aytal, es axi com hun cors humanal, compost de diruersos membres. E axiu diu sanr Pau... e vol dir que axi com diruerses membres fan un cors, que han diruerses officis, son em lom, axi diruerses personis e officis fan un cors, ajustats, e uma comunitat, la qual es apellada cosa publica cristiana.”⁴³

(EIXIMENIS *apud* Segura, 2006, p. 7)

Tal idéia de funcionamento urbano seria então a base dos modelos de reformulação urbana dos territórios reconquistados pelos muçulmanos nos diversos reinos hispânicos a partir do

⁴³ “E esta composição é tal como um corpo humano composto de diversos membros. E assim disse São Paulo... e vou dizer que, assim como diversos membros fazem um corpo, com diferentes funções, do mesmo modo, diferentes pessoas e funções fazem um corpo ajustado e uma comunidade, a qual é chamada coisa pública cristã”.

final do século XIV. Sobre a importância da obra eiximeniana para a urbanística espanhola, Segura (2006, p. 7) salienta que:

“Eiximenis proporciono uma visión renovada sobre la ciudad y las actividades que le son propias... Consideró que la forma de la ciudad debía ser proyectada de manera teórica y planificadas sus funciones por intelectuales, anticipando argumentos propiamente renacentistas que mas tarde se expresarían em la obra de Alberti”⁴⁴

Finalmente, Guarda (1965, p. 46) e Segura (2006, p. 20) entendem a cidade colonial espanhola como uma síntese quase genealógica entre o pensamento aristotélico, platônico, vitruviano, e teológico (“aquiniano” e “eiximeniano”) que resultou em um produto eminentemente mental, levando a um *corpus* teórico que resultou no século XVI (1573) nas *Leyes de Indias*. Torres Balbás e Goitia (1951, p. xv) procuram amenizar a complexidade do pensamento urbanístico espanhol admitindo que, antes de tudo “en los trazados de las ciudades de Hispanoamérica no encontramos ni variedad grande, ni deseo expreso de conseguir otra cosa que no sean resultados prácticos en quanto a replanteo, distribución y defensa de las aglomeraciones”⁴⁵.

Se tal complexidade para a formação das cidades coloniais espanholas é válida ou não, não cabe aqui analisar, mas o que se observa é que pelos estudos elaborados até o momento, não há indícios que tal discussão sobre a forma e funções da cidade tenha sido levado a efeito em Portugal ou mesmo que tais escritos tenham influenciado a forma das cidades coloniais no território brasileiro. Em território luso, existiram algumas poucas descrições de cidades como a do cruzado inglês a Osberno no *De expugnatione Lyxbonensi*⁴⁶ de 1147 – no qual tratou de uma Lisboa muçulmana, rica, de ruas estreitas e pessoas diferentes, estranha e envolvente que seduz o cronista e, ao mesmo tempo o repugna pela liberdade de religião então vigente na cidade. Já o “Livro de Arautos”, datado de 1416 que descreveu os reinos europeus, aponta as qualidades de várias cidades, inclusive Lisboa, o autor anônimo diz ser esta “a mais insigne de todas as outras do reino e uma das quatro mais excelentes das Espanhas” (NASCIMENTO, 1977, p. 248). Outras descrições sobre as cidades portuguesas até o início do século XVI são por demais breves e insignificantes para serem citadas – mesmo as crônicas dos reis como as escritas por Fernão Lopes (1378?-1459?): Crônicas de Dom Fernando, Dom Pedro I e Dom

⁴⁴ “Eiximenis proporcionou uma visão renovada sobre a cidade e as atividades que lhe são próprias... Considerou que a forma da cidade deveria ser projetada de maneira teórica e suas funções planificadas por intelectuais, antecipando argumentos propiamente renascentistas que, mais tarde seriam expressos na obra de Alberti”.

⁴⁵ “Nos traçados das cidades hispano-americanas não encontramos nem grande variedade, nem desejo expreso de construir outra coisa que não sejam resultados práticos quanto à instalação, distribuição e defesa das aglomerações”.

⁴⁶ “Da tomada de Lisboa”.

João I, não tratam de descrever as cidades do reino, mas “interessam-se vivamente por seus habitantes e pelos pormenores concretos da sua vida que asseguram a atracção das riquezas” (MATTOSO, 1987, p. 32). A Crônica de Dom Fernando em seu prefácio (LOPES, 1895, p. 8-10), dá algumas visões não da cidade em si, mas de seus habitantes e seu funcionamento:

“Havia, outrossim, mais em Lisboa estantes de muitos termos, não em uma só casa, mas muitas casas de uma nação, assim como genovezes, e prazentinos, e lombardos, e catalães d’Aragão, e de Maiorca, e de Milão [...] a que os reis davam privilégios e liberdades.

[...]

E receando os vizinhos de Lisboa, que então não era cercada, que gentes de desvairadas misturas e tantas podiam fazer damnos e roubos na cidade, ordenaram que cada noite certos homens de pé e de cavallo guardassem as ruas [...]

E porque Lisboa é uma grande cidade, de muitas e desvairadas gentes, e ser purgada de furtos e de roubos, e d’outros malefícios que n’ella faziam os quaes presumiam que eram feitos por homens que não viviam com senhores, nem hão bens nem rendas nem outros mesteres [...]

Ao autor interessava o que a cidade possuía de bom e de ruim em termos de atividades e comportamentos humano, mas tal descrição não deu o entendimento da forma da cidade, a não ser na passagem em que fala da inexistência de muros na Lisboa do início do reinado de Dom Fernando (1367-1383) – que só iniciou a construção dos muros além da cidade muçulmana em 1373, após cerco dos castelhanos (SERRÃO, 2001).

No período que antecede o Renascimento, o pensamento sobre a cidade se desenvolve embrionariamente, ora na legislação, nas obras religiosas e morais, ora nas descrições de viajantes extasiados com visões do inferno e do paraíso urbanos encontrados por toda a Europa ou mesmo com a simples descrição crítica de hábitos e costumes. Vistas com os olhos de hoje, tais obras podem ser o prenúncio das utopias renascentistas, tão decantadas e tão pouco edificadas. A cidade era um fato, uma realidade, sonho e pesadelo, princípio meio e fim, ou como diz Mattoso (1988, p. 33) era:

“Portanto, para todos, a cidade, sede do poder, da riqueza, da ordem, da racionalidade. Pólo organizador do espaço e da sociedade. Centro do mundo. Ímã de bens, de homens e de saber. Lugar de encontro entre Deus e todos os homens. Prefiguração da Jerusalém Celeste.”

Algo que se quer entender e controlar, mas que se esquiva à compreensão e controla, algo já grande e estranho o bastante para tentar ser redefinido e reconfigurado pelas teorias renascentistas que virão logo depois.

3.3. O PENSAMENTO SOBRE A CIDADE NO RENASCIMENTO – TRATADOS DE ARQUITETURA E LITERATURA HUMANISTA

*Vniuersis urbis et quae urbis partes sunt publica omnia debentur.*⁴⁷

Leon Battista Alberti (*De Re Aedificatoria* – Liber IV, 1452).

A contemporaneidade entre a colonização do Brasil e o Renascimento tem levado a uma série de interpretações da forma da cidade colonial. Um julgamento mais criterioso deve levar em conta que a difusão de informações no final do século XV e início do XVI não possuía a velocidade dos dias atuais, logo, é preciso minimizar os impactos dos tratados na formulação da cidade colonial portuguesa e, mesmo das reformas urbanas levadas a efeito em algumas cidades portuguesas entre o final do século XV e início do XVI. Cumpre registrar que, desde a metade do século XV e ao longo do período de tempo que abrange esta Pesquisa, foram escritos, publicados ou republicados vários tratados que versam, além da Arquitetura, também sobre a forma da cidade além de desenhos e pinturas que idealizavam a cidade (Fig.3.18).



Fig. 3.18: A *Città Ideale* de Piero della Francesca, c. 1470, Galleria Nazionale, Urbino, Itália. A precisão perspéctica da pintura apresenta um espaço urbano onde a regularidade e as proporções imperam, apesar de uma certa variedade nas soluções arquitetônicas. Fonte: Web Gallery of Art, 2007.

A lista abaixo (SUMMERSON, 1982; LAMERS-SCHÜLTZE, 2006) cita apenas os que foram impressos:

- *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius: em latim – Roma, 1486; Florença, 1522 (Fra Giocondo) e Roma, 1544 (Philander); em italiano: Como, 1521 (Cesariano) e Veneza, 1556 e 1567 (Barbaro) (Fig. 3.19 e 3.20);

⁴⁷ “A cidade e todos os seus serviços públicos estão destinados a todos os seus habitantes”.

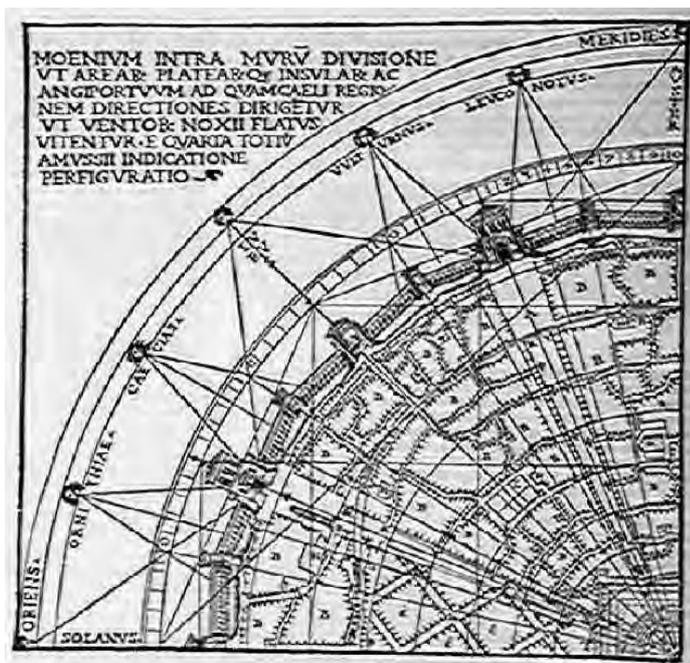


Fig.3.19: O modelo de cidade ideal na versão do *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius publicado por Cesariano em 1521. Fonte: The Australian National University, 2007.

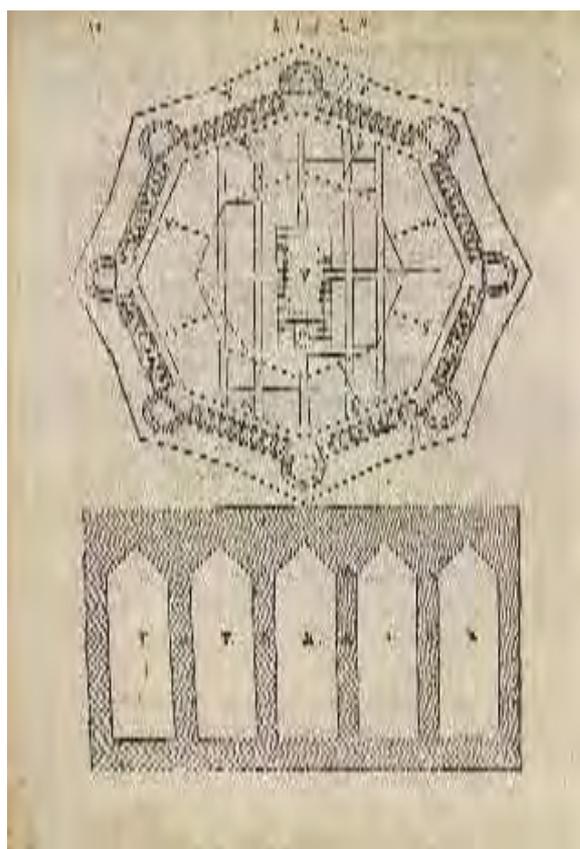


Fig. 3.20: O modelo de cidade ideal na versão do *De Architectura Libri Decem* de Vitruvius publicado por Barbaro em 1567. Fonte: USP, 2007.

- *De Re Aedificatoria Libri Decem* de Leon Battista Alberti: manuscrito de 1452, primeira impressão em latim – Florença, 1485 e primeira impressão em italiano em 1550. Obra inaugural da tratadística renascentista, dedica todo o seu livro IV às cidades e revela uma

grande quantidade de princípios a serem observados na construção do espaço urbano, que, seguramente não foram observados na construção de cidades no Brasil colonial no seu primeiro século;

- *Arcibus Castellisque Condendis ac Muniendis Rationes Aliquot* ou *Tratado sobre fortificação de cidades, vilas e castelos* de Albrecht Dürer, Nuremberg, 1527.
- A obra de Sebastiano Serlio: 1. *Geometria* (1545); 2. *Perspectiva* (1545); 3. *Antigüidade* (1537); 4. *As Ordens* (1540); 5. *Igrejas* (1547) e o *Livro Extraordinário* (1551, 1566);
- *Vitruvius Teutsch*, impresso por Johann Petretus, Nuremberg, 1548;
- *Quinque Columnarum exacta descriptio atque delineatio* de Hans Blum, Zurique, 1550;
- *The First and Chief Groundes of Architecture* de John Shute, Londres, 1563;
- *Architecture* de Philibert de l'Orme, Paris, 1567;
- *I Quattro Libri Dell'Architettura* de Andréa Palladio, Veneza, 1570;
- *Architectura* de Vredeman de Vries, Antuérpia, 1577;

É provável que tais obras tenham circulado em Portugal, no restrito grupo dos humanistas como André de Resende (1500-1573), Brás de Albuquerque (1501-1581), Damião de Góis (1502-1574), Francisco de Holanda (1517-1585) e Antônio Rodrigues (c. 1525-1590).

Desses, Damião de Góis tratou de descrever a cidade de Lisboa sob olhos muito favoráveis em sua *Descrição da Cidade de Lisboa* ou *Vrbis Olisiponis Descriptio* (1554), mostrando sua riqueza e vida ao escrever que “quanto ao interior da urbe, a sua grandeza e magnificência são tamanhas que bem pode medir meças a quaisquer das restantes cidades da Europa, tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade dos edifícios” (GÓIS, 1988, p.48). Edifícios estes, resumidos em número de sete e que foram todos construídos entre a metade do século XV e o início do XVI e, portanto, considerados pelo autor como edifícios modernos, apesar de, estilisticamente não estarem ligados ao Renascimento (GÓIS, 1988, p. 51-58):

1º - A igreja da Misericórdia (1498), em estilo manuelino e 2º - Hospital de Todos os Santos (1492), anexo à Misericórdia, no Rossio (Fig. 3.21);



Fig. 3.21; A igreja da Misericórdia, de Mateus Fernandes e Diogo de Boitaca e o Hospital de Todos os Santos em gravura de Martins Baratas (século XVII). Fonte: Wikipedia, 2008.

3º - Paço dos Estaus (1450), no Rossio (Fig. 3.22);



Fig. 3.22; Detalhe de uma gravura de Georg Braun e Franz Hogenberg (c. 1598), mostrando o largo do Rossio, no alto, à esquerda, o paço dos Estaus e, à direita da praça, a igreja da Misericórdia e o hospital de Todos os Santos. Fonte: Wikipedia, 2008.

4º - Celeiro Público (início do século XVI), no Rossio;

5º - Alfândega nova (início do século XVI), próxima ao Celeiro Público;

6º - Casa de Ceuta (início do século XVI);

7º - Arsenal de guerra (início do século XVI), próximo ao Paço Real.

Todos os “sete grandiosos edifícios” (GÓIS, 1988, p. 51) surgiram ao longo de uma série de intervenções realizadas em Lisboa nos reinados de Dom João II, Dom Manuel I e Dom João III como se verá mais adiante (CARITA, 1999). O opúsculo, que tinha a função de um guia para os visitantes da cidade, não vai além de traçar uma mítica história da cidade e de expor seu estado atual à época com as tintas de quem queria apenas agradar ao cardeal Dom Henrique, futuro rei de Portugal (1578-1580).

Francisco de Holanda e Antônio Rodrigues, por outro lado, foram os únicos a levar adiante o problema da arquitetura e do urbanismo renascentista em terras portuguesas. A despeito das viagens e estudos realizados por tais humanistas, principalmente para a Itália e patrocinadas pela Coroa (SERRÃO, 1994), a difusão dos conhecimentos de arquitetura e urbanismo ficaram restritos a poucas situações, as quais convém registrar e comentar.

Existem traduções para o português dos tratados de Alberti e Dürer feitas no reinado de Dom João III (1521-1557), mas que nunca chegaram a ser publicadas (TEIXEIRA e VALLA, 1999), o que denota a pouca disseminação das informações, restritas a um grupo muito pequeno e que não esteve presente na construção das primeiras cidades no Brasil.

O primeiro livro que tratou do urbanismo renascentista produzido em Portugal foi *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*⁴⁸, escrito por Francisco de Holanda em 1571, aprovado pela Inquisição em 1576, mas só impresso em 1879. Tal obra propõe uma grande reforma urbana e arquitetônica na cidade de Lisboa que nunca foi posta em prática (Fig. 3.23, 3.24 e 3.25).

⁴⁸ Ou, “das construções que faltam à cidade de Lisboa”, em português atual.

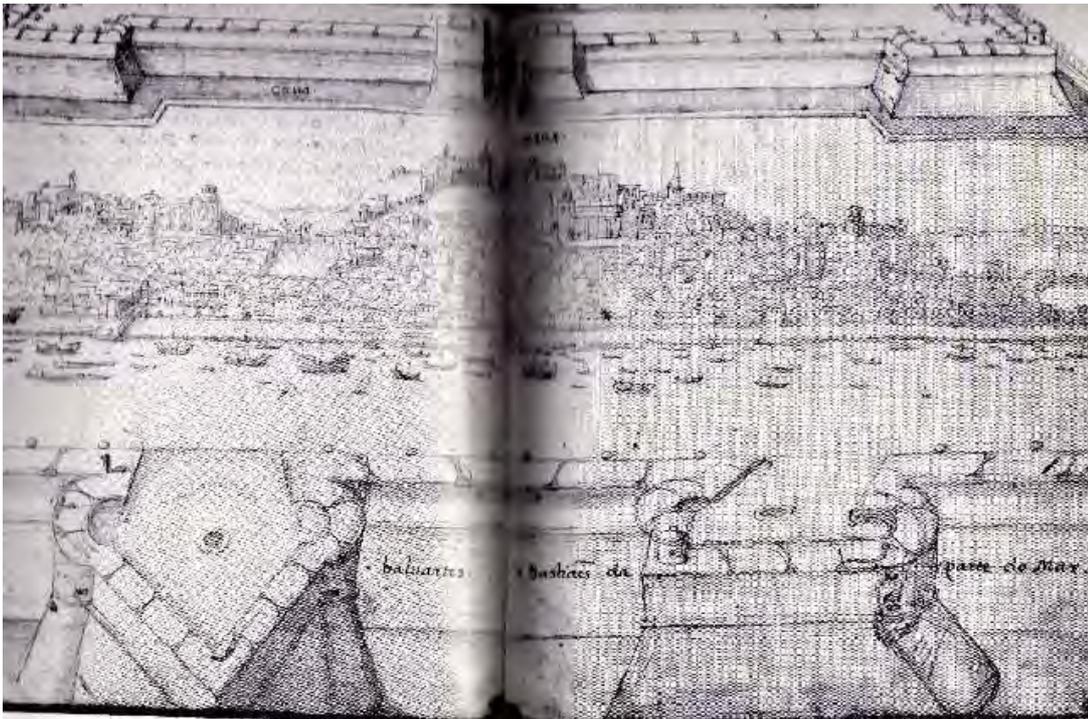


Fig. 3.23: A proposta para a defesa da cidade de Lisboa, segundo padrões renascentistas apresentada em 1571 na *Fábrica que falece...* Fonte: Holanda, 1984.

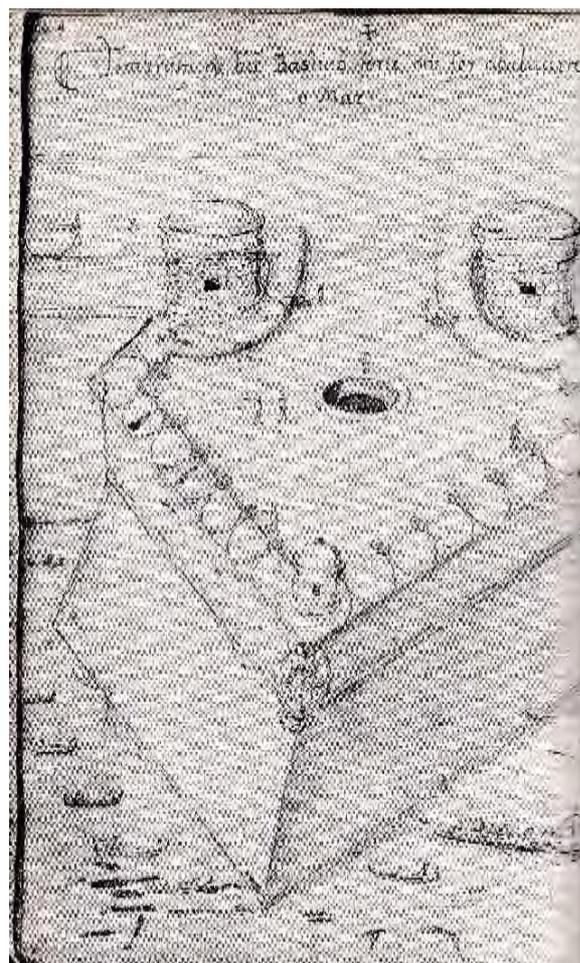


Fig. 3.24: Detalhe de um dos baluartes de defesa de Lisboa propostos na *Fábrica que falece...* Fonte: Holanda, 1984.

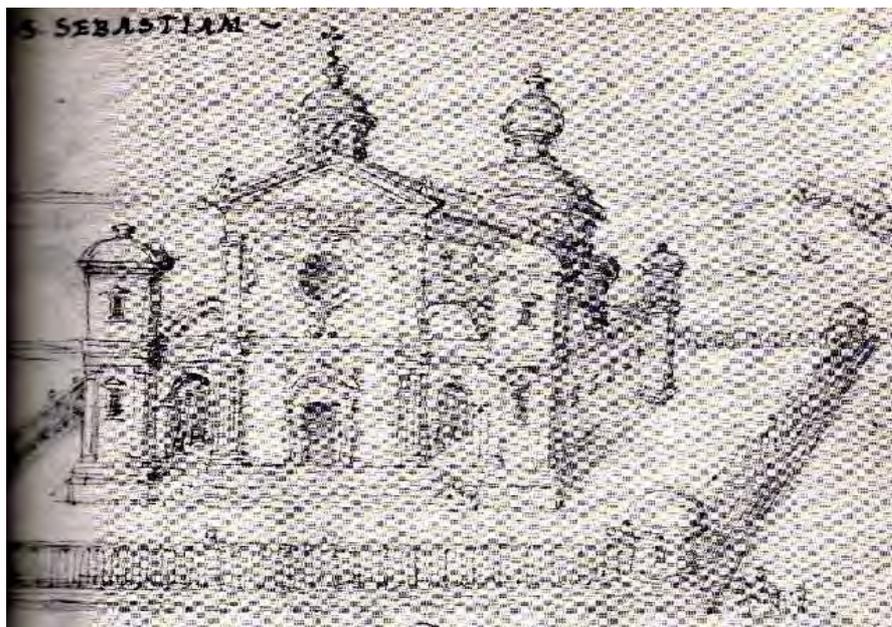


Fig. 3.25: A nova igreja de São Sebastião no Terreiro do Paço, Lisboa, proposta na *Fábrica que falece*...Fonte: Holanda, 1984.

Já em 1576, Antônio Rodrigues escreveu um tratado de arquitetura militar e urbanismo em português, o *Tractado de Architectura* (Fig. 3.26), que permaneceu incompleto; seguido em 1631 por Mateus do Couto, mas estes também não foram impressos (TEIXEIRA e VALLA, 1999).



Fig. 3.26: O método de medição da altitude dos terrenos do *Tratado de Architectura* escrito por Antônio Rodrigues em 1576. Fonte: BN-PT, 2008.

Vale salientar que o italiano Filippo Terzi que trabalhou como arquiteto em Portugal de 1577 a 1597 deixou também um trabalho manuscrito com dezesseis páginas intitulado *Estudo de embadometria, estereometria e as ordens de architectura*, mas que tratava unicamente de arquitetura (Fig.3.27).

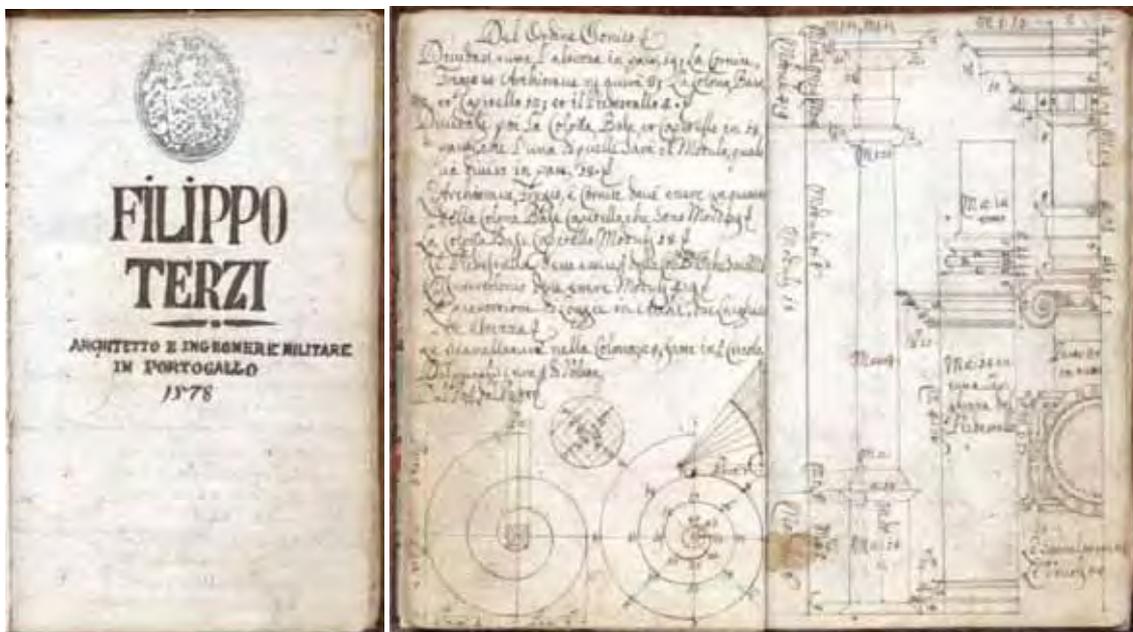


Fig. 3.27: O manuscrito *Estudo de embadometria, estereometria e as ordens de architectura* de Filippo Terzi, escrito em 1578. À esquerda a capa e à direita duas páginas internas tratando da ordem jônica. Fonte: BN-PT, 2006.

Na verdade, os únicos tratados portugueses efetivamente impressos foram o *Méthodo Lusitanico de Desenhar as Fortifficaçoens das Praças Regulares e Irregulares* de autoria de Luís Serrão Pimentel e datado de 1680 (Fig. 3.28) e o *Engenheiro português* de Manuel de Azevedo Fortes, de 1728, ambos fora do recorte temporal estabelecido para a Pesquisa.

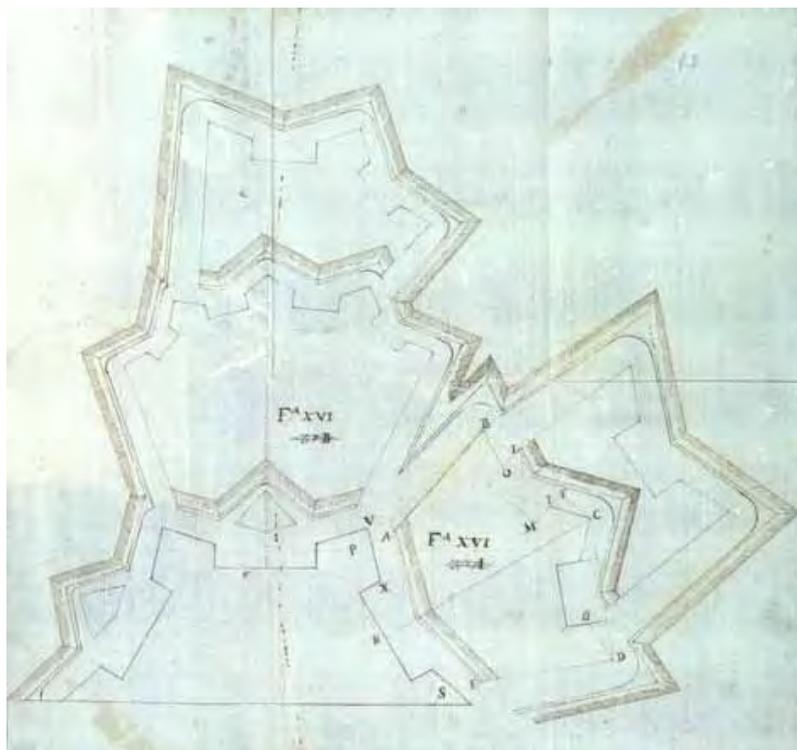


Fig. 3.28: Elementos de fortificação abaluartada relativos à configuração da coroa – Luís Serrão Pimentel, 1680.

Fonte: BN-PT, 2008.

Os estudos mais recentes demonstram uma grande preocupação em situar Portugal na vanguarda do Renascimento, o que parece, a partir de uma observação mais acurada, um tanto quanto inadequado. Decerto que reformas urbanas ocorreram nas principais cidades portuguesas ao longo do século XVI, em especial Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Braga, Elvas e Viana do Castelo, mas que fique claro que, de nenhuma dessas intervenções surgiu uma cidade renascentista e sim, edifícios renascentistas e, no máximo, espaços renascentistas já que, “com efeito, as realizações e até as idéias urbanistas quinhentistas representam pouco se as compararmos com o caminho percorrido pela arquitectura durante o mesmo período” (GOITIA, 1989, p. 101). Cecil Stewart, (*apud* Goitia, 1989, p. 101) salienta que:

“O Renascimento é, acima de tudo, um movimento intelectual. No campo do urbanismo, as suas primeiras contribuições são insignificantes se compararmos com a arquitectura do mesmo período e com as realizações cenográficas, com os grandes panos de fundo do final do barroco⁴⁹ .”

A mesma opinião pode ser encontrada em Dantas (2004):

“Na verdade, as teorias urbanísticas renascentistas ficaram limitadas ao campo das idéias. As condições necessárias para traduzi-las em realidade não ocorreram. A arquitetura da Renascença, com seus ideais de proporção e regularidade, realiza-se em edificações isoladas, não ocorrendo a fundação ou a transformação de uma

⁴⁹ STEWART, Cecil. **A prospect of cities**, London, 1952. p. 100.

cidade inteira. Os intelectuais e artistas renascentistas descrevem ou pintam a nova cidade, impossível de ser construída e que, por isso, permanece um objeto teórico ou, em outros termos, inacessível.”

Já Benevolo (1995, p. 118) enfoca a impossibilidade de introdução de um novo desenho urbano regular em um sistema urbano já formado e tendendo à cristalização:

“As efectivas transformações urbanas compreendidas entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVI, tanto em Itália quanto no resto da Europa, são limitadas, irregulares e sempre desproporcionais em comparação com as ambições de uma cultura projectual confiante nos seus instrumentos universais. Essa cultura não deixa de se ocupar das cidades, mas perde o contacto com a experiência concreta, com a utilização dos meios técnicos, econômicos e administrativos; a procura dos novos modelos urbanos faz-se nas artes figurativas e nos livros e adquire uma aceleração incontrolável que vai se afastando cada vez mais do mundo real.”

A “cidade ideal”, portanto, permaneceu no campo teórico ou literário – já que não é possível esquecer as propostas formuladas pelos autores humanistas, principalmente Thomas More com sua *Utopia*, publicada em 1516, onde a idéia de sociedade perfeita também se materializou na forma da cidade, como é possível ler neste trecho de sua obra imortal (Fig.3.29):

“Quanto às cidades, quem conhece uma conhece todas. Assemelham-se tanto quanto a natureza do local o permite. Descrever-vos-ei, pois uma delas, indiferentemente; mas por que não Amaurota? É a mais importante e considerada de todas [...].

A cidade de Amaurota fica na encosta de um monte de inclinação suave e tem forma quase quadrangular. Começa pouco abaixo do cume do monte e prolonga-se pelo espaço de duas milhas até ao rio Anidro. A sua largura, junto ao rio, aumenta um pouco [...].

A cidade é rodeada por uma alta e espessa muralha de pedra, enxameada de torres e fortes. Um fosso seco, profundo e largo, cheio de sebes e silvados, rodeia por três lados a muralha da cidade. O quarto lado tem por fosso o próprio rio. As ruas são atraentes e foram convenientes dispostas e orientadas, quer para as necessidades de transporte, quer como proteção contra o vento. As casas são belas e bem construídas, formando duas filas contínuas ao longo das ruas, cuja largura é de vinte pés.”

(MORE, 2006, p. 56-57)



Fig. 3.29: A ilha de Utopia em uma xilogravura de Ambrosius Holbein (1518). A representação esquemática da ilha e de suas cidades ainda obedece a padrões medievais. Fonte: Wikipedia, 2008.

Outras visões de sociedades perfeitas viriam após a Utopia de More, sendo uma das mais conhecidas *A cidade do Sol* de Tommaso Campanella publicada pela primeira vez em 1623 e também define um interessante modelo de cidade:

“A maior parte da cidade está situada sobre uma alta colina que se eleva no meio de vastíssima planície. Mas as múltiplas circunferências se estendem num longo trecho, além das faldas do morro, de forma que o diâmetro da cidade ocupa mais de duas milhas, por sete do recinto total. Mas achando-se sobre uma elevação, apresenta ela capacidade bem maior do que se estivesse situada numa planície ininterrompida. Divide-se em sete círculos e recintos particularmente designados com os nomes dos planetas. Cada círculo se comunica com o outro por quatro diferentes caminhos, que terminam por quatro portas, voltadas todas para os quatro pontos cardeais da terra” (Fig. 3.30).

(CAMPANELLA, 2001, p. 2)

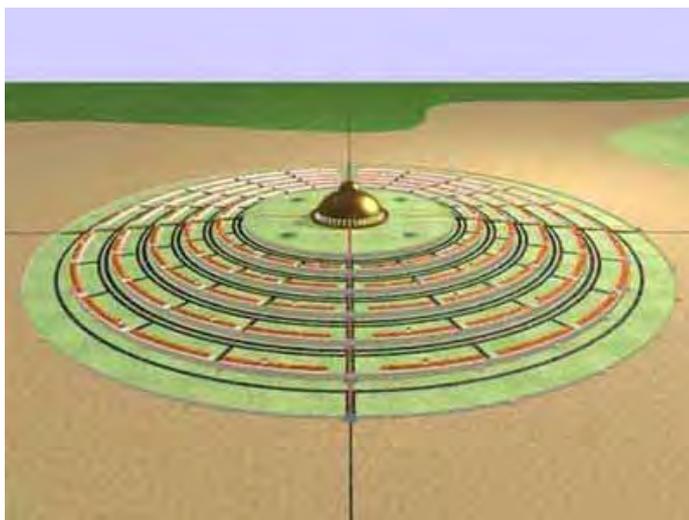


Fig. 3.30: Interpretação em computação gráfica da Cidade do Sol de Campanella. Fonte: Universitopia, 2008.

De fato, as idéias dos arquitetos e humanistas, sem força para alterar uma realidade cotidiana construída através de séculos, foram relegadas aos livros e, na melhor (ou pior) das hipóteses, seus conhecimentos de geometria utilizados para o desenvolvimento da arquitetura militar, que alterou apenas as fortificações das cidades, mantendo intacto o tecido medieval. Também existiram obras que estavam diretamente ligadas ao desejo dos autores em glorificar os seus patronos, o que diminuiu em muito o caráter “revolucionário” das idéias, na verdade fruto da bajulação e do servilismo, como, por exemplo, a obra de Antonio Averlino, chamado Filarete, ora dedicada a Francesco Sforza – *Codex Trivulzianus* (Fig.3.31), ora a Piero de Médici – *Codex Magliabechianus*.

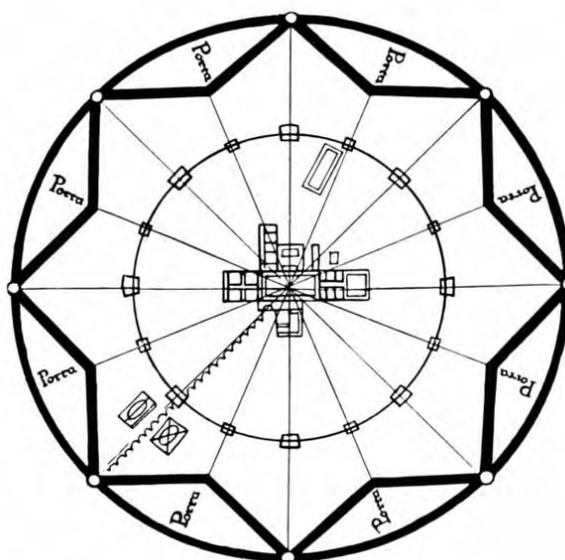


Fig. 3.31: A planta de Sforzinda, cidade ideal projetada por Filarete para homenagear seu patrono Francesco Sforza. O caráter unitário do projeto e seu simbolismo geométrico visavam à glorificação do seu poderoso mecenas e ao próprio conhecimento superior do seu autor perante a sociedade da época. Fonte: Wikipedia, 2007.

Das aplicações práticas das idéias urbanísticas do Renascimento vale lembrar a cidade de Palmanova, construída em 1593 na então República de Veneza e que realmente materializa a idéia das cidades estreladas e poligonais do Renascimento, mas sua função principal foi defensiva – manter os turcos longe do território veneziano – e não a criação de uma utopia urbana (Fig. 3.32 e 3.33).



Fig. 3.32: *Pianta di Palmanova* (século XVII – Museo Correr de Veneza) onde é possível verificar todo o seu sistema defensivo, baseado nas teorias geométricas e pirobalísticas desenvolvidas desde o final do século XV.

Fonte: Wikipedia, 2007.



Fig. 3.33: Vista aérea atual de Palmanova, onde é possível ver a estrutura urbana dentro dos padrões renascentistas, seu sistema de defesa abaluartado e as ampliações externas que não seguiram os princípios renascentistas. Fonte: Google Earth, 2007.

No caso específico de Portugal, autores como França (1977) e Carita (1999) analisam a questão das intervenções urbanas, principalmente em Lisboa no século XVI, sem forçar uma ligação direta das mesmas com o Renascimento, haja vista que, por exemplo, as intervenções ocorridas em Lisboa na Rua Nova d'El-Rei, a Vila Nova da Oliveira e do Bairro Alto de São Roque foram realizadas entre 1498 e 1502 num espírito ainda ligado ao urbanismo regular medieval e que, como Carita e Carita (2000, p. 184) advertem: “os agentes implicados na definição das estratégias urbanas implementadas durante o período manuelino para Lisboa e para o resto do país não foram, até hoje, motivo dum estudo sistemático” (Fig. 3.34).



Fig. 3.34: Trecho da planta de Lisboa de João Nunes Tinoco (c. 1656), onde se vê parte do Bairro Alto, cujo desenho é apenas uma quadrícula comum ao urbanismo regular medieval. Fonte: Teixeira e Valla, 1999.

Decerto que a Ribeira, por sua forma quase regular e sua escala monumental em relação à cidade à época são interpretadas por muitos como a maior intervenção renascentista em Lisboa, que vai ser confirmada com as intervenções de Filippo Terzi e José de Herrera no Paço real da Ribeira (Fig.3.35) já em fins do século XVI, sob o governo de Filipe II, mas o Bairro Alto, por outro lado, não possui um desenho sequer baseado nas cidades ideais, se ligando ao desenho das *bastides* medievais e que será sim, ocupado com edifícios renascentistas como a célebre igreja de São Roque. Rossa (s.d., p. 1316) esclarece que:

“Na realidade os reis dos descobrimentos [D. João II (reinado 1481-1495), D. Manuel I (reinado 1495-1521) e D. João III (reinado 1521-1557)] não

implementaram e parece nunca ter concebido um plano para a monumentalização da capital do seu império. Promoveram apenas algumas medidas e reformas para a melhoria do nível sanitário da cidade, regularam a sua expansão e clarificaram seu centro. Os dois mais representativos espaços públicos da cidade até hoje – o Terreiro do Paço e o Rossio – acabaram por ser definidos num processo que resultou de uma sucessão de atitudes independentes, sem estarem integradas num plano.”

Desfaz-se então a idéia de grandes planos de reconfiguração urbana para a capital portuguesa, que, em sua quase totalidade permanecerá inalterada até o grande terremoto de 1755 (FRANÇA, 1977).



Fig. 3.35: O Paço da Ribeira, destruído pelo terremoto de 1755, em desenho de Domingos Vieira Serrão (1892).

Fonte: BN-PT, 2008.

Concluindo a sua interpretação do efeito produzido pelas reformas do final do século XV, início do XVI, Rossa (s.d., p. 1317) arremata:

“Como um todo, a Lisboa dos Descobrimentos era espacialmente e esteticamente desinteressante para os intelectuais portugueses italianizados, não exibindo qualquer sector com expressão relevante. A sua lógica urbanística era (tardo) medieval. O remoçamento renascentista da arquitectura e do urbanismo da Coroa Portuguesa a partir da década de 1540, não teve tempo nem espaço, nem sequer impulso para se exprimir numa cidade que, além do mais, nem sequer era efectivamente habitada pelo rei.”

Quanto à arquitetura militar, substancialmente alterada pelo advendo da pirobalística, algumas cidades portuguesas vão, ao longo do século XVI e XVII alterar seus sistemas defensivos em

favor dos novos conhecimentos desenvolvidos desde o tratado de Dürer, de finais do século XV, mas vão manter sua morfologia orgânica (Fig. 3.36).



Fig. 3.36: Vista aérea de Almeida, próxima à fronteira com a Espanha. O sistema defensivo é do século XVI, mas a estrutura morfológica é a mesma do período medieval (século XIII). Fonte: Google Earth, 2007.

Sobre a questão das pretensas influências renascentistas sobre o desenho das novas cidades coloniais americanas (Fig. 3.37), as opiniões bastante lúcidas de Torres Balbás e Goitia (1951, p. xv) podem manter as coisas em suas devidas proporções:

“No hallamos la variedad de trazados urbanos – más ideales que outra cosa – que ya apuntaba el Renacimiento, motivo de especulación de los tratadistas imbuídos de conceptos nuevos de belleza arquetípica y transcendente. Las elocubraciones de un Filarete, de un Francesco di Giorgio Martini, de un Cattaneo o de un Scamozzi, diseñando ciudades ideales inscritas en polígonos regulares o elegantes estrellas, con trazados radio concéntricos y bellas agrupaciones de plazas, no llegaron a los rudos soldados de la Conquista, encargados en muchos casos de precaver el replanteo de las nuevas ciudades americanas.”⁵⁰

⁵⁰ “Não encontramos a variedade de traçados urbanos – mais ideais que outra coisa – que já apontavam para o Renascimento, motivo de especulação dos tratadistas imbuídos de conceitos novos de beleza arquetípica e transcendental. As elocubrações de um Filarete, de um Francesco de Giorgio Martini, de um Cataneo ou de um Scamozzi, desenhando cidades ideais inscritas em polígonos regulares ou elegantes estrelas, com traçados rádio-concêntricos e belos agrupamentos de praças não chegaram aos rudes soldados da conquista, encarregados, em muitos casos, de proceder ao estabelecimento das novas cidades americanas.”

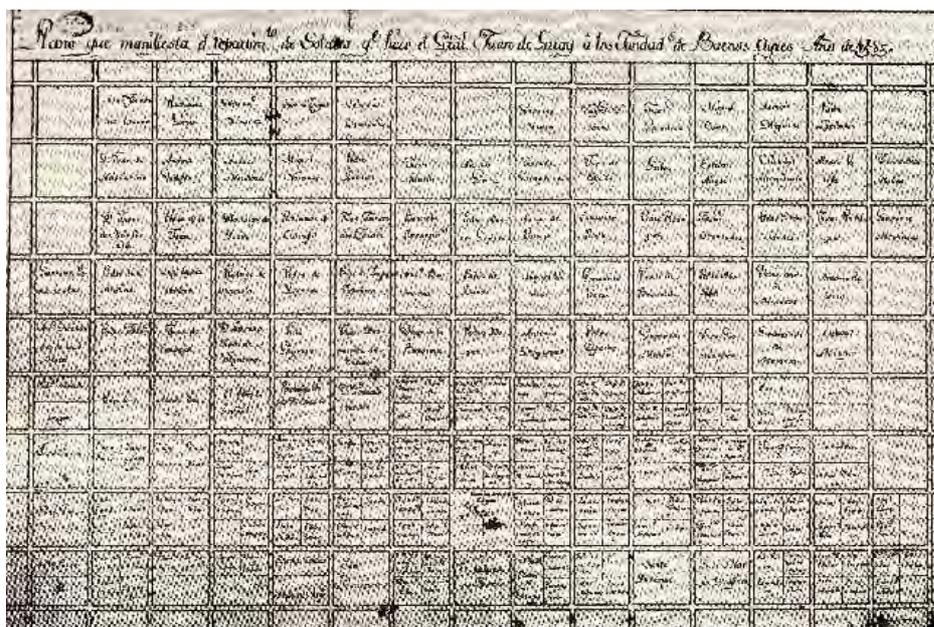


Fig. 3.37: o plano de Buenos Aires, Argentina, 1580 (segunda fundação) em planta de 1785 – a simplicidade da “traça” em nada se parece com os modelos ideais do Renascimento. Fonte: Torres Balbás e Goitia, 1951.

O pensamento sobre a cidade desde a Idade Média até o Renascimento baseou-se ora em meras descrições, ora em tentativas vãs de compreendê-la, moldá-la e controlá-la. Parece que, ao final, tais tentativas se mostraram extremamente parciais ou inviáveis. A cidade continuou cada vez mais complexa e viva em si mesma, tornando o seu criador, o Homem, incapaz de fazer dela um instrumento dócil para suas ações. Na Europa, origem da cidade portuguesa e da cidade portuguesa no Brasil, foi impossível definir um modelo de cidade ideal que, minimamente, atendesse, pelo menos às vontades dos poderosos – eles sozinhos não faziam a cidade como mais adiante esclarecerá Martín (1994) – todos, desde o mendigo ao mais poderoso nobre, estavam sujeitos e sujeitavam a cidade às suas vontades e *desígnios*.

A redução da cidade a esquemas sempre resultou em algo impossível de ser mantido por longo tempo ou mesmo de ser implantado, por isso não existem milhões de “Amaurotas” espalhadas pelo mundo, mas cidades diferentes que guardam em si um tipo específico, porque resultantes de variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais próprias de cada povo e de cada época.

Mesmo em *Terra Incognita*⁵¹, os pretensos modelos ideais parecem ser reduzidos pelas circunstâncias a pálidas sombras do que deveriam ser ou, como será mostrado mais adiante, são subjugados por conhecimentos mais arraigados na mente daqueles que realmente colonizam os novos territórios americanos.

⁵¹ “Terra desconhecida” – termo usado pelos cartógrafos até o século XVIII para designar áreas desconhecidas do globo. Por extensão, o Novo Mundo, no século XVI.



CAPÍTULO 4



4. A CIDADE PORTUGUESA

“In nonimi Domini. Ego Odario Dauiz ideo placuit mici, asto animo et bone pacio uoluntas, ut facere tiui, iermana mea Trudilli, sicut et facio tiui, scriptura donationis et firmitatis de **uilla** nostra propria nominata Freiseno, que iace inter ambas Labrugias, subtus **Ciuitas** Albarelios et Castro de Boue, territorio bragarense et portugalense”⁵²

Este capítulo tem uma tarefa hercúlea e, ao mesmo tempo, arriscada: buscar uma definição para a cidade portuguesa no intuito de dar sustentação à própria pesquisa. A busca de tal definição vai se prender aos estudos elaborados até o momento por muitos pesquisadores portugueses que chegaram muito perto desta definição, mas preferiram não enunciá-la por razões julgadas sérias e passíveis de respeito, quase sempre ligadas à necessidade de mais pesquisas para a elaboração de tal definição (CARVALHO, 1989).

Do ponto de vista histórico, procurou-se observar a progressão das civilizações que povoaram o território hoje dito português e quais as possíveis contribuições de cada uma delas para a formação da cidade portuguesa.

Possíveis comparações com outras cidades européias não serão levadas à exaustão já que o que se pretende é, na verdade, buscar uma definição da cidade portuguesa como ponto de origem da cidade desenvolvida no Brasil no seu primeiro século de urbanização. Logo, não se faz necessário estudar as cidades portuguesas e suas paralelas européias – autores renomados já trataram de outras cidades da Europa, restando aqui, no máximo sua ajuda para o estabelecimento de certos conceitos. Afinal de contas, não se pode perder de vista nunca o fato de que a cidade portuguesa, taxonomicamente⁵³ falando é cidade ocidental, européia, mediterrânea, ibérica e, por fim, portuguesa.

4.1. OS ANTECEDENTES

A presença humana (*Homo sapiens*) no atual território português é assinalada desde 27.000 a. C., aproximadamente (BAHN, 2004). Daquele período até o VI milênio a.C., a atividade humana foi gregária, datando deste último período, a existência de vestígios de assentamentos rurais permanentes e do aparecimento dos primeiros dólmenes ou antas⁵⁴ no Alentejo. A partir

⁵² “Em Nome de Deus. Eu Odário D’Aviz, por esta razão, meu desejo e vontade faço escritura de doação à minha irmã, Trudilli, de uma vila minha chamada Freiseno, localizada em Labrugias, entre as cidades de Albarelios e Castro de Bove, território bracarense e portugalense”. Doação de Odário D’Aviz, ano 907. Um dos mais antigos textos em latim bárbaro escrito em território português onde aparecem as palavras *uilla* – vila e *ciuitas* – civitas, cidade. In: CRETELLA, jr., José. Português para o Curso Técnico – 3º ano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. p. 170-171.

⁵³ Taxonomia é um processo de classificação científica e, também a parte da Biologia que trata da classificação das espécies animais e vegetais.

⁵⁴ Monumentos megalíticos cujo significado em bretão é “mesa de pedra” (BAHN, 2004).

do IV milênio a.C. surgem sociedades mais ou menos complexas que levantam centros proto-urbanos fortificados como o de Zambujal, próximo a Lisboa (BAHN, 2004) e os de Vila Nova de São Pedro, Pedra do Ouro e Rotunda (SERRÃO, 2001).

No atual sul de Portugal, bem como no de toda a península Ibérica, surgiram, a partir do VIII século a.C., colônias fenícias e gregas com o intuito de comercializar o ferro e o bronze extraídos e manufaturados pelos nativos. Serrão (2001) admite que, ao contrário do território hoje espanhol, tais povos não deixaram grande número de vestígios em Portugal, registrando apenas o sufixo *ippo*, utilizado na formação dos topônimos Olisipo (Lisboa) e Colipo (Leiria).

Mas, não foram só estes povos que ocuparam a Península Ibérica e o território português – outros viriam e trariam elementos mais sólidos para a formação do povo português e da sua cultura.

Cardozo (1990) e Alarcão (1999) trabalham com a hipótese da chegada das primeiras levas celtas a partir do século VI a.C. Powell (1965) insere a ocupação celta na Ibéria como pertencente à cultura Hallstatt (c. 1.200 a.C.-500 a.C.), que teria ocupado todo o atual território português e que já encontraram uma estrutura estabelecida de assentamentos proto-urbanos nomeados mais tarde pelos romanos como citânias e *castella* (singular: *castellum*). O amálgama das culturas ibera e celta levou à formação dos celtiberos. Após a Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.) os celtiberos foram progressivamente conquistados pelos romanos até a queda definitiva do seu último baluarte, Numância em 133 a.C. e cujos restos se encontram hoje, em território espanhol, em 133 a.C (ALARCÃO, 1973).

A romanização, a partir do século II a.C., forçou a destruição ou abandono da maior parte das citânias, cidades, *castella* ou *oppida*, mas não seu total desaparecimento, que só se daria a partir do século V da era cristã com as invasões dos Alanos, Suevos e Visigodos (CARVALHO, 1989).

O processo de desenvolvimento das cidades romanas no território português se dá por sobreposição e arrasamento dos núcleos antigos ou por fundações *ex novo*. A rede urbana romana durará até o final do Império do Ocidente no século V e será, definitivamente obliterada com a invasão árabe do século VIII (ALMEIDA, 1987; ALARCÃO, 1999, 2002).

Importante observar que, o que se define como “cidade portuguesa” só pode surgir a partir da nacionalidade (1140) mas, como salientou Carvalho (1989, p. 9) “nenhuma cidade surge do nada, à margem dos enquadramentos humanos e geográficos”, portanto, o que se entende aqui como cidade portuguesa não será um produto surgido nem do nada nem ao acaso, mas sim, a partir de um longo processo de evolução ou involução, continuidades, rupturas, escolhas e

necessidades que gerarão um tipo de cidade que, mais tarde será trazido ao Brasil no início de sua colonização assim como se trouxe a língua, os costumes e modos de ser e agir do povo português.

4.1.1. OS ASSENTAMENTOS PROTO-URBANOS CELTIBEROS

Como foi dito anteriormente, desde antes das invasões celtas no século VI a. C., os povos peninsulares criaram em todo o território ibérico (Fig. 4.1), em especial no atual território português, uma série de assentamentos proto-urbanos cujas denominações chegaram até hoje através dos registros romanos, quase todas terminadas com o sufixo celtibero *-óbriga* ou *-briga*, que designa povoação fortificada (Alarcão, 1999, 2002), como nos casos de Cetóbriga, Conímbriga e Talábriga.



Fig. 4.1: Carta etnológica dos povos pré-romanos da Península Ibérica c.200 a.C.. Fonte: Campo Arqueológico de Tavira, 2004.

Só na região de Entre Douro e Minho, Martins Sarmento localizou mais de 60 assentamentos celtiberos a partir da segunda metade do século XIX (SERRÃO, 2001). Os principais assentamentos dessa natureza, cujos restos são encontrados em Portugal são:

Tabela 1: Principais castros e citânias de Portugal. Fonte: IPPAR, 2007.

Distrito	Castro ou citânia (Freguesia, vila ou cidade)
Aveiro	Castro do Monte Valinhas, Santa Eulália, Arouca
	Castro de Ovil, Paramos, Espinho
	Castro de Ossela, Ossela, Oliveira de Azeméis
	Castro de Fiães, Fiães, Santa Maria da Feira
	Castro de Romariz, Romariz, Santa Maria da Feira
Beja	Povoado das Mesas do Castelinho, Santa Clara-a-Nova, Almodóvar
	Castro Verde, Castro Verde, Castro Verde
	Castro da Azougada, Moura (São João Batista), Moura
	Castro dos Ratinhos ou Outeiro dos Castelo, Moura (São João Batista), Moura
	Castro de Cola, Ourique, Ourique
Braga	Castro de Carmona, Barcelos
	Castro de Monte Castro, Carapeços, Barcelos
	Castro de Monte Redondo, Guisande, Braga
	Castro de São Lourenço, Vila Chã, Esposende (Fig. 4.2)
	Cividade de Belinho, Belinho, Esposende
	Citânia de Sabroso, Sande, Guimarães
	Citânia de Briteiros, Salvador de Briteiros, Guimarães (Fig. 4.3 e 4.4)
Bragança	Castro de Sacóias, Baçal, Bragança
	Castro de Ciragata, Parada, Bragança
	Castro de Aldeia Nova, Miranda do Douro, Miranda do Douro

	Castro Vicente os de Vila Velha, Castro Vicente, Mogadouro
Castelo Branco	Castro da Chandeirinha de Belmonte, Belmonte, Belmonte
	Castro da Covilhã Velha, Vale de Prazeres, Fundão
Coimbra	Castro da Lomba do Canho, Secarias, Arganil
	Castro de Santa Olaia, Ferreira-a-Nova, Figueira da Foz
Évora	Castro de Castelo Velho, São Pedro, Alandroal
	Povoado fortificado e Santuário de Endovélico, São Pedro, Alandroal
Guarda	Castro de Santiago, Figueiró da Granja, Fornos de Algodres
	Castro de Tintinholo, Faia, Guarda
Porto	Castro de São Domingos, Cristelos, Lousada
	Castro dos Arados, Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses
	Castro de Monte Mozinho, Citânia de Monte Mozinho ou Cidade Morta de Penafiel, Oldrões, Penafiel
	Castro de Santa Margarida, São Mamede de Negrelos, Santo Tirso
	Cividade de Terroso, Terroso, Póvoa de Varzim (Fig. 4.5)
	Citânia de Bagunte, Bagunte, Vila do Conde
	Citânia de Sanfins, Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira
Santarém	Castro de São Miguel da Amêndoa, Amêndoa,

	Mação
	Castro Velho, Mação
Setúbal	Castro de Chibanes, Palmela
Viana do Castelo	Castro de Azere, Azere, Arcos de Valdevez
	Castro de Cendife, Cendufe, Arcos de Valdevez
	Cividade de Âncora, Âncora, Caminha
Vila Real	Castro do Pópulo, Pópulo, Alijo
	Castro do Souto da Lama, Dornelas, Boticas
	Castro de Carvalhelhos, Beça, Boticas
	Castro de Santiago do Monte, Nogueira da Montanha, Chaves
	Castro de Cidadelhe, Cidadelhe, Mesão Frio
Viseu	Castro do Cabeço dos Mouros, Cabril, Castro Daire
	Castro do Bom Sucesso, Chãs de Tavares, Mangualde
	Citânia da Raposeira, Mangualde

Os autores portugueses entendem estes assentamentos proto-urbanos como fazendo parte de uma “cultura castreja”, que Serrão (2001, p. 44) define como:

“Uma civilização que, em plena idade histórica, conservou variadas formas do viver arcaico. Civilização pobre, dedicada à cultura e à pastorícia, confinava-se aos estratos sociais e familiares que a própria comunidade lhes oferecia. No seu isolamento teriam conservado a rudeza de vida e formas de mentalidade que levaram Joaquim de Carvalho⁵⁵ a radicar nessa cultura a psique do homem português do nosso tempo.”

Serrão (2001) aponta também o fato de que tais assentamentos não possuíam uma estrutura social que fosse além do clã, não existindo, portanto o comércio interno, que é uma das principais características urbanas (WEBER, 1987). Por isso o uso da expressão “proto-

⁵⁵ CARVALHO, Joaquim. A cultura castreja . Sua interpretação sociológica. In: **Ocidente**. Lisboa, 1946.

urbana” ao lidar com tais assentamentos. Do ponto de vista morfológico, tais assentamentos não apresentavam quadras ou lotes, sendo compostos apenas, por construções isoladas inseridas num espaço murado.

As pesquisas arqueológicas mais recentes apontam para uma continuidade da construção de castros, citânias e cidades após a invasão celta da Península Ibérica e da formação das tribos celtiberas, não cabendo aqui discutir a verdadeira origem de tais assentamentos e seus prováveis desenvolvimentos pela natureza desta pesquisa e pelas poucas informações obtidas até o momento pelos arqueólogos. Serrão (2001) classifica os castros apenas como fortificações sem habitações e as citânias como assentamentos fortificados com moradias permanentes; ao passo que Cardozo (1990) considera que tanto castros quanto citânias possuíam habitações, sendo os primeiros mais pobres e precários e as segundas, mais importantes.

Tais assentamentos possuíam, como características principais, a localização sobre colinas ou pequenas elevações, a área reduzida, o uso de paliçadas de madeira ou mais comumente, um ou mais muros de pedra como sistema defensivo e a utilização, na maioria dos casos de edificações de planta circular ou elíptica, ainda que também ocorram edifícios retangulares (ALARCÃO, 1999; SERRÃO, 2001). Ainda do ponto de vista funcional, tais assentamentos possuíam em seu interior, áreas específicas para a guarda do gado em períodos mais rigorosos de inverno ou em caso de ataque. Como já foi dito, não há indicações de comércio interno. Essas escassas informações são, praticamente o que se sabe sobre tais assentamentos, já que as descrições romanas são vagas e pouco confiáveis e as escavações arqueológicas levadas a efeito até o momento não dão conta de fornecer elementos mais aprofundados sobre o funcionamento das cidades e citânias.

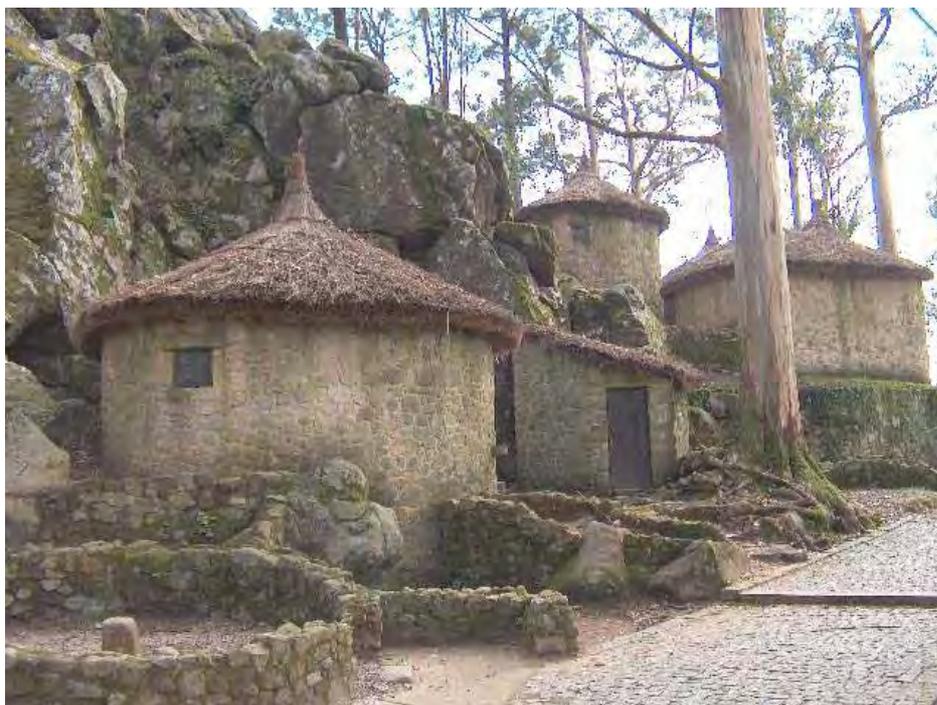


Fig. 4.2: Castro de São Lourenço, próximo a Esposende. Fonte: Wikipédia, 2006.



Fig. 4.3: Trecho da *Planta da Citânia de Briteiros*, elaborada por Álvaro de Castelões em 1892, a partir das escavações de Martins Sarmiento, iniciadas em 1875, localizada perto de Guimarães. Fonte: BN-PT, 2008.



Fig. 4.4: Uma residência da Citânia de Briteiros, segundo reconstituição de Martins Sarmiento (c. 1880).

Fonte: Wikipédia, 2006.



Fig.4.5: Vista geral da Cividade de Terroso, próxima a Póvoa de Varzim. Fonte: Wikipédia, 2006.

Autores como Alarcão (1999) e A. Silva (1999) concordam que os elementos disponíveis até o momento são insuficientes para determinar se os assentamentos castrejos teriam alguma influência na determinação do urbanismo português. Saliente-se o uso de elevações como elemento de defesa, mas tal uso também foi usado pelos muçulmanos que, do ponto de vista temporal e material estão mais “próximos” da formação da cidade portuguesa que os celtiberos, mas tal hipótese não pode ainda ser inteiramente descartada.

Quanto ao funcionamento das estruturas castrejas, os estudiosos portugueses afirmam que não há dados que definam um funcionamento mínimo do ponto de vista urbano. Estruturas habitacionais são fáceis de inferir, mas outros elementos que caracterizariam a urbanidade do espaço castrejo como comércio, assembléia, vias estruturadas, etc., estão longe de estarem identificados ou definidos como fazendo parte de uma sociedade celtibera e não de alterações romanas posteriores.

4.1.2. AS CIDADES ROMANAS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Como foi dito anteriormente, a ocupação da Península Ibérica pelos romanos se deu a partir da Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.) entre aqueles e os cartagineses. Como resultado, a Ibéria ou Hispânia foi anexada ao Império Romano, levando a uma série de conflitos entre os celtiberos e romanos cujo ponto culminante foi a destruição de Numância por Cipião Emiliano em 133 a.C. após um cerco de oito meses e vinte anos de resistência dos povos da Ibéria. As revoltas menores duraram até o governo de Augusto (29 a.C.-14 d.C.), sendo os últimos focos de resistência debelados entre 26 e 19 a.C (SERRÃO, 2001).

No século I a.C. , entre 27 e 13 a.C. (ALARCÃO, 2002), a Hispânia foi dividida em três províncias: *Baetica*, *Tarraconensis* e *Lusitania*, que serão tratadas aqui por seus nomes portugueses: Bética, Tarraconense e Lusitânia. Tais províncias, por sua vez foram divididas em *Conventi Juridici* (singular: *Conventus Juridicus*) que serviam como divisões político-administrativas das províncias e cujas sedes eram as *civitate* (cidades) mais importantes. O atual território português é formado em sua maior parte pelo território da Lusitânia e uma pequena parte da Bética e da Tarraconense (mais tarde, parte da Calécia) (Fig. 4.6).



Fig. 4.6: As províncias romanas da Hispânia e seus respectivos *Conventi Juridici*. Fonte: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007.

Alarcão (2002, p.31) salienta que:

“A organização administrativa do território actualmente português, no tempo de Augusto, incluiu (por ordem lógica, mas não necessariamente cronológica): a criação da província da Lusitânia, com a conseqüente definição e reajustamento das fronteiras; a fundação de novos centros urbanos e a urbanização de *oppida* preexistentes; a delimitação dos *territoria* das diferentes *civitates*.”

Os assentamentos celtiberos previamente existentes foram destruídos, romanizados ou mantidos sob a tutela de dois magistrados romanos. A hierarquia urbana passou a ser a seguinte:

- As cidades romanas e as capitais de *territoria* (singular: *territorium*) tribais romanizadas seriam *civitate* (singular: *civitas*);
- Abaixo da *civitas* estariam os *oppida* (singular *oppidum*) e os *castella* (singular: *castellum*) e, por fim, os *vici* (singular: *vicus*).

A diferença principal entre os *oppida* e os *castella* estava na localização: aqueles na planície e estes em elevações como eram as citânias originais.

As pesquisas históricas e arqueológicas levadas a efeito até o momento (Alarcão, 1973, 2002; Campo Arqueológico de Tavira, 2006; etc.), identificaram a existência das seguintes cidades romanas ou romanizadas no atual território português:

Tabela 2: Lista das cidades romanas em Portugal. Fonte: Campo Arqueológico de Tavira, 2003.

Nome romano	Nome atual ou povoação mais próxima
<i>Aeminium</i>	Coimbra
<i>Ammaia</i>	São Salvador de Aramenha
<i>Acoutinium</i>	Alcoutim
<i>Aquae Flaviae</i>	Chaves
<i>Arabriga</i>	Alenquer
<i>Arannis ou Arandis</i>	Santa Bárbara de Padrões, Castro Verde
<i>Aretium</i>	Alvega
<i>Alavarium</i>	Aveiro
<i>Baesuris</i>	Castro Marim
<i>Balatucellum</i>	Bobadela, Oliveira do Hospital
<i>Balsa</i>	Luz de Tavira
<i>Bracara Augusta</i>	Braga
<i>Caetobriga</i>	Setúbal ou Tróia
<i>Conimbriga</i>	Condeixa-a-Velha
<i>Ebora Cerealis, Ebora Liberalitas Julia</i>	Évora
<i>Eburobrittium</i>	Óbidos
<i>Lacobriga</i>	Lagos
<i>Mirobriga</i>	Santiago de Cacem
<i>Myrtilis</i>	Mértola
<i>Olisipo Felicitas Julia</i>	Lisboa
<i>Ossonoba</i>	Faro
<i>Pax Julia</i>	Beja
<i>Salacia</i>	Alcácer do Sal
<i>Scalabis</i>	Santarém
<i>Sellium</i>	Tomar

Sirpe	Serpa
-------	-------

Fonte: Campo Arqueológico de Tavira, 2006.

O atual estado das pesquisas arqueológicas em Portugal demonstra que pouco das cidades romanas restou nos dias de hoje. Os artefatos, objetos, estátuas, marcos miliários e algumas ruínas atestam que a estrutura urbana romana foi indelevelmente arrasada no ocaso do Império. Carvalho (1989) salienta que a decadência das cidades luso-romanas é contemporânea da crise do século III, continuando até o século V quando, em 411, o imperador Honório entrega a Lusitânia aos alanos, que devastam o território hoje português e são, posteriormente derrotados pelos suevos que destroem, entre outras cidades, *Conimbriga*, em 468, obrigando sua população remanescente a buscar abrigo em *Aeminium* e em *villae* rurais. O principal documento da época que registra tais destruições é a *Crônica dos sucessos ocorridos entre os anos de 379 e 469 da era de Cristo* escrita pelo bispo Idácio de Chaves (*Aquae Flaviae*) (1995), onde são descritas, por exemplo, as destruições de Braga, *Conimbriga* e Lisboa:

“Ano 456

174. O rei Teodorico dirige-se com seu exército para Braga – última cidade da Galécia... Embora a pilhagem da cidade de Braga não tenha sido sangrenta, todavia foi bastante triste e digna de lástima [...] As basílicas dos Santos são desmanteladas. Derrubados e despedaçados os altares.” (p. 36)

“Ano de 468

241. *Conimbriga*, ludibriada na paz, é posta a saque. São destruídas as casas juntamente com alguns panos de muralhas. Os habitantes são reduzidos ao cativeiro e deportados. A cidade e a região transformam-se num deserto.” (p.46)

“Ano de 469

246. Lisboa é ocupada pelos Suevos porque (da cidade) fez entrega Lusídio, um dos seus cidadãos que era seu governador. Conhecida esta novidade, os Godos, que (neste comenos) tinham chegado (aos arrabaldes de Lisboa), invadem a cidade e fazem pilhagem entre os Suevos, do mesmo modo que entre os Romanos que estavam sob o domínio suévico nas regiões da Lusitânia.” (p.47)

Ou seja, percebe-se uma sucessão de destruições que vão, pouco a pouco reduzindo as cidades luso-romanas a escombros irreconhecíveis.

O que se sabe é que as cidades romanas no território português possuíam a mesma estrutura encontrada ao longo do Império: plantas ordenadas, construídas quase sempre na planície⁵⁶; com fóruns, basílicas, aquedutos, templos, cúrias (assembléia municipal), comércio, habitações (*domi* e *insulae*). A estrutura territorial, baseada no *municipium*, permaneceu, em parte, até hoje na divisão territorial portuguesa e brasileira.

Do ponto de vista do funcionamento interno e da apropriação do espaço pelas diversas classes sociais e atividades produtivas, as cidades coloniais romanas existentes no hoje território português não apresentavam diferenças em relação ao resto do Império, mas seus elementos primordiais valem ser descritos e analisados, lembrando que os aspectos religiosos do processo de fundação e estruturação urbana não serão levados em conta por não caberem nesta pesquisa:

- A divisão clara entre os espaços urbanos e rurais, quer seja através da delimitação física (muralhas), quer seja através das atividades desenvolvidas no espaço urbano – comércio, serviço e manufatura (MACAULAY, 1989; GRIMAL, 2003);

- A observância de uma série de preceitos na estruturação das atividades urbanas: o estabelecimento das vias principais – *cardo maximus* (sentido norte-sul) e *decumanus maximus* (sentido leste-oeste), estabelecendo o *quadrifurcus* (encruzilhada principal) onde se estabeleciam o fórum e as principais atividades econômicas, políticas e religiosas e, envolvendo estas atividades, as habitações (*insulae* e *domi*) e demais edifícios destinados a atividades sociais típicas da sociedade romana e que não manterão os mesmos usos na Idade Média: as termas, os teatros e anfiteatros (BENEVOLO, 1983; MACAULAY, 1989; GRIMAL, 2003) (Fig. 4.7);

⁵⁶ Existiam casos de cidades localizadas em pontos altos e estratégicos como *Portus Cale* (Porto) e *Conimbriga* e outras que possuíam forma elíptica como *Bracara Augusta*, mas todas buscavam uma estrutura regular em seu interior.

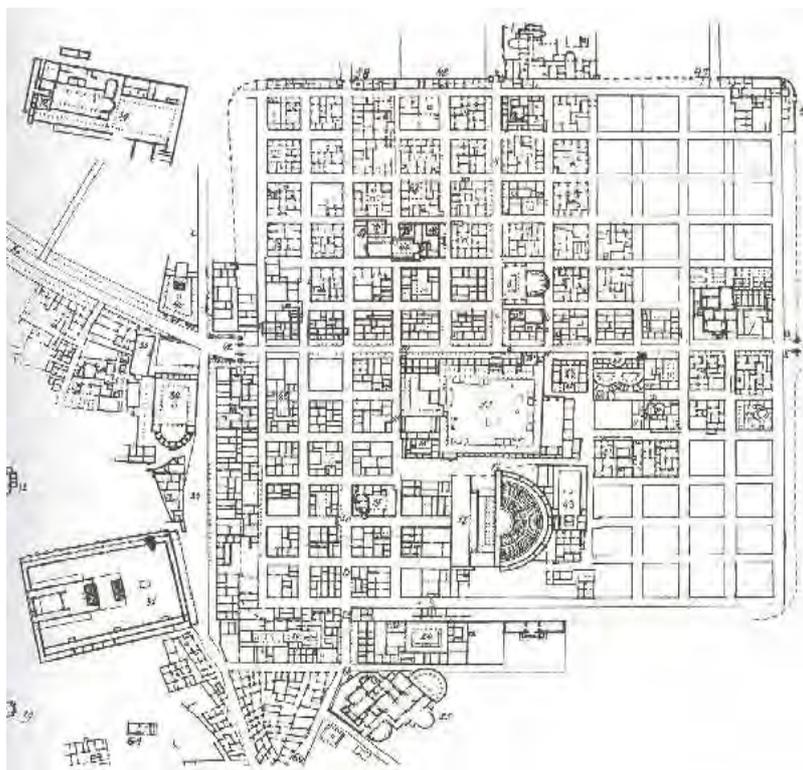


Fig.4.7: A cidade romana de Thamugas fundada por Trajano no ano 100, depois chamada Thamugadi e Timgad, hoje na Argélia. Sua estrutura pode ser tomada como o modelo básico da cidade colonial romana. Fonte:

Universitat Pompeu Fabra, 2007.

- A estrutura da cidade romana preconizava, antes de tudo, o controle do território ao seu redor (*municipium, territorium*) que lhe era diretamente subordinado e o controle das atividades internas da cidade e dos seus habitantes, cidadãos romanos ou não. Mesmo para os cidadãos, homens de reputação, o uso do espaço urbano não era totalmente franqueado, havia uma série de restrições que se tornavam mais fáceis de serem observadas pela forma urbana regular que não permitia meandros, becos e esconderijos para tais atividades, como o uso de tabernas à noite e de casas de prostituição (DUBY, 1990);

- A cidade romana tolerava em seu interior uma série de crenças que iam desde o culto imperial ao culto de deuses locais, no intuito de manter a estrutura do Império através de pequenas concessões às populações autóctones, o que evitaria as revoltas de cunho religioso, ao contrário da cidade cristã medieval que vai, de um modo geral, banir as diferenças de religião, tendo a cidade medieval portuguesa como um dos exemplos mais claros de manutenção de outros cultos além do cristão, mesmo que com uma série de restrições (CARVALHO, 1989; DUBY, 1990). Nos restos das cidades romanas no que hoje é Portugal foram encontrados templos dedicados tanto aos deuses do panteão romano (Apolo, Concórdia, Marte, Juno, Júpiter, etc.) quanto restos de aras e templos dedicados a deuses indígenas como

Endovélico, Carneus e Banda e deuses orientais como Mitra, Ísis, Serápis e outros (Alarcão, 2002);

- Como em toda parte do Império, as cidades romanas do hoje território português também foram beneficiadas pelo *evergetismo*, ou doação, por parte dos mais ricos do lugar de grandes obras públicas como restauração de muralhas, construção de fontes, teatros, termas, etc. (DUBY, 1990), o que, nas cidades provinciais permitia a manutenção permanente daquelas obras via competição entre os *evergetes* pela obra que melhor lhes imortalizasse ou pela pressão que o povo, com o apoio da Cúria (assembléia da cidade), fazia sobre os principais da cidade para que executassem tais obras.

Autores portugueses como Alarcão (1973, 1999, 2002) e Carvalho (1989), entre outros consideram que o atual estado das pesquisas sobre as cidades romanas existentes no território português evoluiu muito nas últimas décadas, mas insistem em afirmar que é prematuro estabelecer um quadro coerente da evolução, decadência e posterior desaparecimento/destruição/obliteração dessas cidades a partir das invasões alanas, suevas, visigodas e muçulmanas (Fig. 4.8, 4.9, 4.10 e 4.11). O que se pode afirmar com alguma certeza é que o modelo da cidade romana, sua forma e suas funções, se perdem, sendo substituídos por algo ainda indeterminado, chamado de “urbanismo da Alta Idade Média” (ALMEIDA, 1987).

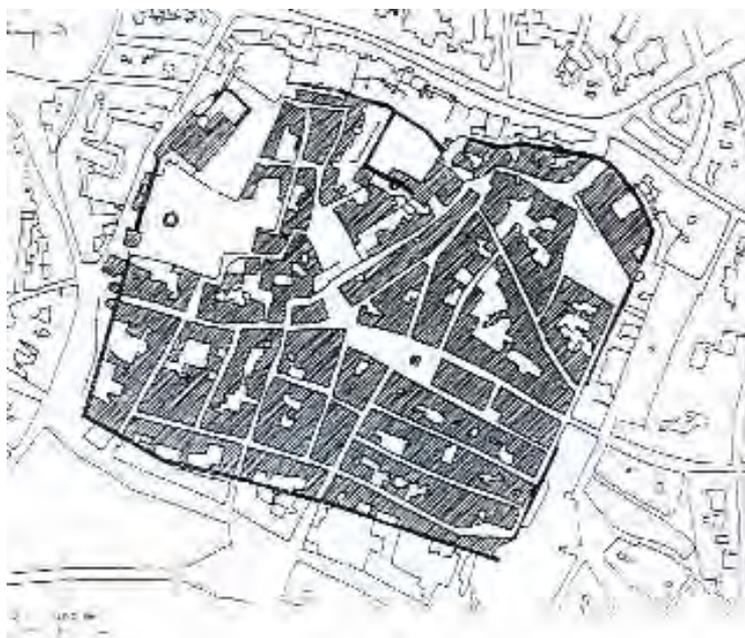


Fig. 4.8: Planta de Serpa, com a cidade romana de *Sirpe* em destaque, identificável apesar das modificações estruturais ocorridas na Idade Média. Fonte: LAMAS, 1992.

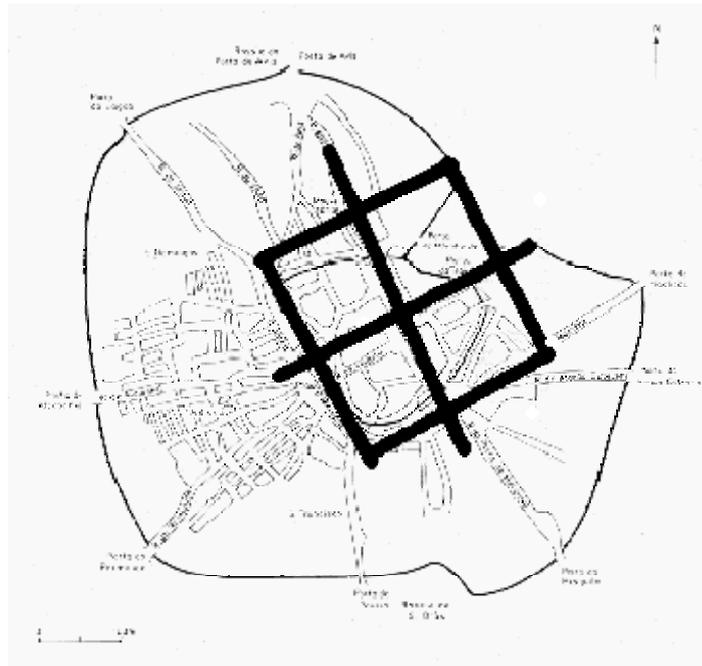


Fig. 4.9: Évora na Idade Média, em negro, a provável extensão da cidade romana de *Eborac Liberalitas Julia*.

Fonte: Desenho do autor sobre original de Marques et al. (1990), 2007.

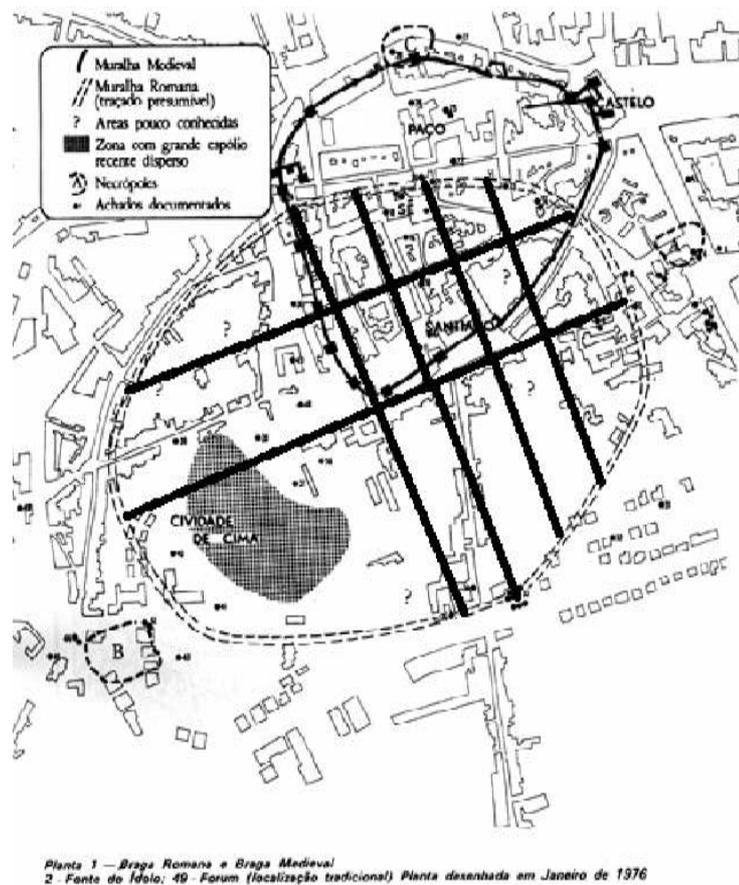


Fig.4.10: A planta arqueológica de Braga – em tracejado, o perímetro provável da muralha romana e, em linhas pretas grossas, as prováveis posições de alguns *cardii* e *decumani*. Fonte: Desenho hipotético do autor sobre mapa do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, 2007.



Fig. 4.11: Vista hipotética da cidade de *Bracara Augusta*. Fonte: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2006.

4.1.3. AS CIDADES APÓS A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO (SÉCULOS V- VIII)

Almeida (1987, p. 129) afirma ser uma “irresponsabilidade” diante do atual quadro das pesquisas, tecer quaisquer teorias sobre o “urbanismo da Alta Idade Média em Portugal”. O que se fez neste item foi uma relação dos fatos apurados até o momento do ponto de vista histórico, seguidos de uma breve relação dos principais aspectos urbanos constatados para aquele período da história urbana portuguesa.

Como já foi dito anteriormente, as cidades romanas no território hoje português começaram a sofrer a estagnação e a decadência a partir do século III (CARVALHO, 1989), mas sua derrocada se deu a partir do século V quando o imperador Honório (395-423) entregou a Lusitânia aos alanos em 411 depois de dois anos de luta. O sistema urbano já enfraquecido devido aos problemas econômicos internos desmoronou com uma série de saques, destruições, pilhagens e matanças, esvaziando quase todas as cidades, provocando a ruína dos produtores rurais e levando ao fim definitivo da cultura castreja. Os alanos, por sua vez foram sucedidos pelos suevos que provocaram mais destruições, como a de *Conimbriga* em 468, que resultou na estranha mudança do seu nome e bispado para *Aeminium*, cujo sítio deu origem à atual Coimbra, enquanto a verdadeira *Conimbriga* caiu no esquecimento (ALARCÃO, 2002).

O desmantelamento do sistema urbano luso-romano levou a uma destruição sem precedentes de quase todos os núcleos urbanos existentes; apenas grandes centros comerciais como

Olisipo e sedes de bispado como *Bracara Augusta*, *Aquae Flaviae* e *Aeminium-Conimbriga* se mantiveram, mas muito reduzidos dos pontos de vista físico e político.

Não é possível, diante do atual quadro das pesquisas, seja em Portugal ou na Espanha, tecer longas linhas sobre a cidade da antiguidade tardia ou da Alta Idade Média, mas sabe-se até o momento que:

- Todas as cidades luso-romanas sofreram graves danos em sua estrutura física a partir do século V (Alarcão, 1987; Almeida, 1987);
- Grandes áreas urbanas foram abandonadas e seus edifícios foram desmantelados para a construção de muralhas que serviam a núcleos muito reduzidos. Por vezes, pequenas frações da cidade original, como no caso de *Bracara Augusta* (Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, 2007);
- As estruturas urbanas regulares foram, paulatinamente obliteradas pela falta de controle tanto do poder imperial como do próprio poder cidadão, desmantelado com as invasões e a cristianização;
- O Cristianismo muito contribuiu para a derrocada da cidade romana, seja por sua pregação contra a cidade (símbolo da perdição – Roma, Babilônia), seja por, simplesmente, desmantelar a administração civil das cidades, substituindo-a por uma administração eclesiástica (ALMEIDA, 1987);
- Inúmeras cidades desapareceram por completo neste período (*Balsa*, *Conimbriga*, *Cetobriga*, *Ammaia* etc.) e sua população refugiou-se no campo, aonde um processo lento de reconstrução do modo de vida urbano vai-se processar entre os séculos V e X (PIRENNE, 2001);
- As cidades remanescentes tiveram sua estrutura administrativa, seus monumentos “pagãos”, suas termas, teatros, anfiteatros, templos e basílicas destruídos, desmontados e reaproveitados em novas construções, ou tiveram suas funções alteradas. Alguns espaços públicos, como as praças dos fóruns, foram mantidos, principalmente se serviam de espaço fronteiro para as novas igrejas e basílicas cristãs;
- Não existiu um “urbanismo bárbaro”: os povos germânicos que ocuparam o atual território português não tinham tradição urbana e seus “estados”, como o reino dos suevos na Calécia ou dos visigodos no restante da península Ibérica, se aproveitaram dos restos das estruturas físicas e políticas romanas, associadas às suas necessidades e tradições.

Apesar de a maioria dos estudiosos do assunto não estar segura no que tange a uma possível síntese do que ocorre nas cidades do período entre a queda do Império Romano (século V) e a invasão árabe (século VIII), Moreno (1993) indica alguns caminhos para esta síntese, levando em conta a destruição das cidades luso-romanas e o desaparecimento progressivo de elementos administrativos e edifícios componentes da estrutura urbana como as cúrias, templos e termas. Morfológicamente, é possível salientar:

1.A destruição das cidades devido às invasões e o progressivo abandono dos traçados regulares (Fig. 4.12 e 4.13);



Fig. 4.12: Ruínas da cidade romana de *Ammaia*, próximas a São Salvador de Aramenha. Fonte: Wikipédia, 2007.



Fig. 4.13: Ruínas da cidade romana de *Conimbriga*, destruída pelos suevos em 468. Fonte: Wikipédia, 2006.

2.A construção ou reconstrução das muralhas, geralmente com um perímetro muito mais reduzido, utilizando materiais das ruínas provocadas pelas invasões ou grandes estruturas urbanas como elemento de defesa (Fig. 4.14);

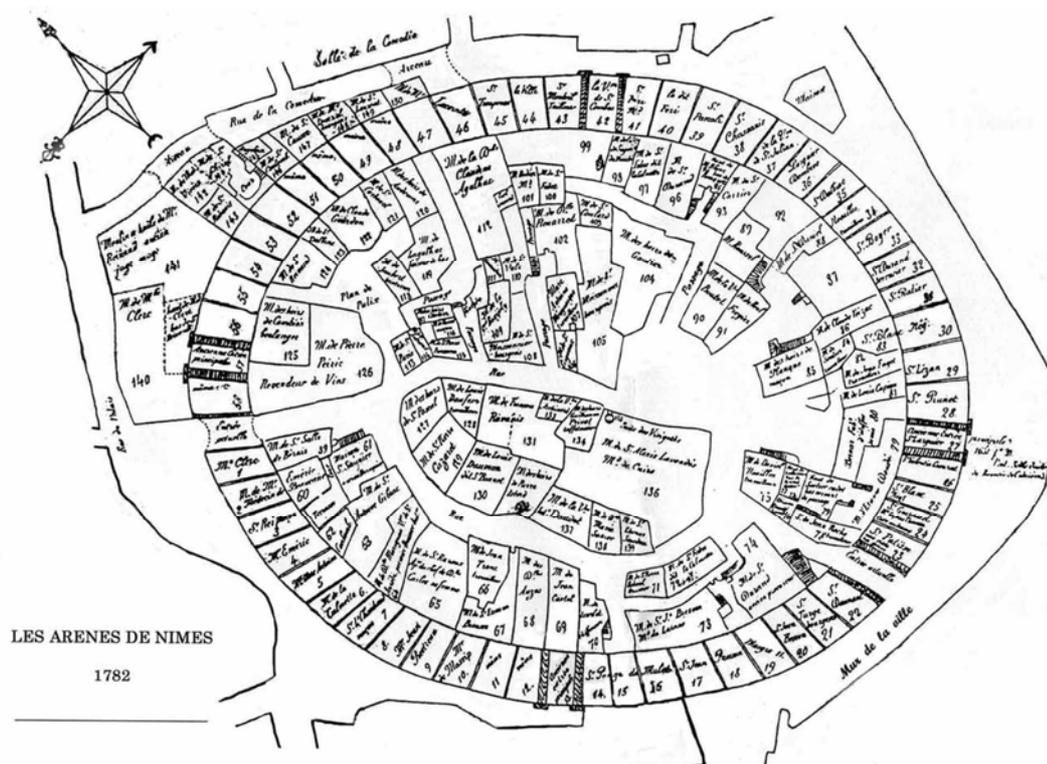


Fig. 4.14: Planta do anfiteatro da *Colonia Nemausensis*, hoje, Nîmes, França, com o interior ocupado por construções medievais, datada de 1782. Tal situação, motivada pela insegurança pelas invasões bárbaras, ocorreram em todas as províncias romanas, incluindo, claro, as províncias hispânicas ou ibéricas. Fonte: Histoire de Nîmes par Nîmausensis, 2007.

3. Manutenção inicial de certos elementos urbanos romanos como a cúria, o fórum, templos, anfiteatros e termas que vão sendo, paulatinamente arruinados, adaptados às novas funções ou fechados definitivamente, permanecendo no tecido urbano devido à inércia⁵⁷ nas mudanças estruturais das cidades (Fig. 4.15, 4.16, 4.17);

⁵⁷ Entende-se inércia, neste contexto, como permanência passiva do objeto somada à incapacidade em promover melhoramentos e/ou modificações de vulto no espaço urbano, advinda de guerras, diminuição populacional, desmantelamento da administração pública, fim do evergetismo, etc.



Fig. 4.15: Reconstituição do templo romano de Évora. Fonte: <http://temploevara3d.com.sapo.pt/>, 2008.



Fig. 4.16: O templo romano de Évora transformado em açougue no século XIV, em fotografia de Pereira e Protes, anterior a 1870. Fonte: http://maisevora.blogs.sapo.pt/arquivo/2004_10.html, 2008.



Fig.4.17: O templo romano de Évora, tal como se encontra hoje. Sua continuada existência através dos séculos é uma prova de como as transformações urbanas nas cidades medievais eram lentas. Fonte: Wikipédia, 2006.

4. Permanência dos espaços abertos dos fóruns, principalmente quando os templos são transformados em igrejas cristãs;

5. Surgimento dos *suburbia*, fora das muralhas e, geralmente, em torno de basílicas e igrejas rurais também conhecidas como ermidas⁵⁸. Mais tarde, por influência muçulmana esses espaços também serão chamados a de arrabaldes;

6. Surgimento de cemitérios internos às muralhas ou no centro das povoações no entorno das igrejas, contradizendo as indicações romanas de sepultamentos fora da cidade (Fig. 4.18).

⁵⁸ Por estarem em lugares ermos, desertos ou parcamente habitados (REIS, 2004).

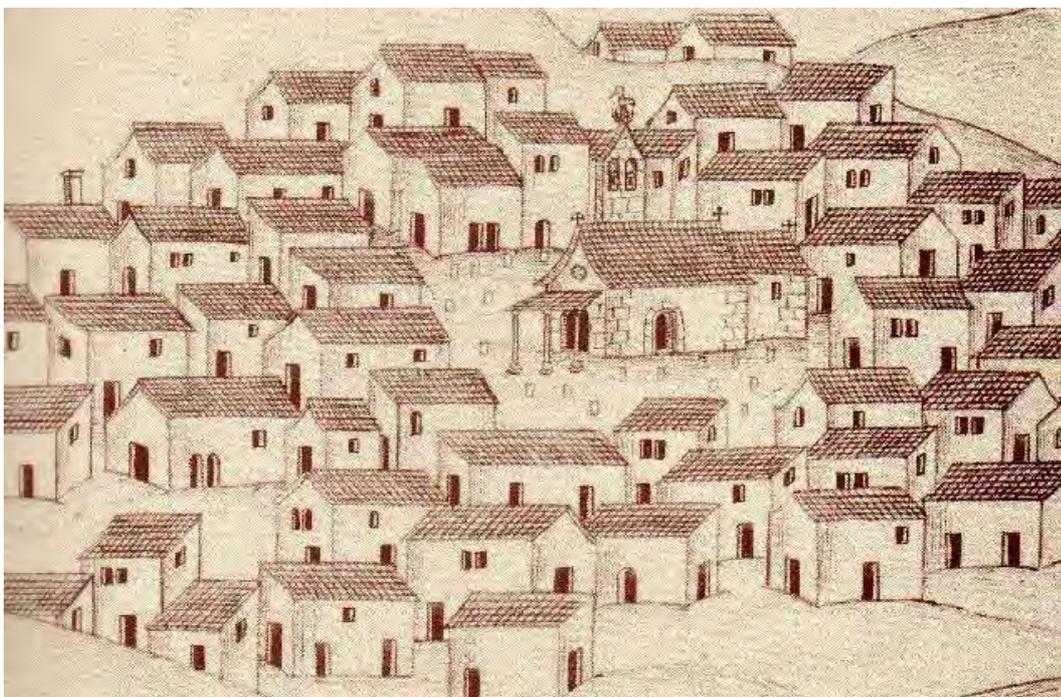


Fig. 4.18: Uma vista da vila de Salvaterra onde é possível ver em seu interior a igreja cercada pelas sepulturas do cemitério. Fonte: Armas, 1997.

4.1.4. AS CIDADES IBERO-MUÇULMANAS – 711-1140

Em 711, morre o rei visigodo Vitiza – sendo a monarquia visigoda eletiva, surgiram dois candidatos ao trono: Áquila e Rodrigo. Áquila querendo derrotar Rodrigo faz um acordo com o governador muçulmano da África. Tárik Ibn Zyad com um exército composto por árabes e berberes, atravessa as Colunas de Hércules, que passam a se chamar Gebel-al-Tárik (passagem de Tárik ou Gibraltar), vencendo o partido do pretendente ao trono visigodo, Rodrigo, na batalha de Guadelete e tomando o reino visigodo ao invés de entregá-lo a Áquila (SERRÃO, 2001;). Os muçulmanos vão então, saquear e destruir as cidades da Península Ibérica como fizeram antes os suevos, alanos, visigodos, etc., renomeando a Hispânia como *al-Andalus* (Fig. 4.19).



Fig. 4.19: A Península Ibérica à época da invasão muçulmana. Em amarelo os territórios visigodos sob o governo de Áquila e em roxo, o território de Rodrigo. A hachura que parte do estreito de Gibraltar indica o caminho das tropas de Tárik até Toledo. Fonte: Wikipédia, 2007.

A Lusitânia foi subjugada por Abdul-el-Aziz tendo suas cidades destruídas com ou sem resistência (SERRÃO, 2001). Na Península Ibérica, apenas uma pequena região das Astúrias ficou livre do domínio muçulmano, de onde partiu a Reconquista sob o comando inicial de Pelágio que reuniu os hispano-godos e os luso-suevos, ainda no século VIII. Naquele que seria Portugal, a Reconquista teve fim em 1250, no resto da península, que viria a ser a Espanha, só em 1492 com a tomada de Granada (Fig. 4.20).



Fig. 4.20: A Península Ibérica ocupada pelos muçulmanos (território em verde). Observa-se que todo o território que viria a ser Portugal estava sob domínio muçulmano. Fonte: Wikipédia, 2007.

Os muçulmanos que invadiram a Península Ibérica eram árabes, berberes, e uma série de outros grupos étnicos convertidos ao Islã e que deviam, inicialmente, obediência ao califa de Damasco (hoje, na Síria).

As estruturas urbanas luso-romanas, já alteradas pelos novos ocupantes do atual território português (visigodos, suevos, etc.) foram novamente remodeladas segundo as necessidades dos muçulmanos que tinham outra visão do que seria uma cidade. Tal visão vai deixar, em quase toda a Península Ibérica novas estruturas e novas formas de ocupação como uma marca indelével na paisagem urbana ibérica e que, certamente influenciará com muita força a estruturação da cidade portuguesa.

O entendimento das complexas estruturas urbanas muçulmanas demanda o auxílio de alguns autores que tratam desta questão, seja do ponto de vista geral, seja do ponto de vista da experiência do urbanismo muçulmano na Península Ibérica – experiência esta vasta e da qual ainda se guardam muitos testemunhos, seja na Espanha ou em Portugal.

Neste ponto da pesquisa há que esclarecer que, a quantidade e a qualidade de trabalhos sobre o tema da cidade muçulmana são bem superiores aos anteriores. Se a cidade romana se

caracteriza por uma certa uniformidade que estabelece modelos levados aos mais longínquos pontos do Império e que não apresenta diferenças significativas na Lusitânia e a “cidade visigoda” ainda é uma grande incógnita por falta de dados e pesquisas sobre a mesma, tal não se dá com a cidade muçulmana que tem sobre si permanentes olhares que garantem várias interpretações e que facilitam observar o que dela se mantém nas estruturas urbanas portuguesas.

O modo como as cidades muçulmanas na Península Ibérica se estruturam vai depender do tempo e da forma como o domínio muçulmano se estruturou ao longo de séculos de permanência nos territórios hoje portugueses e espanhóis.

Como já foi dito, quando da conquista da Hispânia visigoda pelos muçulmanos em 711, o território ibérico estruturou-se na forma de um emirado sob o domínio do califado de Damasco. Posteriormente o emirado tornou-se independente, estabelecendo o califado de Córdoba, depois substituído, a partir do século XII (SERRÃO, 2001) por uma infinidade de pequenos reinos independentes conhecidos como *muluk al-tawa'if* ou taifas, que por sua precariedade e desorganização, deram espaço para a ampliação da Reconquista. No território hoje português existiram as taifas de Mértola e Faro, no Algarve (MCEVEDY, 2007, p. 62-63).

A cidade muçulmana na Península Ibérica, também chamada de cidade de tradição muçulmana, cidade moçárabe ou hispano-árabe (CARVALHO, 1989; GOITIA, 1989; PAVÒN, 1992) – chamada aqui, apenas de cidade muçulmana, talvez seja a fonte mais segura de elementos formadores da cidade medieval portuguesa. Os estudos efetuados até o momento ora pendem para um preconceito contra tal tipo de cidade, que vêem nela o resultado de uma cultura bárbara e anti-urbana (GOITIA, 1989) ora, como parece ser uma espécie de “moda acadêmica” dos últimos anos como uma cidade que **também** se apresenta ordenada quando se quer (MACÍAS, 1996). Essa espécie de debate não interessa à pesquisa que parte do princípio de que sociedades diferentes geram espaços urbanos diferentes e concernentes ao seu tempo e lugar (HILLIER e HANSON, 1984; HOLANDA, 2002; etc.).

Sobre a cidade muçulmana, Goitia (1989, p. 61) diz que o que a caracteriza “é a sua semelhança, desde o Atlântico ao Golfo Persa”, se é que isto é possível. A cidade muçulmana é ainda “funcional e, formalmente, um organismo mais simples e tosco” (GOITIA, 1989, p. 63). O autor espanhol ainda considera a cidade muçulmana como destituída dos elementos “sociais” da cidade greco-romana, não sendo possível uma comparação entre estas e aquelas.

Sobre a justificativa da forma da cidade muçulmana, Carvalho (1989, p. 13) aponta três parâmetros fundamentais:

“O primeiro era a questão das necessidades defensivas. Para o muçulmano era vital que a cidade tivesse boas condições de defesa, daí a existência de muralhas a envolver geralmente o casario... Na parte mais elevada do recinto urbano situava-se a alcáçova, cidadela murada, de regular extensão, última defesa ao invasor e com saída independente para o exterior...

O segundo parâmetro que molda a configuração das cidades hispano-muçulmanas é a questão climática. As altas temperaturas verificadas quer no norte de África, quer na Península Ibérica... conduziu a que tendesse a favorecer a sombra, construindo a rua estreita onde o sol pouco penetra, numa palavra, a rua fresca, formando então essas velhas ruas apertadas, onde mesmo nas horas de maior calor, é a sombra uma constante...

O terceiro factor que condiciona as cidades de fundação ou forte influência muçulmana é a questão religiosa. Para o muçulmano a casa é o espaço privilegiado por excelência, para onde o crente se retira, onde medita, onde jejua, tornando-se a rua o espaço que se limita a separar praças e habitações e não o local de convívio que, noutras épocas e noutras culturas é.”

Torres Balbás (*apud* Pavón, 1992) afirma que, no atual território espanhol, inúmeras cidades muçulmanas foram erguidas sobre as ruínas das cidades godo-romanas, mas vinte e três delas teriam sido fundadas pelos seguidores de Alá. Em Portugal, tal estudo ainda está calcado na tradição toponímica, não havendo estudos arqueológicos aprofundados que levem ao estabelecimento preciso da extensão da “arabização” das cidades luso-godas.

A toponímia árabe encontrada nas cidades portuguesas é vasta e atesta que, a grande maioria de suas cidades foi ocupada pelos muçulmanos como foram os casos de:

Tabela 3: Lista de algumas cidades luso-muçulmanas. Fonte: Pavón, 1992.

Nome atual	Nome árabe
Albufeira	<i>Al-Buhera</i>
Alcácer do Sal	<i>Al-Qasr-al-Baja</i>
Alcântara	<i>Al-Qantara</i>
Alcobaça	<i>Al-Qubasha</i>
Beja	<i>Al-Bajah</i>
Sintra	<i>Santara</i>
Évora	<i>Al-Yabura</i>
Lisboa	<i>Al-Aschbouna ou Al-Ushbouna</i>
Loulé	<i>Al-Ulyâ</i>

Mértola	<i>Martula</i>
Silves	<i>Silb</i>

O processo de transformação das cidades luso-godas em cidades muçulmanas se dá através da rápida destruição daquilo que Carvalho (1989, p. 12) chama de “restos moribundos das grandes cidades romanas”, reduzidas a pouco mais que escombros pelos bárbaros e reutilizadas em frações de suas áreas originais do final do Império.

Como no processo de urbanização romano, as cidades muçulmanas na Península Ibérica vão ser classificadas segundo sua importância, podendo ser (PAVÓN, 1992):

Madina – ou medina, cidade capital de uma *Kura* ou província;

Hisn – vila, capital de distrito ou *iqlim*;

Qaryas – póvoa, povoado, aldeia.

Morfologicamente as cidades muçulmanas no território que viria a ser Portugal não diferem de suas congêneres espalhadas pelo resto do *al-Andalus*, norte da África ou Oriente Médio. Pavón (1992, p. 14) aponta estes como os elementos formadores das urbes muçulmanas:

- Muralhas: toda cidade muçulmana nasce com uma função militar e as muralhas são elementos indispensáveis na sua composição e estruturação. Além da questão defensiva, a muralha também separa o interior e o exterior de maneira definitiva, inclusive exacerbando a diferença cidade-campo e enaltecendo o caráter privado da cidade muçulmana (GOITIA, 1989).

- Mesquita: o templo muçulmano por vezes se valeu de igrejas cristãs para se instalar. Outras vezes surge *ex-novo*, mas sempre mantém uma importância indiscutível no urbanismo muçulmano, inclusive gerando um dos poucos e maiores espaços públicos abertos daquelas cidades – o seu pátio fronteiro, que, juntamente com o templo propriamente dito podia alcançar alguns hectares de área nas cidades mais importantes. Sua função aglutinadora pode ser, mal-comparada com o fórum das cidades romanas (PAVÓN, 1992) (Fig. 4.21 e 4.22).



Fig. 4.21: A mesquita de *Martula* já convertida em igreja matriz de nossa Senhora da Anunciação tal como se encontrava no início do século XVI, ainda com o minarete alto e o telhado em dez águas, marcando as cinco naves do templo. Fonte: Armas, 1997.



Fig. 4.22: A igreja matriz de Nossa Senhora da Anunciação de Mértola tal como se encontra hoje. Fonte: Fórum Coimbra, 2008.

- Mercado (*al-soukh*), chamado açougue no Portugal medieval: rivalizava com a mesquita a importância na estrutura urbana muçulmana. Pavón (1992, p. 97) salienta que “la ciudad islámica, se ha dicho, tiene como signo más singular de su identidad urbana el comercio o el

zoco [*soukh*]⁵⁹. Instalado ora próximo à mesquita e estabelecendo uma relação “simbiótica” com a mesma, ora próximo às portas da cidade e aos arrabaldes, para evitar que o estrangeiro adentre o território urbano, o mercado é o lugar profano do encontro e o segundo espaço público por excelência da cidade muçulmana (Fig. 4.23).



Fig.4.23: O *soukh* de Aleppo, na Síria no final do século XIX. Fonte: MideastImage, 2007.

- Armazém e pousada para comerciantes (*funduq*): inicialmente uma pousada para os comerciantes itinerantes, o *funduq* ou alhândigas, podiam estar intra ou extra-muros e serviam também como armazéns privados para grãos e curral para cavalos, mulas e camelos.
- Alcaiceria ou mercado estatal (*al-qaysaryya*): servia mais como distribuidor estatal de grãos e outros gêneros alimentícios, geralmente formado por um edifício cujas entradas eram permanentemente vigiadas, possuindo uma área considerável na estrutura urbana, com superfícies da ordem de milhares de metros quadrados (Fig. 4.24).

⁵⁹ “Tem-se dito que a cidade islâmica tem como signo mais singular de sua identidade urbana o comércio ou o mercado”.

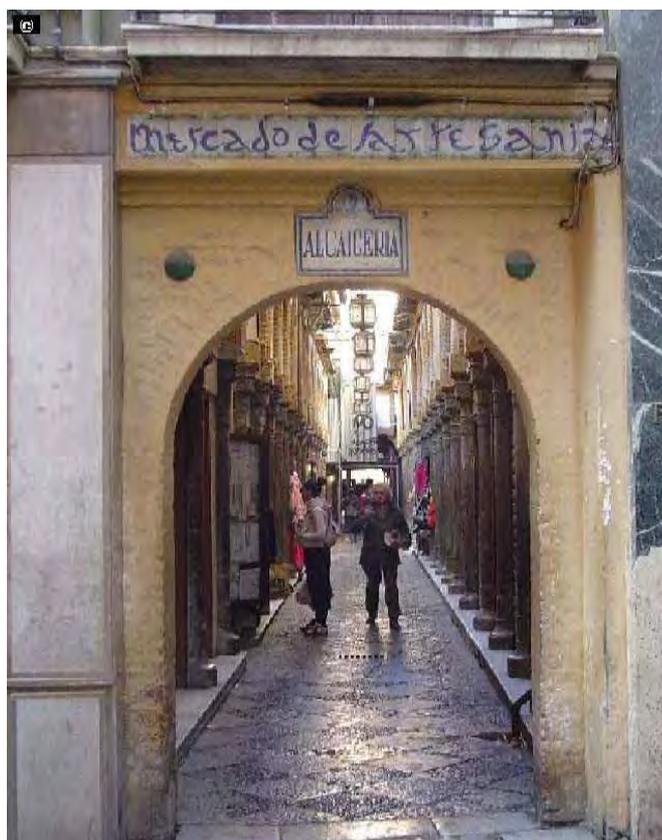


Fig.4.24: Alcaiceria de Granada, Espanha. Fonte: Alexandre Narciso, 2004.

- Alcácer ou alcáçova (castelo, cidade alta): o castelo propriamente dito da cidade muçulmana e, ao mesmo tempo o refúgio final da elite urbana em caso de assédio. Comumente situado no ponto mais alto da cidade e com saídas estratégicas para o exterior, era presença marcante no espaço urbano e passou a designar a “cidade alta” nas cidades portuguesas (Fig. 4.25).



Fig. 4.25: Uma vista de Mértola tomada do rio Guadiana. A estrutura mais proeminente na paisagem urbana é a alcáçova, ao cento da foto. Fonte: Wikipédia, 2007.

- Os banhos (*hammam*): o Islã preza pela higiene, muito mais do que o Cristianismo na Idade Média; por essa razão os banhos muçulmanos, diferentemente dos banhos romanos, eminentemente sociais e, por vezes lascivos, tinham um caráter sagrado: ia-se ao *hammam* se purificar para as orações. As cidades muçulmanas possuíam um número bastante significativo de banhos, dos mais variados tamanhos, mas que obedeciam ao sistema romano de sauna seca e a vapor seguida dos banhos quente e frio. Ocupavam centenas de metros quadrados e marcavam presença no espaço urbano pelas dimensões e função social, pois, a despeito de seu caráter sagrado, o ir aos banhos também tinha a função de congregar pessoas, incitando à conversa, à discussão e ao negócio (Fig. 4.26).



Fig. 4.26: Ruínas do *hammam* de Ronda, Espanha. Fonte: Images Google, 2008.

- Ruas e adarves (*ad-darb*): ao invés de serem espaços públicos, as ruas e adarves (ruas estreitas sobre muralhas, becos entre muros ou entre casas e muralhas) das cidades muçulmanas podem ser tomadas como espaços acordados entre os proprietários dos imóveis para que estes tenham acesso aos verdadeiros espaços públicos (mesquitas, mercados, musaras, portas da cidade, etc). Sua estreiteza e organicidade são elementos característicos das cidades muçulmanas e isso será levado adiante nas cidades portuguesas, de um modo geral (Fig. 4.27 e 4.28).



Fig. 4.27: Uma rua de Argel em fotografia de 1905 – ruas estreitas e casas com poucas aberturas e abalcoados que fechavam as ruas aos raios do sol eram as características encontradas nas cidades muçulmanas da Península Ibérica à Arábia. Fonte: WebIslam, 2003.

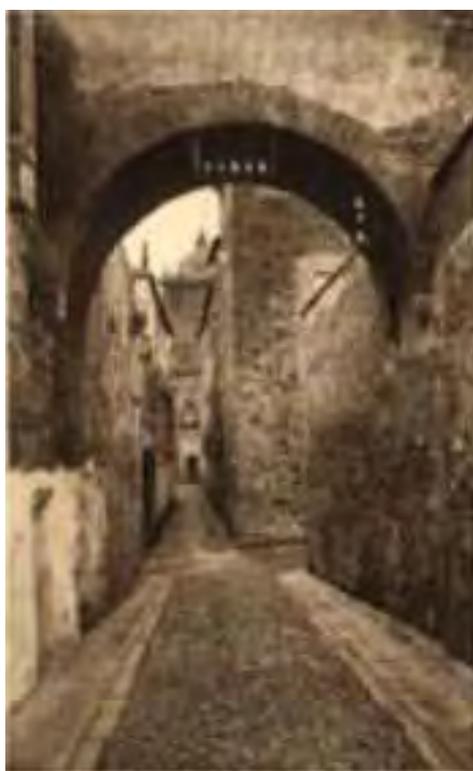


Fig.4.28: Um adarve em Cáceres, Espanha. Fonte: WebIslam, 2007.

- As casas (*dar* ou *bayt*): a casa muçulmana se volta para dentro por questões mesológicas e religiosas e sua relação com o exterior é mínima. A estrutura da casa muçulmana, por razões climáticas, deriva da casa mediterrânea e do Oriente Médio, com pátio interno para onde todas as portas e janelas dos seus cômodos devem confluir. Evitava-se ao máximo qualquer contato com o exterior e quando este ocorria, usavam-se elementos de separação com os célebres *mashrabyyas*, os muxarabis que, apostos nos balcões, serviam para tornar as ruas ainda mais estreitas. A área das casas variava muito, indo de palacetes de centenas de metros quadrados a pequenas residências sem pátio de até cinquenta metros quadrados, mas a média oscilava em torno de cento e cinquenta metros quadrados por unidade (PAVÓN, 1992) (Fig. 4.29).

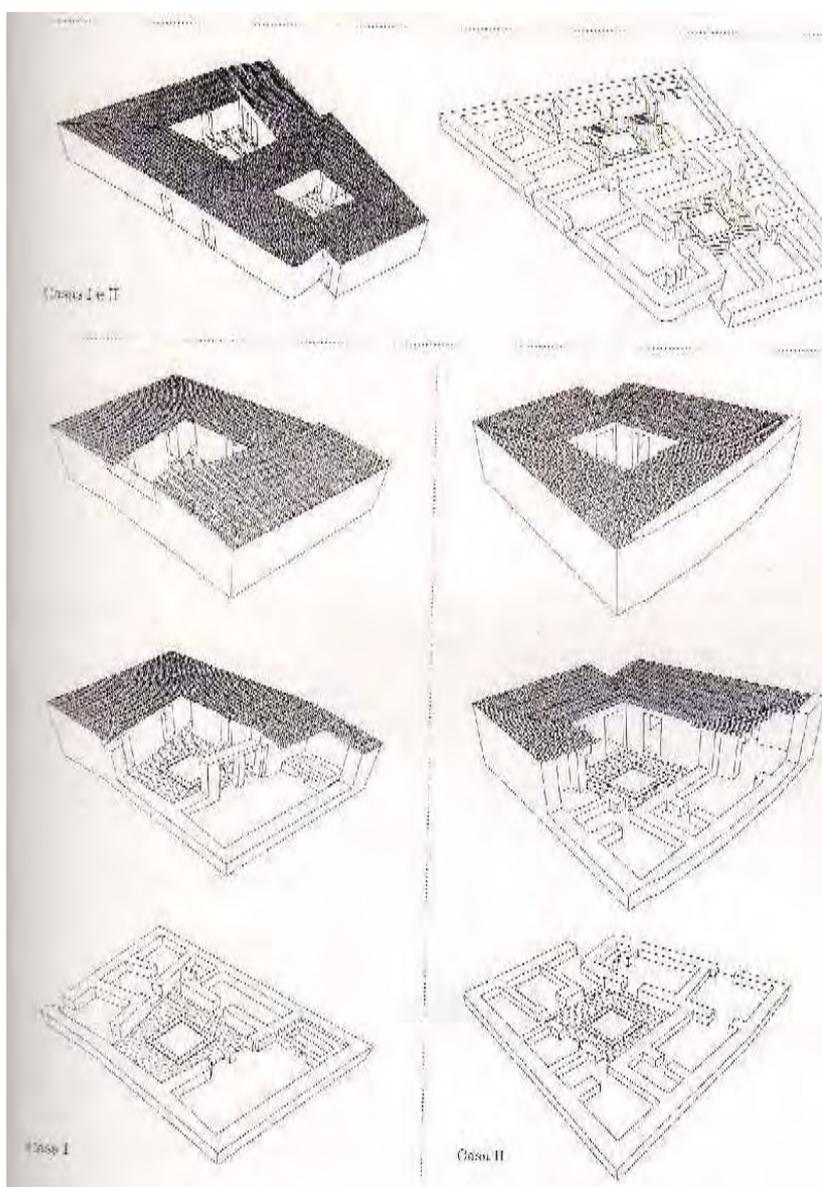


Fig. 4.29: Os modelos de casas muçulmanas encontradas nas escavações arqueológicas da alcáçova de Mértola, segundo reconstituição do Gabinete de Arqueologia daquela cidade. Fonte: Macías, 1999.

- Judiarias: se no início da ocupação muçulmana os judeus se confundiam com os seguidores de Alá, ocupando indiferentemente o espaço urbano, o tempo e uma série de razões fez com que os judeus fossem, aos poucos, apartados para espaços próprios, chamados no português arcaico de judiarias. As judiarias ocupavam desde pequenas e poucas ruas até largas extensões, cobrindo vários hectares. Às vezes estavam dentro da almedina ou, por vezes, nos arrabaldes. Morfologicamente, as judiarias não apresentavam diferenças do resto do tecido urbano muçulmano, apenas as sinagogas, escolas talmúdicas e o *Beith Midrash* davam a diferença, substituindo, em menor escala, a mesquita e a escola corânica (Fig. 4.30 e 4.31).



Fig. 4.30: A rua da Judiaria na Alfama, Lisboa. Fonte: IST-Lisboa, 2005.



Fig. 4.31: A sinagoga de Tomar (século XV) tal como se encontra hoje – sua inserção no tecido urbano é a mesma das casas em geral, não se caracterizando em um elemento à parte da morfologia das cidades portuguesas. Fonte: Wikipedia, 2008.

- Arrabaldes (*al-arbad*): o espaço extra-muros da cidade muçulmana, geralmente ocupado por populações de mais baixa renda, estrangeiros de passagem, cristãos, etc. No arrabalde também se encontravam alguns mercados e os cemitérios (*almocaves*) e as *musara*, grandes espaços abertos que faziam as vezes de espaços públicos inexistentes nas medinas (Fig. 4.32)

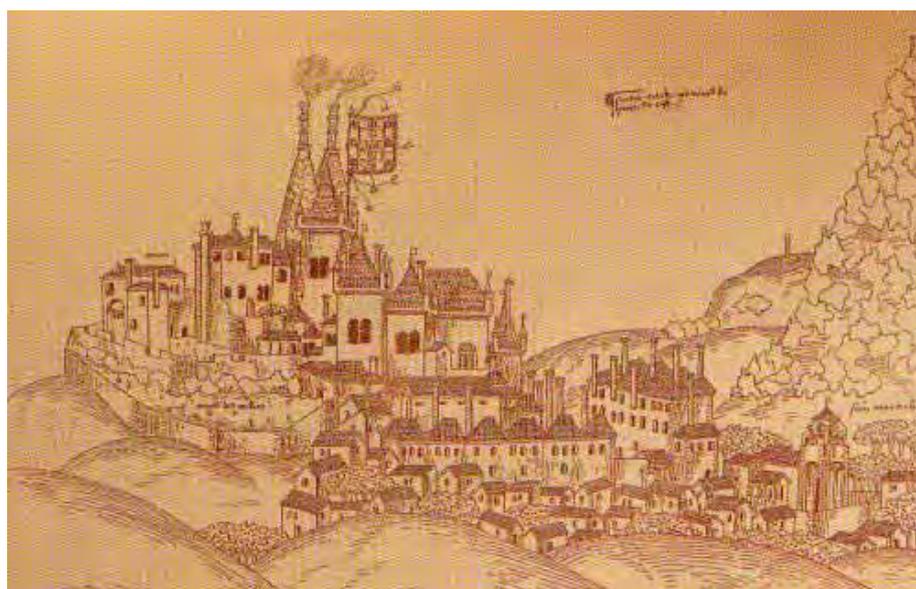


Fig. 4.32: A Vila de Sintra no início do século XVI – pode-se ver a cidade murada e o arrabalde externo às muralhas. Fonte: Armas, 1997.

- Almocaves ou almocávar – cemitérios (*al-maqbara*): situados fora dos muros das cidades, misturados aos arrabaldes ou próximos às portas das cidades como a *Bab al-maqabir* (Porta do cemitério) em Lisboa (Fig. 4.33).



Fig. 4.33: O almocave de Kairouan na Tunísia, como manda a tradição, situado extramuros. Fonte: Travel Images, 2008.

As descrições das cidades muçulmanas salientam sempre a organicidade de suas estruturas, a complexidade do seu desenho e a estranheza que os hábitos muçulmanos causam aos cristãos, desde a descrição da tomada de Lisboa em 1147 até autores mais recentes (GOITIA, 1989), que guardam certo ranço preconceituoso contra a cidade muçulmana – Mattoso (2000, p. 12) aponta inclusive que “a atração das cidades muçulmanas envolvidas em uma aura de prosperidade e riqueza” foi uma das razões para o fortalecimento da idéia da Reconquista, principalmente em território portugalense, já que tais cidades eram um verdadeiro ímã para os soldados interessados no saque e na população cristã do norte que necessitava, já no século XII de um “espaço vital” para crescer (MATTOSO, 2000, p. 11).

Os estudos até o momento indicam uma influência muito grande da estrutura urbana muçulmana na cidade medieval portuguesa, desde a forma propriamente dita até a toponímia (alcáçova, almedina, adarve, alcácer, arrabalde, etc.) e a nomenclatura seus elementos administrativos (alcaide, almotacé, etc.).

No próximo tópico será analisada com mais profundidade como os elementos das culturas anteriores, em especial a romana e a muçulmana foram amalgamados para a formação da cidade portuguesa.

4.2. A CIDADE EM PORTUGAL A PARTIR DA NACIONALIDADE (1140-1500)

Este tópico trata da análise do desenvolvimento urbano a partir da formação da Nacionalidade, expressão através da qual se entende a emancipação do Condado Portucalense do Reino de Aragão (1140-1143) – estabelecendo o quadro do que acontecia antes da formação de Portugal e as modificações e permanências das estruturas urbanas a partir de então.

A busca dos elementos da cidade medieval portuguesa está centrada em seus elementos internos, não se perdendo em comparações externas com outros tipos de cidades existentes na Europa pelos motivos expostos no capítulo 1, salvo no caso da cidade chamada aqui de “espanhola” e que abrange as cidades desenvolvidas nos reinos de Castela, Aragão, Leão, Astúrias, Catalunha e Valência e que hoje formam o *Reino de España*⁶⁰ - cuja proximidade geográfica e distância morfológica levaram a algumas análises comparativas julgadas oportunas no âmbito desta pesquisa. A tentativa de elaboração de um quadro mínimo que porventura resulte num conceito de cidade portuguesa não se prenderá em uma comparação com suas congêneres européias já que, não se pretende buscar um conceito falso baseado num impossível ineditismo da cidade portuguesa, mas sim, na observação dos seus elementos constituintes, na generalização de sua estrutura física e funcional e na disposição dos seus elementos morfológicos de acordo com as necessidades sócio-culturais e econômicas do povo português e na sua evolução/cristalização até o tempo da urbanização do território hoje conhecido como Brasil para que se busque o que daquela cidade foi aproveitado no processo de urbanização da colônia americana, observando permanências e adaptações.

A análise das cidades se dá através de critérios sócio-econômicos e culturais aliados à Teoria da Sintaxe Espacial (HILLIER e HANSON, 1984) e o uso do software MindWalk 1.0 (MEDEIROS, 2005).

A descrição das cidades e dos seus elementos compositivos baseou-se nos estudos levados a efeito até o momento por autores luso-brasileiros. Buscou-se obter uma síntese desses dados que será útil não só para esta pesquisa, mas como parte de um processo inicial de sistematização dos conhecimentos obtidos até agora. As informações serão analisadas sob o ponto de vista histórico e, mais adiante, do ponto de vista morfológico. A própria “história da história urbana portuguesa” será abordada no texto já que sua trajetória e suas análises são a origem desta pesquisa.

⁶⁰ Designação oficial do país, genericamente conhecido hoje como Espanha. Fonte: Casa de Su Majestad el Rey de España, 2008.

4.2.1. O SISTEMA URBANO À ÉPOCA DA NACIONALIDADE (1140-1200)

Entre a invasão muçulmana em 711 e a instituição da Nacionalidade portuguesa em 1140⁶¹, as cidades no território hoje português foram destruídas, reconstruídas, fundadas *ex novo*, deslocadas, renomeadas.

Quando Afonso Henriques se proclamou rei de Portugal, ainda durante o processo de Reconquista, as cidades que viriam a ser portuguesas estavam sob o domínio muçulmano e, portanto sob a forma e administração muçulmanas. As expressões que designavam as cidades, para os cristãos, àquela época ainda eram romanas (SERRÃO, 2001): *terra, territorium, civitatis, urbis, civitas*.

As cidades mais importantes do período que foi de 1140 a 1200 eram: Porto, Braga, Chaves, Viseu, Lamego, Coimbra, Santarém e Lisboa, além de centros menores como Guimarães, Óbidos, Guarda, Setúbal e Évora, entre outros (CARVALHO, 1989; MARQUES, 1990). Neste período, Portugal tinha, em sua totalidade 107 concelhos ou municípios⁶².

Do ponto de vista administrativo, as cidades portuguesas mesclaram elementos romanos aos muçulmanos daí resultando na existência em paralelo de nomenclaturas latinas – juiz, senior (militar), pretor (governador militar) e procurador e muçulmanas – alcaide (governador militar), alvazil (administrador civil), almotacé (fiscal), etc. (SERRÃO, 2001).

Em 1140, o território português abrangia as terras de Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira e Estremadura. As cidades existentes nesse período e neste território eram, na sua maioria, restos das cidades romanas, com áreas reduzidas em relação ao território original e com uma morfologia que, vagamente, se baseava nos traçados ordenados originais, além de possuírem uma população muito pequena – Carvalho (1989) salienta a manutenção de uma certa regularidade de possível origem romana nas cidades do norte, apesar de deixar claro sua precariedade em termos de tamanho e expressão econômica, além do fato de que autores como Marques (1974), Carvalho (1989) e Serrão (2001) admitirem que a desurbanização do norte se deveu, em parte a uma maior influência de povos de pouca ou nenhuma tradição urbana na ocupação pós-romana da região, como os vândalos e suevos e, mais remotamente, os celtas.

Em relação à diferença entre o “norte rural” ou de precária densidade urbana e o “sul urbano”, que manteve a tradição da vida em cidades com mais força, Marques (1974, p.1-2) diz que:

⁶¹ Afonso Henriques se autoproclamou rei de Portugal em 1140, mas a independência do país só foi reconhecida por Afonso VII de Leão e Castela pelo tratado de Zamora, assinado em 5 de outubro de 1143 (SERRÃO, 2001).

⁶² Desses, quarenta e sete viriam a ser extintos (ANMP, 2005).

“De norte a sul, o panorama da aglomeração populacional apresentava-se de maneira muito diferente. Até a linha do Tejo, com exceção de Braga, de Guimarães, do Porto, de Coimbra e da Guarda, não existiam praticamente cidades, e as próprias vilas eram pequenas e mal cuidadas. Os grandes núcleos de habitantes encontravam-se no sul, herdeiro da tradição romana e islâmica: Leiria, Santarém, Tomar, Torres Vedras, Lisboa, Almada, Setúbal, Estremoz, Elvas, Olivença, Évora, Beja, Mértola.”

Do ponto de vista da estruturação dos espaços, as cidades do norte mantiveram, inclusive, a centralidade de seus espaços comerciais e administrativos pertinente às estruturas urbanas romanas, em especial o fórum (CARVALHO, 1989). A Nacionalidade não modificou este quadro – não há evidências de um surto de novas cidades no período que vai de 1140 ao século XIV. O que ocorreu comumente foi uma inércia geral no território do antigo Condado Portucalense no que tange ao crescimento físico e populacional das cidades. As cidades tomadas aos muçulmanos sofreram transformações decorrentes das destruições, incêndios e saques motivados pelo exército português, mas não sofreram modificações morfológicas significativas além da abertura de praças e adros (com cemitérios) para as mesquitas (re) convertidas em igrejas e novas igrejas e para as feiras, mediante a destruição de quadras e a implantação de edifícios administrativos próprios da cultura portuguesa como as câmaras municipais.

De uma forma geral, a estrutura urbana permaneceu a mesma, salientando a progressiva implantação de judiarias e mourarias para os agora minoritários judeus e muçulmanos, mas cuja morfologia não era diferente do resto da cidade, apenas existindo edifícios afeitos à religião judaica (sinagoga, escola talmúdica) ou islâmica (mesquita, escola corânica, banhos). Vale salientar que a existência de três culturas distintas no âmbito da sociedade e, por conseguinte, da cidade portuguesa gerou um diferencial em relação às suas congêneres europeias, expressado por Kemnitz (1996, p. 161): “as sociedades peninsulares da época seja sob o domínio islâmico, seja sob o domínio cristão, eram reveladoras de seu carácter heterogêneo decorrente da sua diversificada composição étnica, religiosa e, por conseguinte, cultural.” A percepção dessa heterogeneidade foi dada através da forma como essas minorias foram tratadas pelos reis portugueses⁶³: já em 1470, Afonso Henriques concede um foral aos muçulmanos livres de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal garantindo liberdade religiosa e a conservação de suas propriedades mediante o pagamento de impostos (KEMNITZ, 1996) dentro e fora das cidades; quanto às cartas de privilégio para os judeus,

⁶³ Apenas pelos reis e por motivos mais econômicos que humanitários: os mouros eram agricultores e os judeus, comerciantes e não seria possível substituí-los pelos cristãos que, quase sempre os temiam e odiavam, desrespeitando as leis que protegiam tais minorias (TAVARES, 1992; KEMNITZ, 1996; SERRÃO, 1996, 2001).

Tavares (1992) considera que devam datar também do período afonsino (1140-1185), mas não possui provas que confirmem tal informação.

A tomada de Lisboa em 1147 por uma coligação entre o exército de Dom Afonso Henriques e cruzados ingleses e flamengos, descrita por um certo soldado Raul a um inglês chamado Osberto ou Osbernus de Bawdsey⁶⁴ no texto chamado *De expugnatione Lyxbonensi*, dá uma idéia do que eram as cidades luso-muçulmanas: “The city’s buildings were jammed so closely together that it was scarcely possible, save in the merchants’ quarter, to find a street more than eight feet⁶⁵ wide”⁶⁶.

A estrutura das cidades portuguesas tomadas aos muçulmanos seria composta de:

- Muralhas de pedra, alvenaria ou taipa;
- Casario;
- Ruas estreitas e cheias de curvas;
- Casa do Concelho ou Câmara Municipal;
- Igreja matriz ou catedral;
- Os cemitérios internos à muralha, no entorno das igrejas;
- Praças: da feira, da matriz ou catedral e do concelho⁶⁷.
- Judiarias (geralmente intra-muros);
- Mourarias (geralmente extra-muros).

Quanto às cidades do norte, inseridas no antigo território do Condado Portucalense, a diferença se dava por uma maior regularidade do traçado, o que também não deve ser exacerbado, já que também existiam cidades de traçado orgânico ao norte do Tejo.

Do ponto de vista morfológico, administrativo e social, os estudiosos concordam em certos aspectos presentes tanto no norte quanto no sul:

⁶⁴ A controvérsia acerca de quem mandou e quem recebeu a carta não será tratada aqui, para maiores esclarecimentos ver: AZEVEDO, Rui. A Carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147. **Revista Portuguesa de História**, Tomo VII, Coimbra, 1957, p. 343-370.

⁶⁵ 1 foot = 0,3048m, 8 feet = 2,4384m (Weights and Measures Act, 1963-1976).

⁶⁶ “Os edifícios da cidade estavam comprimidos tão próximos uns dos outros, que, apenas no distrito comercial era possível encontrar ruas com mais de oito pés de largura”.

⁶⁷ Robba e Macedo (2002) admitem que, na cidade portuguesa haveria uma praça para cada edifício ou função importante, mas tal só ocorria em cidades como Lisboa ou Porto, nas demais, a praça era multifuncional (p. 15-22).

- As cidades eram extremamente pequenas, possuindo poucos hectares de área⁶⁸, ruas estreitas e poucos espaços públicos. Novamente Marques (1974, p. 67) nos informa a configuração das cidades portuguesas:

“As ruas eram estreitas, quer em Lisboa, quer nas outras cidades [...] Os governantes chegavam a tomar medidas contra a estreiteza das ruas. ‘Sejam as ruas bem espaçosas que possam as gentes por elas andar e cavalgar sem embargo’ ordenava Dom Afonso IV em 1329.”

- A população era muito reduzida – dados apresentados por Marques (1974, p. 64) dão conta que já no século XVI, só havia 33 cidades com mais de 2.000 habitantes em todo o país (sendo oito ao norte e vinte e cinco ao sul do Tejo), resultando em uma rede urbana extremamente frágil do ponto de vista econômico com cidades tão pequenas que se resumiam a poucas ruas (MARQUES, et al., 1990);

- A despeito de um certo cuidado em relação à higiene e à salubridade por parte das administrações municipais, as cidades eram imundas e propensas a constantes epidemias. A expressão “água vai” tão comum nas cidades brasileiras até o século XIX e que prevenia o transeunte das águas servidas que eram jogadas das janelas das casas em plena rua, já era usada nas cidades medievais portuguesas (MARQUES, 1974).

Neste período, não existiu legislação que tratasse da forma da cidade nem dos direitos e deveres acerca das construções urbanas. A única expressão jurídica que definia os direitos e deveres das cidades, ou melhor, da administração pública e das relações sociais era a Carta Foral ou de Foral, concedida pelo rei, nobre ou eclesiástico e que já existia em período anterior à Nacionalidade e que será analisado no tópico referente à Legislação. As cidades foram adaptadas aos interesses, usos e costumes cristãos através de demolições, (re) cristianização de mesquitas, e expulsão dos muçulmanos e judeus para espaços específicos. Só a partir do século XIII, Portugal começou a importar certas orientações legais dos reinos que mais tarde formariam a Espanha.

⁶⁸ Marques et. al. (1990) mostram áreas urbanas que variam de 4 a 20 ha., sem contar o Porto (44 ha.) e Lisboa (103 ha.).

4.2.2. O SISTEMA URBANO A PARTIR DO SÉCULO XIII

Em 1249, com a tomada do Algarve (*Al-gharb*, o Ocidente) por Dom Afonso III, Portugal completa sua “Reconquista” (SERRÃO, 2001) (Fig. 4.34). A partir do século XIII, as cidades portuguesas passam por um processo de incremento, inclusive com a criação de duzentos e dez concelhos ou municípios entre 1201 e 1500 (ANMP, 2005), mas que não chegou a modificar de modo significativo nem seu tamanho e forma nem sua população⁶⁹.

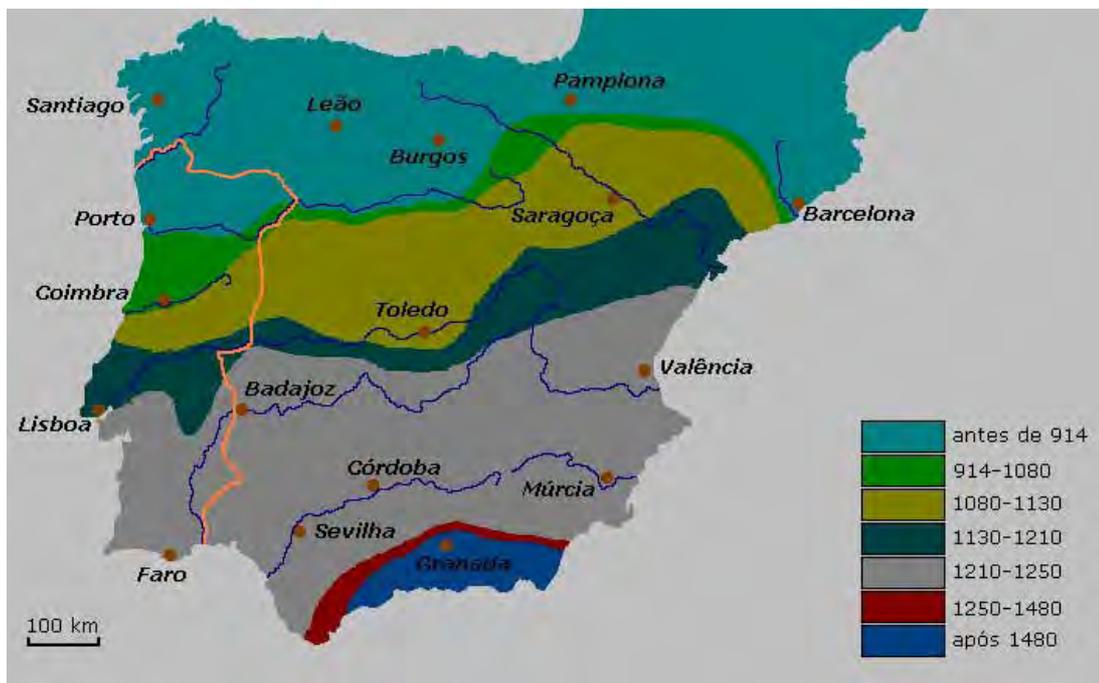


Fig. 4.34: Mapa da Reconquista cristã da Península Ibérica – à esquerda, em laranja, a fronteira atual de Portugal, cuja reconquista terminou em 1249 com a tomada do Algarve. Fonte:

<http://br.geocities.com/fernandomcvbr/reconquista.html>, 2007.

Estabelecidas as fronteiras do reino e, de certa forma, estabilizadas (pelo menos momentaneamente) as relações com Castela, as cidades portuguesas cresceram em número e em atividades. As cartas forais entre os séculos XIII e XV chegaram a mais de cem, evidenciando certo desenvolvimento urbano e, ao mesmo tempo um fragilização cada vez maior do incipiente feudalismo português, sempre ameaçado pela coroa que preferia apoiar as vilas e cidades contra a nobreza (SERRÃO, 2001).

As medidas de estruturação e ocupação do território interno das cidades portuguesas que se vislumbravam já a partir do século XII, tornaram-se mais claras a partir dos séculos XIII e XIV.

A distribuição da população pelo espaço urbano tornou-se mais clara, levando-se em conta sua posição social e suas atividades profissionais:

⁶⁹ Desses, cem viriam a ser extintos (ANMP, 2005).

- Os nobres e grandes mercadores tendiam a habitar as partes mais altas das cidades (alcáçova), seguidos pelos mestres de ofício que tendiam a se agrupar em ruas específicas para suas atividades; logo abaixo estariam as profissões menos “nobres” como carneiros, açougueiros, vendedores de vísceras, etc. e, finalmente a prostitutas. Em pontos segregados do espaço urbano ou fora das muralhas estavam as judiarias e mourarias.

A estrutura social das cidades medievais portuguesas apresenta-se, segundo estudos de autores como Godinho (1975), Marques (1980) e Gonçalves (1988), como um cenário de pobreza generalizada, cercado por pouquíssimos indivíduos abastados e poucos miseráveis. Tal configuração parece demonstrar que, do ponto de vista físico, a cidade apresentava uma feição extremamente precária, com poucos edifícios de destaque e uma multidão de casas simples, em sua maioria térreas, feitas em alvenaria, madeira ou taipa e cobertas por colmo, telhas de barro ou ardósia. Tal feição foi muito bem registrada por Duarte de Armas, em seu Livro das Fortalezas, datado dos primeiros anos do século XVI⁷⁰ (Fig. 4.35).

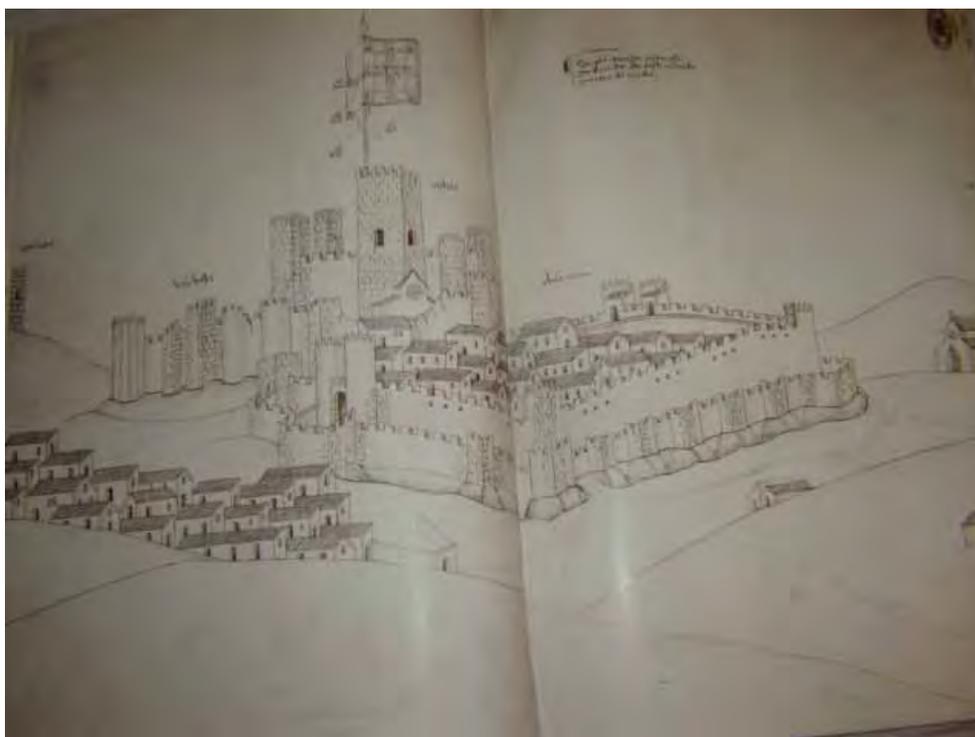


Fig. 4.35: Vista de Serpa retirada do Livro das Fortalezas (c. 1500). Observa-se o casario intramuros e o arrabalde à esquerda, ambos formados por casas térreas com duas ou mesmo uma água. Observar a proeminência do castelo e das igrejas na estrutura urbana. Fonte: Armas, 1997.

Do ponto de vista administrativo, os autores salientam a penúria das câmaras medievais portuguesas, geralmente desprovidas de renda ou com renda tão insignificante que não

⁷⁰ Estudiosos como Armando Cortesão, José de Figueiredo, Gustavo de Matos Sequeira, entre outros consideram os desenhos de Duarte de Armas como dignos de crédito pela semelhança entre o que foi levantado no século XVI com o que ainda existe hoje, levando-se em conta as técnicas de representação daquela época (CASTELO BRANCO, 1997).

podiam levar adiante nem obras públicas nem a fiscalização municipal (CARVALHO, 1989; SERRÃO, 1996) – observa-se que tal situação seria mais tarde observada nas municipalidades brasileiras do primeiro século (ZENHA, 1948; TAUNAY, 2003; etc.). A representação física do poder municipal se dava através do paço do concelho ou câmara de vereadores e pelo pelourinho, geralmente colocado à frente da câmara, na praça principal e motivo de orgulho e apreensão por parte da população (CHAVES, 1948) (Fig. 4.36 e 4.37).



Fig. 4.36: Paços do concelho de Viana do Castelo, séculos XV-XVI. Fonte: Wikipedia, 2008.



Fig. 4.37: Pelourinho de Óbidos. Fonte: wikipedia, 2008.

- Quanto às judiarias e mourarias é importante observar que sua influência no espaço urbano e na sociedade era diferente. Os judeus, desde a invasão muçulmana estavam ligados às atividades comerciais e ao empréstimo de dinheiro, situação que não se alterou muito após a Nacionalidade, garantindo atividades urbanas e localizando as judiarias em áreas mais centrais das cidades – Tavares (1992, p. 20) diz que “las calles donde habitaban en grupo o mezclados com los cristianos se encontraban en la zona más importante de la producción artesanal e del comercio”⁷¹, o que Gaspar (1985, p. 137) corrobora ao dizer que “[...] as judiarias ocupavam geralmente posições privilegiadas do ponto de vista funcional, adjacentes ao núcleo de maior densidade comercial ou correspondendo-lhe mesmo”. Os mouros, por já estarem estabelecidos na península há muito tempo e por outras razões culturais tenderam à uma maior assimilação, estando mais ligados às atividades rurais o que levava as mourarias, em grande parte, a formarem arrabaldes extra-muros.

As judiarias eram formadas ora por apenas uma rua, ora por um bairro inteiro, definindo um centro financeiro nas cidades onde se encontravam (Fig. 4.38). Dentro do seu perímetro estavam as residências, as lojas, a sinagoga, escola talmúdica, cemitério, açougue *kosher*, etc.; do ponto de vista morfológico, em nada diferia do resto da cidade a não ser pelas portas que fechavam suas entradas ao cair da noite, impedindo a saída de judeus e a entrada de cristãos no recinto (CARVALHO, 1989). As mourarias, geralmente, fora das muralhas, guardavam a morfologia característica das cidades muçulmanas com suas respectivas instituições: mesquita, banhos, escola corânica, almocávar, *soukh*, etc.

Na época da conversão forçada ou expulsão de muçulmanos e judeus de Portugal (05 de dezembro de 1496), havia aproximadamente 30 mourarias e 140 judiarias no reino. Tal diferença se dá pelo fato de a comunidade moura ter sido muito mais facilmente assimilada pela população portuguesa, como foi dito anteriormente (CARVALHO, 1989). Ou mesmo, seria mais fácil para um muçulmano emigrar para territórios predominantemente muçulmanos, o que não acontecia como os judeus pela inexistência de um território judeu à época.

⁷¹ “ as ruas onde habitavam em grupo ou misturados aos cristãos se encontravam na zona mais importante da produção artesanal e do comércio”.

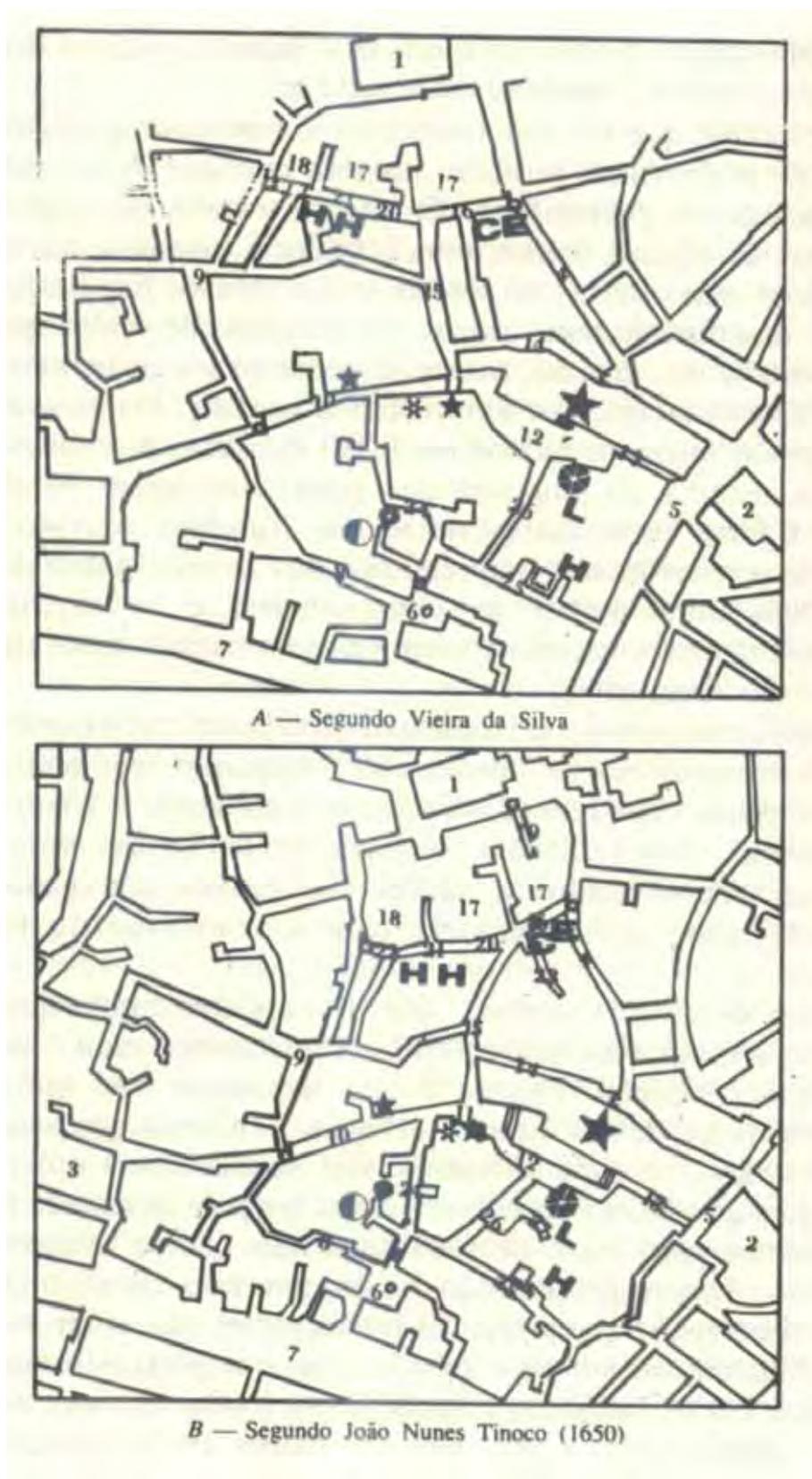


Fig. 4.38: A judiaria grande de Lisboa, segundo Vieira da Silva e João Nunes Tinoco, respectivamente. Observa-se que sua morfologia não apresenta diferenças em relação ao resto da cidade ou a outras cidades de forma orgânica em Portugal. 1-igreja de São Nicolau, 2-igreja da Madalena, 3- igreja de São Julião, 4- rua da Correaria, 5- rua da Ourivesaria, 6- poço da Fotea, 7- rua Nova d'El-Rei, 8- rua de Lava-cabeças, 9- rua que vai de São Julião para São Nicolau, 10- rua do Picoto, 11- Poio, 12- Largo ou praça da Sinagoga Grande, 13- Beco da

sinagoga (após a expulsão dos judeus), 14- rua da Ferraria, 15- rua da Tinturaria, 16- rua da Sirgaria, 17- Adeg do Rei, 18- Adeg da “dona da Judiaria”, 19- Azinhaga que sai em São Nicolau, 20- Praça da rua da adeg da Judiaria, 21- rua do Chancudo, 22- rua de D. Rolim, 23- beco, 24- rua pública do Poço da Fotea, 25- rua da Gibitaria, 26- rua Estreita, 27- Beco, a- Porta de São Nicolau, b- Portas do Chancudo, c- Porta da Ferraria, d- Porta do Picoto, e- Porta do Poço da Fotea; as estrelas demarcam as Sinagogas, e o círculo com duas cores, a cadeia; ●- Estudo de Palaçano, ●- *Beth Midrash*, □- balneário, *- Escola L- livraria, H- hospital, C- carniçarias, E- Estalagem. Fonte: Carvalho, 1989.

- A estrutura urbana começou a se cristalizar inclusive com a determinação das áreas de comércio e serviços. Aos poucos, nas cidades mais importantes definiram-se os espaços específicos para certas atividades. Surgem assim as ruas dos sapateiros, dos tanoeiros, dos alfaiates e, até mesmo “as ruas da *Mancebia* e da *Putaria*” (ANDRADE, 1993, p. 132). A partir de 1391, “os arruamentos dos ofícios” começam “a ser oficialmente determinados[...] Mas jamais foi conseguido em sua totalidade” (SERRÃO, 2001. p. 139).

- Sobre a toponímia urbana em Portugal, são registradas expressões que até hoje são comuns tanto lá quanto no Brasil, a despeito da tentativa contínua das autoridades em apagar tais referências: rua dos mercadores, das tendeiiras, do açougue, das carniçarias, dos pasteleiros, dos couros, dos pelames, dos moinhos, do curral e rua direita, velha, da judiaria, larga, estreita, rua que vai para..., rua que vem de..., travessa de..., beco do..., etc. Sobre a rua direita, vale salientar que esta ou estas – poderia haver mais de uma na cidade – não eram ruas necessariamente retas, ou as mais conectadas ou integradas (como se verá mais adiante) mas que levavam *directo* de um ponto a outro da cidade. Uma lista da toponímia dos logradouros das cidades portuguesa revela nomes familiares e interessantes, relativos a profissões, prédios públicos (civis e religiosos), indicações de propriedade, indicações de caminhos e direções etc., mesmo com toda as distâncias físicas e temporais:

Ruas relacionadas a profissões (encontradas em, praticamente, todas a cidades e vilas):

- dos carpinteiros;
- dos carniceiros;
- dos mercadores;
- dos calafates;
- dos ourives;
- dos tanoeiros;
- das olarias ou dos oleiros;
- dos odreiros;

- da mancebia;
- da ferraria, etc.

Logradouros relacionadas a prédios públicos;

- Rua da matriz;
- Terreiro do Paço (Lisboa);
- Praça da Sé (nas cidades);
- Rua da sinagoga (nas judiarias);
- Praça do hospital (Sintra);
- Rocio da Sé (Braga);
- Travessa do Hospital velho (Viana do Castelo);
- Terreiro da Sé (Porto);
- Rua da Cadeia;
- Rua da Alfândega, etc.

Indicação de propriedade:

- Rua de Lourenço Ramos (Évora);
- Rua de Estêvão Açacal (Évora);
- Travessa de Mem Pires (Évora), etc.

Nomes religiosos:

- Adro de São Domingos (Évora);
- Calçada de Santo André (Lisboa);
- Rua de São Miguel (Porto);
- Rua do Carmo (Coimbra);
- Rua dos Clérigos (Porto)
- Travessa de São Vicente (Lisboa);
- Ruas da Freira de cima e de baixo (Évora);
- Rua do Prior (Faro), etc.
- Caminho de São Miguel do Olival (Tomar);

Indicações de caminhos e direções:

- Rua Direita (presente em quase todas as cidades portuguesas);
- Rua de Santo Antoninho para a Porta Nova (Évora);
- Travessa do Garção que leva à rua da Lagoa (Évora);
- Rua que vai de São Vicente ao muro quebrado (Évora);
- Rua que vai de São Julião para São Nicolau (Lisboa);
- Azinhaga que sai em São Nicolau (Lisboa), etc.

Havia também a toponímia reservada às “rejeições” (ANDRADE, 1993, p. 131) como aquelas que designavam lugares, indivíduos e atividades desprezadas, segregadas ou abominadas por razões culturais, sociais ou mesmo higiências como as judiarias, as mourarias, as gafarias, as ruas dos pelames ou do couro, etc.

Andrade (1993, p. 134) salienta que “a multiplicidade de aspectos tocados pela toponímia ajuda a transformá-la num caminho privilegiado com a cidade medieval”, revelando com uma clareza ímpar os modos de funcionamento da cidade medieval portuguesa, fenômeno este cuja continuidade será observada mais adiante na cidade portuguesa no Brasil.

Não seria possível nem correto falar das cidades portuguesas sem levar em conta o fenômeno de surgimento das cidades regulares a partir do século XIII, fenômeno esse que encontra similaridades com o surgimento das *bastides* francesas e das *salvaterre* italianas e de inúmeras cidades novas surgidas com forma regular nos reinos espanhóis (Aragão, Navarra, Castela e Andaluzia), França, Itália, Grã-Bretanha e Alemanha (MORRIS, 1984). Teixeira e Valla (1999, p. 25) informam que “a grande maioria destas novas cidades era promovida pelo poder real, como forma de consolidar o seu poder”, situando-se “em territórios recentemente conquistados, politicamente instáveis ou pouco povoados”.

As cidades portuguesas de fundação nova entre os séculos XIII e XIV foram:

- Ao norte: Viana do Castelo, Monção, Caminha, Miranda do Douro e Vila Real;
- No Alentejo: Redondo, Assumar, Monsaraz, Alegrete, Vila Viçosa e Nisa.

De um modo geral, no resto da Europa, essas cidades novas, conhecidas genericamente pelo termo francês *bastide*⁷², buscavam referências no urbanismo greco-romano, estruturando o

⁷² Goitia (1989, p. 97) registra: “Villeneuve, pela sua novidade; Villefranche, pela sua isenção de direitos; Sauveterre, pela sua segurança; Beaumont ou Montjoie, pelo seu aspecto de lugar”. Os cognatos também aparecem em português: Vila Nova (Vila Nova de Famalicão), Vila Franca (Vila Franca de Xira), Belo Monte (Belmonte), etc. (ANMP, 2006). Em Portugal se usa o termo *bastida*.

espaço urbano de forma clara e, às vezes, gerando uma associação de praças interligadas com funções diferenciadas, ora sendo fundadas *ex nihilo*, ora reestruturando um assentamento urbano pré-existente (aldeia, vila ou cidade arruinada). Teixeira e Valla (1999, p. 26) admitem, no entanto que, no caso português:

“Os traçados não evidenciam tão explicitamente estas referências aos cânones da antiguidade. A ortogonalidade não é tão rígida, não existem traçados em quadrícula e a praça ou não se localiza no centro ou não existe como tal desde o início, só se vindo a estruturar gradualmente ao longo dos tempos. Nestes casos, as cidades consistem num conjunto de quarteirões com uma forma rectangular alongada, cada um deles constituído por uma sucessão de lotes urbanos paralelos uns aos outros e orientados no mesmo sentido, com uma frente para uma rua principal e outra frente para uma rua de traseiras.”

As *bastides* portuguesas, quase sempre de estrutura física muito simplificada como atestam os autores acima, concentravam-se ora na fronteira luso-espanhola, ora em áreas despovoadas por guerras e epidemias. Suas localizações em lugares elevados parecem associar formas regulares com a tradição urbanística portuguesa. Pelo que se observa de sua configuração, parece correto observar que tal morfologia seria utilizada mais adiante na fundação de cidades no Brasil do século XVI como Salvador, Rio de Janeiro e João Pessoa.

A despeito de sua importância para a história da cidade e da morfologia urbana portuguesa, o número das cidades regulares no medievo português é extremamente reduzido se comparado com as cidades de morfologia orgânica.

4.2.3. A LEGISLAÇÃO

No histórico das Leis portuguesas, elaborado por Cândido Mendes de Almeida para a introdução das Ordenações Filipinas em 1870, observa-se que a legislação na Península Ibérica não levará claramente a uma definição da forma urbana. A legislação ora canônica ora baseada no direito romano trata de questões cíveis e criminais. Há leis vagas sobre ordenamento territorial, mas sobre a forma das cidades há muito pouco. Saliente-se que os romanos possuíam legislação específica sobre a forma urbana (MANZI, 2006), mas que tal preocupação urbanística desaparece com as invasões suevas e visigodas (século V) e da muçulmana (século VIII).

Até a promulgação das Ordenações Afonsinas, entre 1446-47, além de uma série de leis romanas e visigodas, Portugal se valeu da legislação espanhola (ou melhor, castelhana), especificamente as *Siete Partidas*, mandadas redigir por Afonso X de Castela entre 1256 e 1265 sob o nome de *Libro de las Leyes* e traduzido para o português no reinado de Dom Afonso III (1248-1279) com o nome de Lei das Sete Partidas (ALMEIDA, 1870).

As demais leis (*Fuero Juzgo*, códigos canônicos, etc.) não serão abordadas por não tratarem da questão das cidades, que, de alguma forma (mesmo que superficial e precária) foi tratada nas Sete Partidas e nas Ordenações Afonsinas (1446-47), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603), além de outras leis, alvarás e forais.

As Sete Partidas ou *Siete Partidas* tratam da cidade em sua Partida III, título XXXIII, lei VI: “otrosi decimos que do quier que sea fallado este nome de ciudad, que se entienda todo lugar que es cercado de los muros, con los arravales, e con los edificios que se contienen en ellos”. Como se pode observar é uma definição meramente “visual” que não determina forma nem função para a cidade, apenas ressaltando a muralha como elemento diferenciador dos espaços internos e externos da cidade e a óbvia existência de edifícios. Martín (1994, p. 66) reforça que “lo que distingue materialmente a una ciudad es su separación radical del entorno, tantas veces hostil”⁷³, ou seja, a cidade como lugar de proteção, contraponto da natureza estranha e indomada – espaço “natural” do homem, lugar de suas atividades mais elevadas.

A legislação posterior não tratou mais especificamente da forma da cidade, mas sim do controle das cidades existentes através de uma série de medidas fiscalizatórias e coercitivas no intuito de garantir o funcionamento consuetudinário da mesma dentro do que se entendia por um funcionamento regular:

- Garantia de passagem pelas ruas: ou seja, proibição de construções que prejudiquem a coletividade – casas que impedem a passagem pelas já estreitas ruas das cidades, abalcoados que vedam a passagem do sol ou que impedem mesmo a passagem de homens a cavalo nas ruas ou que se encostam à parede do vizinho, etc;
- Obrigação dos concelhos em garantir o funcionamento e reparo de obras públicas como chafarizes, muralhas, telheiros para mercados, etc., mediante é claro, a assistência dos habitantes, seja na forma de fintas ou mesmo na forma de trabalho compulsório.

As Ordenações Afonsinas de 1446-47 trataram da fiscalização do espaço urbano a partir das atribuições dos vereadores, juízes e, principalmente dos almotacés, encarregados de toda a sorte de controle nas cidades, desde os pesos e medidas dos gêneros alimentícios até as construções. Tais instruções permaneceram nas Ordenações posteriores, as Manuelinas de 1521 e as Filipinas de 1603. O texto abaixo, retirado do Primeiro Livro, Título XLVIII – Dos Almotacés, das Ordenações Filipinas demonstra o nível de controle estipulado pela legislação

⁷³ “O que distingue materialmente uma cidade é sua separação radical do entorno, tantas vezes hostil”.

portuguesa – apesar de promulgado sob a União Ibérica, o texto é uma ampliação das Ordenações Manuelinas⁷⁴:

“22. Item, conhecerão das demandas, que se fizerem sobre o fazer, ou não fazer de paredes de casas, de quintaes, de portas, janellas, frestas e eirados, ou tomar e não tomar de agoas de casas, ou sobre metter traves, ou qualquer outra madeira nas paredes...

23. e aos almotacés pertence embargar a requerimento de parte qualquer obra de edificio, que se fizer dentro da villa, ou seus arrabaldes...

24. Qualquer pessoa, que tiver casas, póde nellas fazer eirado com peitoril, janellas, frestas e portaes quando lhe aprover, e alçar-se quanto quizer, e tolher o lume a qualquer outro vizinho Dante si. Porém, não poderá fazer frestas, nem janellas, nem eirado com peitoril, sobre casa ou quintal alheio...

31. E não se poderá fazer na rua escada nem ramada, nem alpendre, nem outra cousa alguma, que faça impedimento a servintia da dita rua. E se o fizerem, não lhe será consentido: e os Almotacés lho mandarão derribar.”

A despeito de não estabelecerem a forma da cidade ideal, já que não há referência a novos arruamentos, suas larguras e comprimentos, os itens referentes às atribuições dos almotacés demonstram claramente um interesse em salvaguardar os direitos à privacidade dos moradores das cidades e vilas, ao mesmo tempo em que estabelece limites entre o privado e o público, com a garantia da existência deste para usufruto da coletividade.

Martín (1994, p. 67) salienta que:

“Los verdaderos constructores de la ciudad no son los señores em sus castillos y torres nobiliárias, ni los eclesiásticos em sus Iglesias, nin siquiera el Concejo em su Ayuntamiento, por más que estos edificios señalen las diferencias entre las distintas ciudades, son sus propios habitantes, cuando construyen modestas viviendas siguiendo antiguos caminos, invadiendo los espacios libres cuando la autoridad flanquea y pleiteando con los vecinos por custiones de lindes, alturas e canalizaciones.”⁷⁵

⁷⁴ Para a verificação do texto das Ordenações Manuelinas acessar: <http://www.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ORDEMANU.HTM>.

⁷⁵ “Os verdadeiros construtores da cidade não são os senhores em seus catelos e torres nobiliárias, nem os religiosos em suas igrejas, nem nesmo os vereadores em sua casa de câmara, por mais que estes edificios assinalem as diferenças entre as distintas cidades, são seus habitantes, quando controem casas modestas seguindo antigos caminhos, invadindo os espaços livres quand a autoridade permite e pleiteando com os vizinhos por limites, alturas e canalizações”.

Além da legislação anterior há que registrar as indispensáveis Cartas Forais, Cartas de Foral ou, simplesmente Forais que, distribuídos desde antes da Nacionalidade⁷⁶, serviam para estabelecer uma série de direitos e deveres referentes à vila, cidade, sua administração e sua população, sem, no entanto estabelecer formas para as cidades.

Carvalho (1989) fala da existência de sete tipos de forais, que variavam daqueles que se preocupavam com questões mais bélicas àqueles que se preocupavam com a administração concelhia propriamente dita; todavia, essa diferenciação pouco importa já que seu conteúdo vai sempre tratar de assuntos concernentes a questões sócio-econômicas como homicídios, rixas, das obrigações de mouros e judeus, pagamento de impostos e direitos de peões, cavaleiros, clérigos, etc. e administrativas como o número de vereadores e almotacés, como seriam as eleições, etc.

A citação de tal instrumento legal nesta pesquisa se dá no sentido da negação do mesmo como definidor da estrutura física das cidades portuguesas, como é possível perceber através deste trecho do foral de Almada, dado por Dom Sancho I em 1190 (CARVALHO, 1989, p. 84-88):

“Proémio – Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo...Eu, Dom Sancho,...
Rei de Portugal...

1 – Homicídio – [Assim] dou-[vos por foro] que se alguém entrar em casa alheia violentamente e armado, [havendo testemunhas presenciais que sejam homens bons,] pague 500 soldos sem lhe admitir defensos em juízo.

.....

8 – Das tendas – Os moradores de Almada podem livremente ter tendas, fornos de pão e de louça (dolas).

.....

31 – Dos Cavaleiros de Almada – O Cavaleiro de Almada ao qual o rico-homem que em nome da Coroa governar o distrito beneficiar com terra sua ou dos seus haveres para contar entre os seus homens será por mim aceite no número do meu rico homem.

.....”

Por fim, cabe registrar os alvarás e leis municipais que, legislando mais próximas da forma urbana vão, às vezes determinar, não essa forma urbana como um todo, mas determinados melhoramentos e modificações, principalmente a partir do século XIV (TEIXEIRA e VALLA, 1999). Como exemplo claro disto há a carta-regimento do Senado da Câmara de

⁷⁶ São João da Pesqueira – 1055; Penela da Beira – 1055 (extinta em 1834); Cambeses – 1085 (extinta em 1836); Coimbra – 1085; Santarém – 1095; Guimarães – 1096 (ANMP, 2006).

Lisboa de 29 de outubro de 1498 que determina “as medidas e normas construtivas” para o conjunto arquitetônico da Ribeira (CARITA, 1999, p. 62). O resultado, apresenta uma tentativa clara de ordenamento espacial tanto arquitetônico quanto urbanístico (Fig. 4.39), mas há que levar em consideração tratar-se da capital do reino, e que tal força não poderia ser encontrada em câmaras de cidades menores.

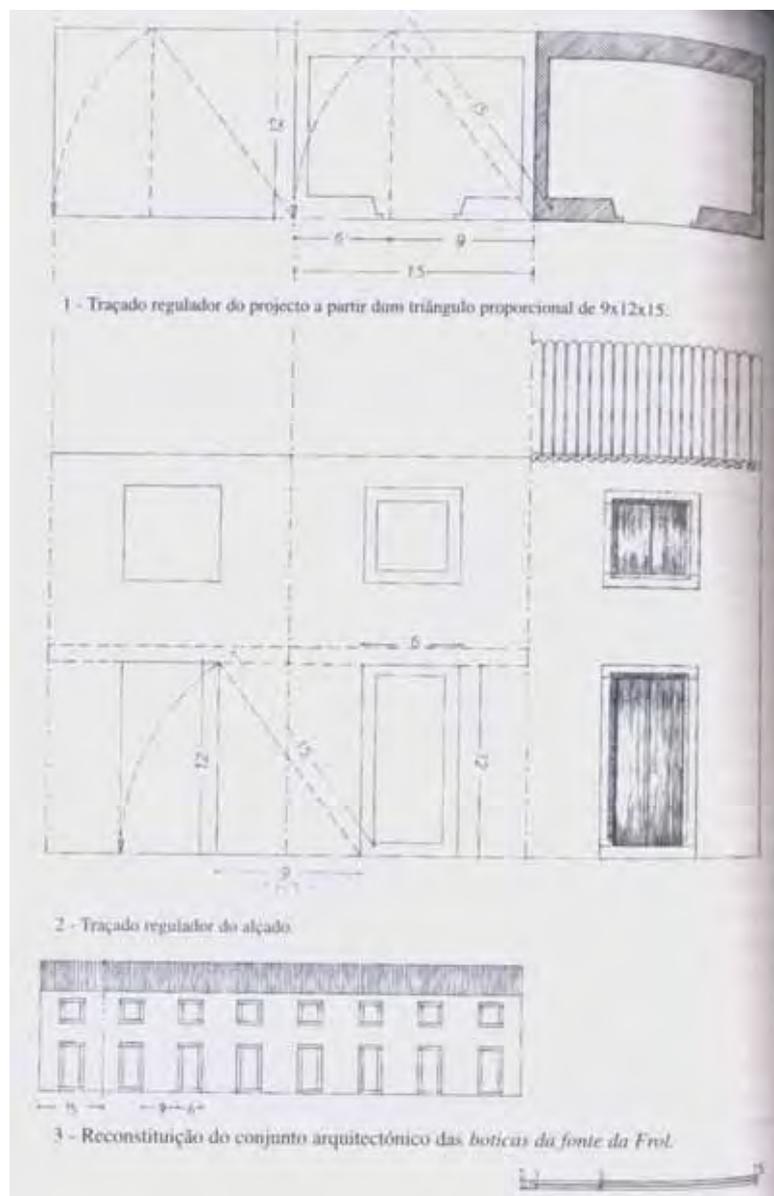


Fig. 4.39: A reconstituição do projeto de reforma das “boticas da fonte da Frol”, segundo interpretação da carta-regimento do Senado da Câmara de Lisboa de 29 de outubro de 1498. Fonte: CARITA, 1999.

Nas outras cidades do reino a preocupação obviamente existia, mas a ação das câmaras era bem menor e bem menos eficaz. O próprio número de posturas concernentes a melhoramentos urbanos, medidas sanitárias são poucos – Beirante (1995, p. 664) ao analisar as posturas de Évora no século XIV, encontra apenas 16,8% delas versando sobre “medidas sanitárias e de salubridade urbana”, enquanto as demais tratavam de controle do trabalho dos mestres de

ofício, policiamento, tabelamento de preços e salários, etc. O que se observa, de um modo geral é que a aplicação de leis de melhoramentos urbanos se dá em casos de expansão urbana, ruína de certas áreas, recomposição de troços de muralhas (FRANÇA, 1977) ou quando a ação de particulares prejudica o funcionamento “normal” das cidades. Há que registrar que a maioria das cidades, com três ou cinco vereadores e um ou dois almotacés não tinham qualquer possibilidade de controlar as ações dos moradores (CARVALHO, 1989).

Num esforço complementar para a verificação de possíveis leis específicas sobre a urbanização, foram analisadas as chamadas “Leis Extravagantes”, mas estas também não tratam da cidade. As menções a formas de ocupação são mais encontradas em documentos extremamente difíceis de serem encontrados e, cujo alcance é extremamente limitado. Carita e Carita (2000, p. 185) dão uma idéia desses casos através do seguinte texto, referente às reformas urbanas lisboetas:

“A relação entre largura de lote e altura de um conjunto urbano, encontramos expressa num documento de doação de um chão à cidade de Lisboa, de 1517. ao longo da futura rua da Misericórdia para a largura do lote é fornecida a medida de 30 palmos ‘... de largo para a rua 3 braças de craveira...’, sendo fornecida pouco depois, a altura do alçado de 25 palmos: ‘... e as ditas casas não passaram de altura até 25 palmos...’”.

A análise da legislação portuguesa, até a União Ibérica não encontrou textos que falem da forma urbana, mas que definem os modos de funcionamento da sociedade portuguesa, atingindo de maneira bastante indireta a morfologia urbana. É importante ressaltar a permanência de tal legislação no tempo e no espaço. Ela acompanhou os portugueses para onde eles foram, ou como salienta Marx (1999, p. 21):

“Leis, sua concepção e forma de aplicação, que deixando a Europa onde foram concebidas e sancionadas, vieram nortear as cabeças-de-ponte ou as pontas-de-lança de seu domínio e desenhar uma nova paisagem feita pelo colonizador para si e para quem submeteu. No caso português, salta aos olhos, de uma maneira que tem cegado os estudiosos da configuração citadina, o fato de as normas vigentes terem sido transpostas diretamente para outros continentes e ilhas, para meios estranhos e diversos, quer do ponto de vista geográfico quer do social.”

Tal passagem dá uma idéia da permanência das instituições portuguesas no tempo e no espaço, servindo para corroborar a idéia de permanência da cultura e sociedade portuguesa onde quer que ela vá.

4.2.4. AS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS, FUNCIONAIS E SINTÁTICAS DAS CIDADES PORTUGUESAS

As cidades portuguesas não possuem formas iguais e nem se pretende aqui reduzi-las a modelos morfológicos homogêneos e academicamente convenientes, mas estéreis do ponto de vista da realidade do fato urbano em território português. A busca é de um “padrão de funcionamento” que será mais adiante transposto para o Brasil e esse “padrão” deve existir independente da forma – é um tipo e não um modelo, saliente-se. Este tópico tem por objetivo analisar este padrão a partir de sete cidades portuguesas escolhidas segundo critérios de fundação, tamanho, localização, função na rede urbana, etc.

Tal análise associará o estudo histórico à Sintaxe Espacial, com o objetivo de averiguar a existência de padrões urbanos intrínsecos associados às questões culturais da sociedade portuguesa, ou seja, pretende-se demonstrar que, cada cidade possui inegavelmente sua forma própria e única, mas que, subjacente à essa forma própria, existe um modo de ser que determina o “quão portuguesas” essas cidades são.

Serão levados em conta alguns parâmetros básicos para o reconhecimento das características da cidade portuguesa para mais adiante verificar quais dessas características foram transpostas para o Brasil.

A partir da década de 1940, especificamente com o artigo “Origens e evolução do urbanismo em Portugal” de Aristides de Amorim Girão, publicado em 1945⁷⁷, iniciaram-se os estudos científicos sobre a cidade portuguesa que se mantiveram desde então na busca por respostas sobre as origens, desenvolvimentos e rumos desse tipo de cidade. Às vezes, tais estudos foram apenas descritivos ou traçaram meramente uma cronologia para o desenvolvimento físico das cidades portuguesas. Contribuição basilar foi dada a partir do célebre artigo de Mário Tavares Chicó “A ‘cidade ideal’ do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia”, abrindo debate sobre a cidade portuguesa como nunca se tentou antes.

Teixeira (2007) buscou, de maneira empírica, estabelecer os parâmetros através dos quais se configuram as cidades portuguesas. Tais parâmetros serão aceitos aqui, mas sua validade será consolidada a partir de uma análise mais profunda do funcionamento das cidades portuguesas, buscando dar um lastro sólido ao trabalho desenvolvido pelo autor português. Ao analisar as características da cidade portuguesa, Fernandes (1992, p.95-96) chamou atenção para o fato de que:

⁷⁷ GIRÃO, Aristides de Amorim. Origens e evolução do urbanismo em Portugal. **Revista Centro de Estudos Demográficos**. Lisboa, n. 1, 1945, p.39-77.

“Its already been mentioned, or at least perceived, in several historical and geographical studies that the urban areas of Portuguese roots have a personality of their own or, one may say, as if an idiosyncrasy that began with its own ‘sense of place’ was confirmed in its choice of a place to plant its roots. In a precious synthesis on the Portuguese city, the geographer Orlando Ribeiro says: ‘There are hardly any cities on the plains in Portugal [...] Some show a preference for high places, on steep slopes and well defended, others combine a rugged hill and a bay on the coast, typical of Mediterranean urban sites. Whether they come from isolated and archaic civilizations or from a widening of maritime commercial relations, this attraction for impregnable sites has been demonstrated more than once in the course of our history, with the result that there are few countries that boast so many hilltop villages as Portugal’.”⁷⁸

Dessa observação de Orlando Ribeiro, é possível destacar que, de fato, as cidades portuguesas podem ser divididas em;

- 1- Cidades erguidas em morros com o intuito de defesa;
- 2- Cidades, quase sempre lineares que surgem às margens de rios ou no litoral atlântico;
- 3- Cidades que unem as duas características supracitadas.

Das sete cidades escolhidas para a análise todas apresentam as características básicas expostas acima. Essas sete cidades, no entanto não apresentam formas similares – cada uma é única e com origens e desenvolvimentos diferenciados. Foram escolhidas segundo critérios definidos no Capítulo 2. Elas serão apresentadas através de tópicos onde se analisam de forma resumida suas história e papel no contexto da Idade Média em Portugal. Não foram levadas em conta modificações posteriores aos séculos XV e XVI, e a cartografia utilizada foi aquela que define os limites físicos das cidades em algum momento entre os séculos XII (Nacionalidade) e XVI (início da ocupação do Brasil). Os mapas são, em sua maioria, definidos *a posteriori*, através de estudos recentes elaborados por pesquisadores portugueses conforme exposto no Capítulo 2.

Segue a análise das cidades objeto de pesquisa através de um breve histórico e de suas características morfo-sintáticas básicas, culminando com um quadro-síntese das propriedades morfo-sintáticas das cidades:

⁷⁸ Já foi mencionado ou, pelo menos inferido na maioria dos estudos históricos e geográficos que, nas áreas urbanas de raízes portuguesas existe uma personalidade própria, pode-se dizer uma idiosincrasia que começa com o seu próprio ‘senso de lugar’, já confirmado na escolha de um lugar para fixar suas raízes. Numa síntese prévia sobre a cidade portuguesa, o geógrafo Orlando Ribeiro diz: ‘difícilmente há cidades portuguesas na planície [...] Algumas preferem lugares altos, ladeiras íngremes e bem defendidas; outras combinam um morro acidentado e uma baía na costa, típico dos sítios urbanos mediterrâneos. Se tais escolhas vêm de civilizações isoladas e arcaicas ou de uma rede de relações comerciais marítimas, esta atração por sítios inexpugnáveis tem sido demonstrada mais de uma vez no curso de nossa história, resultando no fato de que há poucos países que se orgulham tanto de suas vilas no topo das colinas como Portugal’”.

1. Braga

Localização: Minho

Função na rede urbana medieval: sede de bispado desde o século V, tornado arcebispado no século XII, era a capital do Minho e mais importante cidade da região até o século XIX.

Origens e evolução: a antiga cidade romana de *Bracara Augusta* foi erguida no sítio de um castro celtibero (Gabinete Municipal de Arqueologia de Braga, 2007). Sua muralha era em forma elíptica, possuindo uma estrutura regular em seu interior. Destruída no século V por invasões suevas, foi, em parte poupada por ser sede do bispado. Na verdade, apenas um quadrante da cidade romana permaneceu ocupado após os saques e destruições de 468, sendo este pequeno trecho da cidade romana a origem da Braga medieval, permanecendo como núcleo urbano durante toda a Idade Média.

Carvalho (1989) admite que a cidade está mais afeita ao urbanismo regular do norte, apesar de que a análise da cidade contradiz esta opinião. Muito pouco se desenvolveu até o século XVI quando obras movidas em parte pelo bispado levaram a cidade a um desenvolvimento sem precedentes desde o período romano.

Cercada por muralhas, a cidade possuía poucas ruas e se conectava ao exterior através de quatro portas onde iniciavam caminhos que levavam a outras cidades passando por ermidas que só após o século XVI seriam focos para a formação de arrabaldes. Devido ao seu tamanho, as igrejas não chegam a definir um polígono de controle dentro da cidade, mas a mesma acaba sendo envolvida pelas ermidas, que geram percursos-matrizes estruturadores da expansão futura da cidade (Fig. 4.40 e 4.41).

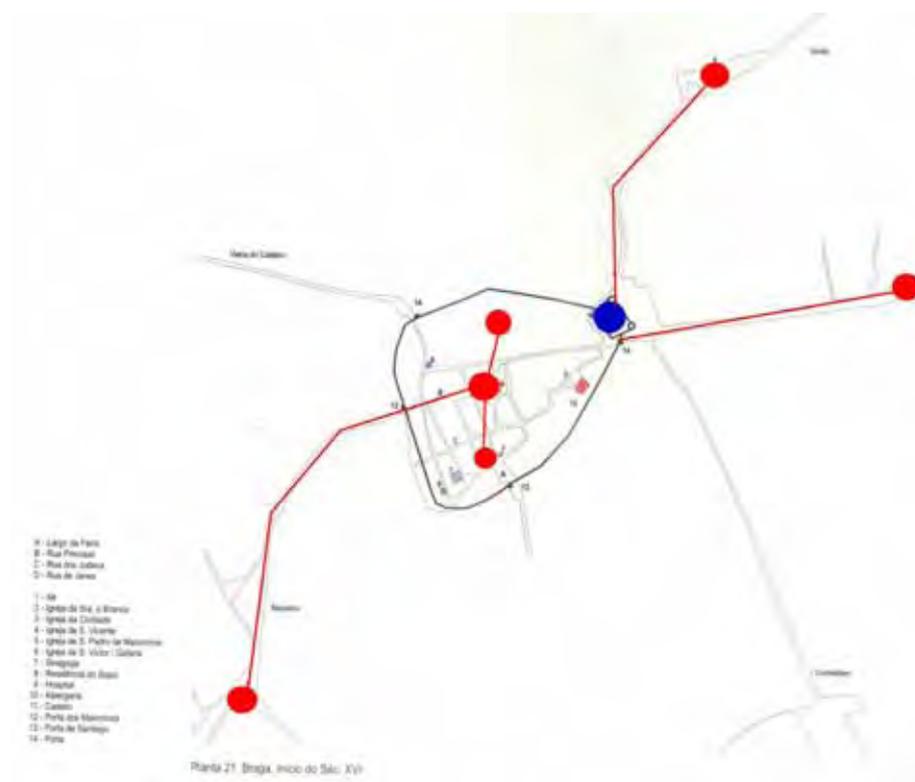


Fig. 4.40: A planta de Braga no século XVI, Os círculos vermelhos indicam os edifícios religiosos e o azul o poder civil, no caso, o castelo. Fonte: Teixeira; Valla. 1999.



Fig. 4.41: O mapa axial de Braga – um pequeno núcleo central tem sua malha deformada por uma série de caminhos que, partindo das portas da cidade vão dar em pequenas igrejas que gerarão os futuros arrabaldes da cidade. Fonte: Desenho do autor, 2008.

2. Évora

Localização: Alentejo.

Função na rede urbana medieval: apesar das destruições que sofreu entre os séculos V e VIII, Évora sempre foi sede de uma grande área produtora de grãos. Seu prestígio se consolidou a partir da reconquista cristã em 1165, permanecendo como uma das principais cidades do reino até o século XVIII.

Origem e evolução: sua origem está envolta em lendas. Seria chamada, originalmente pelos lusitanos de *Eburobrittium* e relacionada à divindade celta *Eburianos* (ALARCÃO, 2002). Foi romanizada no século II a. C. e chamada de *Ebora Cerealis*, sendo rebatizada como *Ebora Liberalitas Julia* em homenagem a Júlio César no final do século I a.C.. Seu núcleo central ainda guarda restos da ocupação romana na forma urbana em si, e em outros elementos como troços de muralhas e o famoso templo romano datado do século I d.C.. Por situar-se no sul, sofreu grande influência do urbanismo muçulmano, perdendo quase que completamente a sua forma urbana original e sendo rebatizada como *Yabura*. Évora apresenta uma estrutural radial que parte do antigo tecido de *Ebora Liberalitas* (BEIRANTE, 1995)

A cidade mantém certa regularidade no interior do tecido remanescente da cidade romana, mas além dele, uma série de outros arruamentos se definem desconsiderando uns aos outros, formando inclusive trechos com um certo grau de ordenamento, mas que ao se reunirem, formam um tecido complexo. A planta utilizada apresenta uma série de vazios urbanos existentes durante a Idade Média. Tal como Lisboa, Évora apresenta com clareza a diferença entre o tecido primitivo e as expansões posteriores, além do fato do não englobamento total do tecido primitivo pelo posterior. (Fig. 4.42 e 4.43).

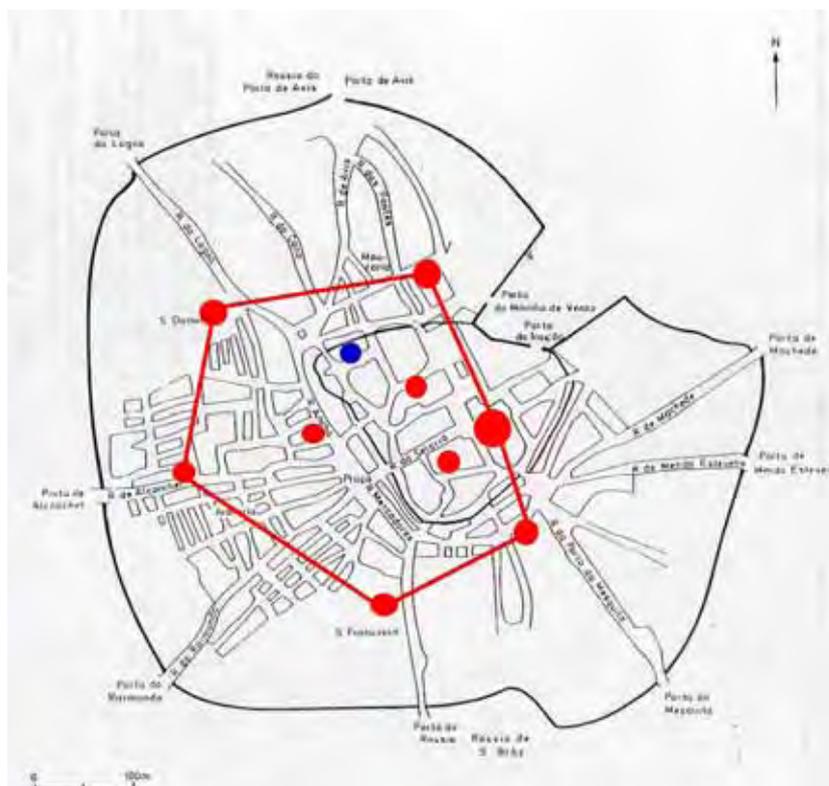


Fig. 4.42: A cidade de Évora com a identificação, em círculos vermelhos, da Sé, igrejas e conventos, situados no entorno da antiga cerca romana. O círculo em azul identifica o paço do Concelho. Fonte: Desenho do autor sobre original de Marques et al. (1990), 2008.

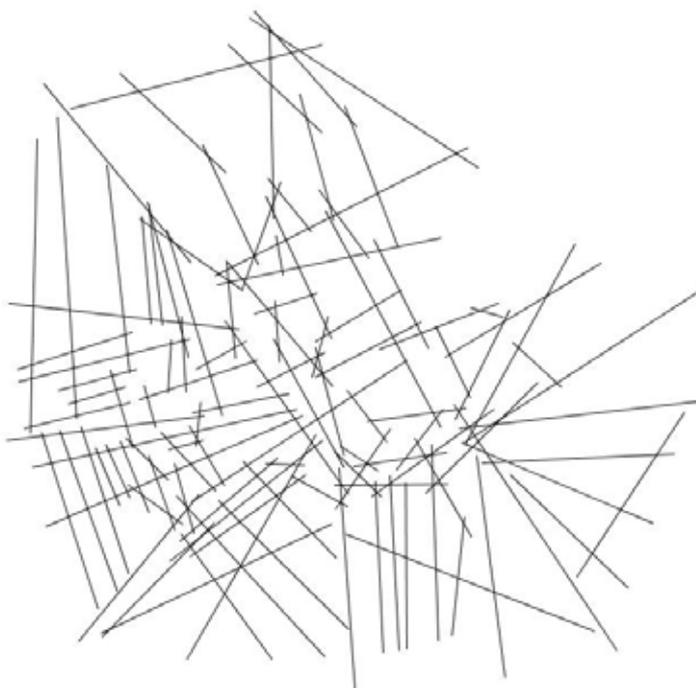


Fig. 4.43: O mapa axial de Évora baseado na planta cima – a cidade apresenta uma estrutura que tende ao rádio-concêntrico e que resulta, pela quantidade de linhas em um espaço segregado e inteligível. Fonte: Desenho do autor, 2008.

3. Lisboa

Localização: região da Estremadura, hoje conhecida como Costa de Lisboa.

Função na rede urbana medieval: capital do país desde 1255.

Origens e evolução: como espaço proto-urbano, teria sido ocupada por tribos celtibera no século a.C., o que pode ser atestado pelo sufixo *-ippo*. Foi romanizada no século I a.C. e renomeada como *Civitas Felicitas Julia Olisippo*, permanecendo como uma das mais importantes cidades da Lusitânia até o século V quando foi invadida e saqueada pelos suevos em 469. Entre os séculos V e VIII teve sua superfície reduzida quase que somente à área do atual Castelo de São Jorge. Em 711 foi invadida pelos muçulmanos e renomeada como *Al-Achsouna* (Fig. 4.43), tendo um período de relativo desenvolvimento até o início da Reconquista que retomou a cidade dos muçulmanos em 1147, numa campanha liderada por Dom Afonso Henriques e auxiliada por ingleses e flamengos (SERRÃO, 2001) (Fig. 4.44).



Fig. 4.44: A Lisboa muçulmana ou *Al-Achsouna*. A cidade era formada apenas pela alcaçova (Castelo de São Jorge) e pela almedina (Alfama); a parte traseira da alcaçova estava aberta para eventuais fugas. Fonte: Marques et al., 1990.

A cidade, após a retomada pelos cristãos em 1147, cresce dos dois lados da antiga cerca moura, ficando com seus arrabaldes desprotegidos até a construção da muralha fernandina em 1373 e que define a extensão da cidade até as intervenções manuelinas, iniciadas no final do século XV (Fig. 4.45).



Fig. 4.45: Uma vista da Lisboa medieval retirada da “Crônica de Dom Afonso Henriques”, manuscrito iluminado escrito por Duarte Galvão (1446-1517) – é possível identificar ao alto, o castelo de São Jorge e, em primeiro plano, embaixo, a Sé cercada pelos arruamentos da Mouraria e da Ribeira. Fonte: Wikipedia,2008.

Lisboa sempre foi a maior cidade portuguesa e sua estrutura foi-se tornando mais complexa à medida que crescia. Em seu interior, o espaço era dividido por cristãos, muçulmanos e judeus. A mouraria e as judiarias da cidade definiam grandes áreas de segregação sócio-cultural até 1496, ano de expulsão daqueles dois grupos culturais e religiosos do reino. A evolução de Lisboa parte do alto do castelo de São Jorge até a Ribeira do Tejo. A cidade, inicialmente “desce” a encosta à frente do castelo e depois vai ocupando os espaços ao redor do morro, mantendo, até o século XVI os fundos da alcáçova livres para eventuais fugas do rei em caso de cerco. A localização dos edifícios religiosos acaba por definir um grande polígono que envolve quase a totalidade da muralha fernandina, além das igrejas, estabelecidas estrategicamente nos limites das judiarias e da mouraria para controlar e converter os “infiéis” (Fig. 4.46).

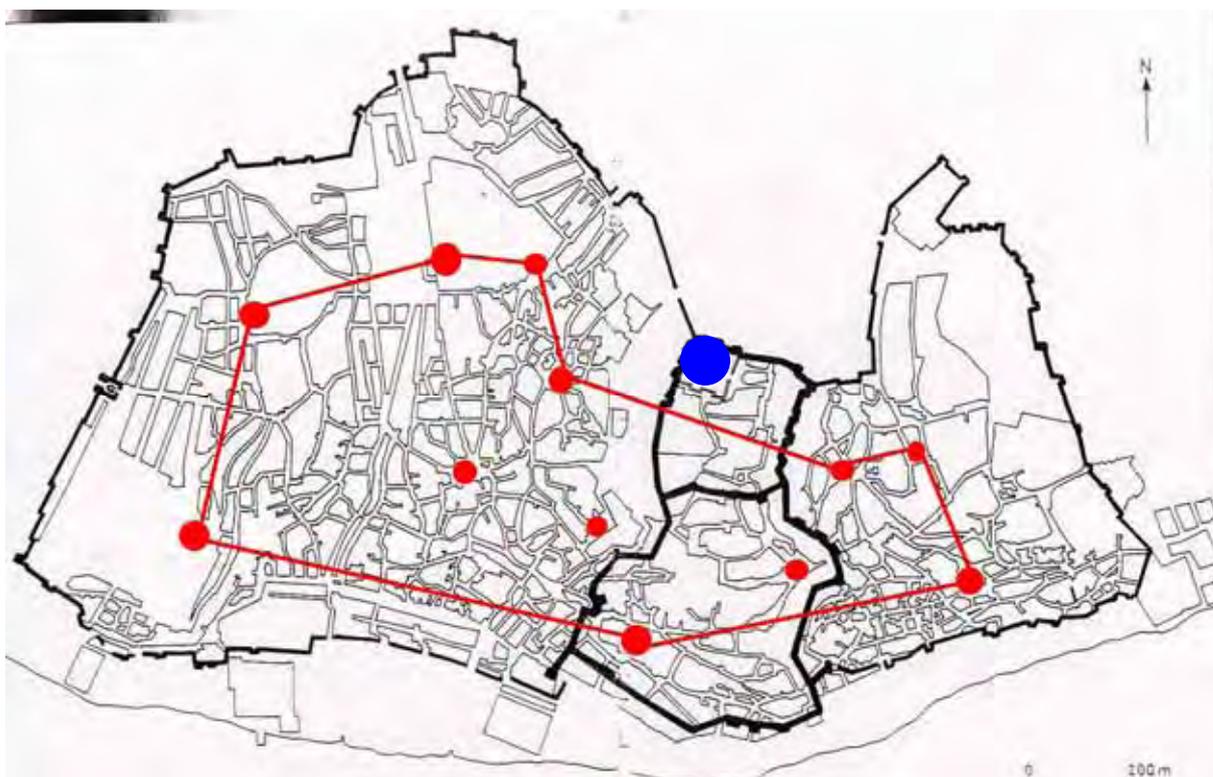


Fig. 4.46: A planta de Lisboa utilizada na análise. Os círculos vermelhos indicam os edifícios religiosos e o azul, no castelo de São Jorge, indica a sede do poder civil até o final do século XV. Fonte: Desenho do autor sobre original de Marques et al. (1990), 2008.

A principal característica morfológica de Lisboa é sua complexidade do seu traçado, definida por ruas estreitas e ladeiras, adarves e becos sem saída, que levam a um alto índice de segregação, baixo controle e ininteligibilidade, surgido durante a ocupação muçulmana e mantido no desenvolvimento físico posterior, sob a égide de um reino cristão, mas imbuído, pela influência de séculos, de quase os mesmos modos de usar o espaço urbano. A cidade, maior do reino, possui um nível de complexidade que demandaria um estudo só para si. Observam-se entre outros fenômenos que a cidade seria o produto final do urbanismo português pois guarda elementos de todas as outras cidades estudadas em escala cada vez maior, como o processo contínuo de crescimento com a absorção dos arrabaldes e expansão das muralhas, seguidos sempre de um crescimento periférico que não engloba totalmente as partes mais antigas (Fig. 4.47).

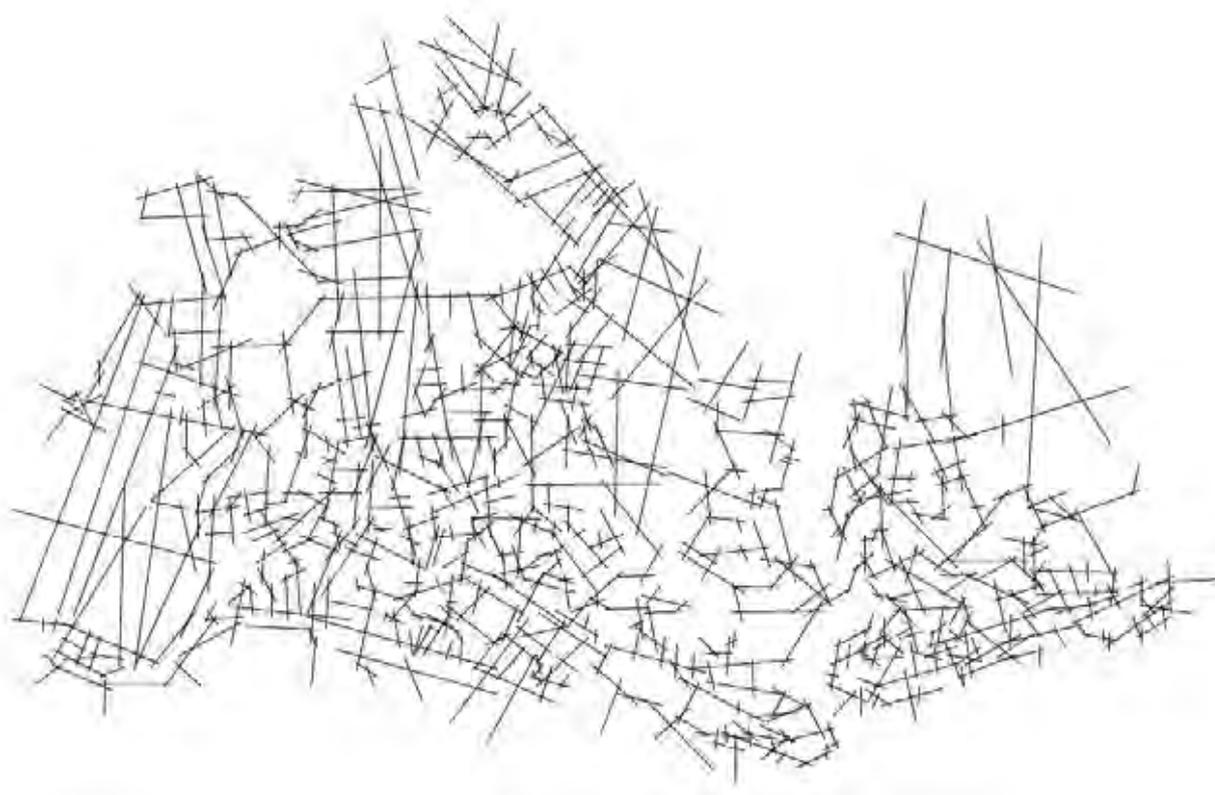


Fig. 4.47: O mapa axial de Lisboa, baseado na planta acima – sua estrutura é extremamente complexa e a quantidade de linhas evidencia um espaço urbano altamente segregado e ininteligível. Fonte: Desenho do autor, 2008.

4. Mértola

Localização: Algarve, às margens do rio Guadiana e próxima à fronteira com a Espanha.

Função na rede urbana medieval: foi um importante porto fluvial do Algarve e sede de Concelho.

Origem e evolução: Mértola já foi a *Myrtilis Julia* dos romanos, foi saqueada e ocupada pelos suevos e visigodos no século V e tomada pelos muçulmanos no século VIII que a chamaram *Martula* ou *Martulah*. Foi retomada pelos cristãos no reinado de Dom Sancho II em 1238. Recebeu Carta foral em 1254, sendo elevada à vila, passando a sede de Concelho. Possui elementos urbanísticos de ambas as culturas (muçulmana e portuguesa cristã) (MACÍAS, 1996). Por sua pouca importância, não atraiu para si as ordens religiosas, não contendo conventos ou recolhimentos em seu recinto murado.

Mértola possui uma estrutura linear similar à de Monsaraz e Óbidos, cercada por muralhas e encravada em uma elevação sobre o rio Guadiana, com castelo, alcáçova e almedina bem definidas. A cidade possui várias diferenças de nível e suas balizas principais são o castelo e a igreja matriz de Nossa Senhora da Anunciação, antiga mesquita (Fig.4.48 e 4.49).



Fig. 4.48: A planta de Mértola utilizada na análise das propriedades morfo-sintáticas da cidade. Indicado pelo círculo azul, o poder civil representado pelo castelo e pelo círculo vermelho, o poder religioso representado pela matriz. Fonte: Macías, 1996.



Fig. 4.49: O mapa axial de Mértola – uma estrutura urbana pequena, mas complexa devido à acomodação no terreno e à herança do urbanismo muçulmano. Fonte: Desenho do autor, 2008.

5. Monsaraz

Localização: Alentejo, próximo à fronteira com a Espanha.

Função na rede urbana medieval: sede do Concelho de Monsaraz (1276-1838), seu castelo, chamado de “sentinela do Guadiana”, era uma das muitas fortalezas que defendiam a fronteira entre Portugal e Castela.

Origens e evolução: Monsaraz foi tomada aos mouros em 1167, por um exército liderado por Geraldo Sem Pavor. Há indícios de que a povoação muçulmana tomada pelos cristãos foi completamente arrasada (TEIXEIRA; VALLA, 1999). Em 1276 recebeu seu primeiro foral do rei Dom Dinis. Teve um surto de desenvolvimento entre os séculos XIII e XVI, sendo uma cidade fortificada com o intuito de manter a integridade de Portugal junto com uma série de outras cidades fronteiriças (ARMAS, 1997).

Sua estrutura urbana é a das cidades novas medievais: simples, formada apenas por algumas quadras, paralelas entre si, mas guarda a localização em uma área elevada como tradição recorrente na urbanística portuguesa. Apresenta ainda a alcáçova e almedina bastante claras com uma única praça resultante, provavelmente da necessidade de espaço para feiras e festas religiosas (Fig. 4.50 e 4.51).

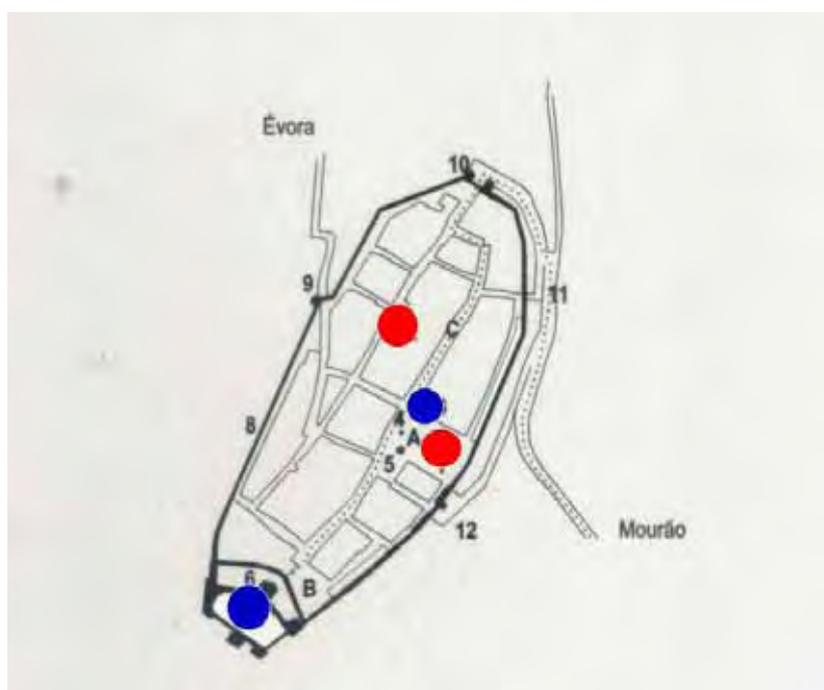


Fig. 4.50: A planta de Monsaraz no século XV – indicando com os círculos vermelhos, as igrejas e em azul, o poder civil (castelo e Paços do Concelho). Fonte: Desenho do autor sobre planta de Teixeira; Valla (1999), 2008.

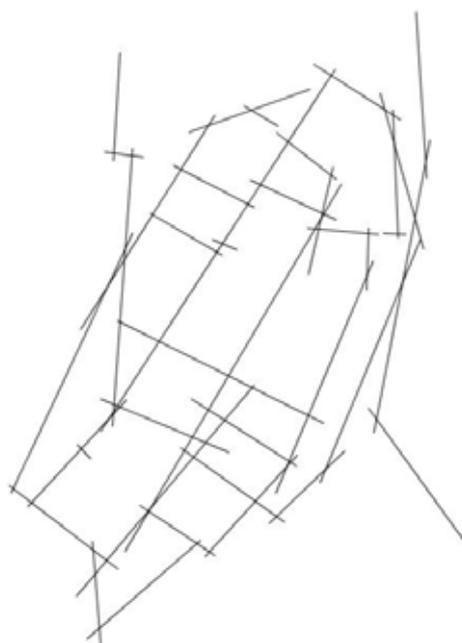


Fig. 4.51: Mapa axial de Monsaraz – a estrutura aponta para uma regularidade incomum nas cidades medievais portuguesas estando afeita ao urbanismo regular das *bastides*, usadas como cabeças-de-ponte de defesa e colonização de territórios abandonados e/ou fronteiriços. Fonte: Desenho, 2008.

6. Óbidos

Localização: Estremadura-Ribatejo,

Função na rede urbana medieval: sede de Concelho e importante porto até o seu assoreamento no século XVI.

Origem e evolução: Óbidos teria sido um *oppidum* ou povoado fortificado no período romano, daí a origem do seu nome. Sua primeira menção seria do século I d.C. Entre os séculos V e VIII foi ocupada pelos visigodos e, posteriormente, pelos muçulmanos. Na fase muçulmana (séculos VIII-XII) o povoado tem seu castelo ampliado e a igreja de Santa Maria convertida em mesquita. Em 1148 foi retomada pelos cristãos sob o comando de Dom Afonso Henriques (MARQUES et al., 1990).

Óbidos possui uma estrutura linear com o castelo como grande baliza da cidade. Sua topografia acidentada influenciou nessa linearidade ao fazer com que as ruas se adaptassem às curvas de nível da região e gerando quadras compridas e estreitas (Fig. 4.52 e 4.53).



Fig.4.52: a planta de Óbidos com a indicação das igrejas (círculos vermelhos) e o castelo (círculo azul). Fonte: Lamas, 1992.

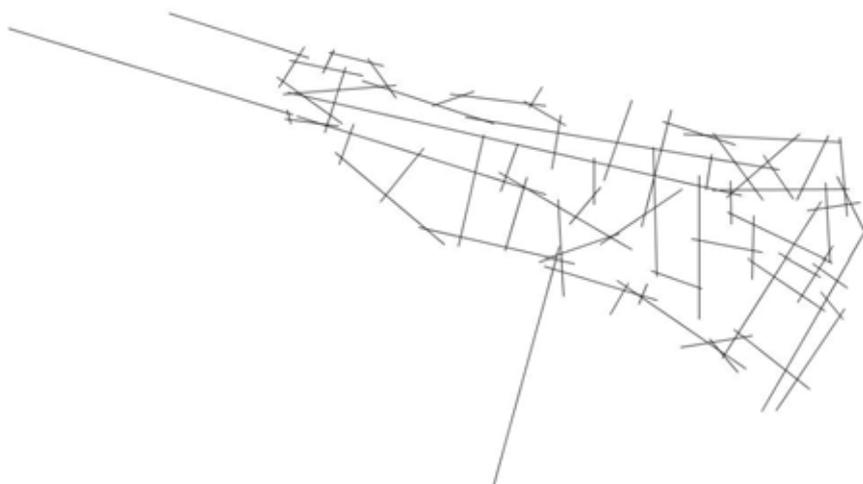


Fig.4.53: O mapa axial de Óbidos – a estrutura linear é evidente, mas mesmo assim, o número de linhas axiais é excessivo para uma estrutura urbana tão pequena. Fonte: Desenho do autor, 2008.

10. Viana do Castelo

Localização: Norte de Portugal

Função na rede urbana medieval: Viana do Castelo, foi fundada como Viana da Foz do Lima como uma fortaleza para defender a região.

Origens e evolução: o sítio de Viana do Castelo foi ocupado em período pré-romano por um castro, mas este foi destruído pelos romanos e a área só voltou a ser ocupada no século IX (TEIXEIRA; VALLA, 1999). Situada no norte, e erguida com intuito de defender a foz do Minho a partir do século XIII, guarda as marcas do “urbanismo nortenho”, mais regular e ligado às tradições romanas (CARVALHO, 1989).

Sua estrutura original era de algumas quadras paralelas, que formavam um desenho muito simples, com uma única praça, inseridas em uma muralha elíptica. Tal configuração, mais simplificada que a das cidades romanas relaciona-se com as *bastides*. Apesar da regularidade, observa-se que a estrutura urbana se adequa ao terreno e, as estradas que partem de suas portas com direção a Caminha, Ponte de Lima e Santa Luzia já denunciam uma ocupação orgânica, para além de sua regularidade inicial e do seu pequeno arrabalde que procura seguir o mesmo desenho da cidade intramuros (Fig. 4.54 e 4.55).

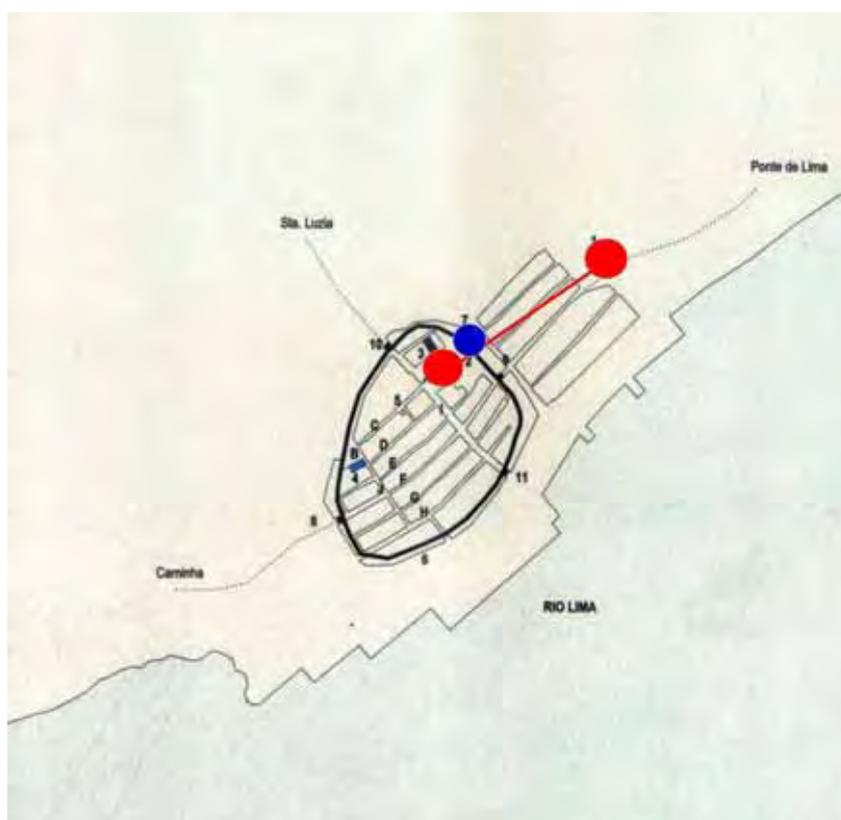


Fig.4.54: A planta de Viana do Castelo em fins do século XV. Os círculos vermelhos indicam as igrejas e o azul a torre de menagem, usada como fortaleza. Fonte: Desenho do autor sobre original de Teixeira; Valla (1999), 2008.

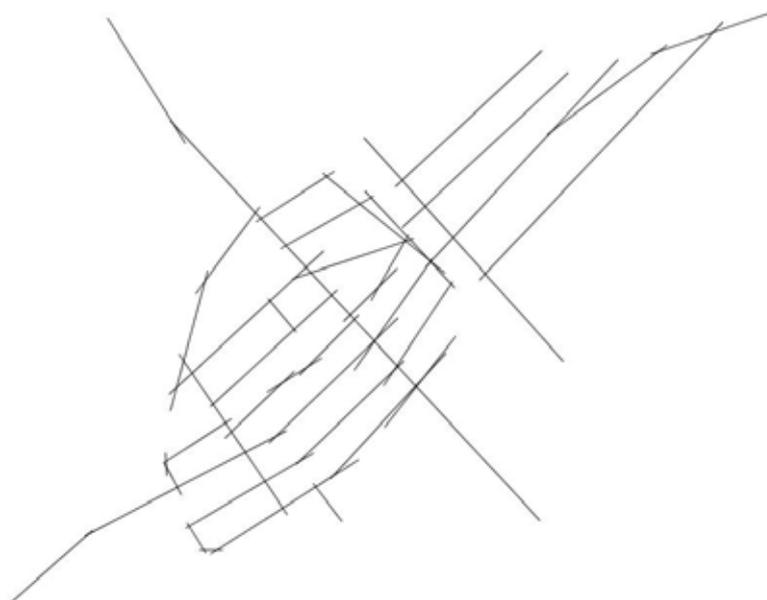


Fig.4.55: O mapa axial de Viana do Castelo – sua aparente regularidade não esconde algumas distorções da malha, condicionadas por questões topográficas. Desenho do autor, 2008.

As cidades listadas apresentam origens, formas e tamanhos diversos, mas ao longo da Idade Média em Portugal, uma série de elementos e funções urbanas similares foi-se estruturando em cada uma delas. Na realidade, a despeito de serem diferentes como cada cidade é em relação às outras, estas cidades funcionavam segundo princípios comuns. Apesar de fundamentais para a compreensão do processo de desenvolvimento das cidades portuguesas no Brasil, suas análises serão sintetizadas no sentido de demonstrar os parâmetros gerais que as norteiam e como esses parâmetros vêm para o Brasil. A síntese das análises é mostrada nas tabelas abaixo:

Tabela 4: Elementos estruturadores e estruturas peculiares das cidades portuguesas.

Cidades	Elementos estruturadores e estruturas peculiares (até o final do século XV)						
	Muralha	Castelo	Casa de Câmara/Paços do Concelho	Igrejas matrizes/Sés	Conventos	Judiaria	Pelourinho
Braga	X	X	X	X	-	X	X
Évora	X	X	X	X	X	X	X
Lisboa	X	X	X	X	X	X	X
Mértola	X	X	X	X	-	X	X
Monsaraz	X	X	X	X	-	-	X
Óbidos	X	X	X	X	-	X	X
Viana do Castelo	X	-	X	X	-	X	X

As cidades ainda podem ser agrupadas em modelos baseados na forma de seu desenvolvimento físico:

- Cidades que tendem a uma forma rádio-concêntrica: Évora, Braga, Viana do Castelo.
- Cidades de forma linear: Mértola, Óbidos, Monsaraz.
- Cidades de forma “poligonal”: Lisboa.
- Cidades situadas próximas a rios, estuários, mar, com cidade alta e cidade baixa ou ribeira: Lisboa (Tejo), Mértola (Guadiana), Óbidos (porto, hoje assoreado).

Sob o ponto de vista dos elementos reguladores (PANERAI, 1983), os principais são exatamente as barreiras geográficas de crescimento, geralmente representadas por rios e pelo mar. Diferenças de nível não parecem ser barreiras significativas, pois uma das características principais da maioria das cidades é, exatamente a adaptação a sítios irregulares. Quanto às muralhas, que poderiam ser tomadas como barreiras artificiais de crescimento e as portas, a opinião de Pereira (1995, p.36) parece discordar ao defender que:

“As fortificações medievais nunca se constituíram em obstáculo ao desenvolvimento da malha urbana, tendo as novas portas e as próprias muralhas acabado por estruturar os eixos de circulação e as funcionalidades da nova zonificação, criada em função dos novos espaços urbanos.”

Na realidade, à medida que a urbe crescia, ocupando inclusive os adarves que separavam a muralha das construções, os arrabaldes surgiam, ora também se valendo das muralhas para a construção de novas casas pelo lado externo, ora mais afastados, no entorno de alguma ermida ou convento. Lisboa, Évora e Porto são exemplos de cidades cujos muros originais não foram capazes de contê-las.

Observou-se também que, todas as cidades pesquisadas possuíam um desenvolvimento similar – inicialmente um pequeno núcleo urbano ou castelo, a partir de cujas portas surgem percursos-matrizes para arrabaldes mais distantes da muralha ou igrejas, conventos, ermidas ou gafarias. Os percursos-matrizes são progressivamente ocupados gerando estruturas lineares que vão, aos poucos sendo ocupadas em seus espaços intersticiais, gerando um tecido maior e mais complexo, inclusive com o progressivo deslocamento das atividades administrativas para o novo tecido (Fig. 4.56).

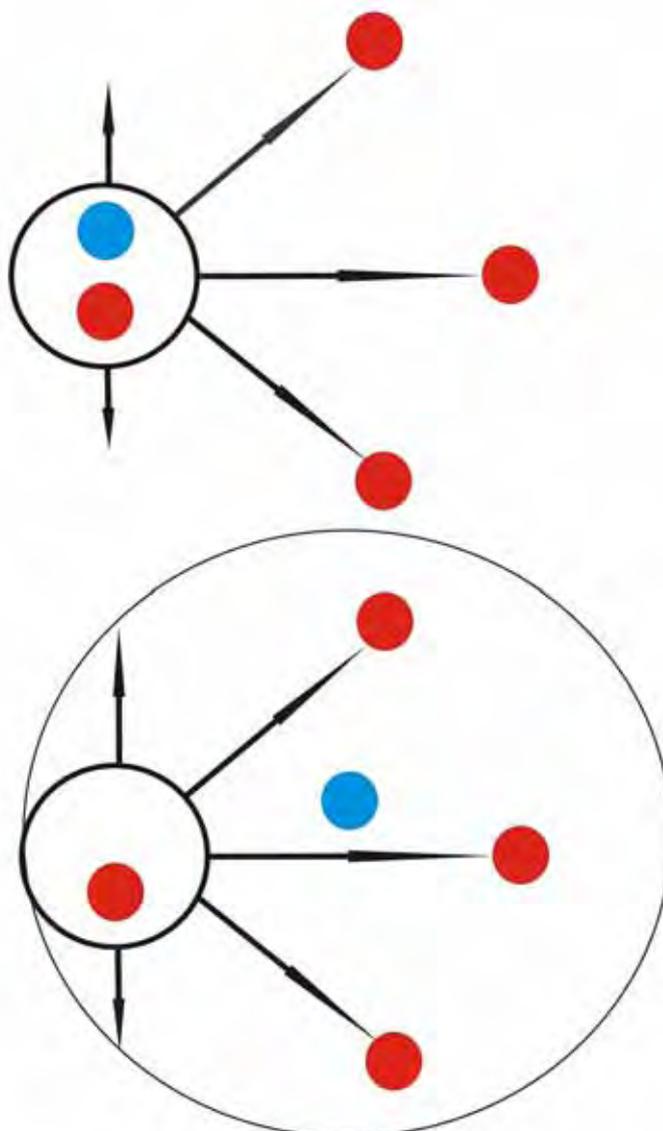


Fig. 4.56: Os diagramas acima mostram, de forma simplificada, a evolução das cidades portuguesas. O esquema acima apresenta uma cidade em seu desenvolvimento inicial: o círculo em preto representa a muralha; as setas, os percursos-matrizes; os círculos vermelhos, os edifícios religiosos e os azuis, os edifícios administrativos. O esquema abaixo representa o desenvolvimento urbano posterior, com o deslocamento das funções administrativas (em azul) – notar que o tecido original não é englobado pelo novo tecido (pelo menos durante a Idade Média), permanecendo “secante” ao novo. Fonte: Desenho do autor, 2008.

Do ponto de vista da ocupação lindeira aos caminhos ou percursos-matrizes, foi observado que as quadras iniciais possuíam uma estrutura linear com apenas uma frente; posteriormente as quadras evoluem para estruturas com duas frentes e, finalmente, quatro frentes quando todo o espaço intersticial entre os percursos originais é preenchido (Fig. 4.57).

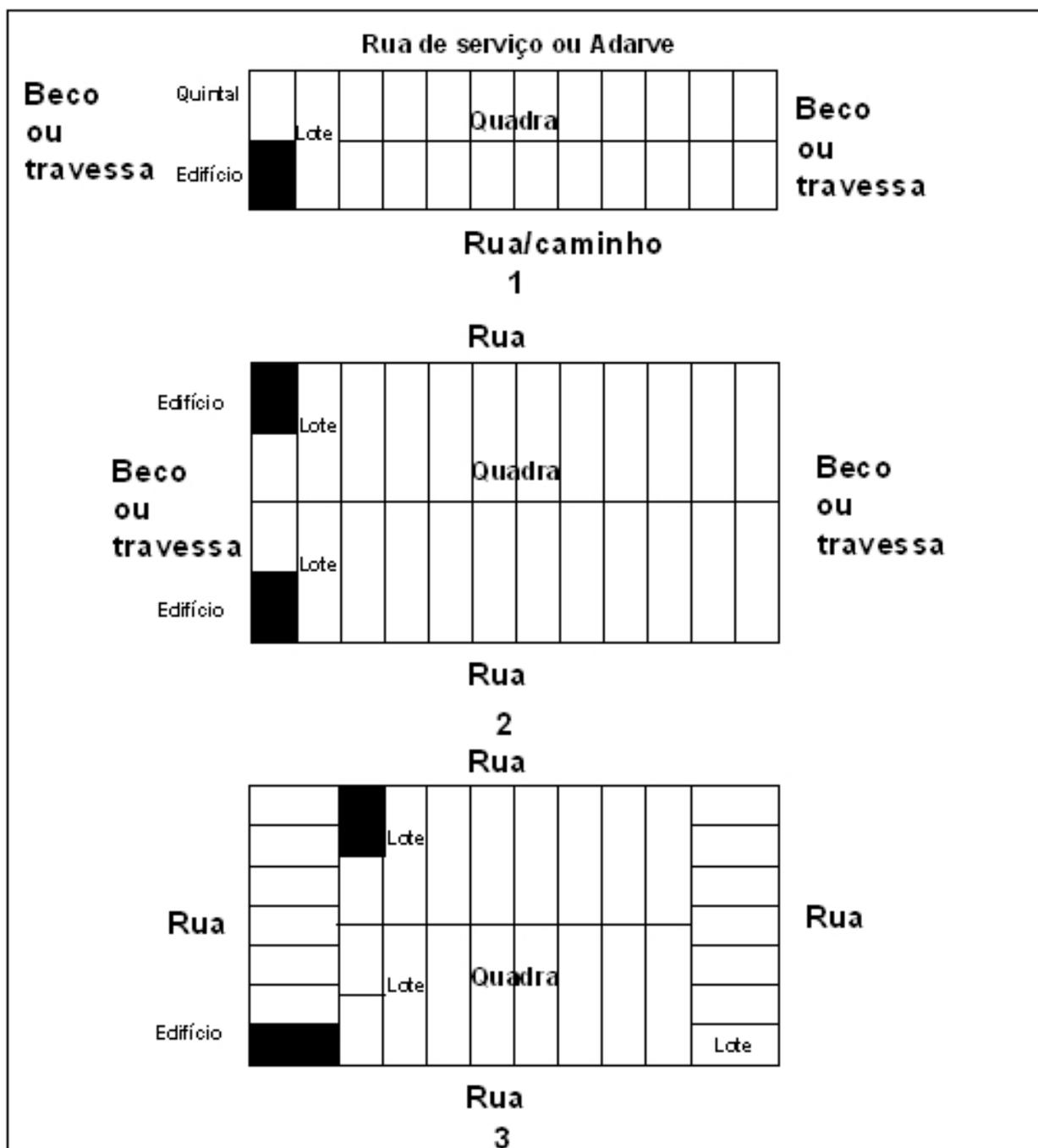


Fig. 4.57: A imagem acima mostra, de forma esquemática, a evolução das quadras nas cidades portuguesas:

- 1 – após o surgimento de um percurso-matriz tem início sua ocupação lindeira formando uma quadra. O caminho se torna uma rua e os fundos da quadra geram uma rua de serviço ou adarve (quando próximo a uma muralha). Para evitar quadras muito longas, surgem as travessas ou becos que se ligam com as ruas ou adarves traseiros;
- 2 – Num segundo momento, quando há um maior desenvolvimento urbano e os terrenos começam a escassear, as antigas quadras lineares passam a um formato mais poligonal (não apenas retangular – ver plantas das cidades estudadas), gerando ruas na frente e nos fundos que são interligados ainda por becos e travessas;
- 3 – Por fim, no desenvolvimento final, as quadras passam a ter quatro ou mais frentes, às vezes suprimindo os quintais, sendo geradas ruas para cada frente de lote, preenchendo totalmente os vazios urbanos iniciais. Fonte:

Desenho do autor, 2008.

Além da análise dos elementos constituintes do espaço urbano, a Sintaxe Espacial pode contribuir para a clarificação e entendimento do comportamento da cidade portuguesa:

Tabela 5: Propriedades sintáticas básicas das cidades portuguesas.

Cidades	Propriedades				
	Axialidade	Inteligibilidade	Controle médio	Profundidade média	Integração global média
Braga	0,18549	0,649623	0,999993	3,305085	0,933708
Évora	0,146716	0,680167	0,999999	2,400000	1,563882
Lisboa	0,037477	0,230414	0,999999	10,19838	0,518788
Mértola	0,20597	0,479926	0,999997	3,096774	1,047605
Monsaraz	0,28062	0,80490	1,000003	2,282051	1,281603
Óbidos	0,22735	0,656489	0,999999	2,43662	1,336231
Viana do Castelo	0,29268	0,676143	1,000000	2,219512	1,33012
Médias	0,196615	0,596809	0,999999	3,705489	1,144562

Analisando as médias das propriedades sintáticas definidoras dos índices de regularidade da malha, pode-se concluir que:

- Axialidade: a medida da axialidade da malha define “o grau de regularidade da malha” (AMORIM; LOUREIRO, 2000, p. 3). Uma malha regular tem axialidade igual a 1 – como é possível observar, a axialidade mais próxima desse número é da ordem de 0,29268, e a média das cidades estudadas é de 0,196615, ou seja, as cidades portuguesas, são muito pouco regulares, com “forte deformação da malha” (id. ib.).

- Inteligibilidade: “a inteligibilidade de uma área é definida como o grau de correlação entre o número de conexões e integração de cada linha” (AMORIM; LOUREIRO, 2000, p. 3), ou seja, a inteligibilidade define o quanto se pode inferir do espaço global a partir da posição em que o observador se encontra – é como alguém se orienta no espaço a partir do ponto em que se está. Novamente, o número 1 indica alto grau de inteligibilidade. A média da

inteligibilidade das cidades portuguesas é da ordem de 0,596809, não garantindo que indivíduos que não-usuários frequentes dos sistemas possam se “orientar” com facilidade dentro dele.

- Controle: o controle relaciona um determinado espaço com os seus n vizinhos imediatos, resultando em uma medida local, onde a relação de controle se dá a partir de um determinado espaço para os outros, pela conexão daquele com estes (HILLIER; HANSON, 1984). Uma medida maior que 1 indica controle forte e medidas próximas ou menores que um indicam um fraco controle do espaço sobre os outros. Com uma média da ordem de 0,999999, o controle nas cidades portuguesas é fraco, ou seja, um espaço tem pouca relação de controle com seus vizinhos imediatos.

- Profundidade: esta propriedade está relacionada com a segregação espacial. O espaço será tanto mais profundo quanto mais espaços sejam necessários para alcançá-lo. À medida que o valor de profundidade se afasta de 1, o espaço tende a uma maior segregação (HILLIER; HANSON, 1984). Pelo resultado médio obtido, 3,705489, as cidades portuguesas apresentam espaços muito profundos, com alto grau de segregação. Obviamente, o caso de Lisboa chama atenção pelo altíssimo valor da profundidade, ocasionado por uma maior área construída. Morfologicamente tal complexidade se dá por uma estrutura urbana desenvolvida em áreas de topografia acidentada e, culturalmente, pela influência da cultura muçulmana e pela segregação exigida entre cristãos, muçulmanos e judeus entre os séculos XII e XV.

- Integração global: “indica o maior ou menor nível de integração entre as várias partes de um sistema” (HOLANDA, F., 2002, p. 102), ou seja integração tem a ver com o número de linhas necessário para percorrer o caminho entre o lugar onde se está e o lugar que se quer ir. Hillier et al. (1987) admite um valor médio da ordem de 1,07, obtido através de uma amostra transcultural de 75 cidades, já Holanda (2002, p.103) ao estudar cidades-satélites do Distrito Federal, admite que 1,53 já é um valor baixo de integração⁷⁹, logo as cidades portuguesas, com integração global média da ordem de 1,144562, teriam uma baixa integração.

Tais valores indicam espaços urbanos pouco inteligíveis, pouco conectados e controlados e muito segregados. A análise demonstra também que, se num primeiro momento algumas cidade como Monsaraz e Viana do Castelo apresentam uma estrutura mais ordenada, a tendência geral é de crescimento orgânico, que atinge o ápice em Lisboa, a cidade com maior superfície construída do país. Importante salientar que não há a intenção de julgar se tais resultados são bons ou ruins para as cidades – eles indicam propriedades sintáticas de espaços urbanos inerentes a uma certa cultura – mais adiante se verá como tais propriedades se

⁷⁹ Principalmente se comparada com o resultado encontrado para o plano-piloto: 3,34 (HOLANDA, F., 2002).

manifestam no Brasil. Uma lista de cidades que partem de uma estrutura de malha mais regular para uma mais irregular apresentaria esta ordem:

1)Viana do Castelo;

2)Monsaraz;

3)Óbidos;

4)Mértola;

5)Braga;

6)Évora;

17)Lisboa.

Observando que as duas mais irregulares – Évora e Lisboa – eram as mais desenvolvidas, em termos físicos, econômicos e culturais. Ao que parece, a tendência era de desenvolvimentos orgânicos à medida que o tecido urbano ficava maior devido a uma tendência de adaptação do tecido às condições topográficas locais e ao desenvolvimento de áreas segregadas por questões culturais, religiosas e sociais. Ao mesmo tempo, mesmo sendo cidades mais importantes, as duas cidades supracitadas não tinham condições de promover um crescimento urbano que se valesse de planos, normas ou leis passíveis de serem aplicadas à época. O que prevalecia era o saber-fazer, um entendimento empírico de como proceder no desenvolvimento urbano, baseado em necessidades claras de crescimento que se atinham à ocupação de terrenos lindeiros a percursos-matrizes, processos de aglutinação de moradias no entorno de igrejas dos arrabaldes, necessidades de ocupação de áreas mais distantes do centro urbano por motivos sócio-econômicos, etc.

Estas cidades são tomadas como parâmetros para a análise posterior das cidades desenvolvidas pelos portugueses no Brasil. Ao final, os elementos serão confrontados no intuito de verificar a permanência e a adaptação da morfologia e dos usos existentes na cidade portuguesa.



CAPÍTULO 5



5. AS CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL – 1532-1640

No início do século XVI, Portugal não era uma grande potência econômica européia. mas possuía recursos suficientes para um desenvolvimento material e intelectual bem maior do que realmente ocorreu à época (REIS, J., 2000; COELHO, 2000; SERRÃO, 2001).

Como foi visto anteriormente, a inserção de Portugal na cultura renascentista parece ter sido muito mais restrita que aquela pregada pelas obras mais recentes. Se houve um conhecimento científico e humanista nas terras lusas, tal conhecimento pareceu pouquíssimo divulgado e, intensamente ligado à exploração marítima e à engenharia militar, através de estudos matemáticos, pirobalísticos e de castrametação.

Do ponto de vista social, as coisas pouco mudaram a começar pela própria mentalidade do povo em geral e, dos seus governantes e letrados. Apesar de enriquecido pelas especiarias e metais da Índia, Portugal permanecia medieval em essência. Boxer (2002, p. 362) considera que “a índole naturalmente conservadora do povo [português]” seria responsável pelo fato de o Renascimento ter tido “um florescimento relativamente breve em Portugal”. Na verdade, o que nos dias de hoje é visto de maneira extremamente forçada como um grande Renascimento em Portugal, na realidade foi um breve momento de euforia intelectual que durou muito pouco. Novamente Boxer (2002, p. 363) afirma que “os portugueses não aproveitaram adequadamente as descobertas científicas para as quais seus navegadores dos séculos XV e XVI (Duarte Pacheco, Dom João de Castro), matemáticos (Pedro Nunes), médicos (Garcia d’Orta) e outros haviam dado contribuições tão notáveis”.

Coelho (2000, p. 71) dá uma visão bastante oportuna do processo de difusão do conhecimento através de livros impressos ao longo do século XVI – dos 1.904 títulos publicados em terras lusas:

- 651 eram livros de doutrina da Igreja Católica;
- 448 eram livros de moral e Direito Canônico;
- 278 estavam relacionados com o serviço do Estado e a doutrina civil;
- 139 eram de literatura;
- 98 eram biografias, hagiografias e orações fúnebres;
- 38 eram de Filosofia e Teologia;
- 31 eram de Astronomia e Matemática;
- 23 eram relatórios de viagens;

- 18 versavam sobre questões médicas e,
- Apenas 14 tratavam de artes e técnicas.

O autor ainda acrescenta que “o peso da Igreja no mundo do livro [à época] é esmagador e contrasta com a escassez das obras no terreno científico e técnico” (COELHO, 2000, p. 71).

A idiossincrasia do povo português, associada a uma extrema subserviência à Igreja Católica resultaria, ao longo do século XVI, em um progressivo enfraquecimento do pensamento modernizador do Renascimento: quando o primeiro *Index*⁸⁰ foi publicado pela Igreja Católica em 1515, todos os livros estrangeiros, exceto os de direito canônico, hagiografia e outros “temas inofensivos” foram proibidos em Portugal (BOXER, 2002), sendo reconfirmados pelo Concílio de Trento em 1546. Para se ter uma idéia do juízo que os portugueses mais letrados faziam de seu povo à época da colonização do Brasil, cite-se o padre Antônio Vieira (1608-1697) que chamava os portugueses de “cafres da Europa”⁸¹. Para finalizar a crítica, Boxer (2002, p. 363) afirma de modo melancólico que “já no fim do século XVI, os portugueses perderam a hegemonia marítima. Restava uma ‘aula da esfera’, que incluía um curso de matemática e de navegação teórica no seu Colégio de Santo Antão [em Lisboa], mas seus dias áureos haviam terminado...”.

Outra visão interessante sobre o problema do conhecimento em Portugal nos séculos XV e XVI é a de Almeida (2000, p. 78):

“Por razões históricas que caracterizam a sociedade portuguesa desta época [dos Descobrimentos], a construção da ciência em Portugal apega-se à lição tradicional, de tal maneira forte e vinculativa que obscurece a inovação mesmo contra toda evidência. São tempos de conhecimento pré-científico que prenunciam o alargamento dos horizontes da compreensão do mundo real, mas sem ultrapassar os quadros impostos pela formulação do olhar empírico. Por isso mesmo, Luís de Albuquerque⁸² salientava que só a experiência do mar fora origem do conhecimento dos portugueses.”

Mais adiante, Almeida (2000, p. 81) acrescenta uma opinião que, é um dos pontos fundamentais desta pesquisa: “os homens também não podem rejeitar as suas raízes, as suas leituras [do mundo], esquecer o que em tempos das suas vidas aprenderam”.

Devido à intensa influência da Igreja, associada a um pensamento conservador e tendente à inércia, Portugal não era modelo de administração e ordem no século XVI. Debruçar-se sobre

⁸⁰ *Index Librorum Prohibitorum* – a lista dos livros considerados proibidos aos católicos pela Igreja.

⁸¹ *Cafre* é sinônimo de africano. A citação, usada por Boxer (2002, p. 353) foi retirada de: MAXIME, Haubert. **L’Église et la défense des “sauvages”. Le Père Antoine Vieira au Brésil**. Bruxelles: s.n.t., 1964.

⁸² ALBUQUERQUE, Luís de. Sobre um manuscrito quatrocentista do Tratado da Esfera de Sacrobosco. **Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa**, t. XXVIII, p. 142-176, 1959.

estas questões não é tarefa desta pesquisa, mas é importante indicar o que ocorria na época em termos de desenvolvimento intelectual e como esse desenvolvimento ou a falta dele se refletiram no modo como o território brasileiro foi colonizado e urbanizado.

Este capítulo demonstra que as experiências urbanísticas portuguesas fora da metrópole, inequívoca e pragmaticamente, se ajustaram a situações diversas, mas ao mesmo tempo, vão manter a estrutura que é usual à sociedade portuguesa. Se, no entanto, em alguma situação, conhecimentos renascentistas foram usados, tais exemplos não serão omitidos. Uma visão geral do processo de colonização portuguesa, desde as ilhas do Atlântico, passando pela África e Ásia será apresentada no intuito de esclarecer em que situação se encontrava a experiência lusa ao tempo da urbanização do futuro Brasil, no século XVI

A colonização das ilhas do Atlântico a partir de 1420 (VIEIRA, 1992) se faz com a criação de capitânicas hereditárias e a urbanização não vai apresentar elementos novos em relação ao que era feito no continente (Fig. 5.1)

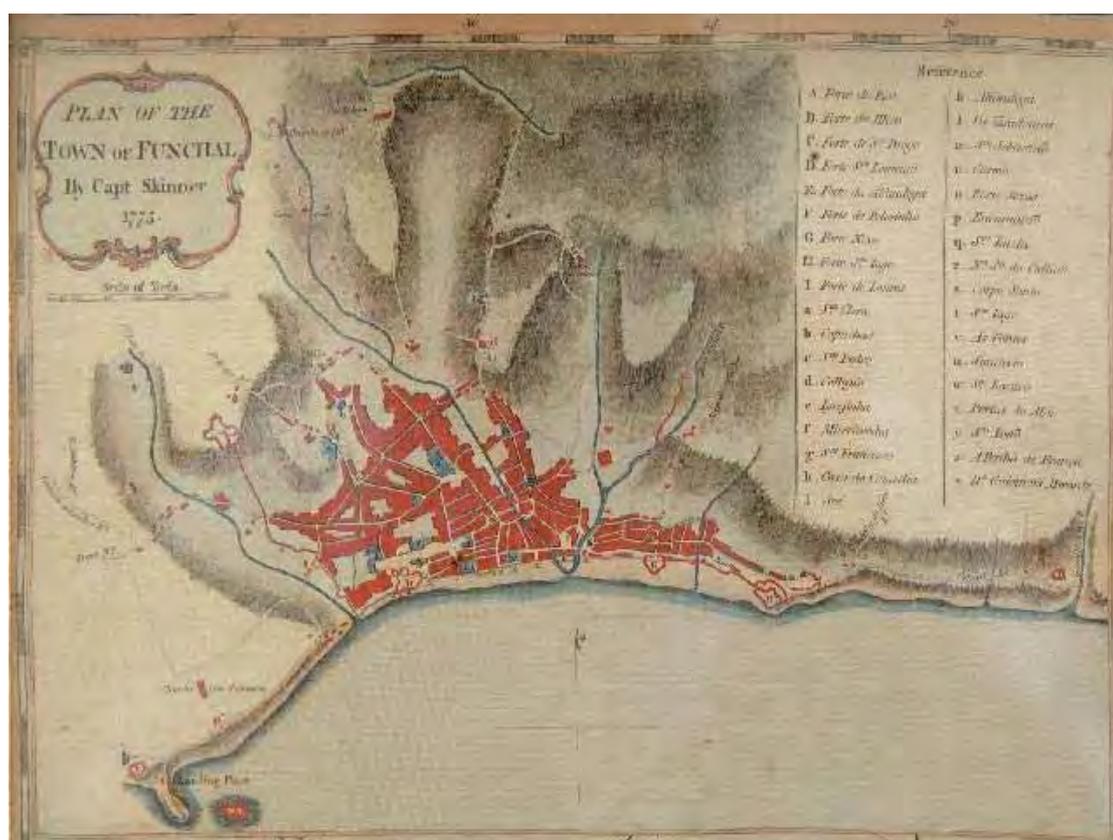


Fig.5.1: *Plan of the Town of Funchal, by Capt. Skinner, 1775* – a planta da cidade do Funchal, (fundada entre 1425 e 1452), na ilha da Madeira mostra uma morfologia similar às suas congêneres continentais. Fonte: Câmara Municipal do Funchal, 2008.

Na África, Portugal assentou feitorias ao invés de criar cidades propriamente ditas. As principais – Ceuta (1415) (Fig. 5.2), Arguim (1448) (Fig. 5.3), Alcácer-Ceguer (1458); São Jorge da Mina (1461) (Fig. 5.4), Tânger (1471), Ano Bom (1474) – são exemplos da

ocupação através de fortalezas destinadas à proteção do comércio português com os africanos e do tráfico de escravos, mas não trouxeram novidades no que tange ao urbanismo português.

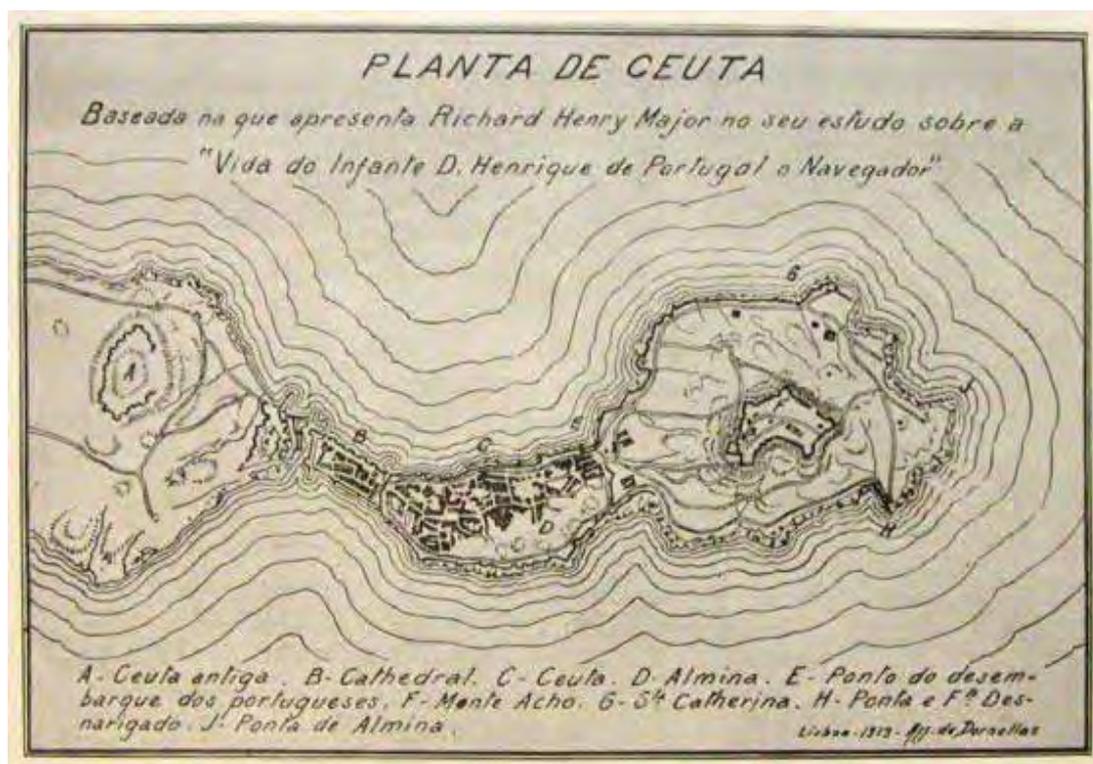


Fig. 5.2: A cidade de Ceuta, hoje uma possessão espanhola no Marrocos, em planta desenhada por Afonso de Ornellas, 1913. A conquista portuguesa não alterou a estrutura da cidade muçulmana já existente. Fonte: AHM-PT, 2008.

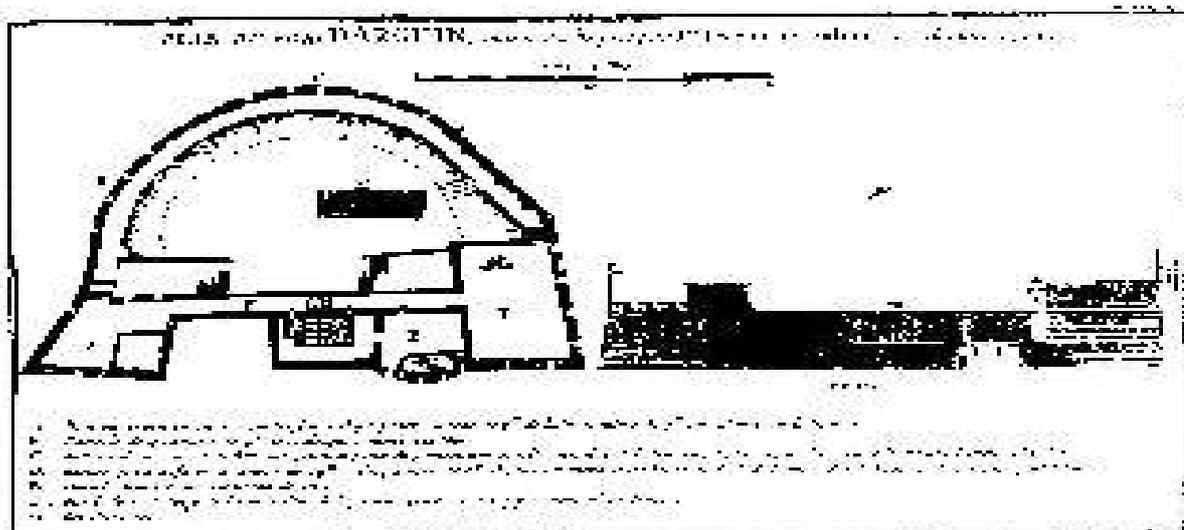


Fig. 5.3: A fortaleza de Arguim, hoje na Mauritânia, em planta do francês Perrie de Salvat (1721) – a feitoria permaneceu nas mãos dos portugueses de 1445 a 1633, quando foi tomada pelos holandeses e reformada. Fonte: Wikipedia, 2008.



Fig. 5.4: O castelo de São Jorge da Mina tal como se encontra hoje, na atual Elmina, Gana. Este monumento que mescla elementos das fortificações medievais com as técnicas pirobalísticas dos séculos XV e XVI, foi a mais importante feitoria portuguesa na África subsaariana. Fonte: Wikipedia, 2008.

Ao se deparar com os impérios da Ásia, Portugal também não consegue estabelecer as bases de colônias com grande extensão territorial. Como diz Benevolo (1983, p. 475), acerca tanto da África quanto da Ásia:

“Os portugueses, em seu hemisfério, encontraram territórios pobres e inóspitos (sobretudo na África Meridional) ou então, no Oriente, Estados populosos e aguerridos que não podem ser conquistados; assim, fundam somente uma série de bases navais, para controlar o comércio oceânico e não têm condições de realizar uma verdadeira colonização em grande escala”

Se na África, pelo menos entre o século XV e XVI a presença portuguesa apenas arranha o litoral e se vale de estruturas pré-existentes que são adaptadas às necessidades lusas; as cidades asiáticas, por outro lado parecem adotar uma série de elementos presentes na arquitetura militar renascentista e que já levava em conta, com mais clareza, o desenvolvimento da pirobalística (MORI, 2003). Chicó (1956, p. 326) trabalha com a hipótese de que:

“No Brasil os governantes, os padres da Companhia de Jesus e os frades beneditinos e das ordens mendicantes iam pouco a pouco desbravando o terreno, expandindo lentamente o cristianismo. Na Índia, pelo contrário, era preciso caminhar mais depressa e dar monumentalidade aos edifícios públicos, às igrejas e aos conventos.”

O que parece dizer, de forma sutil, que no Brasil, pela falta de civilizações com as quais se confrontar, os portugueses foram mais despreocupados no modo de ocupar o território, enquanto que na Ásia, onde havia impérios fortes o suficiente para rechaçar as intenções colonialistas dos portugueses, seria necessário uma estrutura urbana mais claramente organizada, associada a edifícios bem projetados tanto para o uso em si quanto para o impacto que causariam nos povos asiáticos.

Marins (2001, p. 48) acrescenta que “sobretudo em Baçaim, Damão e Meliapor, a Coroa portuguesa aplicará princípios citados na tratadística italiana ou na tradição das *bastides*, assegurando o controle militar da orla das Índias”.

Cidades como Damão (Fig.5.5), Diu e Baçaim (Fig. 5.6), foram traçadas, desde o começo, com uma forma ordenada associada a um sistema de defesa dentro dos padrões renascentistas, com a utilização de baluartes poligonais e traçados viários regulares (Fig. 5.7), o que garantia controle sobre o espaço urbano, um sistema defensivo “moderno” e adaptado à pirobálística e pronto a ser usado contra o inimigo e, a impressão, para os habitantes das redondezas, de que os portugueses eram ordenados, sagazes e capazes de grandes feitos construtivos.

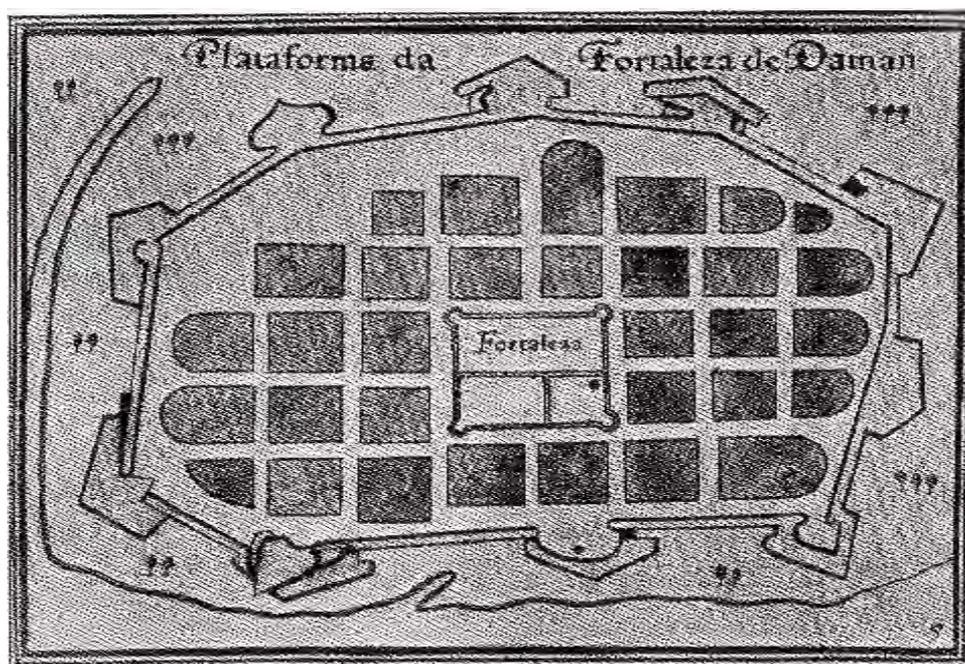


Fig.5.5: *Plataforma da Fortaleza de Damão*, c. 1600 (?) de autoria de João Teixeira (?). Fundada em 1559 sobre as ruínas de uma cidade muçulmana, Damão surge como um exemplo da regularidade e organização dos portugueses em um território novo e desconhecido. Fonte: Chicó, 1956.



Fig. 5.6: Esta imagem pretende se confrontar com a anterior, elaborada em fins do século XVI quando, geralmente se mostrava uma visão muito esquemática do que se tinha na realidade, mostra a cidade de Damão, na Índia, segundo levantamento elaborado por Humberto Reis em 1951. A cidade realmente apresenta uma regularidade de quadras e um sistema defensivo que pode ser classificado como renascentista. Fonte: Chicó, 1956.

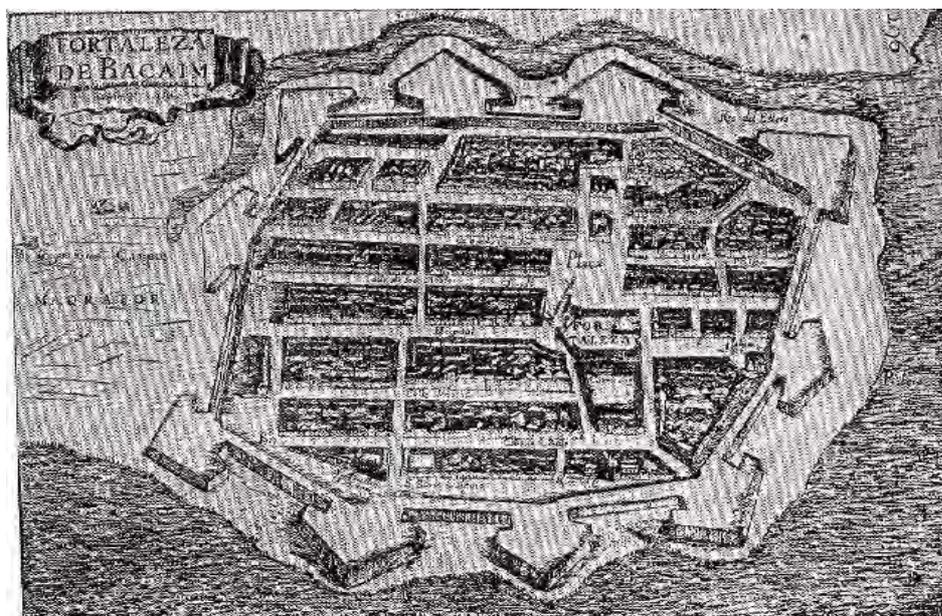


Fig. 5.7: A cidade de Baçaim, Índia – fundada pelos portugueses em 1535, em planta elaborada por Faria e Sousa em 1666. Sua estrutura, similar a de Damão também se classifica como derivada do urbanismo renascentista. Fonte: Chicó, 1956.

No caso da urbanização no Brasil, a situação apresenta-se diferenciada, como será visto a seguir. Apesar da contemporaneidade da experiência urbanística portuguesa no Brasil com os tratados renascentistas e, mesmo com as experiências na Índia, não foram produzidos, aqui, espécimes urbanos diferenciados da tradição urbanística portuguesa medieval.

5.1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Tradicionalmente, a tomada de posse do território hoje brasileiro pelos portugueses se deu aos 22 de abril de 1500. Algumas expedições foram realizadas em 1501, 1503 e 1516-19 (VAINFAS et al., 2000), mas durante 32 anos, a ocupação no Brasil se limitou a poucas feitorias espalhadas pela costa⁸³ que, segundo Santos (1969, p. 72) não podem ser tomadas por assentamentos urbanos devido à sua precariedade e porque não apresentavam os elementos físicos e sociais característicos de um assentamento urbano, por menor que fosse (Braga, 1994). Isso devido à pouca importância inicial da colônia e, principalmente pelo fato de não terem sido encontrados minerais e pedras preciosas nas regiões exploradas do litoral. Tais feitorias sequer foram a origem de vilas e cidades posteriores, desaparecendo por completo e sendo hoje localizadas apenas através de escavações arqueológicas, como foi o caso da feitoria de Pernambuco, estabelecida em 1516 e abandonada a partir de 1535 (MENEZES, 1998).

Em 1532 o sistema de capitânias hereditárias, já utilizado nas ilhas da Madeira e Açores desde o século XV (VIEIRA, 1992; VAINFAS et al., 2000), foi decidido para o Brasil por Dom João III que buscava uma solução para a ocupação das terras brasileiras, constantemente assediadas por corsários e piratas, principalmente franceses. Antes da doação das capitânias, iniciada em 1534, Martim Afonso de Souza fundou São Vicente em 1532, constituindo-se no primeiro núcleo urbano do Brasil, em terras hoje do estado de São Paulo. Não há registros da vila original, destruída por um maremoto ou grande ressaca em 1542. Segundo a tradição, foi fundada em 22 de janeiro de 1532 e em agosto do mesmo ano teve erguido o seu pelourinho e sua casa de câmara (LEME, 2004), repetindo procedimentos já conhecidos dos portugueses desde a Nacionalidade.

Em 1534, Dom João III iniciou a doação das capitânias hereditárias tendo “como modelo, o antigo senhorio português de fins da Idade Média” (VAINFAS et al., 2000, p.92). O sistema dava ao donatário, entre outros privilégios, o de fundar vilas, ficando a fundação de cidades como prerrogativa real. Reis (1995, p. 17) afirma que:

⁸³ As mais importantes foram: a Feitoria da baía da Guanabara (1503-04); a Feitoria de Cabo Frio (1504); a Feitoria de Pernambuco (1516); a Feitoria de Itamaracá (1526) (VAINFAS et al., 1999).

“A política urbanizadora adotada pelo governo português refletiu sempre, com coerência, as diretrizes desse processo de colonização. Concentrou investimentos e apoio técnico nas cidades construídas em territórios da Coroa. Nos demais, deixou as iniciativas aos donatários das capitanias e à própria população. Os donatários, autorizados pelos forais a criar vilas nos territórios das capitanias, agiram como empresários e transferiram aos colonos o custo maior desses investimentos. Como todos os pioneiros, esses reproduziram com economia de meios os modestos padrões das vilas portuguesas, das quais em sua maior parte eram originários. Sem planos, sem diretrizes específicas, de início as vilas nada tinham das características das cidades hispano-americanas e da ordem formal, imposta pelas Ordenações Filipinas⁸⁴.”

O autor admite que não há um modelo de urbanização específico para o Brasil. O que se observa é que, nas vilas fundadas neste período, todas geradas segundo iniciativas particulares, o modelo básico é o mesmo das cidades portuguesas medievais. Não há qualquer evidência de que tais vilas tenha tido qualquer inspiração nos ideais renascentistas, permanecendo “deeply rooted in the history of Portuguese urbanism”⁸⁵ (FERNANDES, 1995, p. 112), ou como diz Calmon (2002, p. 3) baseadas numa “faculdade de mimetismo” típica dos portugueses.

Como neste período o Brasil não existia como estado ou nação, não faz sentido falar em “cidades brasileiras”. A expressão cunhada por Santos (1968, p. 5) “cidades portuguesas do Brasil” será usada pela explicação simples e precisa do autor, que se atém mais à questão urbanística que política:

“As cidades do Brasil colonial, posto que se diferenciem, por muitos aspectos, das que Portugal erigiu em seu solo metropolitano e em Marrocos, África meridional e Ásia, conservaram, sob as mais diversas condições, o cunho inequívoco da mãe-pátria, que as características regionais não conseguiram apagar; e podem, por isso, a justo título, ser consideradas antes como cidades portuguesas do Brasil do que como cidades brasileiras.”

Adiante serão analisados dois momentos do processo de urbanização da colônia – entre 1532, ano da fundação de São Vicente e 1580, ano do início da União Ibérica e do uso progressivo das *Leyes de Índias* (1573) no Brasil-colônia e entre 1580 e 1640, ano da Restauração portuguesa e da progressiva centralização administrativa da colônia. Na verdade, as subdivisões do recorte temporal estão balizadas por acontecimentos que influenciam diretamente na maneira de urbanizar o Brasil, a partir de ações diretas e indiretas. No caso de

⁸⁴ O autor confunde aqui as Ordenações com as *Leyes de las Índias*. Aquelas, como as anteriores Afonsinas e Manuelinas, não tratam da forma da cidade, enquanto estas preconizam localização, forma. Largura de ruas e praças, etc.

⁸⁵ “profundamente ligadas à história do urbanismo português”.

1532, fundação de São Vicente, observa-se uma atitude quase precipitada na fundação da vila que teria de ser relocada alguns anos mais tarde, devido à pressa em se estabelecer uma cabeça-de-ponte para o início da colonização que fosse mais sólida que as feitorias, mas que, vai sofrer muito cedo as conseqüências de uma escolha insensata para o sítio, porque destituída de um plano claro e definido pela Coroa. Já em 1580, Portugal e suas colônias caíram sob o domínio espanhol, o que resultou no uso progressivo da legislação colonial hispânica acerca da fundação e forma das vilas e cidades, em especial as *Leyes de Indias*, publicadas em 1573, tornando estas atitudes um pouco mais estruturadas, mas não tanto quanto nas demais colônias espanholas da América, apesar de definirem com clareza a forma e localização das cidades em *Libro IV, Título VII – De la población de las Ciudades, Villas y Pueblos*. Por fim, em 1640, Portugal conseguiu reaver sua independência em relação à Espanha e elaborou uma reestruturação do seu modelo administrativo colonial⁸⁶, buscando uma maior centralização e aumentando sua preocupação com o processo de urbanização, o que gerou a partir daí, mas principalmente a partir do final do século XVII, vilas e cidades com uma forma urbana regular, associando morfologia e legislação urbana no controle de sua população (REIS, 1969; DELSON, 1997).

5.2. A URBANIZAÇÃO ENTRE 1532 E 1580

Entre 1532 e 1549, anos de fundação, respectivamente da vila de São Vicente e da cidade de Salvador, não foram encontradas, até o momento, nenhum documento que comprove qualquer evidência de definição na forma urbana das primeiras vilas. Desse período, não existem mapas, plantas ou cartas que mostrem suas mais primitivas feições. Vistas esquemáticas só surgem no final do século XVI. A despeito do surgimento de “cidades reais” a partir de Salvador (1549), a forma das vilas não foi influenciada pelo urbanismo regular, mantendo seu caráter quase sempre orgânico e sua estrutura organizacional tradicional.

Sobre este período, Katinsky (1995, p. 5) adverte que o modo de se iniciar a urbanização no Brasil foi caracterizado por um experimentalismo que beirava a imprecaução quase total:

“[...] As primeiras locações ocorreram via de regra, com grande imprevidência. Abundam os casos de abandono das primeiras instalações por outras mais salubres e seguras.

O traçado destas cidades e povoações não difere uma disposição rigorosa. Lembra o desenho dos quadros, antes ordem de mosaicos, que tabuleiros de xadrez. Menos

⁸⁶ O principal órgão encarregado da administração colonial a partir de então foi o Conselho Ultramarino, criado a partir de 1642 como um sucedâneo do Conselho da Índia, criado em 1604 durante o domínio espanhol. Entre outras deliberações, o Conselho Ultramarino tinha como objetivo o controle de todas as ações e negócios da colônia (VAINFAS et al., 2000).

que régua prévia, sugerem o desenho irregular que segue o empirismo das somas furtuitas.”

Não teriam sido assim as primitivas fundações de São Vicente, relocada depois da ressaca de 1542; Vila Velha do Espírito Santo, que antecedeu a Vila da Vitória; Rio de Janeiro, fundado duas vezes (1565 e 1567); Olinda, antecedita pela Feitoria de Pernambuco e por Igarassu e Salvador, antecedita pela Vila Velha do Pereira?

Por seu turno, Portas (2000, p. 165) reintera que:

“Os desígnios lusos, pelo menos até o final do século XVI, continham incertezas estratégicas que aconselhavam os povoadores e seus *arruadores* a ir fazendo a cidade por partes (por reformas e adições), em situações onde a forte especificidade dos sítios, uma vez escolhidos, se impunha à opção, à cabeça, de uma forma geral e, talvez por isso, se diz que resultaram *tão portuguesas*.”

Quanto à legislação, Marx (1999, p.35), comenta:

“Foram muito ligeiras, genéricas e dispersivas as ordenações que incidiam ou podiam influir sobre a modelagem do espaço urbano, fazendo-o sobretudo diretamente, no que diz respeito às sempre delicadas relações entre os vizinhos e ao direito de construir por um lado, e por outro, indireta mas decisivamente, em relação à apropriação da terra.”

Acrescenta ainda o autor que a realidade da legislação urbana (se pode ser assim chamada) era a postura municipal – mas mesmo essa, não teve força para *ordenar* a regularização da forma de sua vila ou cidade.

Entre 1549 e 1580, surgiram cidades com as mais variadas formas e objetivos, mas não se encontraram planos pré-definidos de ocupação territorial e de estruturação formal das cidades. Há um aparente predomínio de formas mais regulares para estas cidades que, coincidem com as experiências de ocupação dos territórios ao norte da colônia, iniciados com a fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves em 1585 (hoje João Pessoa), já sob a égide da União Ibérica.

Listando as cidades surgidas neste período temos, por ordem cronológica⁸⁷:

- Vila de São Vicente, 1532 – Capitania de São Vicente, hoje Estado de São Paulo;
- Vila de Igarassu, 1535 – Capitania, hoje Estado de Pernambuco;
- Vila do Espírito Santo (hoje Vila Velha do Espírito Santo), 1535 – Capitania, hoje Estado do Espírito Santo;

⁸⁷ Cidades que pretendem terem sido fundadas antes de 1532 ou antes da doação das capitanias hereditárias (1534) não serão levadas em conta.

- Vila de Olinda, foral de 12 de março de 1537 – Capitania, hoje Estado de Pernambuco;
- Recife, citado no foral de Olinda de 12 de março de 1537 – Capitania, hoje Estado de Pernambuco;
- Vila de Nossa Senhora da Conceição (hoje, Vila Velha de Itamaracá), entre 1537 e 1540, aproximadamente – Capitania de Itamaracá, hoje parte do Estado de Pernambuco;
- Cidade de São Salvador, 1549 – Capitania, hoje Estado da Bahia;
- Vila de Santo Amaro, 1557 – Capitania, hoje Estado da Bahia;
- Vila de São Jorge dos Ilhéus, 1536 – Capitania de Ilhéus, hoje Estado da Bahia;
- Vila de Santo André da Borda do Campo, 1553 (extinta em 1560) – Capitania de São Vicente, hoje Estado de São Paulo.
- Vila de São Paulo de Piratininga, 1554 – Capitania de São Vicente, hoje Estado de São Paulo;
- Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1565 e 1567 – Capitania de São Vicente, hoje Estado do Rio de Janeiro;

Dessas, apenas Salvador surge com uma forma regular. O Rio de Janeiro, fundado após Salvador inicia sua ocupação de forma orgânica em uma elevação (o Morro do Castelo) para só depois, anos mais tarde, se desenvolver com certa regularidade na “várzea” (ABREU, 2007). As demais vilas, fruto de iniciativas particulares dos donatários, de seus prepostos ou mesmo dos jesuítas (São Paulo), vão surgir e se desenvolver segundo os processos vernaculares do urbanismo português.

5.3. A URBANIZAÇÃO ENTRE 1580 E 1640

A União Ibérica, efetuada a partir de 1580 entre Espanha e Portugal vai trazer uma série de mudanças administrativas para o Brasil. Se no reinado de Filipe II quase nada mudou no que tange à administração da colônia, a partir de 1598, com Filipe III, a intromissão espanhola no Brasil começa a ser sentida (VAINFAS et al. 2000; SERRÃO 2001), inicialmente com o uso das *Leyes de las Índias* (1573) – com seu capítulo destinado ao ordenamento das vilas e cidades e das Ordenações Filipinas em 1603, corpo central de leis que deveriam controlar todas as atividades do reino e suas colônias, mas que não chegam a alterar significativamente o texto de suas predecessoras. Se num primeiro momento nada parece mudar no que tange à cidade colonial, a partir da experiência de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa (1585) a progressiva centralização administrativa vai, tornando a forma urbana mais racional, mesmo que as matrizes não sejam propriamente renascentistas e sim mais afeitas ao urbanismo

regular medieval, mantendo as relações típicas indivíduo-espço características da urbanística portuguesa. Pode-se dizer que, por influência da legislação espanhola, a forma urbana tenderá a algo mais ordenado, mas que tal afirmação não pode, em nenhum momento ser generalizada e tomada como um processo de “evolução” definitivo da forma urbana na colônia que, deixará de uma vez por todas a organicidade e se tornará cartesiana em toda e qualquer situação a partir de então como foi preconizado por certos autores (REIS, 1968; DELSON, 1997).

Há que esclarecer que a modificação progressiva da forma urbana, numa tendência ao cartesianismo parte não de uma idéia de reforma urbana, mas sim de um progressivo aumento do controle administrativo, que iniciado durante a União Ibérica, vai prosseguir após a retomada da independência por Portugal a partir de 1640 (DELSON, 1997; VAINFAS et al., 2000).

As causas dessa centralização estavam nas constantes invasões à colônia, principalmente a invasão e domínio holandês nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (1630-1654) e derrocada final do sistema de capitanias hereditárias, que foram sistemática e definitivamente retomadas pela dinastia de Bragança tendo suas administrações substituídas por agentes da Coroa, que, se não mudam a forma urbana das cidades e vilas mais antigas foram, progressivamente fundando novas com uma feição mais ordenada quando isto é do interesse de Portugal, o que ocorre, geralmente a partir do final do século XVII e que atendiam a três situações onde o controle administrativo se refletia no controle da forma urbana (Neves, 2003, p.39-41):

“1) Fronteiras: a Coroa portuguesa, principalmente após a restauração em 1640, vai estabelecer uma rede de vilas e/ou fortificações ao longo das fronteiras com as colônias espanholas, inglesas e francesas desde o Amapá até o Rio Grande do Sul. Os núcleos surgidos aí deverão demonstrar organização, regularidade no traçado e nas construções [...]

2) Regiões de conflito: ao final do século XVII, principalmente no Nordeste (Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte), uma série de conflitos envolvendo sesmeiros, índios e quilombolas resultará na necessidade da coroa de impor a lei naquela região – esta lei, sob a forma de uma administração melhor organizada, que chegará para manter o controle da sociedade a todo custo, se traduzirá fisicamente em vilas de planta regular, onde até o gabarito e o número de portas e janelas de cada edificação será determinado por alvarás régios.

3) Regiões de mineração: com a descoberta das minas de ouro e mais tarde de diamantes nos atuais territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir do final do século XVII e início do século XVIII, vão surgir uma série de núcleos urbanos, muitos deles a partir da fusão de vários arraiais, que serão posteriormente

reordenados para, novamente, traduzir fisicamente a autoridade da Coroa. Alguns, como Mariana e Cuiabá, nascidos de forma ‘espontânea’, terão projetos de retificação e ordenamento como forma de mostrar o poder das autoridades portuguesas sobre a sociedade local.”

Dentre as principais cidades surgidas no Brasil colônia entre 1580 e 1640 estão:

- Cidade de Nossa Senhora das Neves, depois Filipéia (hoje, João Pessoa), 1585 – Capitania, hoje Estado da Paraíba;
- Povoação de Goiana, década de 1580 – Capitania de Itamaracá, hoje no Estado de Pernambuco;
- Cidade de São Cristóvão, 1590, 1595-96, 1603-1607 – Capitania de Sergipe Del Rei, hoje Estado de Sergipe;
- Vila do Natal, 1599 – Capitania do Rio Grande, hoje , Estado do Rio Grande do Norte;
- Vila Madalena de Sumaúma (Vila das Alagoas, hoje, Marechal Deodoro), 1611 – Capitania de Pernambuco, hoje Estado de Alagoas;
- Povoação (1614) depois Vila (1627) Formosa de Sirinhaém – Capitania, hoje Estado de Pernambuco;
- Cidade de São Luís, 1615 – Capitania, hoje Estado do Maranhão;
- Cidade de Belém, 1616 – Capitania, hoje Estado do Pará;

5.4. AS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS, FUNCIONAIS E SINTÁTICAS DAS CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL

Este tópico tem por objetivo a análise das cidades portuguesas no Brasil com base nos dez exemplares mais significativos estabelecidos no Capítulo 2. A análise se dá através da história, forma urbana, análise dos elementos constituintes e através de algumas propriedades sintáticas, tal como foi feito anteriormente com as cidades portuguesas.

Não houve intenção de privilegiar formas orgânicas ou ordenadas. O interesse é no sentido da busca do funcionamento das cidades, se dentro dos ditames tradicionais portugueses ou se baseados em novas experiências só possíveis na colônia.

As cidades (ou vilas, à época) analisadas são as que seguem. As informações ressaltam apenas os aspectos históricos, morfológicos e sintáticos necessários às análises:

1. João Pessoa⁸⁸

Localização: litoral do Nordeste do Brasil, antiga Capitania Real da Paraíba, criada em 1574.

Função na rede urbana colonial: a Cidade de Nossa Senhora das Neves foi fundada em 1585 por Martim Leitão com o intuito de colonizar e defender parte do antigo território da capitania de Itamaracá, deixada à própria sorte por seus donatários e capitães-mores ao longo do século XVI (MOURA, 2007).

Posteriormente rebatizada como Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1588 já sob o domínio dos Filipes de Espanha e das *Leyes de Indias*, possui uma estrutura regular, mas que não forma *damero* típico das cidades coloniais espanholas, nem mesmo uma estrutura como a Cidade Alta de Salvador ou a “várzea” do Rio de Janeiro. Cidade de dimensões extremamente reduzidas, possuía apenas seis ruas: as ruas Nova e Direita, paralelas entre si e mais quatro ruas perpendiculares às duas primeiras. A cidade tinha sua estrutura balizada pelo convento franciscano num extremo e o Colégio Jesuíta do outro, além de outras estruturas religiosas que, praticamente, cercam a cidade – a Matriz de Nossa Senhora das Neves, Misericórdia, convento do Carmo, obedecendo a uma estrutura simplificada de posicionamento dos edifícios religiosos na periferia do espaço urbano.

Ao que parece, a escolha mais sensata do sítio – uma área alta e reletivamente plana – busca uma adequação clara de experiências satisfatórias anteriores e as premissas das *Leyes de Indias*. Há que considerar que, de fato, seu desenho primordial não encontra similar nas cidades coloniais do período, mas a escolha do sítio e a distribuição de suas funções – civis, religiosas e privadas não difere do modo de funcionamento das demais cidades do período, nem de suas matrizes portuguesas.

A análise sintática da planta holandesa revela inclusive que, para além do núcleo original, a cidade vai-se desenvolver segundo caminhos mais orgânicos e que se adaptam claramente às condições topográficas locais, desprezado o modelo inicial de ruas paralelas ligadas por travessas perpendiculares, substituídos por ruas surgidas de antigos percursos-matrizes, já insinuados na planta holandesa de 1657 e que estruturaram a cidade nos séculos posteriores (Fig. 5.8 e 5.9).

⁸⁸ Os nomes de João Pessoa por ordem cronológica foram: 5 de agosto de 1585 a 1588 – Cidade de Nossa Senhora das Neves; de 1588 a 1634 – Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem a Filipe II; de 1634 a 1654 – Fredrickstadt ou Cidade Frederícia; de 1654 a 1817, Cidade de Nossa Senhora das Neves; de 1817 a 1930 – Cidade da Parahyba e, finalmente, de 4 de setembro de 1930 até a atualidade, João Pessoa, em homenagem ao presidente do Estado assassinado no Recife em 26 de julho de 1930.

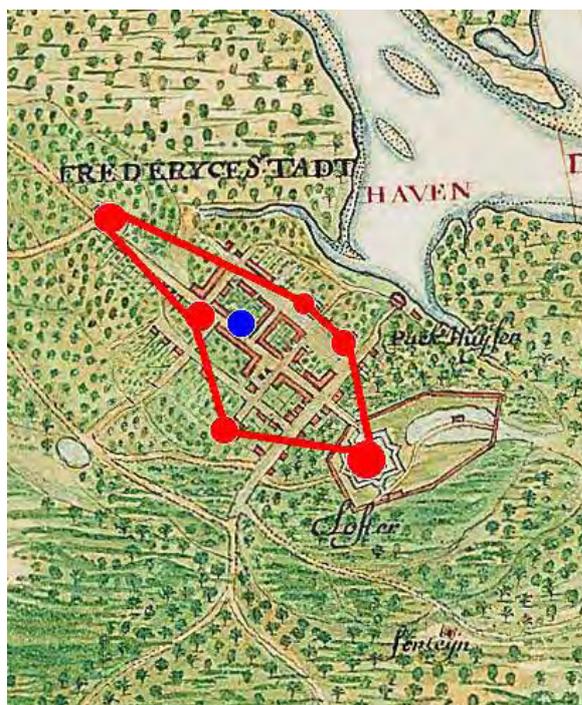


Fig. 5.8: Apesar de seu caráter linear e de uma pretensa regularidade, os elementos típicos das cidades portuguesas estão presentes em João Pessoa, inclusive o quase sempre presente polígono formado pelos edifícios religiosos que controlam a cidade. O círculo em azul indica a casa de câmara e cadeia. Fonte: Desenho do autor sobre o mapa holandês *Frederica Civitas* (1647), publicado por Reis (1999), 2008.

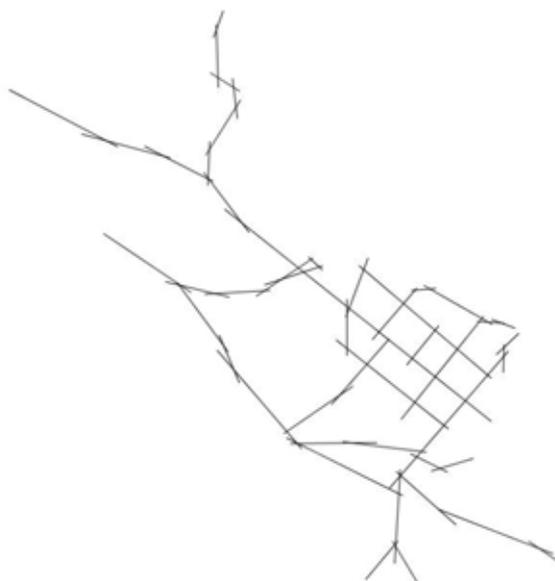


Fig. 5.9: O mapa axial de João Pessoa ao tempo da ocupação holandesa – o pequeno núcleo regular começa a ser envolvido por uma trama de caminhos orgânicos que definirão a futura estrutura da cidade. Fonte: Desenho do autor, 2008.

4. Olinda

Localização: Litoral do Nordeste do Brasil, na antiga Capitania de Pernambuco.

Função na rede urbana colonial: Olinda foi fundada como sede da Capitania de Pernambuco e foi um dos principais núcleos urbanos do primeiro século da colonização, rivalizando apenas com Salvador em importância.

Origem e desenvolvimento: a Capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho em 1534, pelo rei Dom João III. O donatário tomou posse das terras em 9 de março de 1535, no local hoje conhecido como Sítio dos Marcos, onde instalou o marco de posse e o marco divisório entre Pernambuco e Itamaracá. Após sua chegada, tratou de fundar a Vila de Igarassu, o que deve ter acontecido entre março e setembro de 1535. Verificando que o sítio onde ergueu Igarassu não era muito propício para sede da capitania, resolveu, escolher uma elevação 24,0 km ao sul e lá iniciou a construção da Vila de Olinda (CAVALCANTI, 1986).

A primeira menção escrita à Vila de Olinda encontra-se no chamado Foral de Olinda, datado de 12 de março de 1537 (CAVALCANTI, 1986; OLIVEIRA, 1996). O documento original perdeu-se durante a invasão holandesa – conhecem-se cópias posteriores que carregam uma série de dúvidas acerca da veracidade de certas informações contidas no documento, mas, ao mesmo tempo são as mais antigas referências à estrutura da vila (CAVALCANTI, 1986).

A localização da vila, surgida em um morro, segue as tradições celtibera (POWELL, 1965; ALARCÃO, 1999, 2002) e muçulmana (GASPAR, 1968; GOITIA, 1989), contrariando a idéia romana e renascentista de cidade, localizada na planície, regular e com um sistema defensivo baseado já na pirobalística.

Uma das primeiras atitudes tomadas pelo donatário foi a definição de uma praça no alto do morro onde ergueu sua “torre” e, onde, alguns anos depois erigiu a matriz do Salvador do Mundo (hoje, Sé) e a casa de câmara e cadeia (MELLO, 1997; MENEZES, 1998). Esse núcleo inicial foi circundado pelos lotes doados aos seus parentes e agregados, formando a estrutura inicial da Vila, que, partindo da praça no alto do morro, gerava uma rua até a igreja e hospital da Misericórdia e daí, descia até o Varadouro, lugar da atracação dos barcos. O núcleo urbano de Olinda já nasce com a intenção de sede da capitania, mas mesmo assim, não há qualquer evidência que a vila tivesse um desenho prévio, crescendo em função das necessidades econômicas e populacionais. Os elementos tradicionais do espaço urbano português vão surgindo ao longo do seu desenvolvimento. A Vila se desenvolve entre 1537 e 1630 impulsionada pela produção açucareira, sendo este, o período áureo do seu crescimento, definindo o sítio histórico tal como se conhece hoje.

Seu sítio primitivo está localizado no morro onde se construiu a residência do donatário, a casa de câmara e cadeia e a igreja-matriz. Alguns textos dão a entender que esta praça era cercada por uma paliçada para proteção contra o ataque dos Caetés, caracterizando-a como uma alcáçova tradicional, principalmente pela “torre” do donatário que, segundo alguns historiadores teria a configuração de um castelo português com sua torre de menagem e que teria subsistido até o início do século XVII (MELLO, 1997; MENEZES, 1998). A configuração topográfica permitiu inclusive que a disposição urbana resultasse em algo similar a Lisboa, com toda a área urbana se desenvolvendo “à frente” do morro principal, deixando a parte de trás livre para retiradas de emergências. Mas tarde, no início do século XVII, Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Brasil, criticaria a localização de Olinda, dizendo ser ela “não bem situada pelos antigos” (1984, p. 199) e que Mello (1984, p. 233) analisa da seguinte forma:

“Pouco mais de 70 anos bastaram para uma visão crítica da localização da Vila de Olinda. Nesses anos ficou para trás a decisão ainda medieval da defesa por meio da altura, que foi a de Duarte Coelho ao escolher um oiteiro para situar a sede do seu governo. O sargento-mor mostra a inconveniência do desnível topográfico da Vila.”

Vale a pena lembrar que esta mesma “inconveniência” seria usada na fundação de cidades posteriores a Olinda, como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e João Pessoa, mostrando que havia uma lógica estruturadora nesta localização como aborda Menezes (1998).

Apesar de sua importância, o Recife não será tratado aqui, considerando apenas o tecido da então vila de Olinda, mas vale a pena salientar que, mesmo a situação Recife-Olinda, vila mais “arrabalde” distante não surgiu aqui: é possível citar o caso de Santarém em Portugal, onde o arrabalde portuário da Ribeira “que devido à topografia muito acidentada nunca se uniu ao núcleo principal” (GASPAR, 1985, p. 139) (Fig. 5.10 e 5.11).



Fig. 5.10: Planta de Olinda c. 1630, da coleção do *Algemeen Rijksarchief*, Haia, sem autor. O polígono e os círculos em vermelho indicam respectivamente, o esquema de controle definido por conventos e igrejas e a posição desses edifícios religiosos. Os círculos azuis indicam, à esquerda a alfândega e, à direita, a casa de câmara e cadeia . Fonte: Desenho do autor sobre original apresentado por Reis (1999), 2008.



Fig. 5.11: O mapa axial de Olinda – a estrutura urbana é um processo de adaptação à topografia, resultando em uma malha deformada para vencer as curvas de nível do terreno. Fonte: Desenho do autor, 2008.

4. Rio de Janeiro

Localização: Litoral do Sudeste do Brasil, na antiga Capitania Real do Rio de Janeiro.

Função na rede urbana colonial: segunda cidade fundada na colônia, tinha uma função eminentemente defensiva, pois seu território foi inicialmente ocupado por franceses que ameaçavam a posse da terra pelos portugueses.

Fundada como cidade em 1565 no morro Cara de Cão, foi, refundada em 1567 quando a cidade foi transferida para o morro do Descanso, de São Januário ou do Castelo, como ficou conhecido, apresentava sua própria “alcáçova” (demolido em 1922), que por sua própria denominação já denota um certo anacronismo (MELHEM; NONATO, 2000). A “cidade” fundada no morro tinha todos os elementos das vilas portuguesas com toda a sua estrutura típica: fortificações, casario, sé, casa de câmara e “muralha” ao redor (FRIDMAN, 1999; ABREU, 2007). Ao final do século XVI, uma “almedina” regular vai aos poucos sendo traçada na várzea abaixo do morro e paralela à praia.

No século XVII, a várzea é inteiramente ocupada com um traçado regular, interrompido e balizados pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Estes morros são ocupados por ordens religiosas que definiriam o polígono de controle religioso da cidade. Tal como Lisboa, o centro do poder inicialmente se localizava na alcáçova, no caso, o Morro do Castelo, posteriormente, este desce para a várzea ou ribeira, como também ocorreu em Olinda (CRULS, 1952; SERRÃO, 1965) (Fig. 5.12 e 5.13).

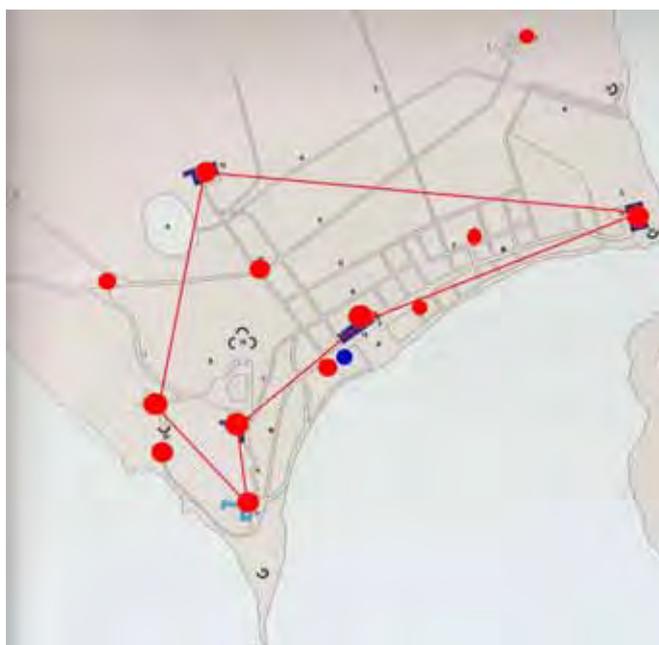


Fig. 5.12: O Rio de Janeiro no início do século XVII. A cidade já havia descido o morro do Castelo e começava a ocupar a várzea com uma estrutura urbana regular, mas balizada pelos morros onde se encontravam as ordens religiosas, para o devido controle. Fonte: Desenho do autor sobre planta de Teixeira; Valla (1999), 2008.

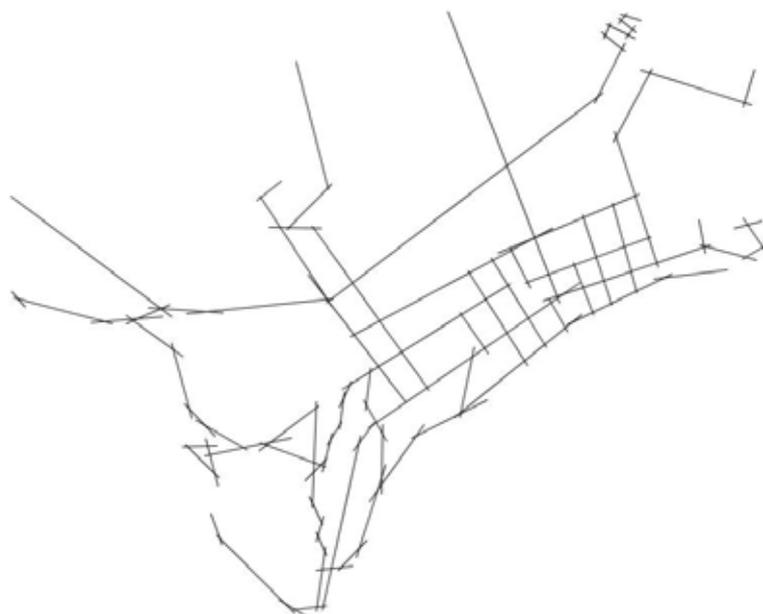


Fig.5.13: O mapa axial do Rio de Janeiro indica uma alcáçova irregular no morro do Castelo, caminhos que não levam adiante o traçado regular da “várzea” e uma ocupação viária que obedece a linha da costa. Fonte: Desenho do autor, 2008.

5. Salvador

Localização: Litoral do Nordeste do Brasil, antiga Capitania da Bahia de Todos os Santos.

Função no sistema urbano colonial: primeira capital da colônia (1549), erguida após o fracasso das capitanias hereditárias e com caráter definido para ser a sede do poder na colônia. Foi escolhida para ser fundada na capitania da Bahia de Todos os Santos, doada em 5 de abril de 1534 a Francisco Pereira Coutinho, cuja administração fracassou como a da maioria das capitanias devido a uma série de razões, entre elas: o descaso e incompetência administrativa dos donatários e o constante assédio dos índios (VAINFAS et al., 2000).

Origem e desenvolvimento: A fundação da Cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos foi estabelecida pelo regimento que Dom João III entregou a Tomé de Sousa, contendo as premissas para a fundação da cidade e que, em seu próprio texto revela a generalidade – não está definido o sítio da cidade e precariedade do empreendimento – a cidade seria erguida com o que se dispunha e não com o que ela deveria ser erguida, ao admitir que:

“[...] Ordenei ora de mandar fazer nas ditas terras uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações [...]

E, portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica e terra vejais com pessoas que o bem entendam o lugar mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que se possa bem defender [...] e deve ser em sítio são e de bons ares e que tenha abundância de águas e porto [...] e não se achando na terra aparelho para se a

dita fortaleza fazer de pedra e cal, far-se-á de pedra e barro ou taipais ou madeira ou como melhor puder ser [...].”

(Regimento dado a Tomé de Sousa, Primeiro governador-geral do Brasil por Dom João III em 17 de dezembro de 1548 in: DIAS, 1924, p. 345-350)

Ou seja, a cidade, a despeito das “traças e amostras” (Regimento, p.2) que trouxe consigo Tomé de Sousa, nasce sob a égide do imprevisto: faz-se da maneira que é possível, onde for melhor, baseada em algo previamente conhecido.

L. Cardoso (2007, p. 27) afirma que Luís Dias, ao contrário das simples traças e amostras traz consigo um projeto elaborado por Miguel Arruda, sem citar fonte nem localização de tal documento:

“estruturou a cidade em dois níveis, de acordo com o modelo comum à tradição portuguesa: a ‘cidade baixa’, com funções comerciais e portuárias, e a ‘cidade alta’, de maior dimensão, concentrando de maneira mais intensa as funções administrativas, religiosas e residenciais”.

A despeito de seu núcleo primitivo ser regular, sua implantação numa elevação revela a tradição medieval da altura como elemento de defesa – sua implantação é equivalente à do Porto, por estar próximo à água e em sítio elevado, mas o desenho evoca Monsaraz, pela regularidade e a praça única inicial (FLEXOR, 2001). A cidade foi fundada prevendo sua expansão apenas na parte alta, com um formato “trapezoidal irregular” (TEIXEIRA; VALLA, 2000, p. 224), mas já no início do século XVII inicia sua descida do morro, pela atração gerada pelo porto, formando a cidade baixa com uma estrutura orgânica. Seu desenvolvimento posterior, tanto na parte superior quanto na inferior foi orgânico, mostrando uma permanência do modo de fazer cidades lusas e descartando o desenho regular, por falta, entre outras coisas, de controle por parte da administração. As ruas, além do plano original de Luís Dias, situadas entre a porta de Santa Luzia e porta do Carmo, começaram, naturalmente, a se adaptar à topografia, como acontecia com as cidades portuguesas tradicionais (Fig. 5.14, 5.15 e 5.16).



Fig. 5.14: *Cidade do Salvador – 1624*, planta de Salvador de autoria de Henry Hondius (1625) já mostra a periferia da cidade ordenada cercada por caminhos que indicam uma organicidade totalmente em desacordo com o desenho original. Fonte: Reis, 2000.



Fig. 5.15: A cidade de Salvador no início do século XVII – mesmo com uma traça regular, a cidade apresenta estrutura baseada nas cidades portuguesas: erguida em terreno elevada, murada, e com a estrutura de edifícios religiosos (círculos vermelhos) a circundar a cidade. Os círculos azuis marcam os edifícios públicos. Notar o triângulo formado pelo palácio do governador, casa de câmara e cadeia e a casa da fazenda. Fonte: Desenho do autor sobre original de Teixeira; Valla (1999), 2008.

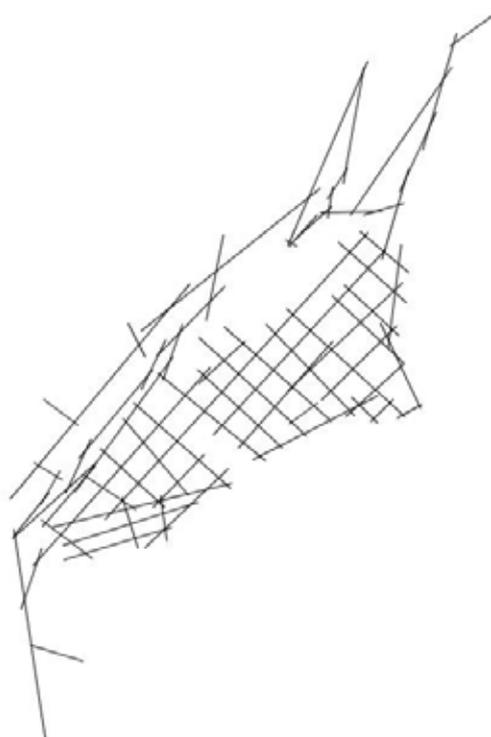


Fig. 5.16: O mapa axial de Salvador – envolvendo o tecido regular, já se formam os primeiros caminhos que levam à cidade baixa, ajustados à topografia da encosta. Fonte: Desenho do autor, 2008.

7. São Luís

Localização: na ilha originalmente chamada de *Upaon-açu* (ilha grande), litoral do nordeste do Brasil, antiga Capitania do Maranhão.

Função na rede urbana colonial: fundada em 1616 após a expulsão dos franceses da região, com o intuito de ocupação da região, desenvolveu-se como uma das mais importantes cidades da região norte-nordeste.

Origem e desenvolvimento: em 1612, os franceses liderados por Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière ergueram um forte na ilha e o batizaram de *Saint Louis* em homenagem aos reis franceses Luís IX (São Luís) e Luís XIII (rei na época da fundação do forte). Desalojados em 1615 pelos portugueses liderados por Jerônimo de Albuquerque, os franceses foram definitivamente expulsos do Maranhão. Logo a seguir, aproveitando a estrutura do forte, os portugueses resolveram fundar uma cidade de traçado regular cujo projeto ficou a cargo do engenheiro Francisco Frias da Mesquita (ANDRÈS, 1998; DUARTE, 2007).

Seu sistema defensivo é baseado nos tratados renascentistas de arquitetura militar e a estrutura urbana é regular como a de uma bastide. Na realidade, há semelhanças entre a estrutura de São Luís e cidades como Damão e Baçaim, mas pode-se dizer que o binômio castelo ou

fortaleza mais tecido urbano é algo já visto na urbanística portuguesa (ZENKNER, 2005; DUARTE, 2007).

Na fortaleza original, estavam a casa de câmara e o palácio dos governadores e os principais do lugar, numa situação social encontrada em todas as cidades estudadas.

Zenkner (2005, p.311) admite que, a despeito da regularidade do traçado, “a concepção urbanística própria à cidade portuguesa está verificada pela constância na escolha do sítio em locais estratégicos próximo aos rios, da estreita relação estabelecida entre a cidade e a fortaleza [...]” . É importante observar que São Luís, apesar de um traçado inicial nitidamente regular, dialoga com a urbanística portuguesa tradicional ao se estruturar com um núcleo original que é seguido de um desenvolvimento externo a este, mas que o mantém periférico como acontece nas cidades portuguesas e em Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (Fig. 5.17 e 5.18).



Fig. 5.17: A planta de São Luís do Atlas Vingboons (c. 1640) , a cidade não possui um polígono de controle através dos edifícios religiosos que abarque o tecido como um todo, mas estão em alguns pontos de interesse: ao lado da câmara (jesuítas/sé), quase no centro do tecido urbano (carmelitas) e na periferia (Desterro). Fonte:

Desenho do autor sobre original publicado por Reis (2000), 2008.

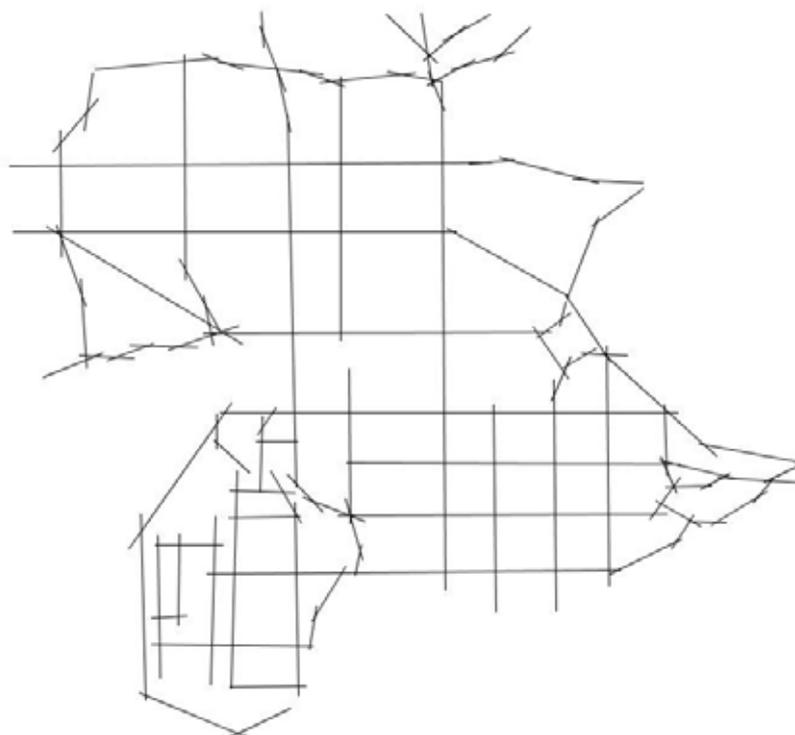


Fig. 5.18: O mapa axial de São Luís, o desenho regular original, que não contempla um *damero*, vai aos poucos sendo alterado pelos caminhos que surgem na periferia do tecido urbano e pelas barreiras naturais. Fonte: Desenho do autor, 2008.

8. São Paulo

Localização: interior do Sudeste do Brasil, antiga Capitania de São Vicente, distando, aproximadamente, 80km do litoral.

Função na rede urbana colonial: São Paulo foi a primeira vila fundada longe do litoral no século XVI. Sua função principal foi a de abrir caminho para o povoamento do interior da colônia, mas seu desenvolvimento foi extremamente reduzido no período colonial, permanecendo como um núcleo urbano de pouca importância no contexto regional até a segunda metade do século XIX (REIS, 2004).

Origem e desenvolvimento: Fundado em 25 de janeiro de 1554, sobre um morro entre os rios Anhagabaú e Tamanduateí, o Colégio de São Paulo do Campo de Piratininga surgiu sob a égide jesuítica, através da iniciativa do padre Manuel da Nóbrega e de alguns outros padres.

A escolha do sítio mais alto da região para o colégio segue as experiências anteriores de Salvador (1549) e Olinda (1551). Segundo A. Porto (1992, p. 10), a “incipiente povoação” surge quase que imediatamente ao redor do Colégio, sendo logo cercada pelos colonos e índios amigos como os liderados pelos chefes Tibiriçá e Caiubi.

A cerca original possuía quatro portas, que eram os términos de quatro caminhos que partiam do colégio. Cada caminho deu origem mais tarde a importantes artérias da cidade:

“...um em direção à morada de Tebiryçá e ao Guarepe, para os lados do atual bairro da Luz, e ia margeando um barranco (as atuais ruas 15 de Novembro e Florêncio de Abreu); outro caminho seguia em direção ao vale do Anhangabaú e à aldeia de Pinheiros, começando pela atual rua Direita; um terceiro caminho ligava o colégio à taba do chefe índio Caiuby, e daí seguia para o Caminho do Mar; e finalmente outro caminho para os lados de Virapoeira (Ibirapuera), hoje ruas da Liberdade e Vergueiro”.

(PORTO, A., 1992, p. 10)

Posteriormente a paliçada original foi substituída por uma muralha em taipa que teria durado até o início do século XVII (A. PORTO, 1992; TAUNAY, 2003, REIS, 2004).

Em 1558, a povoação foi elevada à Vila de São Paulo de Piratininga. Dois anos depois, em 1560, o governador Mem de Sá extingue a Vila de Santo André da Borda do Campo exigindo que toda a sua população se transfira para São Paulo.

A primeira “casa do Concelho” começou a ser construída em 1575, mas em 1579 não havia na vila “edifício algum que servisse de prisão permanente” (TAUNAY, 2003, p. 51). Só em 1596 a casa de câmara e cadeia foi concluída (PORTO, A., 1992).

Devido à sua precária importância no contexto colonial, a vila de São Paulo teve um desenvolvimento físico bastante reduzido em seu primeiro século de existência. Do ponto de vista morfológico, a vila tende a um desenvolvimento orgânico e a ser delimitada por seu muro e pelos conventos das ordens religiosas.

A Vila possuía uma forma mais ou menos similar a de Olinda: uma “alcáçova” – ocupada pelo colégio, matriz e casa de câmara, limitada em sua parte traseira pela encosta e pelo Tamanduateí e uma “almedina” que descia em direção ao Anhangabaú, balizada por suas igrejas e conventos (Fig. 5.19 e 5.20).

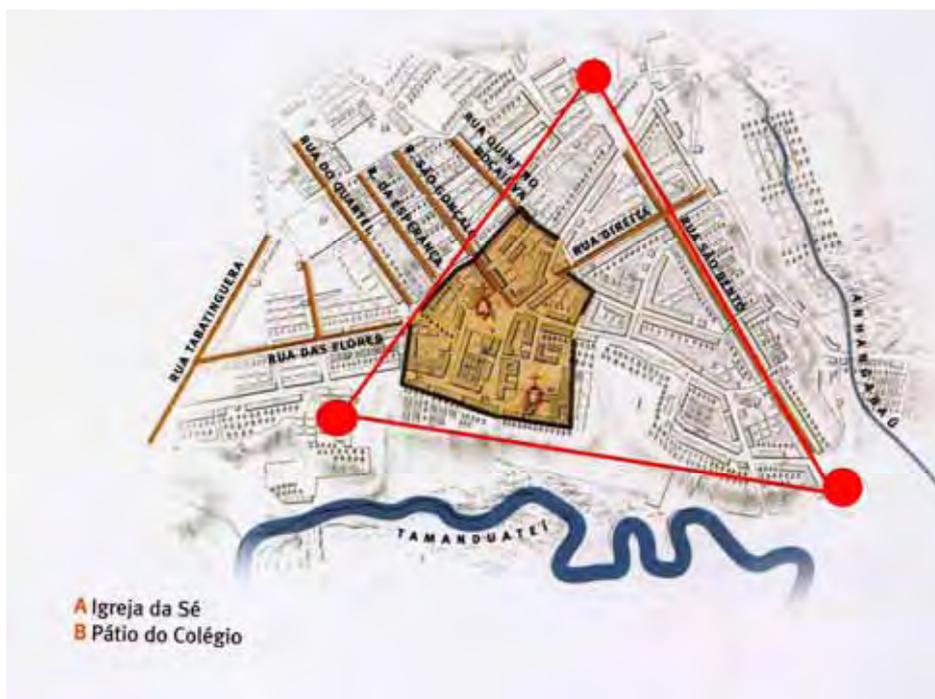


Fig. 5.19: São Paulo do início do século XVII, segundo Reis (2004). A cidade é cercada pelo famoso “triângulo” formado pelos conventos do Carmo, de São Bento e de São Francisco, marcados pelos círculos em vermelho.

Fonte: desenho do autor sobre original de Reis (2004), 2008.

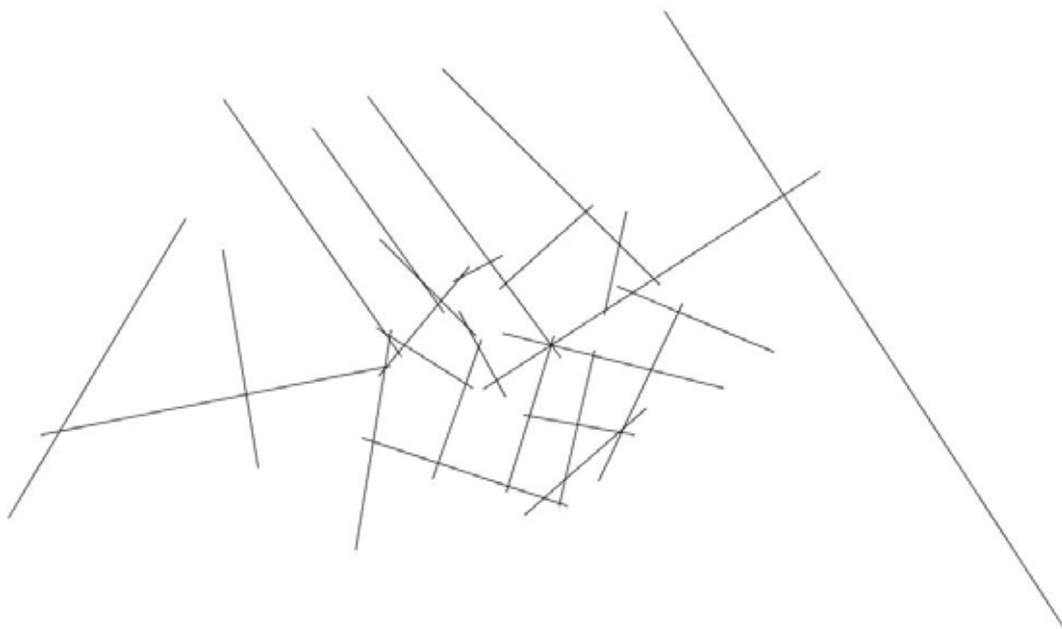


Fig. 5.20: O mapa axial de São Paulo – a vila, no início do século XVII seria formada por um núcleo muito pequeno de onde partiam caminhos, ainda desconectados entre si, segundo Reis (2004). Fonte: Desenho do autor, 2008.

9. Vila de Nossa Senhora da Conceição (Itamaracá)

Localização: litoral do Nordeste, ilha de Itamaracá, Pernambuco, antiga Capitania de Itamaracá.

Função na rede urbana colonial: fundada para ser a sede da Capitania de Itamaracá, seria, até o final do século XVI o único núcleo urbano daquele território. Devido à inépcia de seus donatários, nunca chegou a se desenvolver como sua vizinha Olinda (ANDRADE, M., 1999).

Origem e desenvolvimento: A Vila de Nossa Senhora da Conceição, hoje Vila Velha, no município da Ilha de Itamaracá, foi fundada entre 1535 e 1540 como sede da Capitania de Itamaracá (RODRIGUES, V., 1972). Localizada no alto de uma colina, ao sul da ilha apresenta a estrutura similar à do morro do Castelo no Rio de Janeiro e do núcleo primitivo de Olinda. Possuía uma estrutura urbana extremamente reduzida que, ao tempo da ocupação holandesa (1634), apresentava a forma de um L dentro de uma vasta área fortificada de forma elíptica. Seus elementos urbanos apresentados nos mapas holandeses dão conta da existência de uma igreja – a matriz de Nossa Senhora da Conceição; a Casa de Câmara e Cadeia; o hospital e igreja da Misericórdia (praticamente fora da vila); a residência do donatário ou do capitão-mor; as casas dos moradores e o sistema defensivo, formado por uma muralha ou paliçada em ridente e duas portas com estrutura de pequenos fortins. Morfologicamente, a Vila de Nossa Senhora da Conceição apresenta uma estrutura linear que não consegue se desenvolver para além do “L” original, devido, entre outras coisas à derrocada da capitania desde o seu nascedouro. Não há um espaço aglutinador na vila, nem mesmo a praça da matriz. Como em vilas lineares ou quase lineares como Óbidos e Mértola (em Portugal) e aquelas que nascem lineares como Olinda, os elementos mais importantes se espraiam ao longo de um percurso extenso, não conseguindo passar deste estágio. Sua inserção na pesquisa busca observar um estágio quase embrionário do desenvolvimento urbano colonial onde não foi possível maturar a forma, que feneceu muito cedo, deixando quase um fóssil a ser estudado mais adiante. Hipoteticamente, é possível insinuar que seu desenvolvimento se daria com a implementação de uma possível malha mais ou menos regular inserida dentro de seu sistema defensivo e que, posteriormente desceria o morro em direção ao seu porto de modo orgânico devido às condições topográficas, resultando em uma situação similar à Olinda (Fig. 5.21 e 5.22)

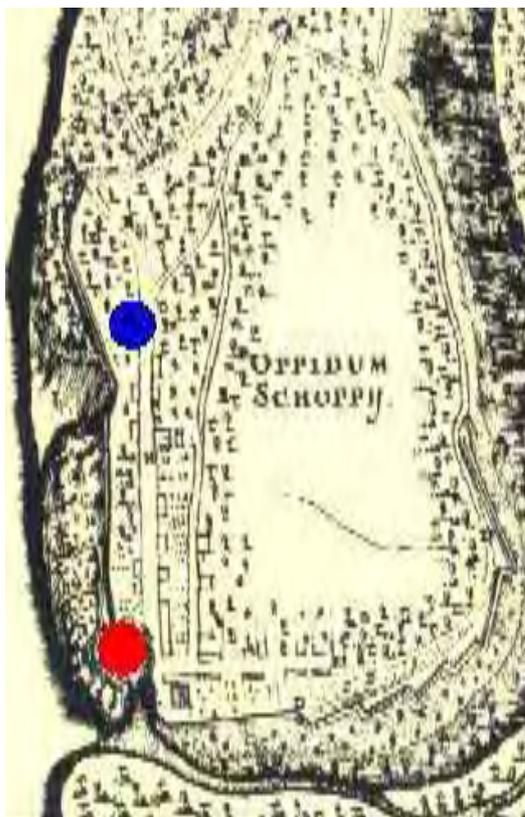


Fig. 5.21: Vila Velha de Nossa Senhora durante o domínio holandês (1634-1654). O círculo vermelho indica a matriz e o azul, a casa de câmara e cadeia. Fonte: Desenho do autor sobre original do livro de Barlaeus (1980), 2008.



Fig. 5.22: O mapa axial da Vila de Nossa Senhora da Conceição – a estrutura, apesar de pouco desenvolvida, já busca se adaptar às peculiaridades do meio, ignorando uma regularidade que poderia ter sido facilmente definida.

Fonte: Desenho do autor, 2008.

Do ponto de vista morfológico e funcional, as cidades acima não se distanciarão de forma suficiente para classificá-las como algo novo. A análise sintática também apresenta diferenças pouco acentuadas.

As cidades apresentam características similares na implantação:

- Todas se encontram próximas a rios e/ou ao mar;
- Das sete cidades, seis – João Pessoa, Olinda, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Vila de Nossa Senhora da Conceição – surgem em locais altos para efeito de defesa.
- Olinda, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro mantêm a estrutura cidade alta e cidade baixa com clareza;

Quanto à forma;

- São lineares: João Pessoa e Vila de Nossa Senhora da Conceição;
- Tendem a uma elipse: Olinda e São Paulo
- Tendem a um polígono: Rio de Janeiro, Salvador e São Luís.

Quanto ao “planejamento” ou ordenamento físico:

Possuíram um plano prévio: Salvador, João Pessoa e São Luís.

Não possuíram um plano prévio: Olinda, São Paulo, Rio de Janeiro, Vila de Nossa Senhora da Conceição.

Quanto às ordens religiosas, a tabela abaixo mostra quais existiram em cada cidade, não esquecendo que a Santa Casa de Misericórdia estava presente em todas elas:

Tabela 6: as ordens religiosas existentes nas cidades portuguesas no Brasil.

Cidades	Ordens religiosas			
	Jesuítas	Carmelitas	Franciscanos	Benedictinos
João Pessoa	X	X	X	X
Olinda	X	X	X	X
Rio de Janeiro	X	X	X	X
Salvador	X	X	X	X

São Luís	X	X	-	-
São Paulo	X	X	X	X
Vila de N. Sra. da Conceição	-	-	-	-

Tais estruturas formavam balizas e barreiras artificiais no desenvolvimento das cidades mas, sua extrema proximidade com o núcleo original evitou, de certa forma, o desenvolvimento de arrabaldes, tal como acontecia em Portugal. Ou seja, a agregação de edifícios na periferia serviu para a densificação do tecido ao invés de fazê-lo crescer em área.

Quanto aos elementos estruturadores, estes permanecem quase os mesmos, mas o que se chamou para as cidades portuguesas de estrutura peculiar (a judiaria), não vai ser transferido para o Brasil devido à expulsão e conversão forçada dos judeus em 1496. A questão da muralha também será transitória já que, sua permanência como elemento estruturador finda, na maioria dos casos no início do século XVII, não deixando marcas na paisagem urbana. Sua presença será substituída, efetivamente, pelos fortes de desenho renascentista.

A tabela abaixo sintetiza os elementos estruturadores principais existentes em ambos os lados do Atlântico, dentro do recorte temporal estabelecido:

Tabela 7: Os elementos estruturadores presentes nas cidades portuguesas no Brasil.

Cidade	Elemento estruturador existente nas cidades portuguesas								
	Casa de Câmara e Cadeia	Matriz/Sé	Outras igrejas	Pelourinho	Praça principal	Palácio do governo	Conventos	Igrejas/capelas nos arredores	Muros/paliçadas/fortificações
João Pessoa	X	X	X	X	X	-	X	X	X
Olinda	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rio de Janeiro	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Salvador	X	X	X	X	X	X	X	X	X
São Luís	X	X	X	X	X	X	X	X	X
São Paulo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vila de N. Sra. da Conceição	X	X	X	X	X	X	-	X	X

Do ponto de vista sintático, os dados obtidos para as propriedades básicas foram:

Tabela 8: Propriedades sintáticas básicas das cidades portuguesas no Brasil.

Cidades	Propriedades				
	Axialidade	Inteligibilidade	Controle médio	Profundidade média	Integração global média
João Pessoa	0,21276	0,785839	0,999994	2,510638	1,032887
Olinda	0,11419	0,660063	0,999996	4,014815	0,964311
Rio de Janeiro	0,29388	0,668071	0,999996	3,976471	0,801904
Salvador	0,24428	0,776773	0,999991	3,000000	1,13022
São Luís	0,16893	0,839525	0,999998	2,754902	1,229458
São Paulo	0,25732	0,754176	1,000004	2,115385	1,37040
Vila Velha de N. Sra. da Conceição	0,17978	0,570972	0,999989	3,80556	0,64285
Médias	0,210163	0,722203	0,999995	3,168253	1,024576

Analisando os resultados, conclui-se que:

- Axialidade: com uma média de axialidade da ordem de 0,210163, as cidades portuguesas no Brasil apresentam uma malha muito deformada. As cidades surgidas como vilas nos primórdios da urbanização – Olinda e Nossa Senhora da Conceição são as que possuem a axialidade mais baixa e a que possui a mais baixa axialidade é São Luís, devido à progressiva deformação da malha em sua periferia..
- Inteligibilidade: com uma média de 0,722203, a inteligibilidade no Brasil pode ser considerada alta.
- Controle: 0,999995 – o controle é menor que 1, logo, é fraco.
- Profundidade: da ordem de 3,168253, pode ser considerado como muito segregado – talvez tal segregação seja tomada do ponto de vista da segregação social, já que as classes estão muito bem definidas no espaço: de cima para baixo – fidalgos, donatários e agregados, depois os comerciantes, abaixo desses os jornaleiros e por fim as prostitutas, os vadios e outros grupos marginalizados.
- Integração global: 1,024576 - abaixo do valor médio de Hillier (1,07) e de Holanda (1,53), logo, com baixa integração.

Os valores parecem se aproximar muito daqueles das cidades portuguesas, com variações que são provocadas, obviamente por certas malhas mais regulares como as de João Pessoa, São Luís e Salvador. As deformações observadas nestas três cidades são advindas da formação de percursos orgânicos situados além do ordenamento inicial. Todos os tecidos ordenados tendem à deformação nas periferias, já que o controle das autoridades se esgarça à medida que o tecido urbano cresce.

5.5. ESTUDO COMPARATIVO: CIDADES PORTUGUESAS, CIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL E “CIDADES-PARÂMETRO”

A análise levada a efeito até o momento parece indicar uma relação muito maior entre as matrizes urbanas portuguesas e suas congêneres estabelecidas no Brasil. Este capítulo tem por objetivo a comparação dos elementos formadores da cidade portuguesa e da cidade portuguesa no Brasil sob os pontos de vista já estudados. Serão salientadas permanências e as mutações ocorridas pela cidade portuguesa em solo brasileiro no recorte temporal estabelecido.

5.5.1. PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES NA MORFOLOGIA E NOS USOS

Os dados obtidos tendem a considerar a urbanização do Brasil no seu primeiro século como um processo de transferência e adaptação de conhecimentos, formas e modos de usar o espaço urbano. Em termos de elementos compositivos, administração e modos de utilização do espaço urbano, não há diferenças entre as cidades portuguesas e as cidades portuguesas no Brasil. Os elementos que permanecem são:

- 1 – A administração: vereadores, almotacés, juízes ordinários, alcaides, capitães-mores.
- 2 – Os edifícios públicos: Casa de Câmara e Cadeia, açougue (mercado), alfândega, casa do governador, casa da guarda, fortalezas, quartéis, casa de correição.
- 3 – Símbolo da autonomia municipal para vilas e cidades: pelourinho erguido na praça principal.
- 4 – A toponímia: igual à existente nas cidades portuguesas. São registradas ruas Direita, dos mercadores, que vai para “tal lugar”, que “sai de” e “vai para”, rua de fulano, caminho de, estrada para, terreiros, pátios, praças, etc. Ex.:
 - Rua Direita (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, etc.);
 - Rua Nova (Olinda);
 - Terreiro de Jesus (Salvador);
 - Praça da Sé (Olinda, São Paulo, Salvador, etc.);

- Caminho que vai para a Fontainha (Olinda);
- Caminho da Conceição para o Parto (Rio de Janeiro);
- Rua que vai para a Candelária (Rio de Janeiro);
- Ladeira da Misericórdia (Olinda);
- Rua de Mateus de Freitas (Rio de Janeiro);
- Rua dos Mercadores (Salvador);
- Beco das Cortesias (Olinda);
- Caminho da Fundação (Olinda);
- Largo do Pelourinho (São Paulo);
- Largo de São Francisco (João Pessoa);
- Ladeira do Varadouro (Olinda);
- Varadouro (Olinda e João Pessoa), etc.

4 – Os edifícios religiosos: igrejas, capelas, conventos, mosteiros, recolhimentos, oratórios, com as mesmas características e localizações: igrejas matrizes e sés na praça principal, os conventos e similares ao redor do tecido urbano, quase sempre definindo um “polígono de controle” totalmente de acordo com as idéias de vigilância estrita que a Igreja deveria ter sobre a população, mas que não regulavam o espaço urbano de forma “eiximeniana”.

5 – As formas de utilização do espaço urbano: na cidade portuguesa no Brasil é absolutamente clara a distinção entre espaço público e privado: os espaços de convivência ou públicos são as igrejas, seus pátios, terreiros e adros, as praças dos mercados e casas de câmara, os portos. Os espaços privados são as residências. As ruas são espaços de transição entre os públicos e os privados e não de permanência.

6 – A subordinação do espaço urbano às atividades rurais, como acontecia nas cidades e vilas portuguesas como foi visto anteriormente.

Admitir que as cidades portuguesas foram trazidas sem adaptações para o território brasileiro seria leviandade. Tal processo seria impossível, pois as condições não eram as mesmas e, é admissível uma progressiva tendência à regularidade dos desenhos, embora as funções e funcionamento permanecessem mais ou menos inalterados.

As análises das cidades feitas anteriormente serão agora comparadas no intuito de verificar similaridades e diferenças entre as cidades em Portugal e as cidades portuguesas no Brasil.

5.5.2. AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS

A análise mostrada a seguir traz os valores de algumas medidas sintáticas de cidades portuguesas e cidades portuguesas no Brasil.

É importante frisar que, mesmo com a existência de alguns traçados regulares como em João Pessoa, Salvador, Rio de Janeiro e São Luís, os resultados obtidos parecem atenuar suas regularidades formais – principalmente devido a uma perda progressiva da regularidade além dos assentamentos ordenados iniciais – aproximando as propriedades das cidades medievais portuguesas e das cidades portuguesas no Brasil, como mostra a tabela-síntese abaixo:

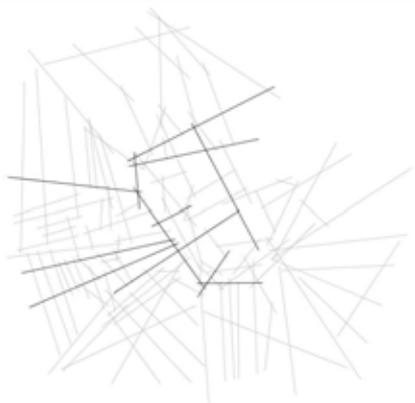
Tabela 9: Comparação entre a média dos valores das propriedades sintáticas das cidades em Portugal e no Brasil.

Cidades	Propriedades				
	Axialidade	Inteligibilidade	Controle	Profundidade	Integração global
Em Portugal	0,196615	0,596809	0,999999	3,705489	1,144562
No Brasil	0,210163	0,722203	0,999995	3,168253	1,024576

A próxima tabela reúne todas as cidades sob uma análise baseada na localização e funcionamento dos seus núcleos de integração. Interessante observar que, os fenômenos de estruturação do espaço urbano são os mesmos, advogando ainda mais para a semelhança genotípica dos dois grupos de cidade, independente dos seus tamanhos e formas:

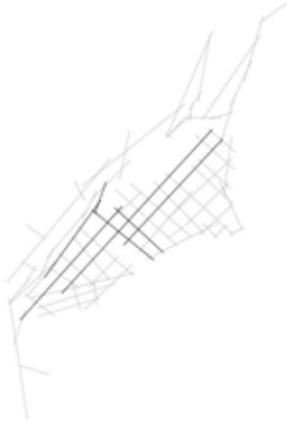
Tabela 10: Análise dos núcleos de integração em Portugal e no Brasil.

Cidade	% de linhas mais integradas	Núcleo de integração	Análise
Braga	25		O núcleo de integração de Braga, devido ao tamanho da cidade, coincide com quase toda a sua área, mas está balizado pela sé, que se encontra quase no centro do núcleo. Tal configuração se explica pelo fato de Braga ter sido sede de bispado desde a época final do Império Romano. Suas ruas principais são

			a que leva ao castelo e a rua dos judeus.
Évora	5		Évora apresenta, no final da Idade Média, uma estrutura mais complexa e maior. Seu núcleo de integração já sofreu um certo deslocamento da área da antiga <i>Ebora</i> romana, abarcando seu entorno imediato com ligações diretas com a rua dos Mercadores, de Alconchel e da Judiaria, onde se concentravam o comércio e a manufatura.
Lisboa	5		Maior cidade portuguesa, Lisboa apresenta uma área urbana dezenas de vezes maior que a maioria das outras cidades do país. Tendo crescido muito além da cerca moura ao fim da idade Média, seu núcleo de integração já havia se deslocado para a Ribeira do Tejo, envolvido pelas ruas Nova del Rei, Nova dos Mercadores, Sé e Convento de São Francisco e, pelo novo Paço real datado de fins do século XV, que substituíu o castelo de São Jorge como residência real. A transferência do centro de poder da alcáçova para a ribeira também será verificada no Brasil.

Mértola	25		Cidade de dimensões reduzidas, Mértola possui seu núcleo de integração na almedina, próximo à muralha e à ribeira do Guadiana.
Monsaraz	25		O núcleo de integração de Monsaraz, devido ao reduzido tamanho da cidade, encontra-se em seu eixo central, indo da alcáçova à chamada Porta da Vila. A lado do centro do núcleo está a praça com o pelourinho, a matriz e os Paços da Audiência, guardando ainda a relação entre núcleo físico e núcleo de poder original.
Óbidos	25		A extrema linearidade de Óbidos não permite o estabelecimento de um núcleo de integração "fechado", mas de um "eixo de integração" formado pela rua Direita, que vai do castelo até a Porta da Vila. Um possível núcleo de integração está situado no centro comercial da cidade, delimitado pela rua Direita e pela capela de São Martinho, e as igrejas de Santa Maria (e sua praça) e da Misericórdia.

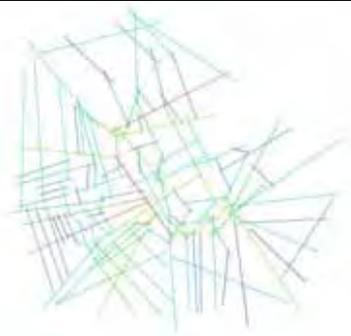
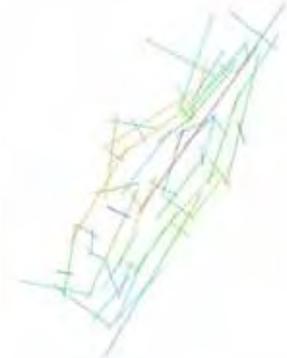
Viana do Castelo	25		<p>A Viana do Castelo medieval é muito reduzida, logo, seu núcleo de integração, como o de Braga, toma quase todo o seu território intramuros. Seu núcleo é delimitado em parte pela praça da Sé, rua da Praça Velha e pela muralha, com uma tendência a ser “atraído” pelo arrabalde extramuros, fenômeno já observado em cidades anteriores.</p>
João Pessoa	25		<p>Filipéia é uma cidade extremamente pequena quando os holandeses produzem as suas primeiras plantas. O núcleo de integração da cidade é formado pelas ruas Nova e Direita e pelos largos de São Francisco e do Colégio, ou seja, a cidade propriamente dita, situação similar às pequenas cidades de Mértola, Monsaraz, Viana do Castelo e Braga.</p>
Olinda	10		<p>Olinda é uma cidade que possui uma estrutura de alcáçova similar a Lisboa muçulmana. Seu núcleo de integração é formado pelo circuito formado pela rua de São Bento, Quatro Cantos (centro comercial da época), ladeira da Misericórdia, rua Nova (Bispo Coutinho), ladeira da Sé e as hoje praça e travessa João Alfredo (a designação original não foi encontrada). Neste núcleo encontram-se os principais</p>

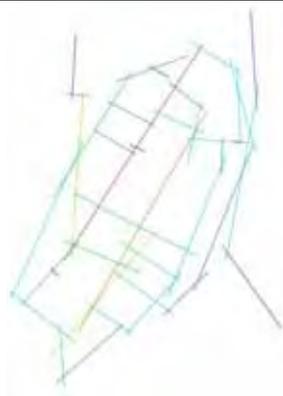
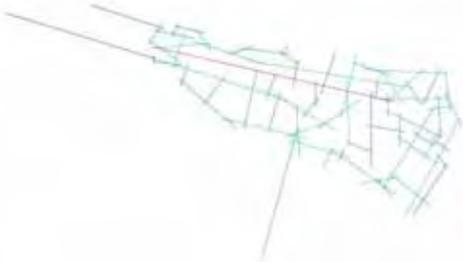
			elementos urbanos sejam religiosos, civis e o comércio.
Rio de Janeiro	10		O Rio de Janeiro do século XVII já transferiu seu núcleo de integração para a “várzea”, preterindo o morro do Castelo e estando inserido no polígono onde estão o antigo terreiro do Carmo (hoje praça XV) e o convento, a Casa de Câmara e Cadeia, a rua Direita e o comércio da cidade.
Salvador	10		No início do século XVII, a cidade de Salvador ainda estava, em grande parte sobre o morro em que foi fundada, iniciando apenas o processo de ocupação da “cidade baixa”. Seu núcleo de integração já não corresponde à praça da Câmara (hoje, Tomé de Souza), marco zero da fundação da cidade em 1549, onde se encontravam o palácio dos governadores e a Casa de Câmara e Cadeia, tendo se deslocado para a praça da Sé (original), devido ao crescimento da cidade para além da porta de santa Catarina e ao desenvolvimento de novos arruamentos atraídos pelo Colégio dos Jesuítas. Como nas cidades portuguesas, o fenômeno do núcleo de integração situado entre as parte antiga e nova da cidade se repete.

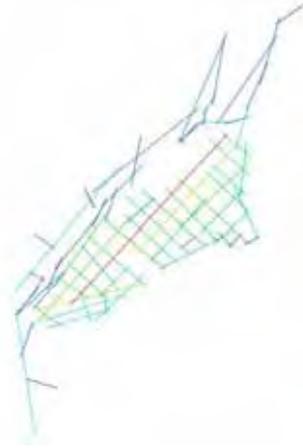
São Luís	10		Devido à sua estrutura ordenada, o núcleo de integração de São Luís é bastante extenso, sendo delimitado pela cidadela original e pelas condições naturais do terreno. Sua disposição praticamente engloba todo o tecido urbano.
São Paulo	10		O núcleo de integração de São Paulo, no início do século XVII, ainda se encontrava no interior do núcleo original devido ao parco desenvolvimento da vila, formada por um centro mais adensado e algumas vias que partiam daí em direção às fazendas e ao litoral.
Vila de Nossa Senhora da Conceição	25		A Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá não chega a formar um núcleo de integração, já que seu precário desenvolvimento impediu o surgimento de uma estrutura urbana que ultrapassasse a fase da linearidade. O que se observa no mapa são dois "protonúcleos" de integração: um na parte de cima do mapa, girando em torno da igreja e hospital da Misericórdia e da Casa de Câmara e Cadeia e outro na parte de baixo do mapa, em torno da igreja matriz e do seu pátio, já ocupado pelo casario.

Outra propriedade analisada foi a da conectividade, sob o ponto de vista da linha mais conectada do sistema, o que levou aos seguintes resultados:

Tabela 11: Análise da conectividade em Portugal e no Brasil.

Cidades	Conectividades mais altas	Mapa axial - conectividade	Rua com maior conectividade
Braga	9 7 6		dos Judeus
Évora	14 13 12		Ancha/dos Mercadores
Lisboa	15 12 11		Direita das Portas de Santa Catarina
Mértola	7 6 5		Larga

Monsaraz	10 9 8		de Santiago
Óbidos	15 9 8		Direita
Viana do Castelo	15 8 7		da Praça Velha
Média (das conectividades mais altas)	12,14		
João Pessoa	10 8 5		Direita

Olinda	10 9 8		Ladeira da Sé
Rio de Janeiro	11 6 5		Direita
Salvador	14 11 9		Atuais Saldanha da Gama e Alfredo de Brito
São Luís	10 10 8		da Estrela e a atual Afonso Pena

São Paulo	8 7 5		Direita
Vila Velha de Nossa Senhora da Conceição	5 4 3		Não chegou a ter designação.
Média (das conectividades mais altas)	9,71		

Sendo a conectividade uma propriedade que mede, em um espaço, quantas outras linhas são diretamente conectadas a ele ou são acessíveis a partir dele (HILLIER et al., 1993), observa-se que, nos sistemas estudados, tanto em Portugal quanto no Brasil haverá sempre uma linha altamente conectada no sistema e que esta linha será a representação de uma via comercial ligada diretamente ao núcleo integrador ou é o próprio “núcleo”, no caso de Óbidos. A única exceção a esta regra é Lisboa, cuja linha mais integrada, a rua Direita das Portas de Santa Catarina está muito distante do núcleo integrador. Tal situação se dá devido ao tamanho da cidade e ao número de linhas extremamente superior ao das outras cidades estudadas. Observa-se ainda que, sem Lisboa, a média das conectividades em Portugal e no Brasil se tornam mais próximas: 11,7 e 9,71, respectivamente. Importante notar que a rua mais conectada nem sempre era a rua Direita.

Outro aspecto levantado gira em torno da localização dos edifícios religiosos. Sabe-se que tais elementos são cruciais para a estruturação dos espaços urbanos e, similaridades em sua forma de se localizar podem apontar também para uma idéia subjacente de funcionamento do espaço urbano. No intuito de verificar esta hipótese, foram analisadas as localizações de determinados edifícios religiosos nas cidades em Portugal e no Brasil a partir de suas conectividades:

Tabela 12: conectividade dos edifícios religiosos nas cidades em Portugal e no Brasil, considerando os conventos existentes nas cidades portuguesas até o final do século XV.

Cidades	Conectividade					
	Matriz/sé	Misericórdia (a partir de 1498)	Franciscanos	Carmelitas	Benedictinos	Jesuítas
Braga	3	-	-	-	-	-
Évora	4	7	4	9	-	-
Lisboa	3	5	2	5	-	-
Mértola	2	-	-	-	-	-
Monsaraz	8	10				
Óbidos	21	-	3	-	-	-
Viana do Castelo	Velha – 4 Nova – 15	-	-	-	-	-
Média	6,4/8	7,3	3	7	-	-
João Pessoa	5	10	10	4	5	10
Olinda	9	8	4	2	3	9
Rio de Janeiro	2	3	1	11	1	3
Salvador	14	9	7	2	1	7
São Luís	3	-	-	5	-	3
São Paulo	8	8	1	1	1	4
Vila Velha de Nossa Senhora da Conceição	4	4	-	-	-	-
Médias	6,4	7	4,6	4,5	2,2	6

Observa-se tanto em Portugal quanto no Brasil um padrão de localização através da análise das conectividades das linhas que interceptam/passam pelos edifícios religiosos de maior importância no tecido urbano. As matrizes e/ou sés encontram-se, praticamente, com a mesma

conectividade, devido, obviamente à necessidade de estarem muito próximas ao núcleo das cidades, quase sempre ao lado do poder civil. As Misericórdias também, por formarem um conjunto onde o hospital era destaque – quase sempre o único na cidade, formando com as casas de câmara e matrizes/sés uma tríade constante no cenário urbano. Mesmo que em Portugal, ordens como Franciscanos e Carmelitas estavam muito desconectadas em relação às congêneres no Brasil, tal fato se dá porque no Brasil colônia, devido ao tamanho muito reduzido das nascentes cidades, tais ordens tendiam sim a uma periferização típica de suas estruturas internas, mas acabavam localizadas mais próximas dos núcleos das cidades, não chegando, portanto a criar arrabaldes, mas definindo barreiras e, ao mesmo tempo, atuando “como vetores de atração do crescimento urbano” (COSTA, A., 2003). Se for possível admitir que os edifícios religiosos, em especial, os conventos, mosteiros e recolhimentos tiveram uma função muito clara na estruturação do espaço urbano colonial, principalmente pelas questões de controle social e catequese, sua definição na paisagem urbana não parece estar ligada à localização definida por Eiximenis em sua cidade cristã ideal.

As análises, tanto morfológicas quanto sintáticas apontam para uma constatação importante: as cidades portuguesas e as cidades portuguesas no Brasil possuem o mesmo “genótipo”. São derivadas de um modo peculiar de ocupação do espaço que pode ser chamado de urbanismo português – urbanismo baseado num processo longo de estabelecimento de modos de se adaptar ao espaço natural de modo a criar um espaço urbano coerente com os usos da sociedade portuguesa, onde quer que esta se instalasse.

Retomando as idéias de Chicó (1956) e Calmon (2002), no Brasil, o espaço estava livre para novas experiências, não havia com o que se confrontar, apenas transferir para cá o que se sabia, o que funcionava nas terras lusas. Modelos regulares já eram conhecidos dos portugueses antes do Renascimento, mas estes, tentados aqui, não abriram mão de uma estrutura interna similar ao que já conheciam e, mesmo esses modelos, precisaram se adaptar ao espaço em que se inseriram dentro de um conhecimento empírico, já cristalizado, de como fazer cidades.

5.5.3. A COMPARAÇÃO COM AS “CIDADES-PARÂMETRO”

Mas e a comparação com os “modelos” regulares de cidade tanto ideais quanto aqueles realmente postos em prática? Tal comparação vem a seguir sob o ponto de vista sintático e revela, através de seus números, uma clara distância entre as cidades portuguesas e portuguesas no Brasil desses modelos.

A verificação dos modelos parte da curiosidade e da necessidade de averiguar a influência desses modelos sobre a cidade portuguesa. Do ponto de vista sintático, nem todos os modelos ideais vão significar altos grau de inteligibilidade ou axialidade como pode ser visto a seguir:

Tabela 13: Propriedades sintáticas básicas das “cidades-parâmetro”.

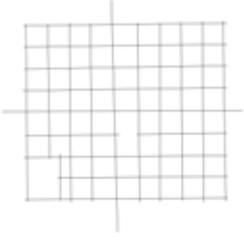
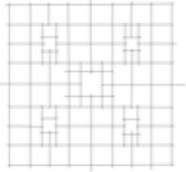
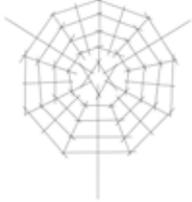
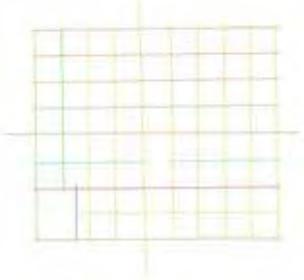
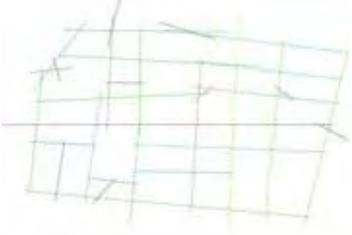
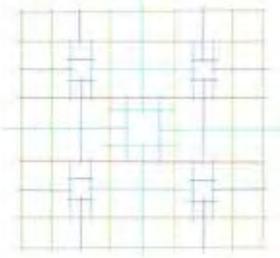
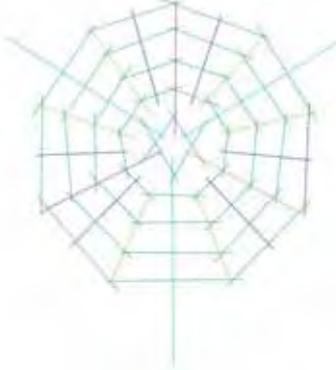
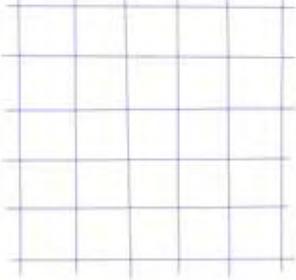
Cidade-parâmetro - mapa axial	Propriedades sintáticas				
	Axialidade	Inteligibilidade	Controle médio	Profundidade média	Integração global média
Cidade romana 	0,892057	0,97285	0,999981	1,380952	3,30251
<i>Bastide</i> de Aigues mortes 	0,432254	0,935346	0,999997	1,75	1,948928
Cidade eiximeniana 	0,436951	0,932891	1,000000	1,916667	1,96295
Cidade renascentista – Palmanova 	0,404269	0,428054	1,000005	2,448276	1,721067
Mendoza 	1,000000	1,000000	1,000000	1,333333	3,1337

Tabela 14: Conectividade das “cidades-parâmetro”.

Cidades-parâmetro – mapas de conectividade	Conectividade
<p data-bbox="443 253 611 275">Cidade romana</p> 	<p data-bbox="1034 253 1066 275">11</p> <p data-bbox="1034 297 1066 320">10</p> <p data-bbox="1034 342 1066 365">9</p>
<p data-bbox="387 611 667 633"><i>Bastide</i> de Aigues Mortes</p> 	<p data-bbox="1034 611 1066 633">10</p> <p data-bbox="1034 656 1066 678">9</p> <p data-bbox="1034 701 1066 723">8</p>
<p data-bbox="419 925 635 947">Cidade eiximeniana</p> 	<p data-bbox="1034 925 1066 947">15</p> <p data-bbox="1034 969 1066 992">13</p> <p data-bbox="1034 1014 1066 1037">11</p>
<p data-bbox="339 1261 715 1283">Cidade renascentista – Palmanova</p> 	<p data-bbox="1034 1261 1066 1283">10</p> <p data-bbox="1034 1305 1066 1328">10</p> <p data-bbox="1034 1350 1066 1373">8</p>
<p data-bbox="475 1720 579 1742">Mendoza</p> 	<p data-bbox="978 1720 1129 1742">Todas com 6</p>

Os resultados demonstram que a malha ortogonal contínua, baseada em acampamentos militares das cidades romana e colonial espanhola geram os espaços mais regulares, mais inteligíveis, mais controlados, menos segregados e mais integrados.

As demais – a *bastide*, a cidade eiximeniana e a cidade poligonal renascentista, apresentam resultados inversos pela descontinuidade de suas linhas axiais. Se em Aigues Mortes o resultado se dá por uma certa deformação da malha; na cidade eiximeniana o controle vai se dar através da localização precisa dos conventos e da catedral em posições centrais e, em Palmanova, pela visão panóptica obtida da praça central.

Comparando as cidades acima com os resultados médios obtidos para as cidades portuguesas e portuguesas no Brasil, temos:

Tabela 15: Comparação entre as médias das propriedades sintáticas das cidades em Portugal e no Brasil e as “cidades-parâmetro”.

Cidades	Propriedades sintáticas				
	Axialidade	Inteligibilidade	Controle médio	Profundidade média	Integração global média
Em Portugal	0,196615	0,596809	0,999999	3,705489	1,144562
No Brasil	0,210163	0,722203	0,999995	3,168253	1,024576
Cidade Romana	0,892057	0,97285	0,999981	1,380952	3,30251
<i>Bastide</i> Aigues Mortes	0,432254	0,935346	0,999997	1,75	1,948928
Cidade eiximeniana	0,436951	0,932891	1,000000	1,916667	1,96295
Cidade renascentista – Palmanova	0,404269	0,428054	1,000005	2,448276	1,721067
Cidade colonial espanhola - Mendoza	1,000000	1,000000	1,000000	1,333333	3,1337

Quanto à conectividade, se nas cidades portuguesas e portuguesas no Brasil encontram-se poucas linhas muito conectadas devido à deformação da malha, nas cidades-parâmetro há uma tendência de distribuição da conectividade devido a uma maior ortogonalidade da malha.

Pode-se concluir que as cidades portuguesas e portuguesas no Brasil estão sintaticamente bem distante dos modelos conhecidos tanto ao tempo da urbanização portuguesa na Idade Média quanto da urbanização no Brasil colônia entre os séculos XVI e XVII. O caso da cidade poligonal renascentista pode ser entendido como o de um desenho artificialmente complexo,

visando à obtenção de efeitos perspéticos que justificam uma queda nos valores de inteligibilidade, mas que, mesmo assim, ainda estão muito acima daqueles encontrados em Portugal e no Brasil. No geral, se é certo que tais modelos eram do conhecimento da intelectualidade portuguesa da época da colonização, eles não foram aplicados com o rigor necessário no Brasil colônia – foram apenas tentados, mas não continuados.

As relações entre as matrizes portuguesas e as cidades coloniais reafirmam um processo evolutivo, no caminho de uma morfologia mais clara, mas ao mesmo tempo confirma o genótipo, trazido pelo saber-fazer dos colonos portugueses. Mesmo que algumas experiências tenham sido aplicadas sob a égide de conhecimentos formais ou eruditos, a predominância da compreensão tradicional da cidade pelos portugueses se confirma, deixando claro até a busca por uma síntese de conhecimentos, mas ao mesmo tempo, uma precariedade no processo de implantação das primeiras cidades devido, sobretudo, a dificuldades econômicas e, mesmo do reduzido contingente de colonizadores.

Quanto às características básicas das cidades portuguesas no Brasil podem ser listadas as seguintes:

- 1) Permanência da localização dos núcleos centrais em sítios altos (Olinda, São Paulo, Rio de Janeiro, Nossa Senhora da Conceição, João Pessoa e Salvador);
- 2) Localização próxima a rios e/ou estuários;
- 3) A ocupação do espaço urbano pelos estratos sociais da época refletia claramente o que ocorria nas cidades portuguesas;
- 4) Desenvolvimento urbano tangente ao núcleo central (todas menos Nossa Senhora da Conceição, por motivos já explicados);
- 5) Núcleo central fortificado como nas alcáçovas medievais;
- 6) Estrutura inicial define uma praça central onde se acomodam os poderes civil e religioso, posteriormente desenvolvida de forma linear;
- 7) Estruturação de uma rede de controle periférico formado por conventos, mosteiros e ermidas, cuja localização ora freou, ora definiu o processo de desenvolvimento físico – tal rede, geralmente localizava os edifícios em locais pouco conectados, mas que permitiam uma ampla observação do entorno;
- 8) Nenhuma das cidades com plano prévio possuiu um formato em *damero* como suas contemporâneas das colônias espanholas;
- 9) As medidas sintáticas estão muito próximas de suas matrizes portuguesas, o que demonstra a idéia de transferência do tipo de cidade portuguesa para o Brasil por sua utilidade de formas e funções para os colonos;

10) A comparação com modelos urbanísticos ideais aponta um distanciamento entre estes e as cidades portuguesas no Brasil, o que, em nenhum momento significa que a intelectualidade portuguesa da época desconhecesse tais modelos.

As características observadas levam ainda a uma série de questionamentos acerca da cidade portuguesa no Brasil que devem ser analisadas em pesquisas posteriores focadas sob aspectos específicos como a escolha do sítio, a toponímia, a influência dos engenheiros, o problema das mudanças de sítio de uma mesma cidade e, principalmente os desenvolvimentos morfológicos posteriores não averiguados devido ao recorte temporal da pesquisa.



CONCLUSÃO



6. CONCLUSÃO

Novedad de hoy y ruína de pasado mañana, enterrada

Y resucitada cada día,

[...]

La ciudad enorme que cabe en un cuarto de tres

Metros cuadrados inacabable como una galaxia,

[...]

estamos en la ciudad, no podemos salir de ella

sin caer en otra, idéntica, aunque distinta,

[...]

(Octavio Paz in: *Hablo de la ciudad*, 1994)

Falar da cidade é sempre falar muito e dizer pouco, é falar do concreto e do diáfano, daquilo que se vê e se reconhece e daquilo cujo significado se perdeu há muito, principalmente nos dias de hoje! Disso nascem pesquisas como esta, que buscam significados cada vez mais difíceis de discernir diante das mutações da cidade atual que se pretende tão plena de significados e é, ao mesmo tempo vazia e incompleta. Mas, se considerarmos que Vance (1990) está correto, as cidades não se transformam da noite para o dia como os países o são por revoluções sempre sanguinárias e, quase sempre inúteis. Isso é válido para as cidades desta pesquisa – cidades que mudam no decorrer dos séculos, evoluem darwinianamente, de modo lento, acompanhando tênues mutações sociais, mas muito mais permanecendo, já que o tempo estudado era um tempo mais lento, sem a necessidade de uma pressa sem sentido que impede até mesmo o entendimento profundo do porquê e das origens das coisas.

Tempo que definiu conhecimentos, que aprimorou saberes, que estipulou usos, que moldou espaços, tornando-os lugares plenos de significados. Tempo que soube associar conhecimentos vernaculares com saberes eruditos onde houve tal oportunidade. Tempo de não esquecer, mas de lembrar o que se sabia e levar esse saber para onde se vai, no intuito de não se esquecer quem se é – principalmente quando o novo deslumbra, assusta e desreferencia, como o que foi encontrado no Brasil colônia.

Buscar significados e motivações posteriores aos fatos é sempre temerário, mas quem poderá frear o desejo de respostas quando aquelas que são impostas pelos outros já não satisfazem? E o que dizer da resposta única? Da abordagem “definitiva”? Se a realidade é um prisma multifacetado, quem já vislumbrou todas as suas faces?

A pretensão da pesquisa foi buscar algo até o momento não tentado ou, pelo menos, não encontrado nos escritos de que se valeu: as características funcionais da cidade portuguesa no Brasil em seu primeiro século de colonização e urbanização. Características que parecem fenecer ante um problema que dominou as pesquisas sobre a cidade portuguesa no Brasil desde o seu início: a comparação com a colonização espanhola – regular, “ladrihada” segundo S. Holanda (1995) e que numa dessas inversões de que se falam a algum tempo sobre o que daqui foi para Portugal, os pesquisadores portugueses começaram a buscar lá as regularidades que havia nas colônias espanholas num esforço de dignificar algo que já era digno por si mesmo: o urbanismo português.

O urbanismo português é tão evidente e legítimo quanto qualquer outro. Suas origens, motivações, formas e funcionamento se amparam nas necessidades de sua sociedade – a sociedade portuguesa que gera sua manifestação física e *locus* de suas ações: a cidade portuguesa.

Esta cidade portuguesa, surgida de um entendimento social do funcionamento espacial, desenvolveu-se amparada em um processo que foi lento e demorado, mas que se baseou, principalmente nas tradições urbanísticas romanas e muçulmanas. Estas tradições ajudaram a moldar um espaço urbano que nada tem de ilógico ou irracional – muito pelo contrário, é pragmático e moldável para onde fosse levado, facilitando assim sua **transferência**.

A cidade portuguesa, ao tempo da colonização do território hoje brasileiro já estava cristalizada – seu conhecimento por parte dos portugueses parece ter atingido o nível de um conhecimento empírico reconhecível por aquele povo. Se havia em paralelo um conhecimento erudito este não foi disseminado pela população, nem mesmo por todos aqueles que empreenderam a colonização e a urbanização do Brasil colônia no seu primeiro século.

Esta pesquisa, em nenhum momento visa à diminuição dos conhecimentos eruditos existentes em Portugal ao tempo do recorte temporal estudado. Pelo contrário, expôs inclusive alguns dados nem sempre citados ou conhecidos mesmo pelos pesquisadores do tema, pois isso incitaria a novas e produtivas discussões. Admite-se que a cidade portuguesa no Brasil não foi o fruto de um estudo específico de implantação de um novo modo de fazer e usar o espaço urbano por parte dos portugueses. Sua morfologia, seus elementos, suas funções e modos de uso são formas adaptadas às condições locais de um conhecimento acumulado ao longo de séculos e cristalizado em um pensamento urbanístico que tinha como principal característica a adaptação às condições locais.

As condições locais (no Brasil) seriam naturalmente similares às condições da metrópole ou, seriam, propositalmente escolhidas assim? A despeito das teorias correntes, que potencializam

as regularidades e os ineditismos, quase sempre recorrendo ao cartesianismo como índice de racionalidade, o que se observou ao longo da pesquisa foi a manutenção do saber-fazer e da adaptação sem que isso seja sintoma de inépcia, mas na realidade de um modo pragmático de resolver problemas cotidianos para os quais, aí sim, pode-se admitir – a administração portuguesa não estava preparada. Pretendia resolvê-los, podia até ter a ciência da necessidade de um ordenamento muito mais ostentatório do que necessário, mas disso, não se tem certeza – tais possibilidades serão desenvolvidas em pesquisas futuras. O que se sabe é que a urbanização, na maioria dos casos foi deixada aos agentes privados, resultando disso assentamentos formados pela agregação dos elementos unitários e com um desenho mais orgânico como bem observaram Teixeira e Valla (1998).

As análises indicam permanências muito claras dos elementos estruturadores, formas muito evidentes de manutenção de algo já visto, já conhecido e reconhecido como válido para o funcionamento das cidades portuguesas. A *Lógica Social do Espaço* (HILLIER; HANSON, 1984) e sua ferramenta a *Sintaxe Espacial* indicaram relações mais claras entre as matrizes lusitanas e suas contrapartes no Brasil – estabelecendo que a transferência se verifica – o que, se não esgota o tema, pelo menos lhe abre novas portas e novas ferramentas de interpretação.

Mas e quanto ao processo em si? O que dizer dos seus resultados materializados nos objetos de pesquisa em terras brasileiras? Como avaliar as mentalidades que os geraram?

Antes de tudo, a visão do processo de formação da cidade portuguesa era de crucial importância – se este resultou incompleto, não era intenção esgotá-lo, muito menos mostrá-lo como a solução do problema da “genealogia” da cidade portuguesa, mas levantar o estado da arte do problema para tecer o que se chamou de um quadro mínimo necessário ao entendimento da transferência da cidade portuguesa para o Brasil. Entender a cidade portuguesa seria o ponto de partida lógico para o início do trabalho.

Outro entendimento relevante era o do pensamento sobre a cidade ao tempo do recorte temporal associado ao conhecimento do que era ou como estava Portugal antes e durante aquele tempo: as questões sócio-econômicas sempre influenciam e o problema do conhecimento técnico e teórico sobre a cidade é uma aflição constante em pesquisas dessa natureza.

Observou-se por um lado um conhecimento técnico indiscutível no que tange ao domínio náutico (ALMEIDA, A., 2000) e um conhecimento nem um pouco desprezível sobre a idéia da cidade ideal (HOLANDA, F. 1984), mas a análise dos casos não comprova a transposição ou mesmo difusão de tais conhecimentos para a realidade da colônia, mesmo que à época, já se tecessem críticas sobre o modo de urbanizar o Brasil, como o fez, por exemplo, Diogo de

Campos Moreno (1609) ao criticar o modo como Olinda foi erguida e se desenvolveu, já certo de que aquele modelo de urbanização era anacrônico dentro das novas técnicas de defesa através das armas de fogo e das fortalezas de planta poligonal.

O conhecimento empírico prevalece – mas, levando-se em conta as precariedades inerentes ao processo de colonização do Brasil, principalmente entre os séculos XVI e XVII, não seria tal conhecimento urbanístico um elemento favorável a esta colonização? Mas como explicar isso? Como expor a permanência daquele conhecimento empírico sem ofender o conhecimento erudito existente e sem ser antipático aos que o defendem?

Parece claro que poucos foram aqueles que, dotados dos conhecimentos “científicos” da época auxiliaram na urbanização do Brasil no recorte desta pesquisa – Luís Dias (Salvador), Battista Antonelli (várzea do Rio de Janeiro), Francisco Frias da Mesquita (São Luís) são os nomes encontrados (TEIXEIRA, 1998; CARDOSO, 2007; PESSÔA, 2007; DUARTE, 2007). Surge a questão: se os problemas eram quase intransponíveis e aquela sociedade já possuía uma resposta prévia sobre como urbanizar, por que criar outra solução? A lógica seria não “inventar”, não tornar mais complexo o que poderia ser resolvido com o que se tem à mão. Parece que assim agiram os portugueses no Brasil – suas respostas ao problema da urbanização podem mesmo, em alguns casos beirar o imprevisto e a experimentação como salienta Katinsky (1999), mas as condições assim exigiram: havia tempo, havia espaço, faltavam recursos, mas havia um conhecimento e a plena possibilidade de experimentar.

Desde que Chicó (1956) abordou o problema, parece claro que os recursos técnicos e científicos, porque caros e raros foram usados em outras paragens: a África e a Ásia plenas de riquezas e de dificuldades para delas se apropriarem os portugueses. Principalmente na Ásia, onde Portugal afrontava grandes impérios, recursos os mais recentes em termos de organização espacial e técnicas de defesa via armas de fogo deveriam ser usadas. Mais tarde, quando a colônia americana se torna realmente rentável, não vai a Coroa organizar com mais rigor seus espaços urbanos como salienta Delson (1997)?

Vale salientar que, o recorte temporal está ainda imerso em uma série de lacunas históricas por ter sido o mais recuado da história brasileira: documentos foram destruídos, as estruturas urbanas foram quase todas apagadas e o que restou acaba levando as pesquisas para o campo das hipóteses nebulosas – M. Abreu (2007) levanta questões sobre as origens do Rio de Janeiro, por exemplo, que permanecerão para sempre conjecturais. Neste ponto é preciso saber parar e buscar novos elementos que, mais adiante, solidifiquem os resultados, evitando cair em “achismos” e garantindo a abertura para desenvolvimentos posteriores.

Outro ponto que não poderia deixar de ser comentado é a permanente comparação regularXirregular na morfologia urbana, que se não era o cerne da pesquisa, acaba aparecendo devido à maneira como os trabalhos utilizados conduzem a questão e, mesmo aos próprios resultados sintáticos e que, serão interpretados por alguns como um desafio aos que advogam por regularidades que, enfim se mostraram longínquas. Mas o que fazer se o debate sobre este tema não se esvai já que as próprias propriedades sintáticas se baseiam em comparações entre malhas mais ou menos deformadas? Parece que sempre modelos regulares acabam surgindo como balizas de comparação, pois, ao contrário do que sustenta Hanson (1989), a discussão entre os conceitos de cidade orgânica e cidade ordenada está longe de ser deixada para trás apesar de ter sido tentada na pesquisa. Mas, entende-se aqui que a busca é por um genótipo urbano – que se vislumbrou, afinal de contas e não por comparações entre a melhor ou a pior forma de urbanizar. Julgar os portugueses sob estes critérios significaria fazer a pesquisa recuar aos textos que, partindo de preconceitos, acabaram por fomentar o desejo de compreender a cidade no Brasil colonial e, posteriormente a cidade já brasileira. Aqui vale salientar que pesquisas futuras deveriam trabalhar com o critério da busca do genótipo de si para si, ou seja, dentro do universo urbanístico português, evitando comparações externas entre ladrilhos e sementeiras.

Mas, afinal, o que foi **transferido**, trazido, lembrado e refeito da cidade portuguesa para e no Brasil?

Muito, ao que parece!

O homem é a soma de suas experiências e não muda da noite para o dia ou porque atravessou o mundo e aportou em terra nova e cheia de encantos e, talvez, prazeres. O português ao colonizar o território que mais tarde chamou de Brasil era um homem que já detinha, naquele tempo, quase quatrocentos anos de “portugalidade”. Já tinha criado estado e nação, língua e cultura e lutara contra o vizinho castelhano e as agruras da terra pobre, sabia como arar a terra para plantar trigo e cidades e assim trouxe para cá tal conhecimento. Se o trigo não brotou, devido ao clima, plantou cidades e usou farinha de mandioca – fez o que sabia melhor: adaptou-se.

Da idéia de cidade portuguesa trouxe quase todos os elementos – com exceção do castelo, da judiaria e da mouraria. O castelo foi substituído por um núcleo primitivo precariamente murado e quanto às minorias étnico-religiosas, soube, de alguma forma, mantê-las por perto pelas mais diversas razões. Os sítios escolhidos estavam de acordo com o conhecimento urbanístico luso: lugares altos para defesa (em pleno despotar da pirobalística), um estuário

ou rio, um porto. Um espaço urbano onde os poderosos estavam no alto financeira e topograficamente e onde os pobres estavam em posição inversamente proporcional.

Do ponto de vista físico, a cidade manteve a alcáçova, a almedina, o sistema defensivo – muralhas de taipa e pau-a-pique – e dentro dela as ruas estreitas, formadas ao longo de caminhos às vezes anteriores à chegada do colonizador; a praça da matriz com igreja e casa de câmara e cadeia e o açougue (sucessor do *al-soukh* árabe) e as casas pouco afeitas a aberturas. Toda vila e cidade tinham seu pelourinho que podia ser um mero tronco desbastado, mas tinha um significado claro para aqueles que o ergueram, evocava algo familiar. Do lado de fora da cerca precária, os conventos, mosteiros, ermidas, distantes, mas vigilantes a controlar sesmarias e pessoas.

Tais cidades, crescendo, ampliaram seus muros ou apenas os derrubaram, apropriando-se a partir de então do conhecimento novo dos fortes poligonais e das bocas de fogo “modernas” da época, mas a cidade cresceu no ritmo lento do medievo, acrescentando neste crescer os nomes das usanças de suas cidades-matrizes: rua dos mercadores, ladeira do poço do porteiro, largo da sé, terreiro de Jesus, ribeira, como quem não quer esquecer de onde se veio. Nomear para identificar e para lembrar – lembrar que ainda se é português, mesmo com tantos topônimos tupis a cercar essa memória: Igarassu, Piratininga, Upaon-açu, Paraíba...

Mas mesmo esses topônimos são aportuguesados, cristianizados, viram Santos Cosme e Damião de Igarassu, São Paulo de Piratininga, São Luís, Nossa Senhora das Neves da Paraíba...

Mesmo quando usou a quadrícula, o português a domesticou, suavizando-a e levando-a até onde foi possível por questões práticas e culturais – sintoma de incapacidade em domar a paisagem ou conhecimento de que nem tudo podia e havia outras soluções possíveis e conhecidas? A segunda hipótese parece mais lógica quando se admite e se verifica a existência do saber erudito, da teoria, da tratadística – embora do outro lado do Atlântico tais conhecimentos, neste primeiro século, tenham sido restritos a poucos homens e aplicados em poucas situações.

Parece que, do ponto de vista histórico e social torna-se evidente que os portugueses trouxeram sua cidade, ou quase todos os elementos que a constituíam para o Brasil, mas constatações óbvias ou que pretendem ser óbvias não podem ser admitidas em pesquisas como esta. É preciso algo mais – uma verificação mais mensurável seria necessária e essa verificação veio na forma da Sintaxe Espacial como instrumento de análise.

Neste ponto cabe salientar que, até o momento, tal instrumento não havia sido utilizado no intuito de verificar as origens e mesmo o “genótipo” da cidade construída no Brasil entre 1532 e 1640. As análises morfológicas, baseadas apenas na imagem da cidade ou na verificação da existência de relações e analogias claras entre os elementos estruturadores das cidades portuguesas e portuguesas no Brasil pareciam claras, evidentes, mas ainda não era o bastante.

Com o uso da Sintaxe Espacial foi possível determinar com maior precisão semelhanças e diferenças e, aquelas surgiram maiores que estas. Não se devem repetir aqui os dados, devidamente localizados ao longo do texto, mas cabe ressaltar que as diferenças encontradas estão matematicamente situadas na casa dos décimos, centésimos e dos milésimos entre as cidades portuguesas e portuguesas no Brasil. Algumas propriedades, como foi verificado, apontam para expressões espaciais praticamente iguais, asseverando semelhanças irrefutáveis entre as cidades portuguesas e portuguesas no Brasil: ambos os grupos de cidades apresentam, basicamente, pouca regularidade, um baixo controle da malha, alto índice de segregação, logo, uma baixa integração, variando mais no índice de inteligibilidade, onde as cidades portuguesas apresentam inteligibilidade mais baixa, devido, principalmente, à existência de tecidos mais complexos se comparados com os exemplares desenvolvidos no Brasil no recorte temporal da pesquisa. Vale salientar mais uma vez: não se julga se tais índices são bons ou ruins – eles apenas indicam relações estreitas entre os dois conjuntos de cidades. As “cidades-parâmetro” serviram, neste contexto, para avaliar as semelhanças entre os dois conjuntos de cidades anteriores e, externamente, verificar se as cidades portuguesas no Brasil estariam, de algum modo, ligadas às suas estruturas morfológicas. Os resultados obtidos mostram que não houve alterações tipológicas da cidade portuguesa em terras brasileiras no período estudado. Para além deste período, a verificação dos desenvolvimentos físicos das cidades pesquisadas e de outras mais representa um desafio que vale a pena incitar e, quem sabe abraçar.

Ao fim, admite-se que a pesquisa alcançou resultados satisfatórios – vislumbrou a existência do “genótipo” da cidade portuguesa e de sua permanência nas cidades portuguesas no Brasil. Que ela desperte para o uso da sintaxe espacial como um instrumento de análise das cidades portuguesas, algo pouco tentado até o momento e que altere, definitivamente a rota das pesquisas para questões mais profundas como o problema da origem e da singularidade do urbanismo português frente ao urbanismo europeu – finalmente transcendendo a questão regularXirregular, orgânicoXordenado.

As cidades construídas no Brasil entre 1532 e 1640 são cidades portuguesas – por suas formas e por seu funcionamento, já que a cidade portuguesa estudada foi a materialização do que, pelo menos àquela época, era a sociedade portuguesa. E que essa sociedade veio colonizar o

Brasil trazendo todo o seu conhecimento, seu saber-fazer. As modificações ocorridas no Brasil se deveram a pequenas adaptações devidas à precariedade do empreendimento colonizador e, claro, à incorporação de alguns novos elementos, onde os recursos assim permitiram. Elementos esses que, ao invés de alterarem o funcionamento das cidades, acabaram por se tornar instrumentos de permanências de usos e costumes. Isso só corrobora o fato de que os portugueses sabiam como suas cidades deveriam ser em qualquer parte do mundo.

Finalizando com a poética que também foi herdada dos portugueses, Carlos Pena Filho uma vez disse que é “do sonho dos homens que uma cidade se inventa”⁸⁹ e é do seu saber e de suas mãos que ela se edifica!

⁸⁹ *Guia prático da cidade do Recife*. Carlos Pena Filho (1959).



BIBLIOGRAFIA



7. BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS:

Livros (no todo ou em parte):

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1014 p.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1989. 164 p.

ALARCÃO, Jorge de. **Portugal romano**. Lisboa: Editorial Verbo, 1973. 304 p.

_____. A cidade romana em Portugal: A formação de “lugares centrais” em Portugal, da idade do Ferro à Romanização. In: **Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em novembro de 1987**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 35-70.

_____. A cidade romana em Portugal: Renovação em Portugal na época romana. In: **Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em novembro de 1987**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 73-127.

_____. **O domínio romano em Portugal**. 4. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002. 244 p.

ALBERTI, Leon Battista. **De re aedificatoria**. Madrid: Ediciones Akal S. A., 1991. 475 p.

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. 264 p.

ALMEIDA, António Augusto Marques. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo/Porto: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000. p. 77-86.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. Urbanismo na Alta Idade Média em Portugal: Alguns aspectos e seus muitos problemas. In: **Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em novembro de 1987**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 129-136.

_____. Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal: A sua lição para a dinâmica urbana de então. In: **Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em novembro de 1987**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 137-141.

ANDRADE, Amélia Aguiar. Conhecer e nomear: A toponímia das cidades medievais portuguesas. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 121-140.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: FIDEM/CEHM, 1999. 111 p.

ANDRÈS, Luiz Felipe de Carvalho Castro (coord.). **Centro histórico de São Luís (MA) – Patrimônio mundial**. São Paulo: Audiocromo Editora, 1998. 114 p.

ARMAS, Duarte de. **Livro das fortalezas**. Fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 2. ed. Lisboa: ANTT/Edições INAPA, 1997. 311 p.

AYMONINO, Carlo. **O significado das cidades**. Lisboa: Editorial Presença, 1984. 243 p.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: Origens. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 39-70, CNCDP, 1998.

BAHN, Paul (ed.). **The New Penguin Dictionary of Archaeology**. London: Penguin Books, 2004. 549 p.

BALESTEROS, Carmen Dolores; MIRA, Élia. As muralhas de Évora. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 219-247.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na época moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo/Porto: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000. p. 105-126.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. 409 p.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: editora Globo, 2006. 578 p.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha. **Évora na Idade Média**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. 789 p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983. 728 p.

_____. **A cidade na história da Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1995. 242 p.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. 340 p.

- BÍBLIA SAGRADA**. 7.ed.. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda., 1996. 1671 p.
- BOXER, Charles R. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 442 p.
- BRANCO, Alberto Manuel Vara. Centro espiritual e religioso da Idade Média. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 185-193.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1997. 252 p.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. p. 41-78.
- BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____ (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil: vol. 1 – Espírito da sociedade colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 237 p.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 150 p.
- CAMPO ARQUEOLÓGICO DE TAVIRA. **Atlas das cidades romanas em Portugal**. Luz de Tavira, 2003. 21 p.
- CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Composizione architettonica e tipologia edilizia: Lettura dell’edilizia di base**. 9. ed. v. 1 Venezia: Marsilio Editori, 1995. p. 122-203.
- CARDOSO, Ciro Flamarión; ARAÚJO, Paulo Henrique da Silva. **Rio de Janeiro**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p. 11-187.
- CARDOSO, Luís Antônio. Salvador, BA. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Caa da Palavra, 2007, p. 26-35.
- CARDOZO, Mário. **Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso**. 11. ed. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1990. p. 8-57.
- CARITA, Helder. **Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 255 p.
- CARVALHO, Sérgio Luís de. **Cidades medievais portuguesas: Uma introdução ao seu estudo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 112 p.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 14-21.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva. Introdução ao Livro das Fortalezas. In: ARMAS, Duarte de. **Livro das Fortalezas**. 2. ed. Fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: ANTT/Edições INAPA, p. 1-22.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo**. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986. 320 p.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46 ed. São Paulo: IBEP Nacional, 2005. 696 p.

CHINOY, Ely. **Sociedade: Uma introdução à Sociologia**. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1973 p. 51-90.

COELHO, Antônio Borges. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo/Porto: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000. p. 57-75.

CORREIA, Virgílio Hipólito. Cidade e função urbana no ocidente da Lusitânia. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 59-80.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1997. 616 p.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. 421 p.

COUTO, Adriana Almeida et al. **Centro Histórico de Salvador/Historic Center of Salvador Bahia, Brasil**. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2000. 129 p.

COUTO, Jorge. **Portugal y la construcción de Brasil**. Madrid: Editorial Mapfre, 1996. 415 p.

CRETELLA, jr., José. **Português para o Curso Técnico – 3º ano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. p. 170-171.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro (notícia histórica e descritiva da cidade)**. Coleção Documentos Brasileiros n.60 v.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952. 332 p.

CRUZ, Glenda Pereira da. Rural e urbano, espaços da expansão medieval: Origem da organização espacial ibero-americana?. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 157-204, CNCDP, 1998.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Editora Alva-CIORD, 1997. 124 p.

DIAS, Carlos Malheiro. **História da colonização portuguesa do Brasil**. v. 3. Porto: Litografia Nacional, 1921-23-24. p. 345-350.

DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS. Porto: Porto Editora Lda., 1998. 543 p.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. São Luís, MA. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 46-53.

DUBY, Georges; Áries, Philippe. **História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil**. v.1. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 642 p.

_____. **História da vida privada: Da Europa feudal à Renascença**. v.2. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 642 p.

ERASMO, Desidério. **Elogio da loucura**. Tradução e notas de Paulo M. Oliveira. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 151 p.

EVOLUÇÃO FÍSICA DE SALVADOR. Salvador: UFBA/Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1979. 126 p. v. 1.

FERNANDES, José Manuel. The Portuguese city: A characteristic form of urban space. In: _____. **Synthesis of Portuguese Culture: Architecture**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992. p. 95-125.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 489.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 255-266, CNCDP, 1998.

_____. A praça municipal da cidade do Salvador. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 103-120.

FRANÇA, José Augusto. Lisboa antes do terramoto. In: _____. **Lisboa Pombalina e o Iluminismo**. 2. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977. p. 17-56.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora Garamond, 1999. 304 p.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 237-271.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 607 p.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. 2 ed. correcta e ampliada. Lisboa: Editora Arcádia, 1975. p. 71-116/199-258.

GÓIS, Damião de. **Descrição da cidade de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 85 p.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 41-153.

GONÇALVES, Iria. **Imagens do mundo medieval**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 235 p.

GRIMAL, Pierre. **As cidades romanas**. Lisboa: Edições 70, 2003. 109 p.

GUERREIRO, Maria Rosália P. Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território. Os largos e as praças de Lisboa até o século XVII, génese e formação. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 17-41.

HALL, Peter. **Cities in civilization: Culture, innovation, and urban order**. London: Weindenfeld & Nicolson, 1998. 1169 p.

HEITOR, Teresa V. et al.. Breaking the medieval space: The emergency of a new city of Enlighthement. **Space Syntax: Second International Space Syntax Symposium**, Brasilia, p. 51.1-51.13, 1999. v. 2.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1984. 281 p.

HOLANDA, Francisco de. **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. 110 p.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora da UNB, 2002. 466 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 93-138.

_____ et al. **História geral da civilização brasileira – Tomo I: A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003. 436 p. v. 1.

IDÁCIO de Chaves. **Crônica dos sucessos ocorridos entre os anos de 379 e 469 da era de Cristo**. Versão e anotações de José Cardoso. 2. ed. Braga: Livraria Minho, 1995. 52 p.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Um guia para a história da técnica no Brasil Colônia**. São Paulo: FAU/USP, 1999. 47 p.

KOSTOF, Spiro. **The city shaped: Urban patterns and meanings through History**. London: Thames & Hudson, 2001. 352 p.

- _____. **The city assembled: The elements of urban form through History**. London: Thames & Hudson, 2004. 320 p.
- LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 564 p.
- LAMERS-SCHÜTZE, Petra (coord.). **Teoria da Arquitectura**. Köln: Taschen, 2006. 575 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553 p.
- _____. A História Nova. In: _____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84.
- _____. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 316 p.
- LEITE, Miriam Moreira. **Introdução aos estudos sociais**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. 228 p.
- LOPEZ, Roberto S. **A cidade medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1988. 151 p.
- LOYN, Henry H. (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. 370 p.
- MACÍAS, Santiago. **Mértola islâmica: Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996. s.n.p.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1988.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: Sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 320 p.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira. **A sociedade medieval portuguesa: Aspectos de vida quotidiana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1973. 296 p.
- _____. Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média. In: _____. **Ensaios de História Medieval portuguesa**. Lisboa: Editora Vega, 1980, p. 121-133.
- _____. **Novos ensaios de História Medieval portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, 1988. 199 p.
- _____ et al.. **Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)**. v. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. 96 p.
- _____. **History of Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. p. 24-32.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, em que termos?** São Paulo: Livraria Nobel S/A, 1999. 143 p.

MATTOSO, José. Introdução à História da cidade portuguesa: A cidade e o poder. In: **Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em novembro de 1987**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 9-20.

_____. A cidade medieval na perspectiva da História das Mentalidades. In: **Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em novembro de 1987**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 21-33.

_____. A formação da Nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo/Porto: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000. p. 7-17.

MCEVEDY, Colin. **Atlas de história medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 117 p.

MELHEM, Núbia; NONATO, José Antonio. **Era uma vez o Morro do Castelo**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPROM/Casa da Palavra, 2000. 366 p.

MELLO (neto), José Antonio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/IPHAN/MEC, 1976. 43 p.

_____. **Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1987. 304 p.

_____. **Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco – 1542-1654**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990. 552 p.

_____; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada**. 2. ed. Recife: Editora Massangana, 1997. 148 p.

MENEZES, José Luiz Mota (org.). **Atlas histórico-cartográfico do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife/Editora Massangana, 1988. 120 p.

_____. Olinda: Evolução urbana. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 331-352, CNCDP, 1998.

MORAIS, João Sousa. **Metodologia de projecto em Arquitectura: Organização espacial na Costa Vicentina**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 309 p.

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2006. 127 p.

- MOREIRA, Zenóbia Collares. **Dicionário da língua portuguesa arcaica**. Natal: Editora da UFRN, 2005. 574 p.
- MORENO, Luis A . Garcia. La ciudad visigoda. . In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 95-119.
- MORRIS, A .E. J.. **Historia de la forma urbana: Desde sus Orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S/A, 1984. p. 56-137.
- MOURA (filha), Berthilde. João Pessoa, PB. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 164-171.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p.
- NASCIMENTO, Aires Augusto. **Livro de Arautos [De Ministerio Armorum Scrip. Anno MCCCCXVI ms. lat. 28. J. Rylands Library (Manchester)]**. Lisboa: Mirandela e C^a., 1977. 350 p.
- OLIVEIRA, Valéria Maria Agra (coord.). **Projeto Foral de Olinda – Relatório final**. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, 1996. 53 p.
- OMEGNA, Nelson. A fisionomia da cidade colonial. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1972. p.86-95.
- PAIO, Alexandra Cláudia Rebelo. Praça nas novas vilas medievais, séculos XIII-XIV. Estudo comparativo. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 27-42.
- PALLADIO, Andrea. **The four books of Architecture**. New York: Dover Publications, Inc., 1965. 209 p.
- PANERAI, Philippe et al. **Elementos de analisis urbano**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1983. 280 p.
- PAVÓN, Basilio. **Ciudades hispanomusulmanas**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992. 351 p.
- PEREIRA, Mário. Da torre ao baluarte. In: PAULINO, Francisco Faria (coord.). **A arquitectura militar na expansão portuguesa**. Porto: CNCDP, 1994. p. 35-42.
- PIRENNE, Henri. **Las ciudades en la Edad Media**. Madrid: Alianza Editorial S. A., 2001. 173 p.
- POLIÃO, Marco Vitrúvio. **Da Arquitetura**. São Paulo: Hucitec, 2002. 245 p.

POMIAN, Krzysztof. A História das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.129-165.

PONTE, Salete da. A cidade romana de *Sellium*: Marcas e memórias do passado urbano. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 81-94.

PORTO, Antônio Rodrigues. **História urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988)**. São Paulo: Carthago & Forte Editoras Associadas Ltda., 1992. p. 5-32.

POWELL, T. G. E. **Os celtas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1965. 282 p.

REIS, Jaime. Causas históricas do atraso econômico português. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo/Porto: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000. p. 241-262.

REIS (filho), Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1968. 235 p.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000. 414 p.

_____. Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 467-482, CNCDP, 1998.

_____. Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Primeira parte: Período colonial. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 483-506, CNCDP, 1998.

_____. O lote urbano colonial. In: _____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. p. 21-32.

_____. **São Paulo: Vila, Cidade, Metrópole**. São Paulo: Bank Boston/Prefeitura de São Paulo, 2004. 261 p.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. p. 15-22.

_____. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. **Universo urbanístico português: 1415-1822**, Lisboa, p. 507-536, CNCDP, 1998.

RODRIGUES, Ana Maria. De cidade atractiva a cidade decadente, o percurso torriense nos finais da Idade Média. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 165-183.

RODRIGUES, Valdecírio. **História de Itamaracá**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1972. 320 p.

- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.
- SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Voz do Oeste/Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978. 195 p.
- SALVADOR, frei Vicente do. **História do Brasil – 1500-1627**. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1982. 437 p.
- SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil colonial. **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros**, Coimbra, 125 p., 1968.
- SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 351-390.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal, v.1: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)**. 6 ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. 447 p.
- _____. **História de Portugal, v.2: A formação do Estado Moderno (1415-1495)**. 8.ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1996. 401 p.
- _____. **O Rio de Janeiro no século XVI: Estudo histórico**. v. 1. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. 252 p.
- _____. **Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. 476 p.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 439 p.
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da. A procissão na cidade: Reflexões em torno da Festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa. In: TAVARES, Maria José Ferro (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 195-216.
- SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 145-188.
- SOANES, Catherine et al. **Pocket Oxford English Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2005. 1081 p.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 2000. 355 p.
- SOUZA, Laura de Mello et al. (org.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 523 p. v.1.

SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 138-142.

SUÑÉ, Silvia. A praça na origem da formação urbana da cidade colonial ibero-americana. Casos de Olinda e Cumaná. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 91-102.

TAUNAY, Afonso de E. **São Paulo nos primeiros anos: Ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: História da vila piratiningana**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 456 p.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Pobres, minorias e marginais. In: _____ (coord.). **A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas 1**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. p. 141-153.

_____. **Los Judíos em Portugal**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. 373 p.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII: Portugal e Brasil**. Lisboa: Livros horizonte, 1999. 334 p.

_____. As praças urbanas portuguesas quinhentistas. In: _____(coord.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 69-90.

TORRES BALBÁS, Leopoldo; GOITIA, Fernando Chueca. **Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el Archivo de Indias v. 1/v.2**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local/Seminario de Urbanismo, 1951. 345/313 p.

VAINFAS, Ronaldo et al. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. 594 p.

VANCE, JR., James E. **The continuing city: Urban morphology in Western Civilization**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1990. 534 p.

VAZ, LÍlian Fessler. Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial. In: VIEIRA, Alberto. **Portugal y las Islas del Atlántico**. Madrid: editorial Mapfre, 1992. 316 p.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004. 231 p.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p.413-470.

_____. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. p. 73-96.

_____. **Economia e sociedade**. v. 1.4. ed. Brasília: Editora da UNB, 2000. 464 p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333 p.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editor/Editora da USP, 1966. 218 p.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria J. **Formação do Brasil colonial**.. São Paulo: Nova Fronteira, 1999. 359 p.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S/A, 1948. 175 p.

ZENKNER, Thaís. O modo de fazer cidades portuguesas: As Leis das Índias e a forma da cidade de São Luís. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita. **História e paisagem: Ensaios urbanísticos do Recife e São Luís**. Recife: Edições Bagaço, 2005. p. 307-338.

ZOZAYA, Juan. Urbanismo andalusi. In: **Cidades e História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. p. 143-156.

Revistas:

ALARCÃO, Jorge de. Populi, Castella e Gentilitates. **Revista de Guimarães**. Guimarães, v. especial, 1999. p. 133-150.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado; LOUREIRO, Claudia. O mascate, o bispo, o juiz e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.3, p. 19-38, ANPUR, nov. 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. A ocupação territorial e a evolução das vilas e cidades brasileiras (séc. XVI-XVII). **Revista de História Municipal**, Recife, n. 6, p. 27-38, CEHM/FIAM, dez. 1994.

_____. Formação da rede urbana do Nordeste. **Revista de História Municipal**, Recife, vol. 1, n. 1, p. 23-73, CEHM/FIAM, jun. 1977.

BRAGA, Napoleão Barroso. Definição de povoado: Crônica de uma pesquisa de campo. **Revista de História Municipal**, Recife, n. 6, p. 15-16, CEHM/FIAM, dez. 1994.

BARRETO, Paulo Tedim. Casas de Câmara e Cadeia. **RPHAN**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 9-106, Ministério da Educação e saúde, 1947.

CARITA, Rui; CARITA, Helder. Modelos, instituições e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 174-190, CNCDP, 2000.

CHAVES, Luís. Os pelourinhos portugueses. O seu perfil histórico, artístico e etno-folclórico. **Revista de Guimarães**, Guimarães, n. 58 (3-4), p. 202-224, jul/dez, 1948.

CHICÓ, Mário Tavares. A “cidade ideal” do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. **Revista Garcia de Orta**, Lisboa, n. especial, v. 4, p. 319-331, 1956.

HANSON, Julienne. Order and structure in urban design: The plans for the rebuilding of London after the Great Fire of 1666. **Ekistics**, London, n. 334, p. 22-42, jan/feb, 1989.

HILLIER, Bill et al. Creating life: or, does architecture determine anything?. **Architecture et comportement/Architecture and behaviour**, London, v. 3 n. 3, p. 233-250, 1987.

HILLIER, Bill. The architecture of the urban object. **Ekistics**, London, n. 334-335, p. 5-20, jan.-feb./mar.-apr., 1989.

KEMNITZ, Eva-Maria von. A construção de uma nova sociedade: O caso específico da minoria moura. **Revista de Guimarães**, Guimarães, n. 106, p. 159-174, 1996.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes do Brasil (1609). **RIAP**, Recife, v. LVII, p. 185-246, 1984.

PAZ, OCTAVIO. Hablo de la ciudad. **RPHAN**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 295-296, 1994

PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido: Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. . **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 70-81, CNCDP, 2000.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 162-172, CNCDP, 2000.

REIS (filho), Nestor Goulart. As primeiras cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 60-67, CNCDP, 2000.

ROSSA, Walter. No primeiro dos elementos: Dados para uma leitura sintética do Urbanismo e da Urbanística Portuguesa da Idade Moderna. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 8-21, CNCDP, 2000.

Meio digital:

ABREU, Maurício de Almeida. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. **Revista Urbanismo de Origem Portuguesa – I Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica**, n. 5., 2007 Disponível na Internet em: <<http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mauriciodealmeidaabreu.htm>>. Acessado em 16 de março de 2008.

BIRARDI, Ângela et al. O Positivismo, os *Annales* e a Nova História. In: **Klepsidra**. Disponível na Internet em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>>. Acessado em 25 de novembro de 2007.

CABRAL, Manuel Villaverde. A identidade nacional portuguesa: Conteúdo e relevância. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46. Rio de Janeiro, n. 3, 2003, p. 513-533. Disponível na Internet em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/204v46n3.pdf>>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

CALABI, Donatella. Entrevistada por Adalberto Retto e Barbara Boifava. São Paulo. Brasil, 2003. Disponível na Internet em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/calabi/calabi.asp>>. Acessado em 23 de dezembro de 2008.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do Sol**. Disponível na Internet em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000001.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2008.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: Um ensaio sobre inércia social. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n. 80, mar. 2003, p. 71-88. Disponível na Internet em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a06n80.pdf>> Acessado em 25 de julho de 2008.

COSTA, Ricardo da. Um *Espelho de Príncipes* artístico e profano: a representação das virtudes do *Bom Governo* e os vícios do *Mau Governo* nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348?). **Utopia y Práxis Latinoamericana – Revista internacional de Filosofia Iberoamericana y Teoria Social**. Maracaibo (Venezuela): Universidad de Zulia, v. 8, n.23, outubro de 2003, p. 55-71. Disponível na Internet em <<http://www.ricardocosta.com/pub/lorenzetti.htm>>. Acessado em 19 de julho de 2008.

DANTAS, Ana Claudia de Miranda. Cidades renascentistas. **Arquitextos – Periódico mensal de textos de arquitetura**. Disponível na Internet em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp253.asp>>. Acessado em 16 de abril de 2006.

De expugnatione Lyxbonensi, 1147 [The capture of Lisbon]. Disponível na Internet em: <http://www.fordham.edu/halsall/source/cap-lisbon.html>. Acessado em 29 de janeiro de 2005.

DJMAL, Tev. O que é o Talmud. **Revista Morashá**. Ed. 43, p. 19. Disponível na Internet em: <<http://www.morasha.com.br/edicoes/ed43/talmud.asp>> . Acessado em 30 de junho de 2008.

EIXIMENIS, Francesc. **Dotzè llibres del crestià – Tractat de regiment de'ls prínceps e de comunitats. Lo dotzè llibre del crestià**. Barcelona: Feliu Clos, 104. p. 74. Disponível na

Internet em: <membres.lycos.fr/cat1714/images/eiximenis.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2008.

ESTEBE, Joaquín; BELVITGES, Joseph; FONT, Antonio Juglà y. **Diccionario catalán-castellano-latino**. Tomos primero y segundo. Barcelona: Oficina de Tecla Pla Viuda, 1803. 1174 p. Disponível na Internet em <http://sirio.ua.es/libros/BEducacion/diccionario_ccl_01/ima0001.htm> e <http://sirio.ua.es/libros/BEducacion/diccionario_ccl_02/ima0001.htm>. Acessado em 20 de dezembro de 2008.

FARIA, António Marques de. Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polêmicos. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 2, n.2, p. 29-50, 1999. Disponível na Internet em: <<http://www.ipa.min-cultura.pt/>>. Acessado em 10 de outubro de 2001 .

FIGUEIREDO, Lucas. **Mindwalk 1.0 – Space Syntax software**. Recife: UFPE/Laboratório de Estudos Avançados de Arquitetura, 2005. Disponível na Internet em: <http://www.mindwalk.com.br/papers/Figueiredo_2005_Space_Syntax_Software_pt.pdf>. Acessado em 15 de março de 2007.

GASPAR, Jorge. A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. **Separata de La Ciudad Hispânica**. Madrid: editorial de la Universidad Complutense, 1985. p. 133-147. disponível na Internet em <<http://www.ucm.es/BUCM/revista/ghi/02143038/articulos/ELEM8585120133A.pdf>> . Acessado em 17 de janeiro de 2008.

_____. Do urbanismo em Espanha e Portugal. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**. n. 15. Madrid: Servicio de Publicaciones/Universidad Complutense, 1995, p. 351-360. Disponível na Internet em <<http://www.ucm.es/BUCM/revista/ghi/02119803/articulos/AGUC9595220351A.pdf>>. Acessado em 02 de dezembro de 2008.

GUARDA, Gabriel. Santo Tomás de Aquino y las fuentes del urbanismo indiano. **Boletín de la Academia Chilena de la Historia**, n.72. Santiago: Academia Chilena de la Historia, p. 5-50. Disponível na Internet em: <<http://www.cielonaranja.com/gabrielguarda-urbanismo.pdf>>. Acessado em 12 de dezembro de 2007.

GUERREIRO, Maria Rosália P.. A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras: O caso de Ouro Preto. **Revista Urbanismo de Origem Portuguesa**, n. 3.

Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero3/default.htm>>. Acessado em 23 de março de 2002.

_____. Spatial analyses in urban morphology – a geometry for organic cities: Lisbon case study. . **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, v. 1, n. 1. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acessado em 27 de junho de 2001.

HILLIER, Bill. **Space is the machine: A configurational theory of architecture**. London: Space Syntax, 2007. 368 p. Disponível na Internet em: <<http://eprints.ucl.ac.uk/3881/1/SITM.pdf>> . Acessado em 02 de janeiro de 2008.

_____. **The theory of the city as object or, how spatial laws mediate the social construction of urban space**. Disponível na Internet em <http://untertow.arch.gatech.edu/homepages/3sss/papers_pdf> . Acessado em 16 de janeiro de 2004.

_____. **The knowledge that shapes the city: The human beneath the social city**. Disponível na Internet em: <<http://spacesyntax.net/sss4.htm>>. Acessado em 16 de janeiro de 2004.

_____ et al. **Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement**. Disponível na Internet em <http://eprints.ucl.ac.uk/1398/1/hillier-et-al-1993_NaturalMovement.pdf>. Acessado em 15 de dezembro de 2008.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Leis extrauagantes collegidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunez do Liam per mandado do muito alto & muito poderoso Rei Dom Sebastiam nosso Senhor**. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1569. 475 p. Disponível na Internet em: <http://purl.pt/12180/3/res-1278-1-v_PDF/res-1278-1-v_PDF_01-B-R0300/res-1278-1-v_0000_capa-233v_t01-B-R0300.pdf>. Acessado em 23 de julho de 2008.

LEHMAN, Liliane Schrank (coord.). São Paulo antigo: Plantas da cidade. **Informativo do Instituto Histórico Municipal Washington Luís**. n. 20, set./out 2008. Disponível na Internet em: <<http://www.fotoplus.com/dph/info20/index.html>>. Acessado em 15 de dezembro de 2008.

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei Dom Fernando**. v. 1. Lisboa: s.n.t., 1895. 200 p. Disponível na Internet em: <http://purl.pt/419/3/hg-21063-p/hg-21063-p_item3/hg-21063-p_PDF/hg-21063-p_PDF_24-C-R0075/hg-21063-p_0000_capa1-IV_t24-C-R0075.pdf>. Acessado em 22 de julho de 2008.

MADEIRA, Teresa. Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n.1. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acessado em 27 de junho de 2001 .

MANZI, Ofelia. La representación de la ciudad em um manuscrito carolingio. **Temas medievais**, Buenos Aires, v. 14, p. 71-84, Universidad de Buenos Aires, 2006. Disponível na Internet em: < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0327-50942006000100003&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 28 de dezembro de 2008.

MARTÍN, Maria Del Carmen Cayetano. La ciudad medieval y el derecho: El urbanismo em las Partidas. In: **Anales de la Historia de Arte n. 4**, Madrid, 1994. p. 65-70. Disponível na Internet em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02146452/articulos/ANHA9394110065A.PDF>>. Acessado em 12 de dezembro de 2007.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista USP**, n.30. Disponível na Internet em: <<http://www.usp.br/revistausp/n30/fulpiano.html>>. Acessado em 23 de março de 2002.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível na Internet em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ORDENACOES.HTM> >. Acessado em 15 de maio de 2001.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Disponível na Internet em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ORDEMANU.HTM> >. Acessado em 15 de maio de 2001.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível na Internet em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>>. Acessado em 22 de dezembro de 2006.

LEYES DE LAS INDIAS. Disponível na Internet em <<http://www.congreso.gob.pe/ntley/LeyIndiaP.htm>>. Acessado em 04 de janeiro de 2008.

PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. **Estudos ibero-americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v. XXXI n. 2, p. 143-154, dez. 2005. Disponível na Internet em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1342/1047>>. Acessado em 25 de julho de 2008.

ROJO, Maria Encarnación Gómez. Líneas históricas del derecho urbanístico con especial referencia al de España hasta 1936. **Revista de estudios histórico-jurídicos**. n. 25. Valparaíso, 2003. p. 93-146. Disponível na Internet em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0716-54552003002500004&script=sci_arttext>.

Acessado em 23 de dezembro de 2008.

ROSSA, Walter. **A imagem ribeirinha de Lisboa. Alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império**. Disponível na Internet em: <<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/104f.pdf>> . Acessado em 02 de dezembro de 2008.

SEGURA, Maria Isabel Navarro. Las fundaciones de ciudades y el pensamiento urbanístico hispano em la era Del descubrimiento. Barcelona: **Scripta Nova – Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XXX n. 218(43), 2006. Disponível na Internet em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-43.htm>>. Acessado em 12 de dezembro de 2007.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da. A cultura castreja no norte de Portugal. **Revista de Guimarães**, v. esp. I. Guimarães, 1999, p. 111-132.

SILVA, Carmelindo Rodrigues. **A experiência portuguesa no processo de colonização do Brasil**. Disponível na Internet em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_028.html>. Acessado em 20 de maio de 2008.

TEIXEIRA, Manuel C.. A história urbana em Portugal: Desenvolvimentos recentes. **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n. 1. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acessado em 27 de junho de 2001.

_____. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. **Revista Urbanismo de origem portuguesa**, n. 3. Disponível na Internet em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero3/default.htm>>. Acessado em 23 de março de 2002.

TERZI, Filippo. **Estudo de embadometria, estereometria e as ordens de arquitectura**. Lisboa: manuscrito, 1578. Disponível na Internet em <<http://purl.pt/369/1/ficha-obra-terzi.html>> . Acessado em 21 de abril de 2006.

UNITED KINGDOM. **Weights and Measures Act of 1976**. London: Ministry of Justice, 2007. Disponível na Internet em: <<http://www.statutelaw.gov.uk/content.aspx?activeTextDocId=1479224>>. Acessado em 19 de dezembro de 2007.

VIERNO, Livia. Semeadas e ladrilhadas: Vilas e Cidades no Brasil Colônia. **Revista Urbanismo de Origem Portuguesa – I Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica**, n. 5. Disponível na Internet em: <<http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/liviavierno.htm>>. Acessado em 15 de março de 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle**. Paris: A. Morel, 1856. Disponível na Internet em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_l%27architecture_fran%C3%A7aise_du_XIe_au_XVIe_si%C3%A8cle> . Acessado em 20 de junho de 2008.

Normas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520: Informação em documentação – Citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2001.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: Estrutura e apresentação (NBR 14.724/2002)**. Niterói: Intertexto, 2003. 130 p.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO/MDU/UFPE. **Normas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado**. Recife, mai. 2001. 7 p.

_____. **Regimento interno do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano**. Recife, 02/10/2003. 21 p.

Dissertações e teses:

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Salvador de Bahia, siglo XVIII: estudio del papel de las ordenes religiosas em el proceso de urbanización**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Composició Arquitectònica da Universitat Politècnica de Catalunya, julho de 2003. 308 p. disponível na Internet em: <<http://www.tesisenred.net/TDX-1019104-163925>>. Acessado em 23 de janeiro de 2008.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Urbis Brasiliae ou sobre as cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais**

comparativas. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UNB, novembro de 2006. 520 p.

NEVES, André Lemoine. **Estudo morfológico de cidades do Agreste pernambucano – séculos XVIII e XIX.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE para a obtenção do título de Mestre. Recife, setembro de 2003. 122 p.



APÊNDICE



8. APÊNDICE – MAPAS AXIAIS

BRAGA



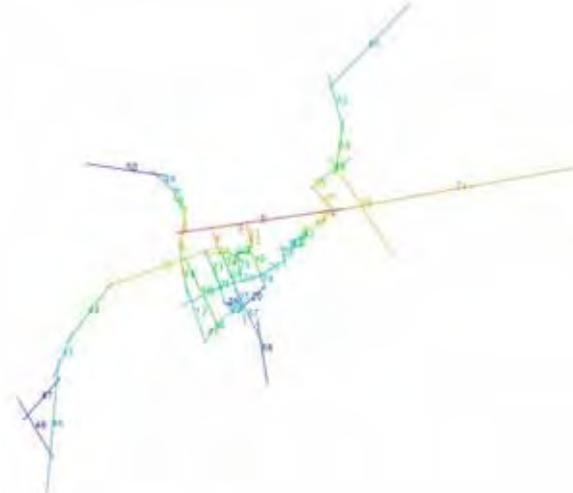
Conectividade



Controle



Profundidade



Profundidade – linha 0.



Profundidade – linha 1



Escolha rápida



Integração global



Comprimento



Integração local - r3

ÉVORA



Conectividade



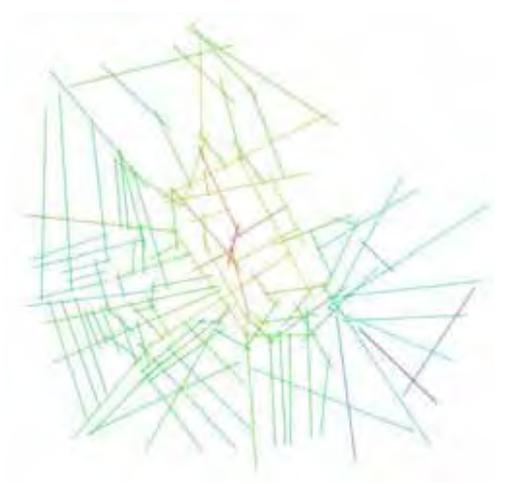
Controle



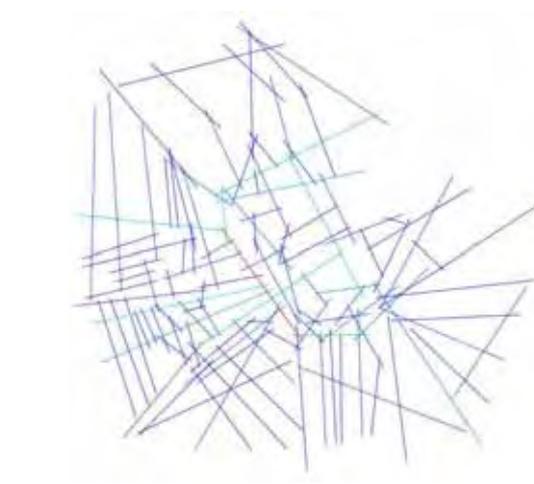
Profundidade



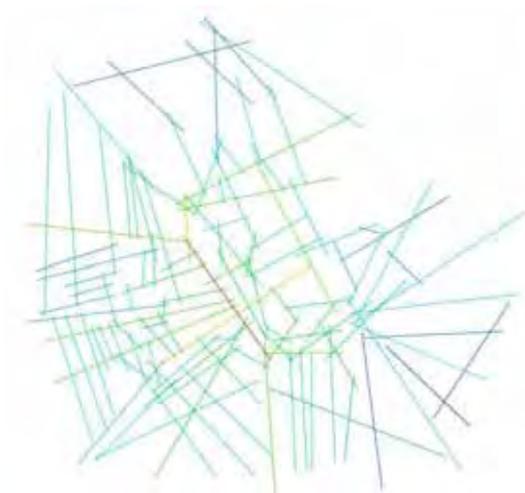
Profundidade – linha 0



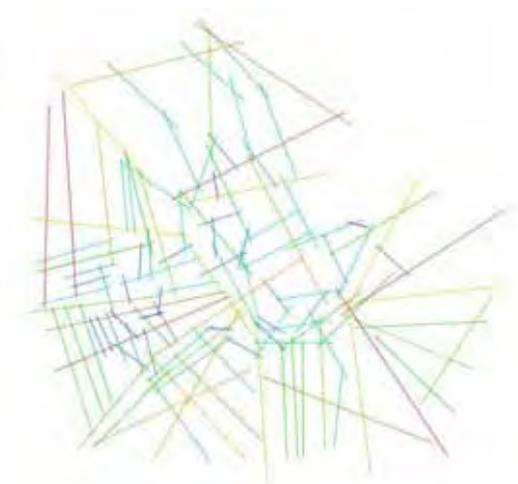
Profundidade – linha 1



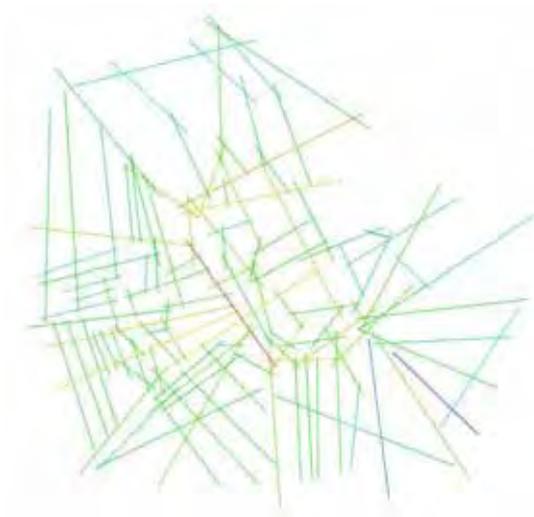
Escolha rápida



Integração global



Comprimento



Integração local - r3

LISBOA



Conectividade



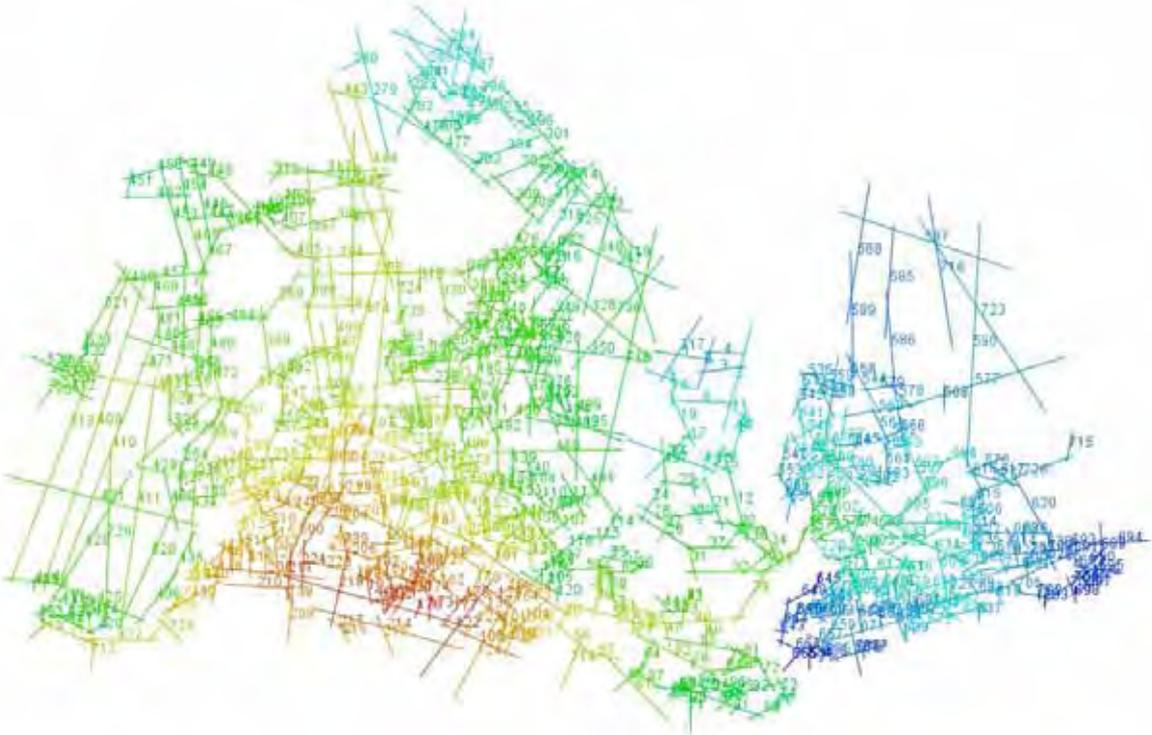
Controle



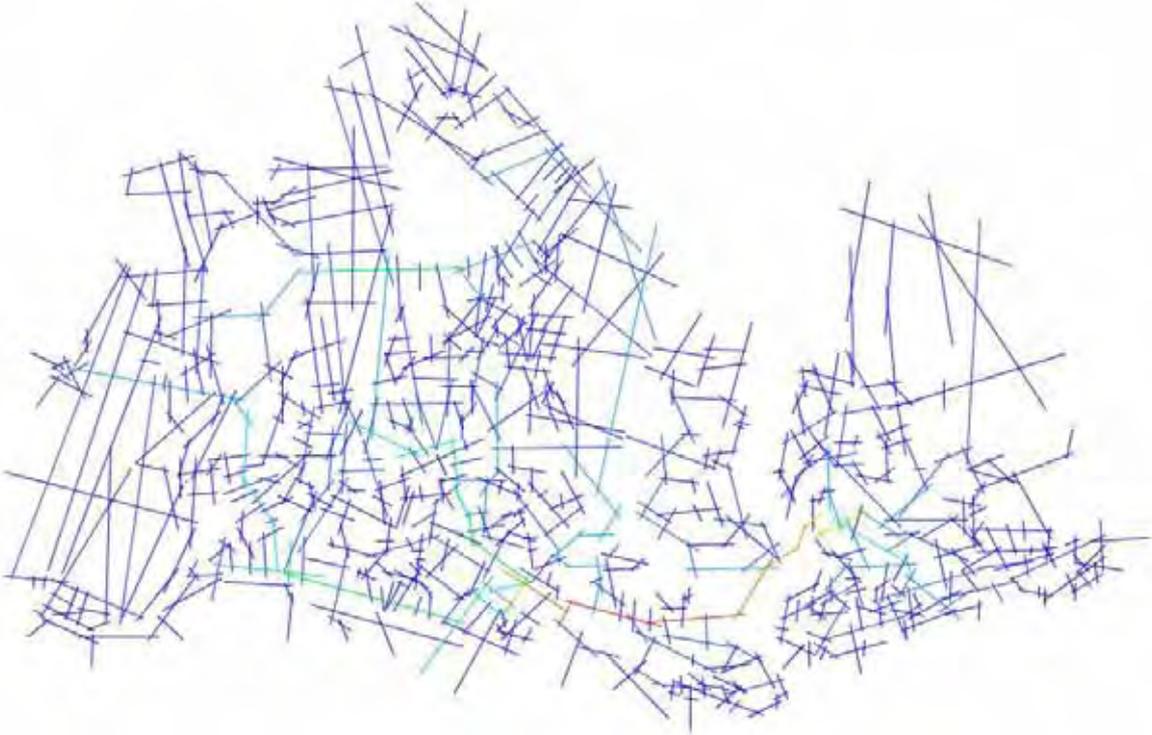
Profundidade



Profundidade – linha 1



Profundidade – linha 176



Escolha rápida



Integração global



Comprimento



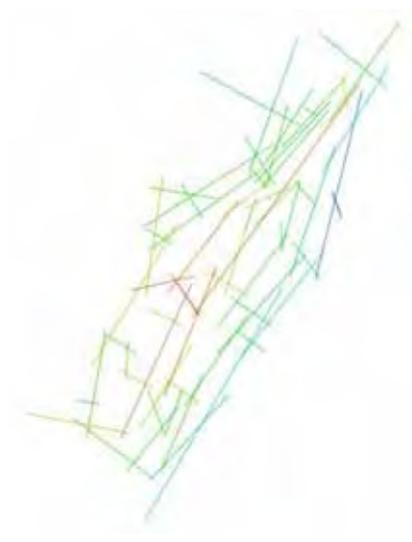
Integração local – r3

MÉRTOLA

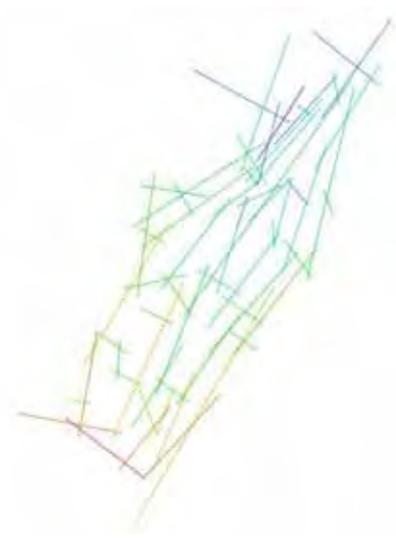
Conectividade



Controle



Profundidade



Profundidade – linha 0



Profundidade – linha 1



Escolha rápida



Integração global

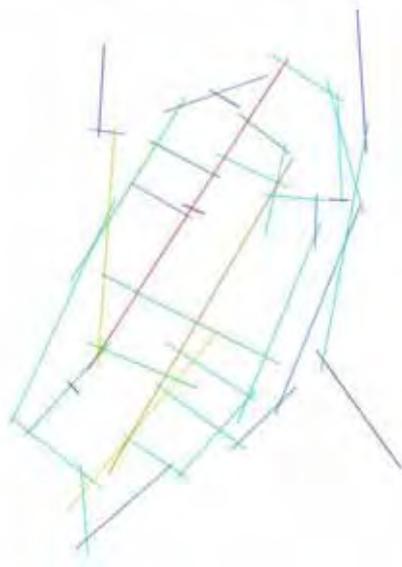


Comprimento

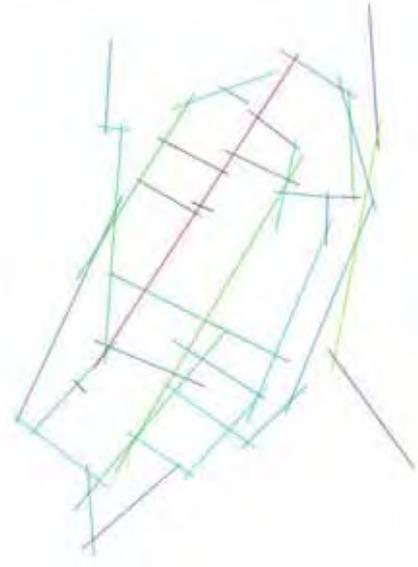


Integração local – r3

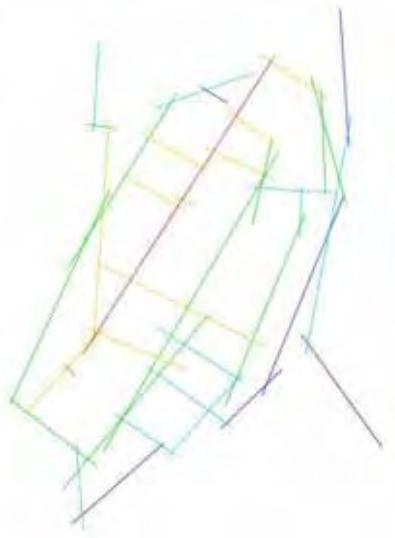
MONSARAZ



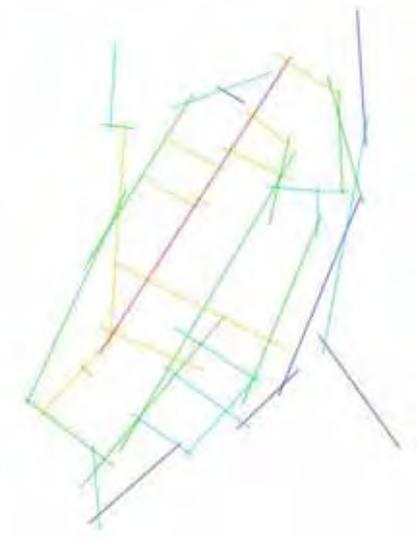
Conectividade



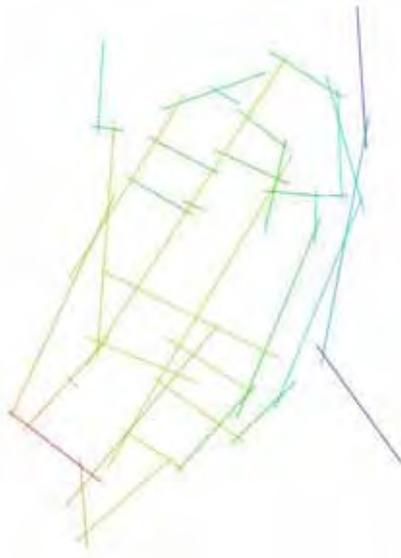
Controle



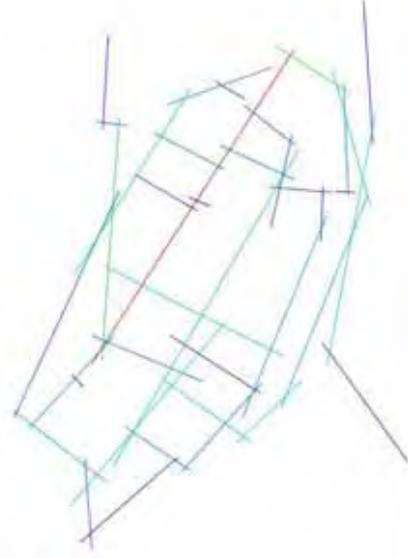
Profundidade



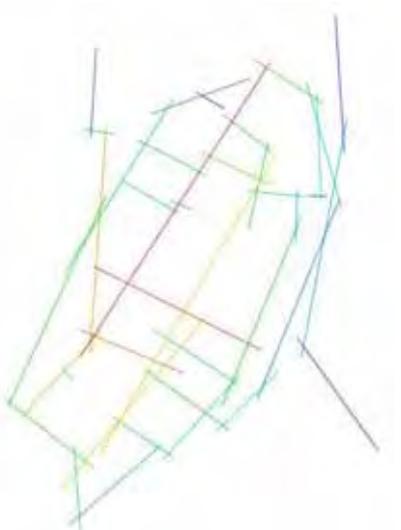
Profundidade - linha 0



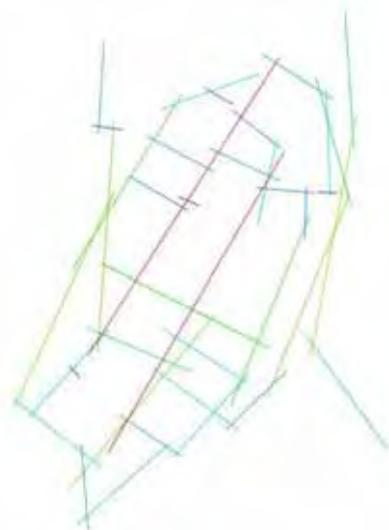
Profundidade – linha 1



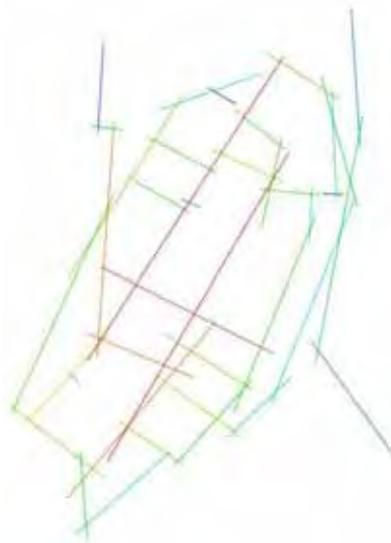
Escolha rápida



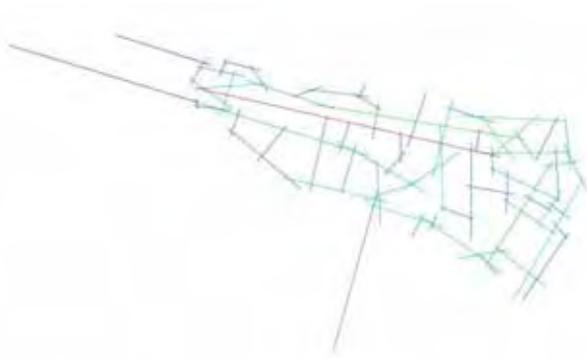
Integração global



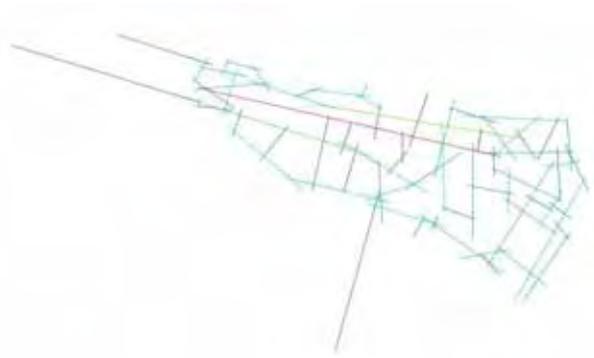
Comprimento



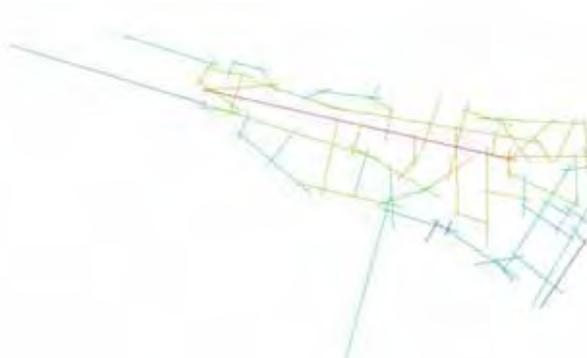
Integração local – r3

OBIDOS

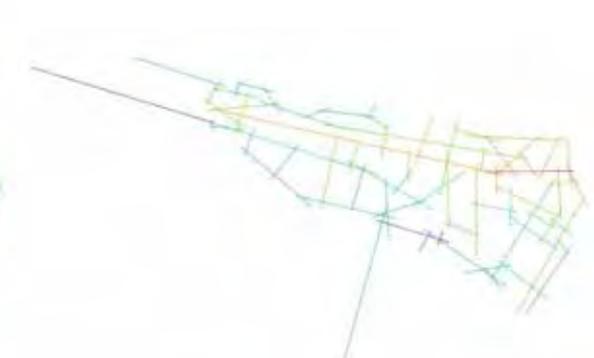
Conectividade



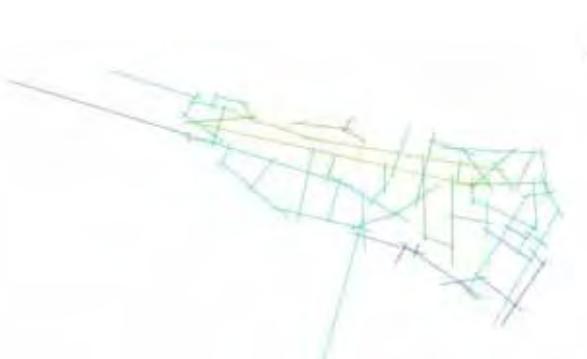
Controle



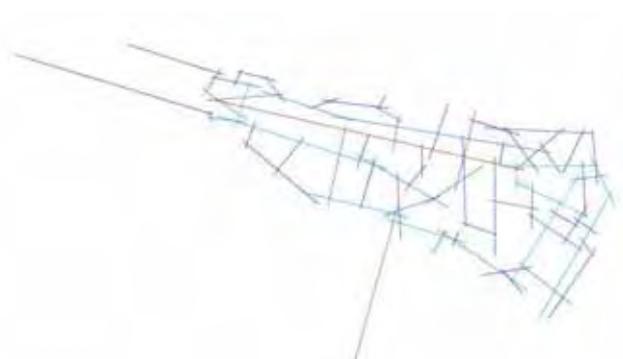
Profundidade



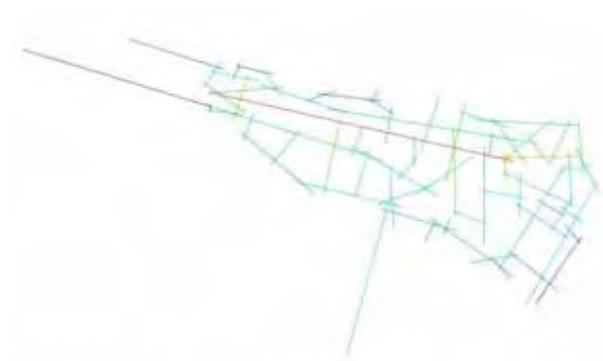
Profundidade – linha 0



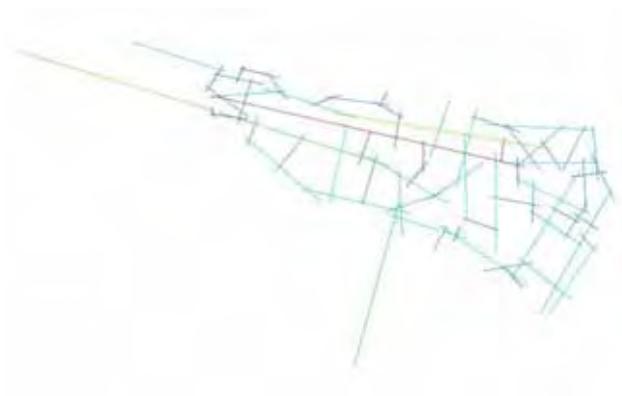
Profundidade – linha 1



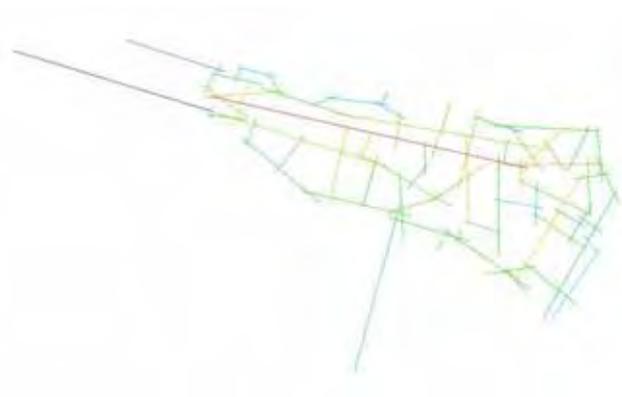
Escolha rápida



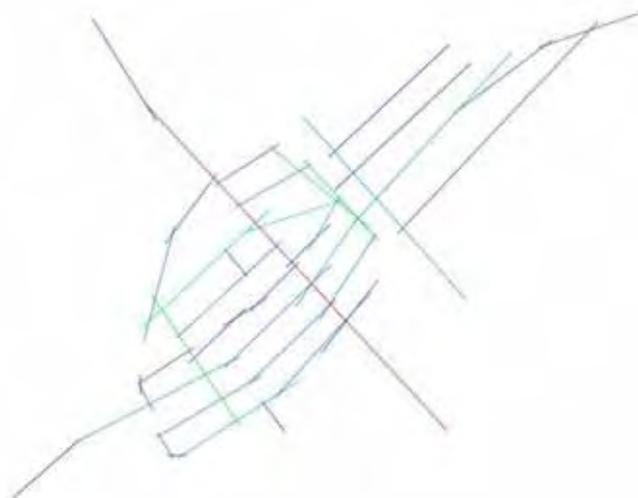
Integração global



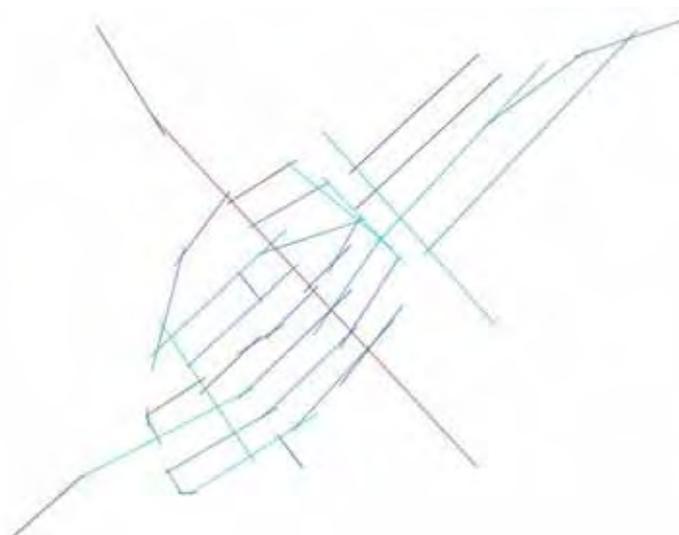
Comprimento



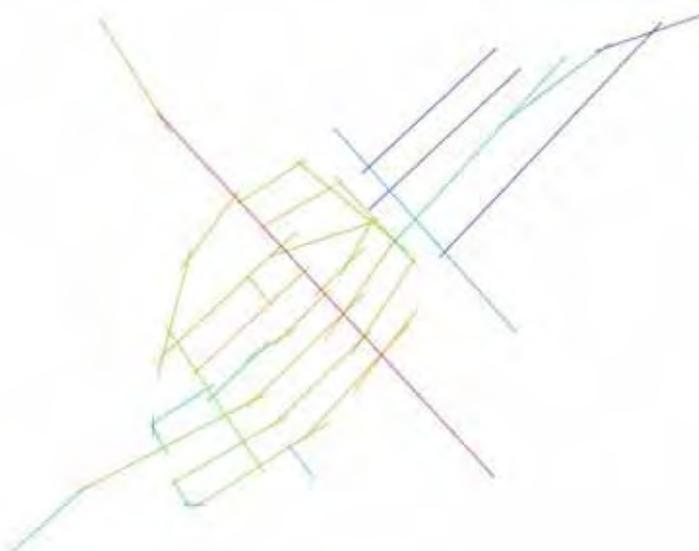
Integração local - r3

VIANA DO CASTELO

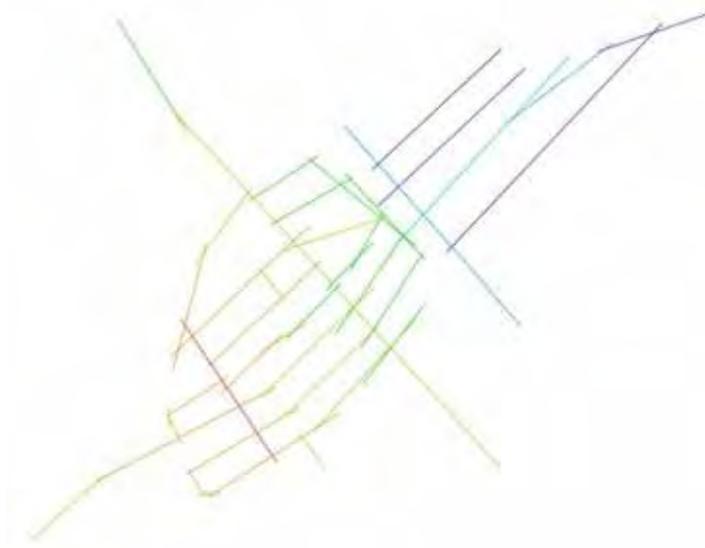
Conectividade



Controle



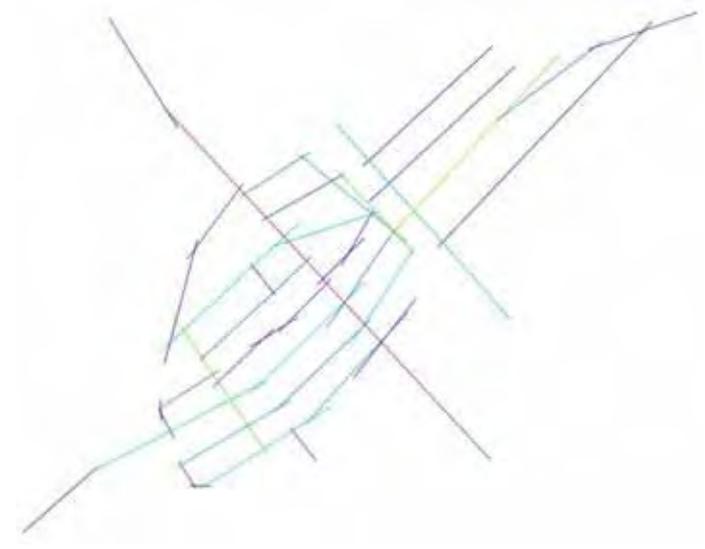
Profundidade



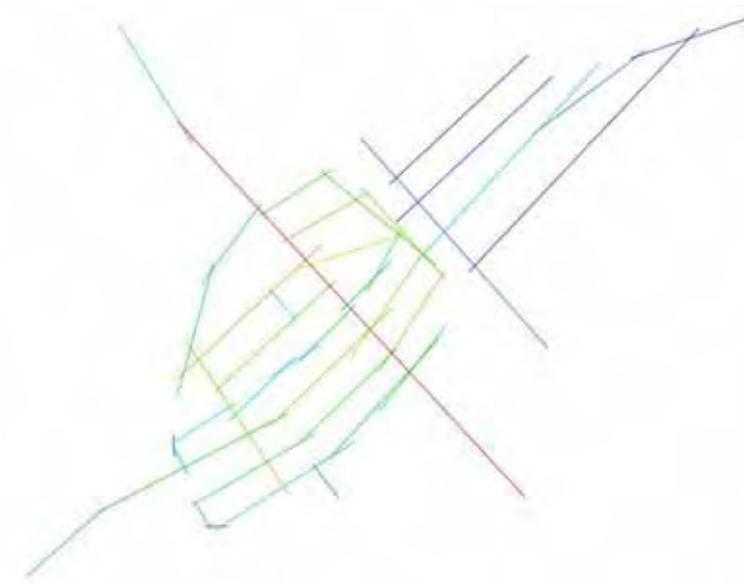
Profundidade – linha 0



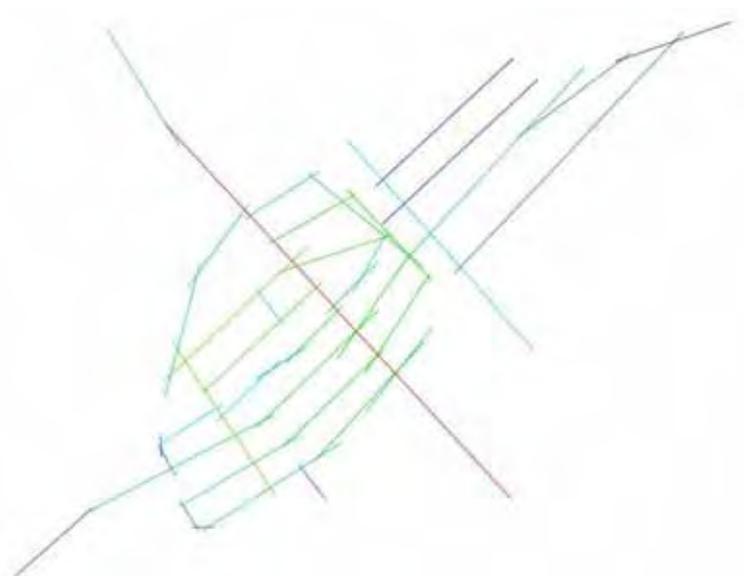
Profundidade – linha 1



Escolha rápida



Integração global

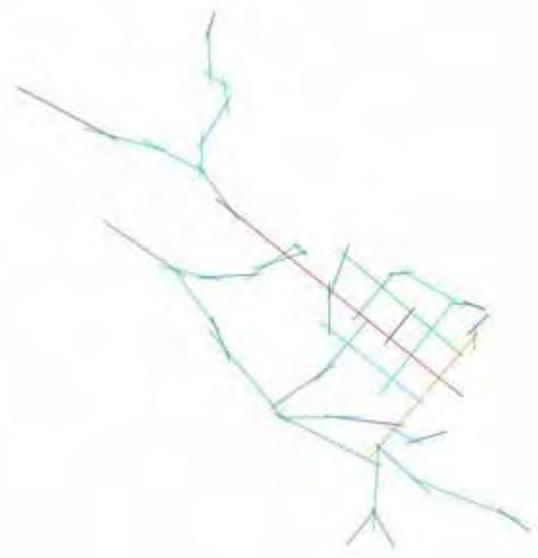


Integração local - r3

JOÃO PESSOA



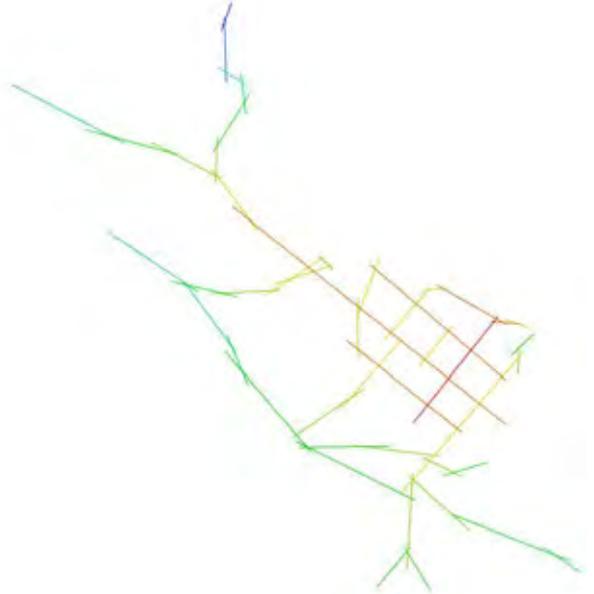
Conectividade



Controle



Profundidade



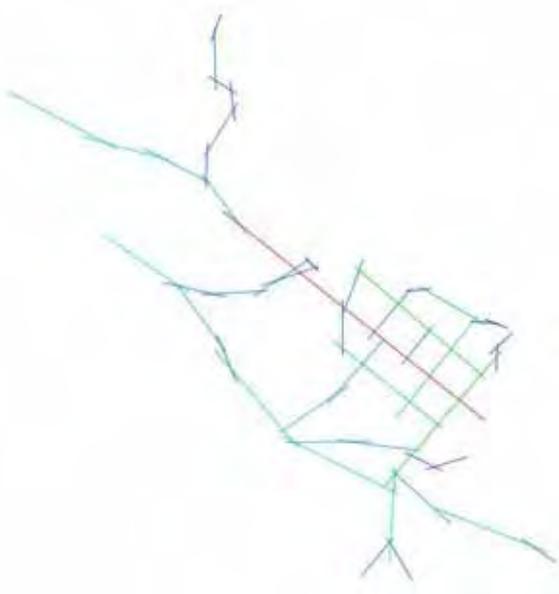
Profundidade – linha 1



Escolha rápida



Integração global



Comprimento



Integração local - r3

OLINDA



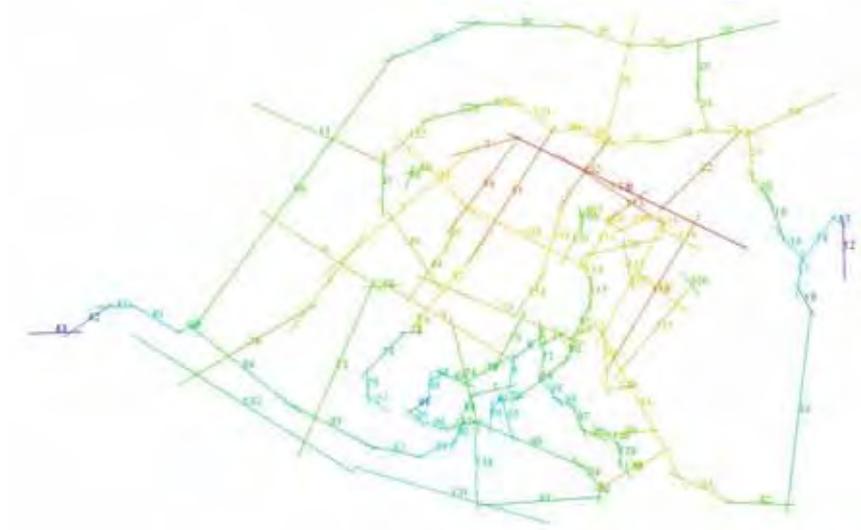
Conectividade



Controle



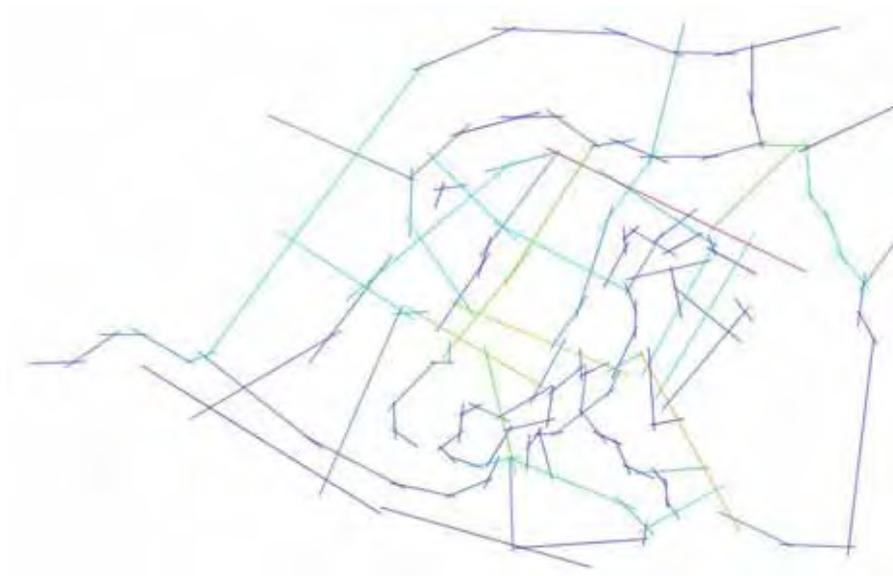
Profundidade



Profundidade – linha 0



Profundidade – linha 1



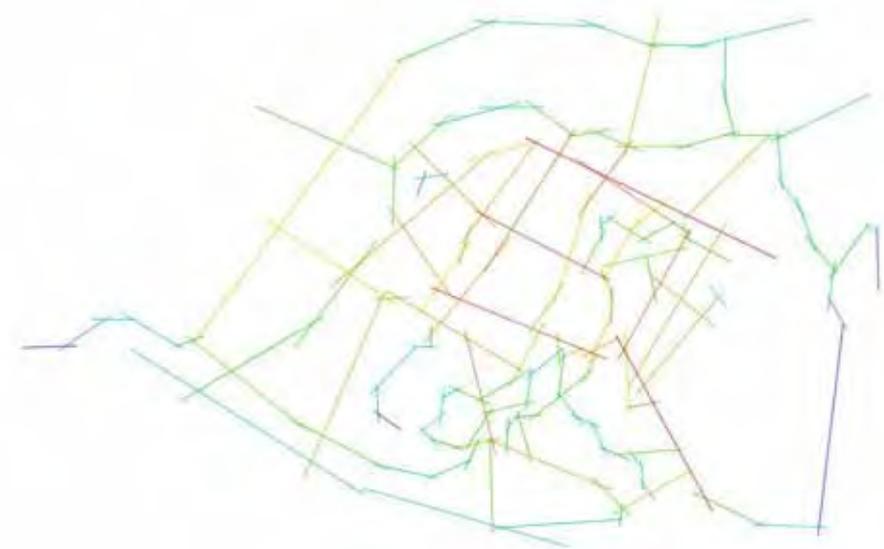
Escolha rápida



Integração global



Comprimento



Integração local - r3

RIO DE JANEIRO



Conectividade



Controle



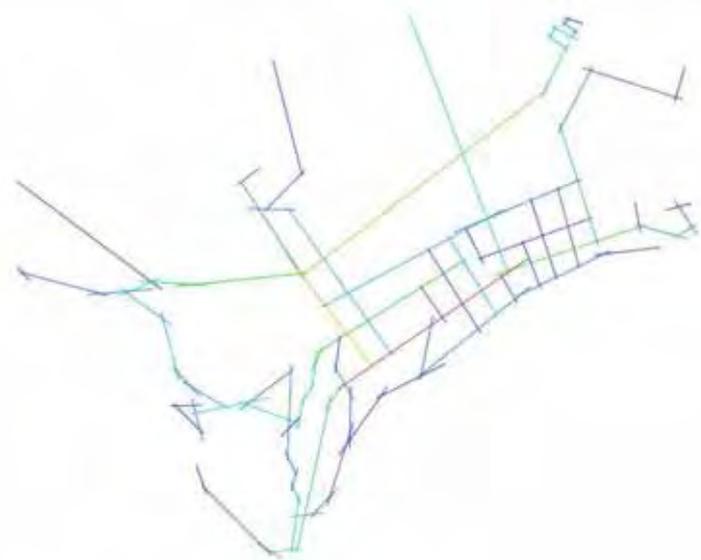
Profundidade



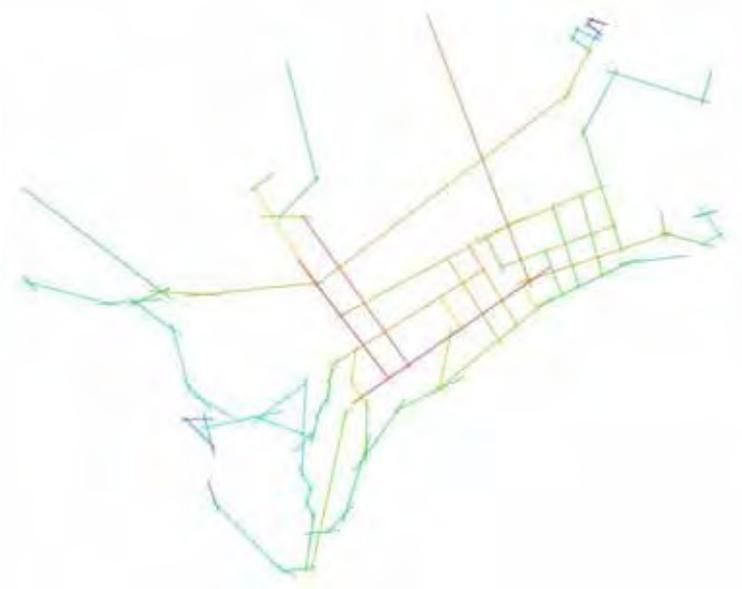
Profundidade – linha 0



Profundidade – linha 1



Escolha rápida

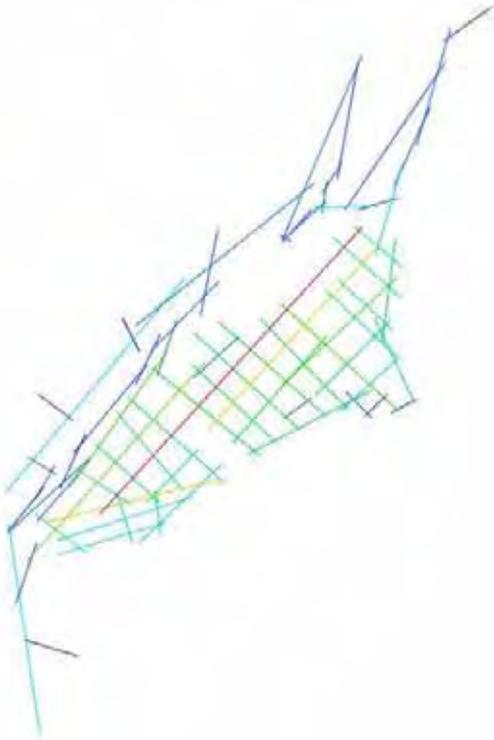


Integração global

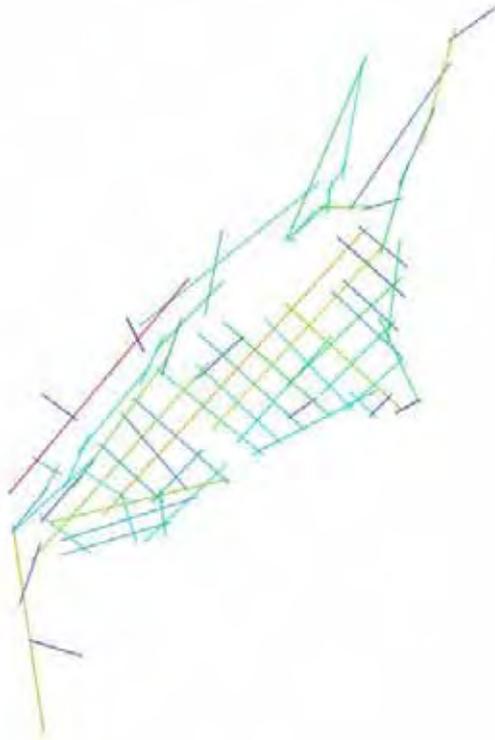


Comprimento

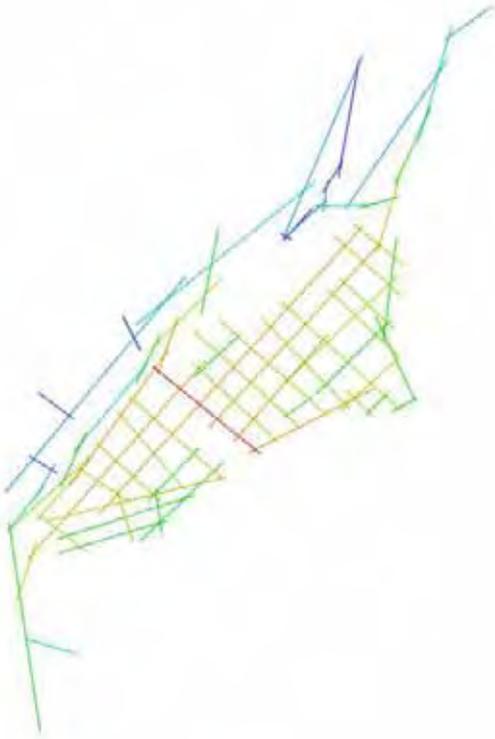
SALVADOR



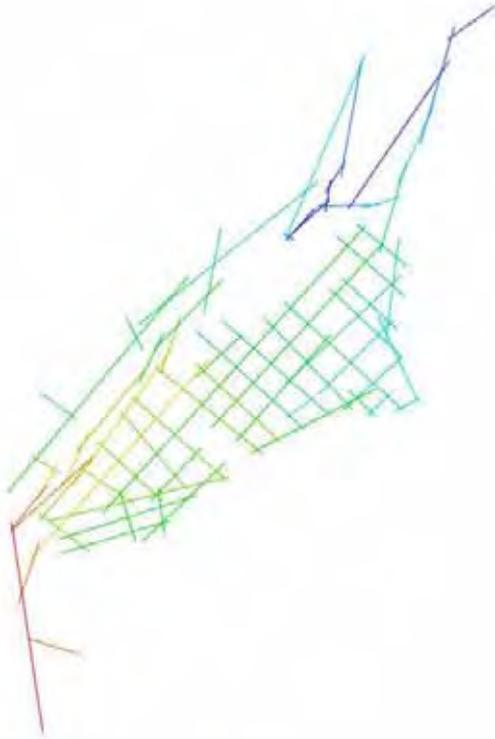
Conectividade



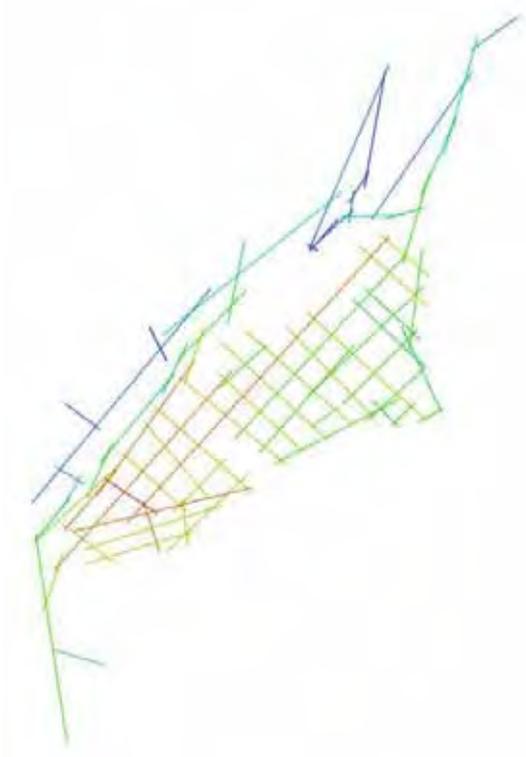
Controle



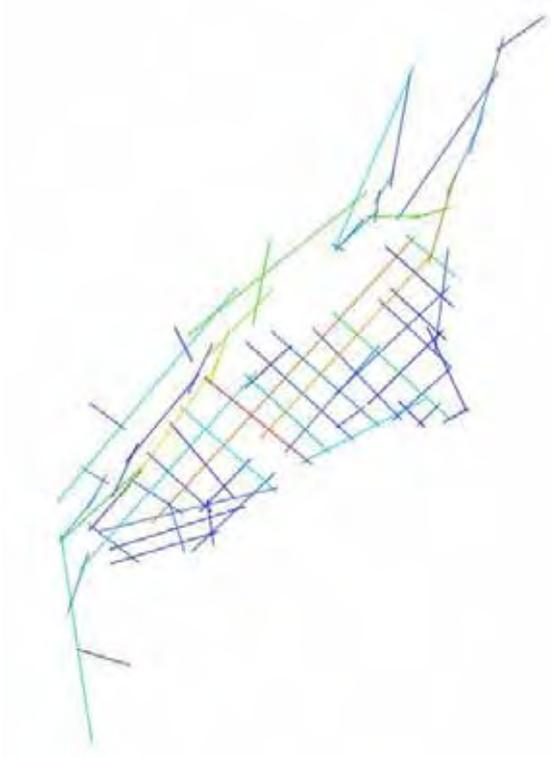
Profundidade



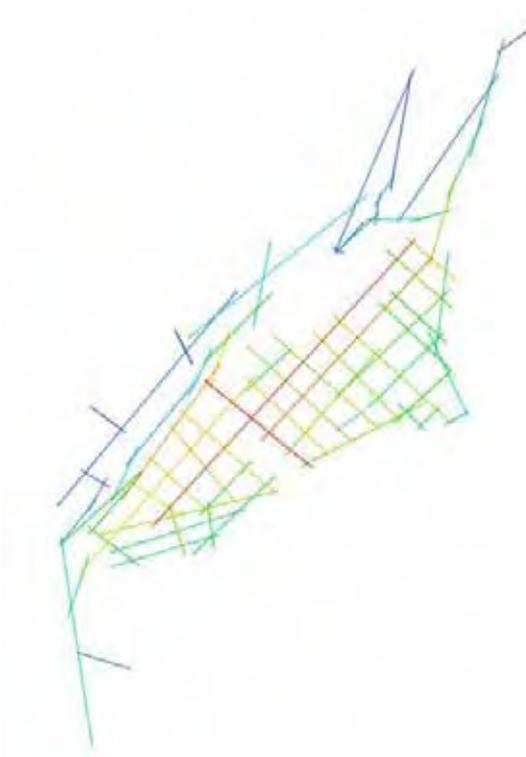
Profundidade – linha 0



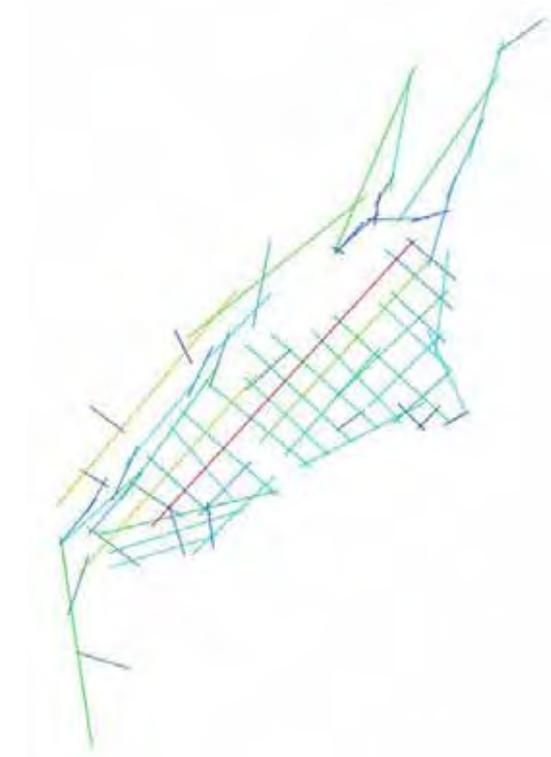
Profundidade - linha 1



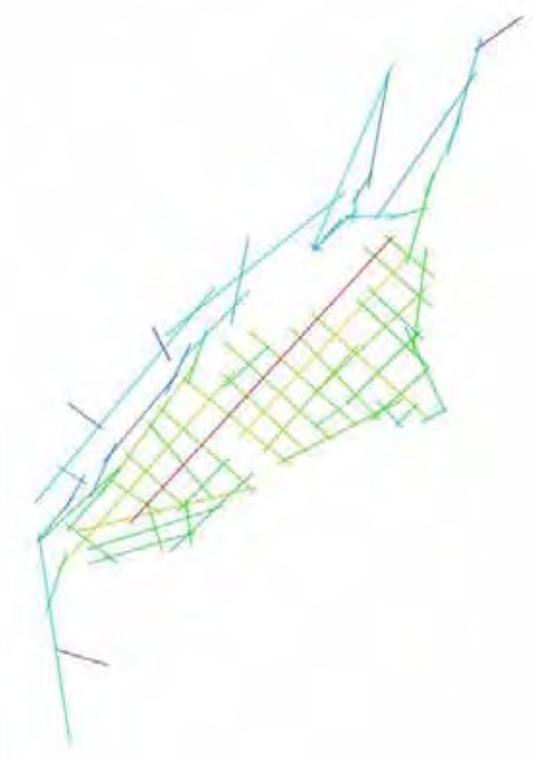
Escolha rápida



Integração global



Comprimento



Integração local – r3

SÃO LUÍS



Conectividade



Controle



Profundidade



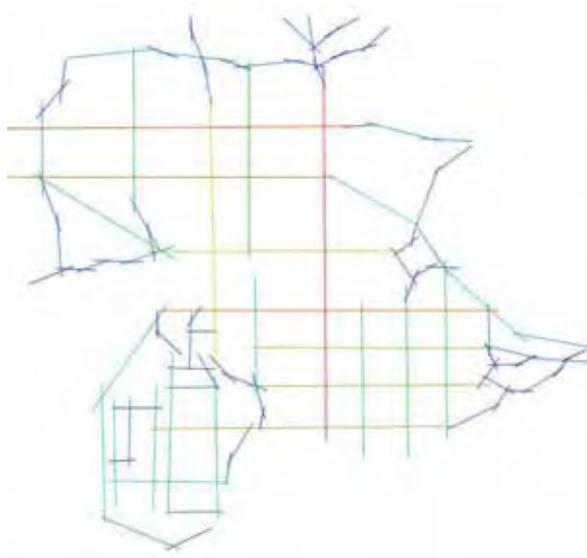
Profundidade – linha 1



Escolha rápida



Integração global

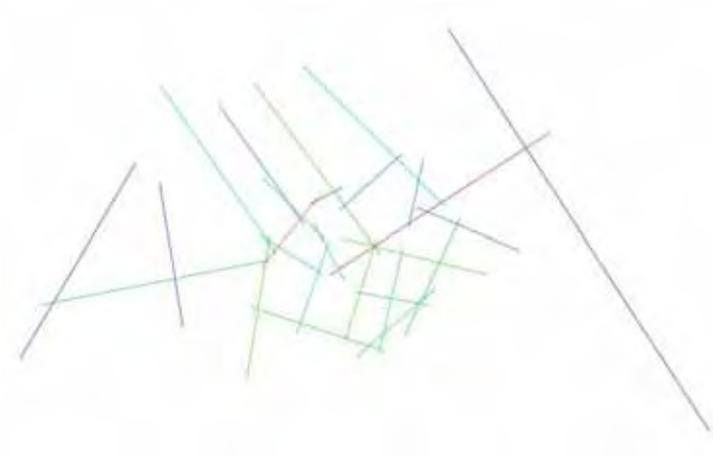


Comprimento

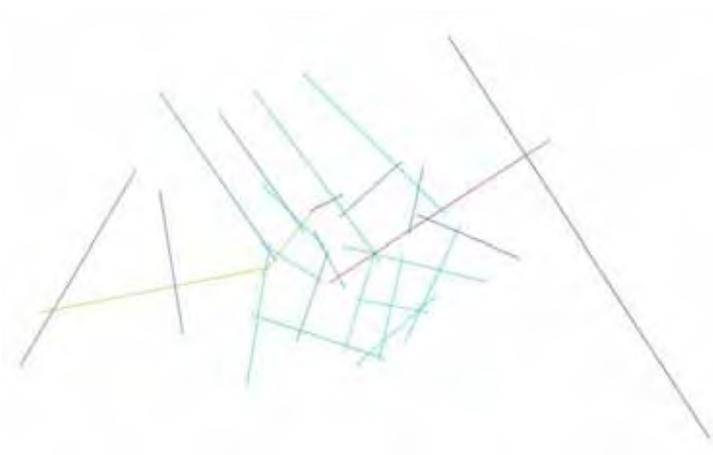


Integração local - r3

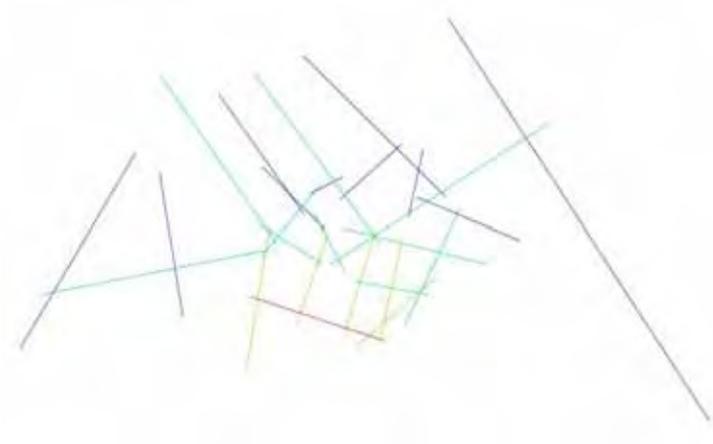
SÃO PAULO



Conectividade



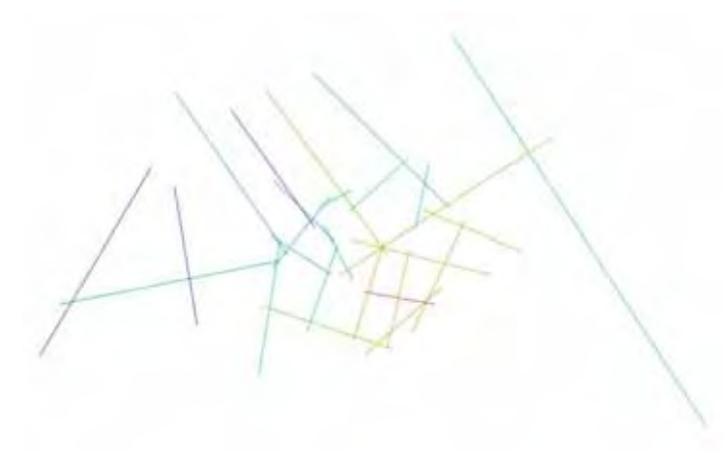
Controle



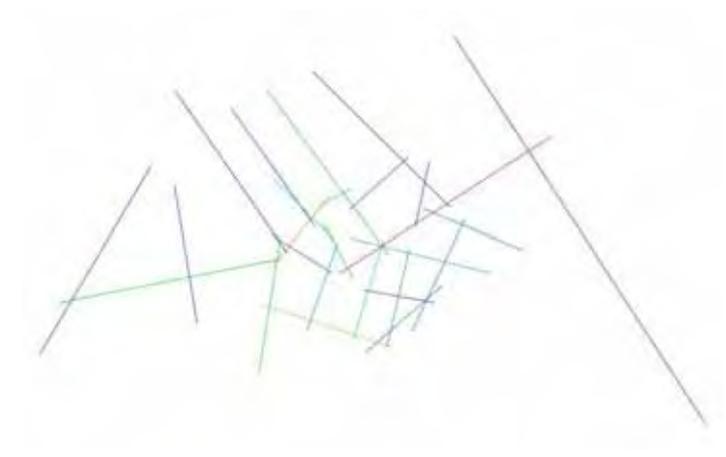
Profundidade



Profundidade – linha 0



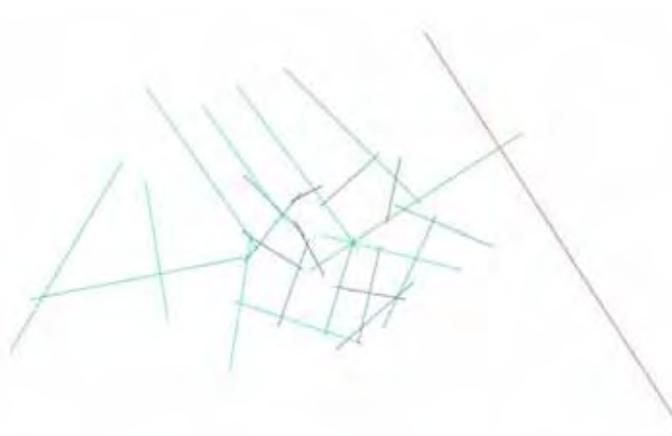
Profundidade – linha 1



Escolha rápida



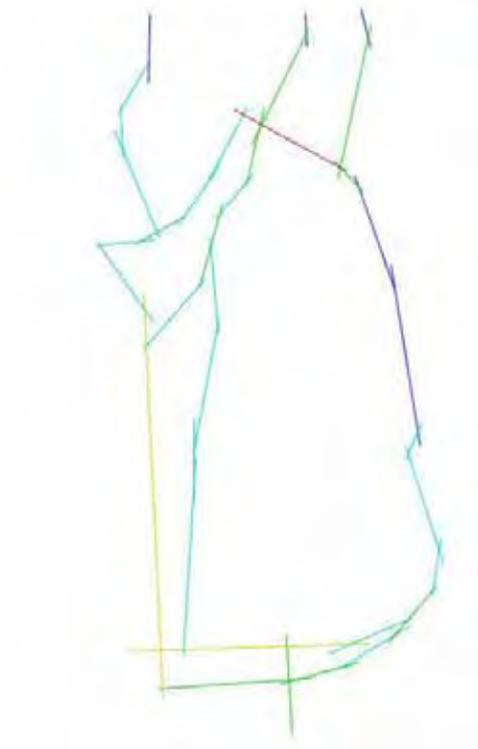
Integração global



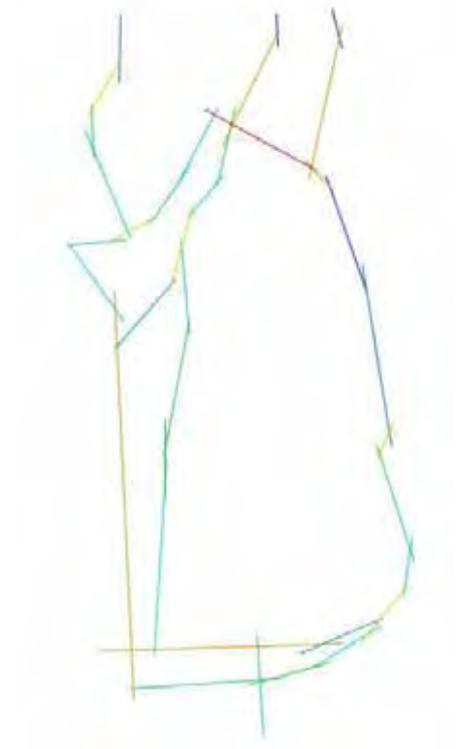
Comprimento



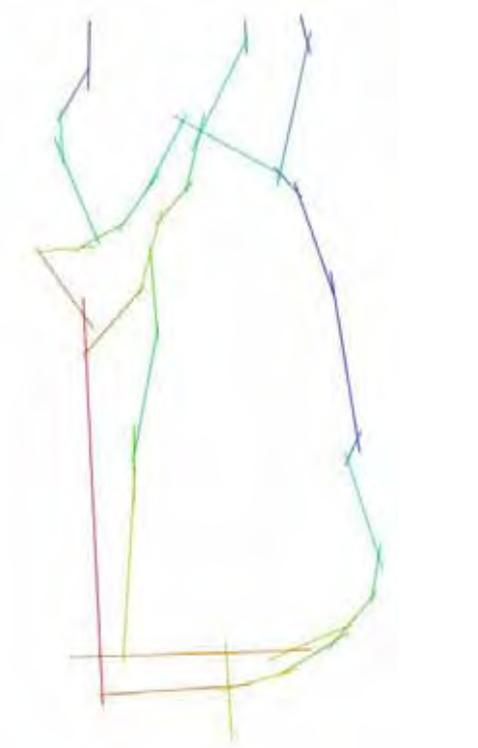
Integração local - r3

VILA VELHA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Conectividade



Controle



Profundidade

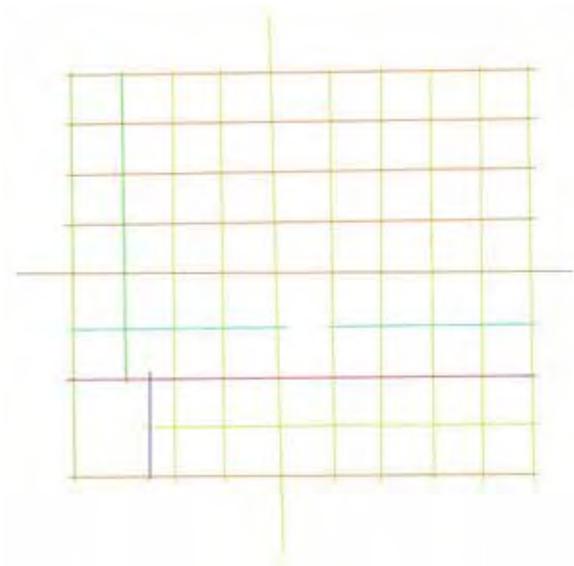


Profundidade - linha 0

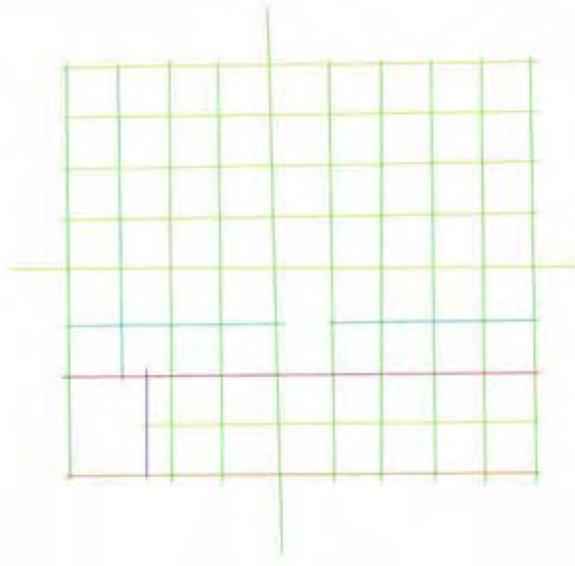


Integração local – r3

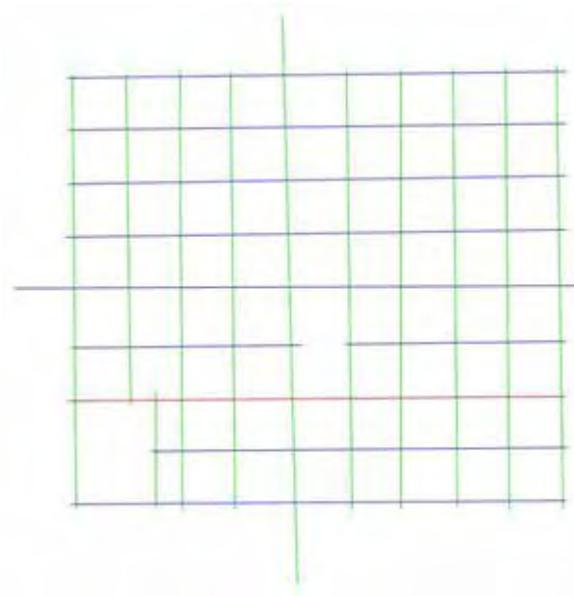
CIDADE ROMANA



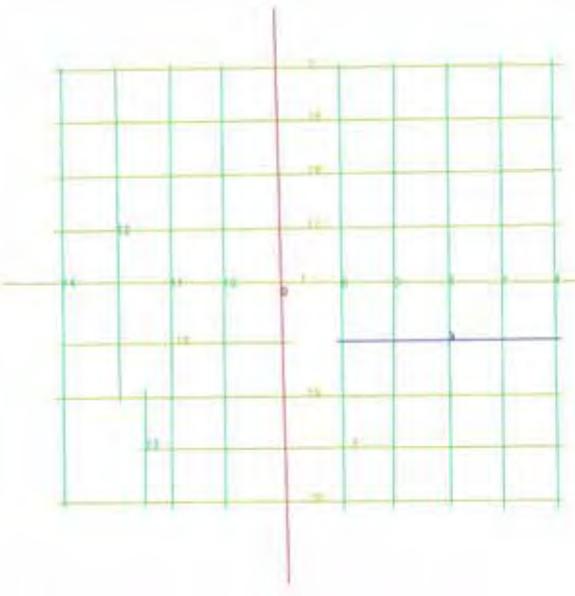
Conectividade



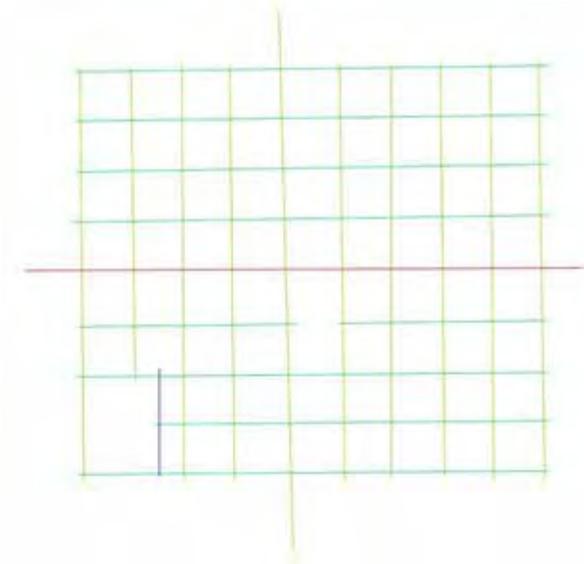
Controle



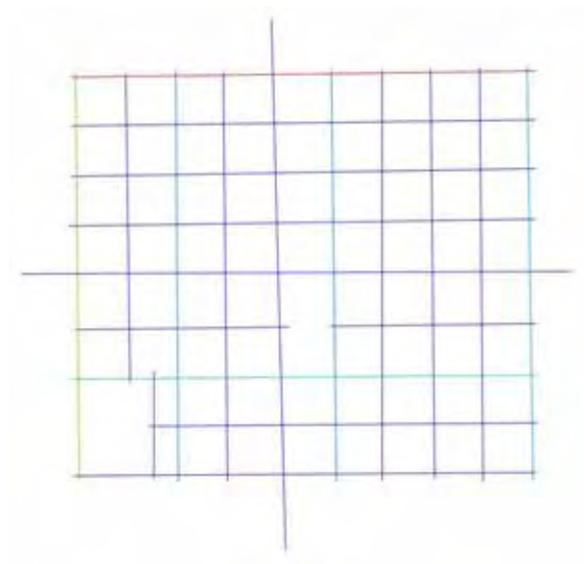
Profundidade



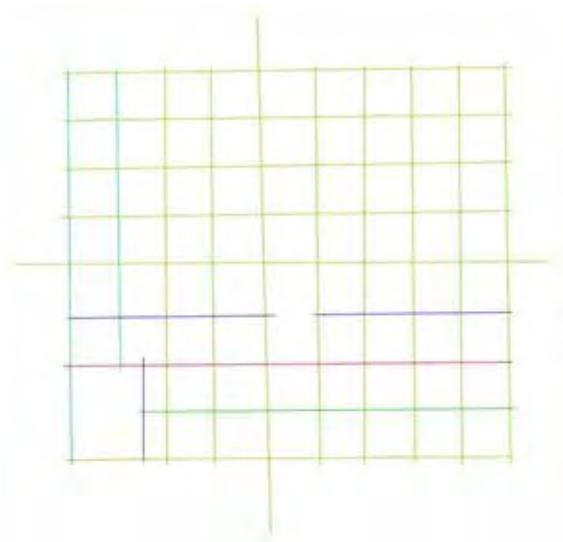
Profundidade – linha 0



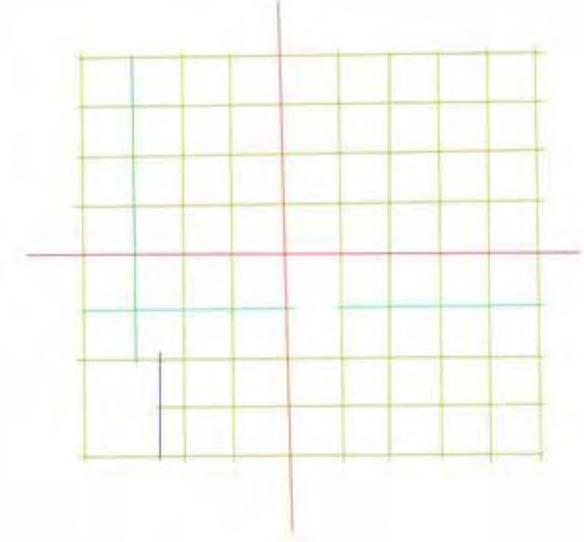
Profundidade - linha 1



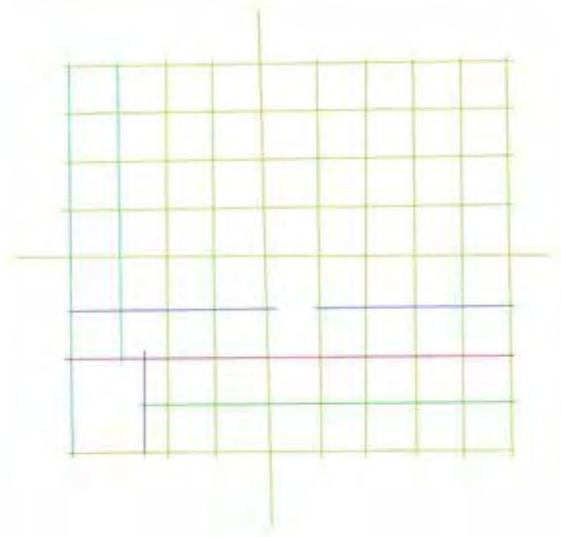
Escolha rápida



Integração global

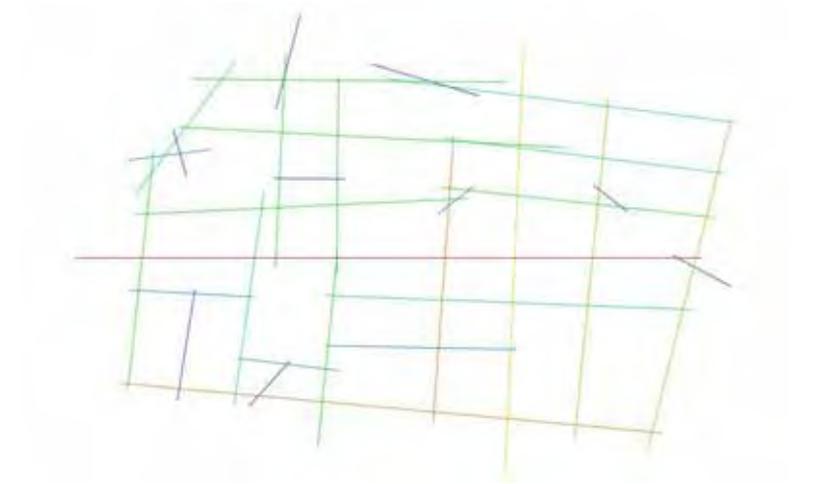


Comprimento

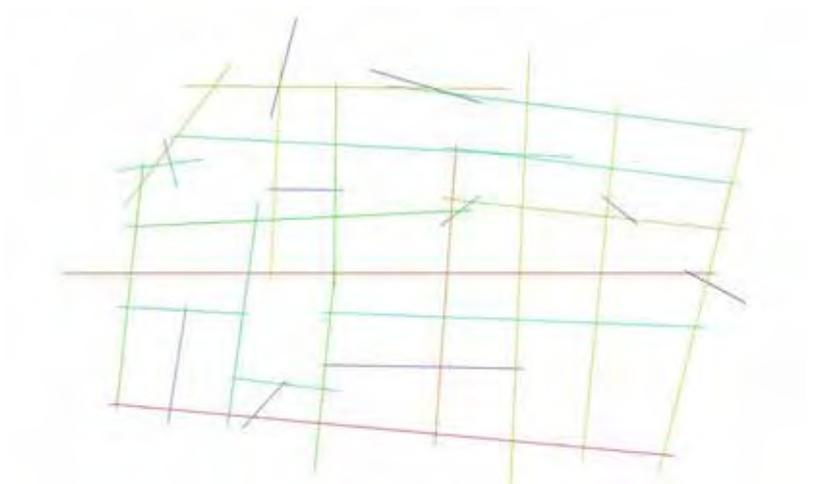


Integração local - r3

BASTIDE DE AIGUES MORTES



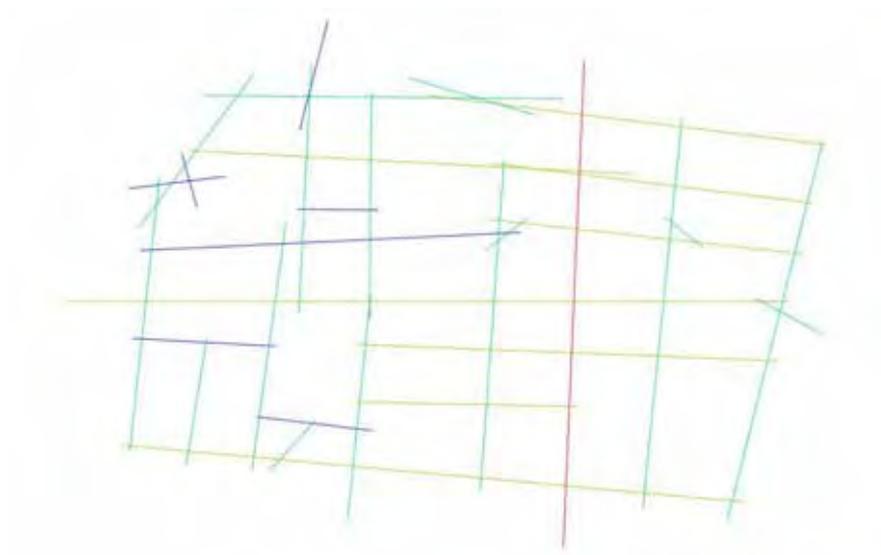
Conectividade



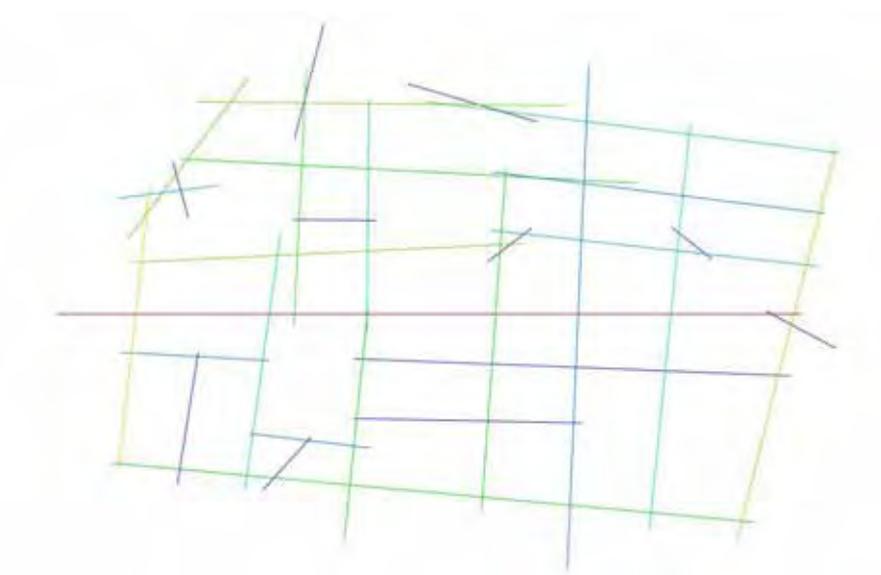
Controle



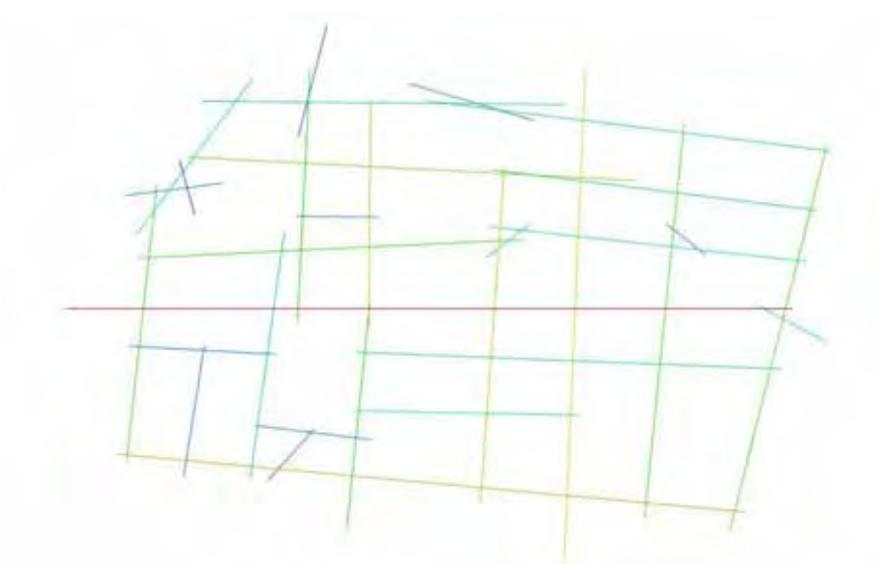
Profundidade



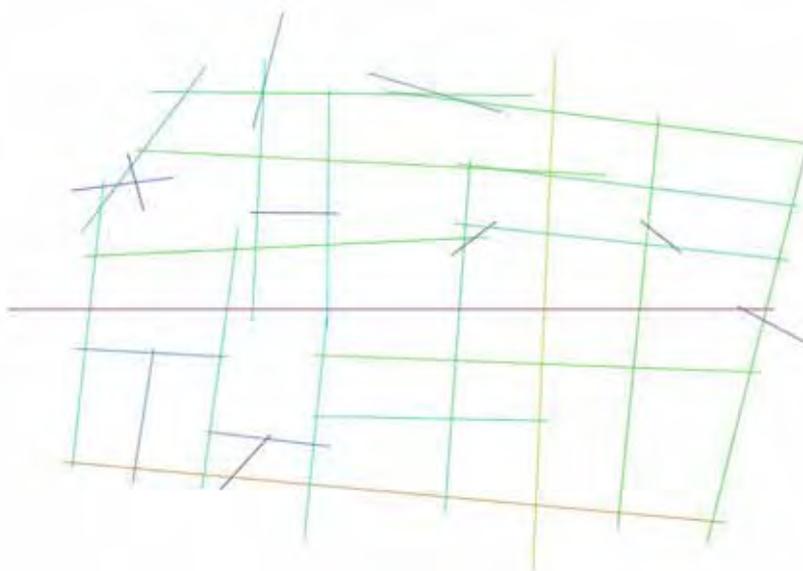
Profundidade – linha 0



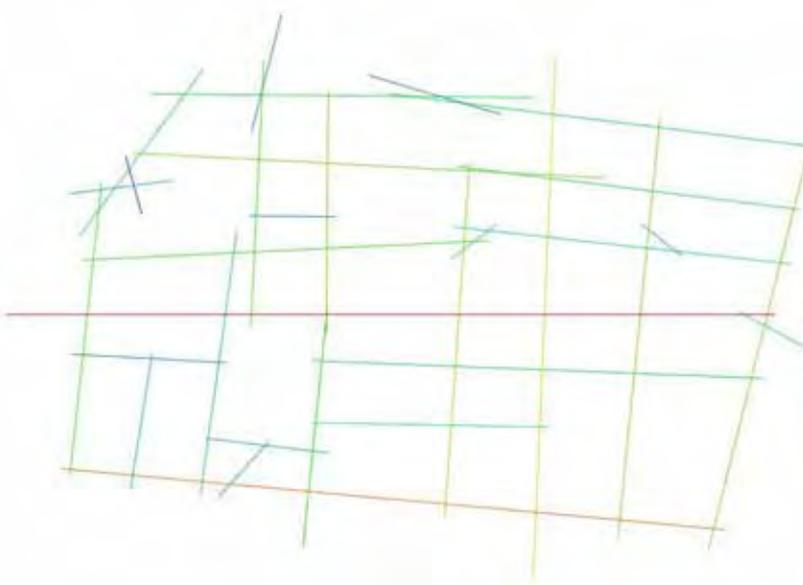
Escolha rápida



Integração global

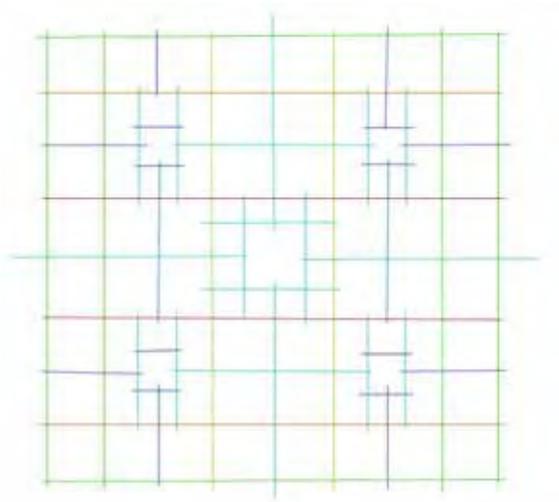


Comprimento

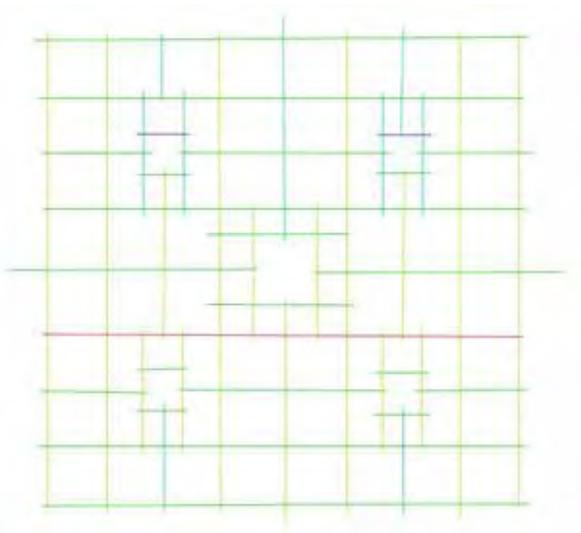


Integração local - r3

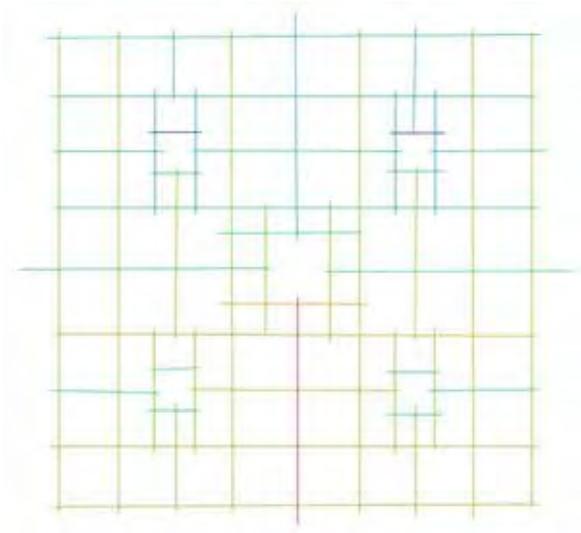
CIDADE “EIXIMENIANA”



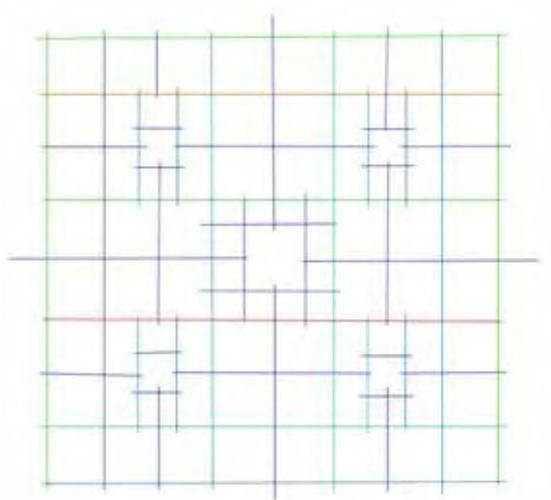
Conectividade



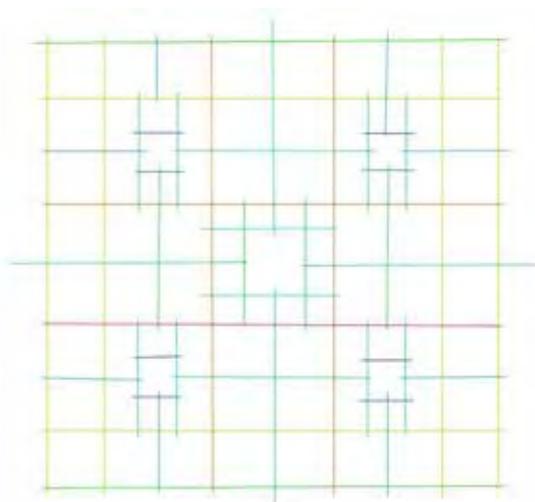
Profundidade



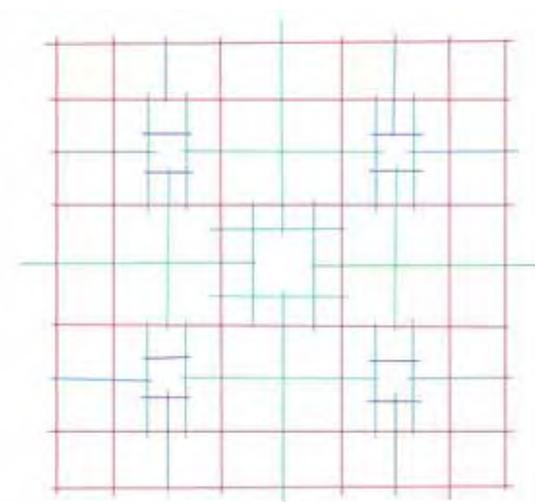
Profundidade - linha 1



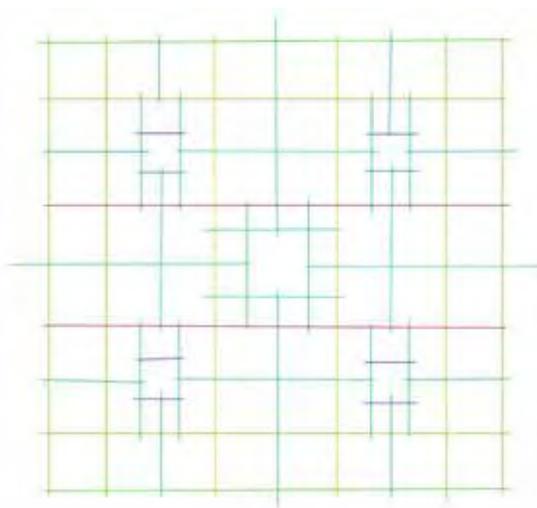
Escolha rápida



Integração global

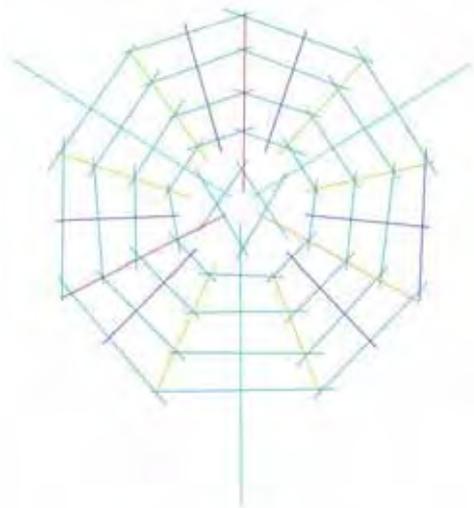


Comprimento

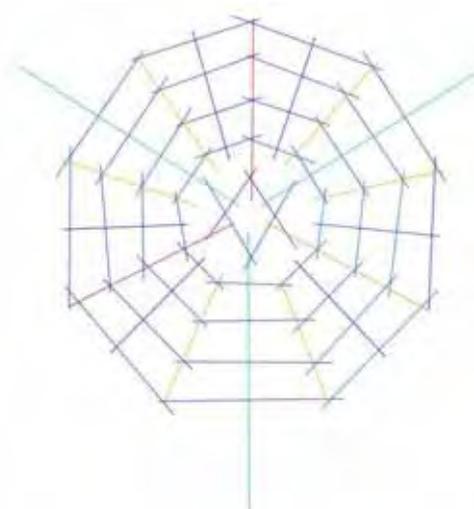


Integração local – r3

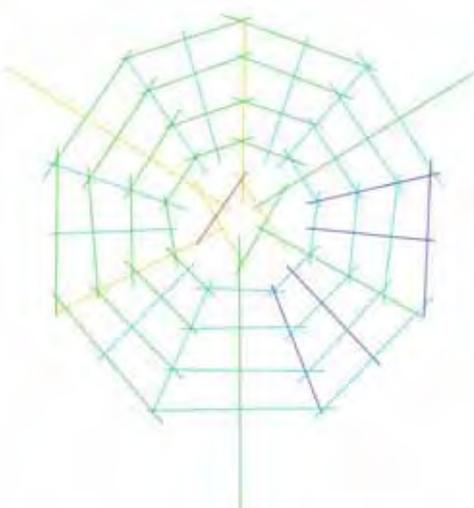
CIDADE RENASCENTISTA DE PALMANOVA (ITÁLIA)



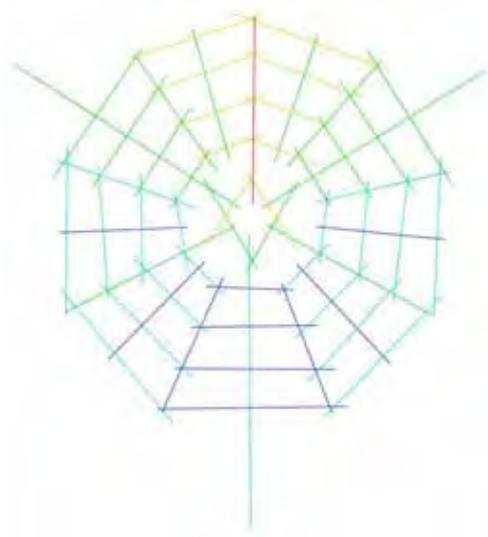
Conectividade



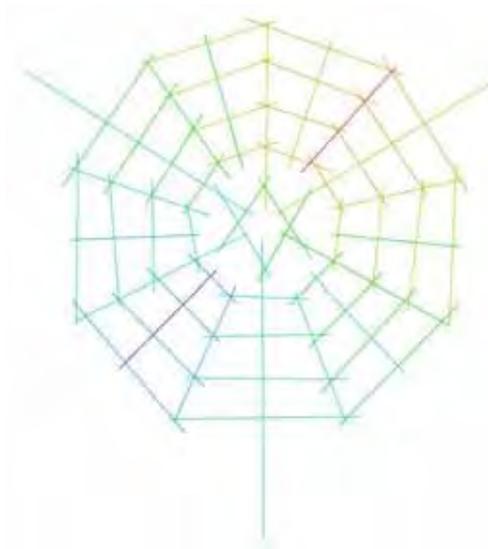
Controle



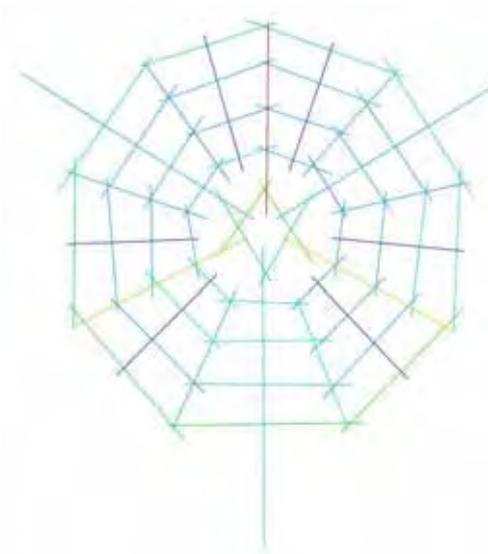
Profundidade



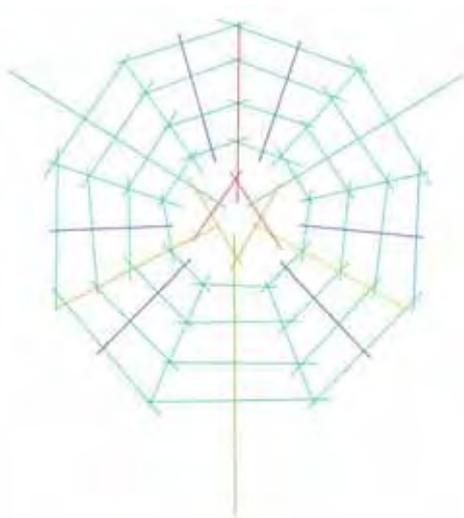
Profundidade – linha 0



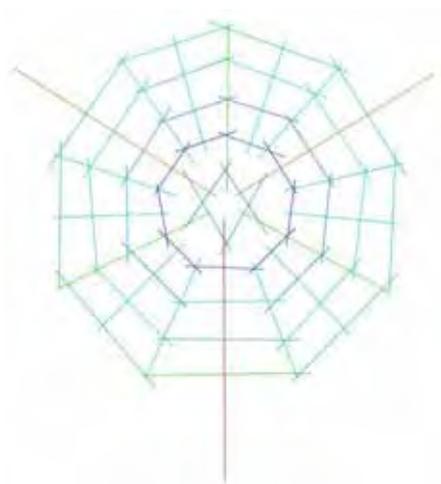
Profundidade – linha 1



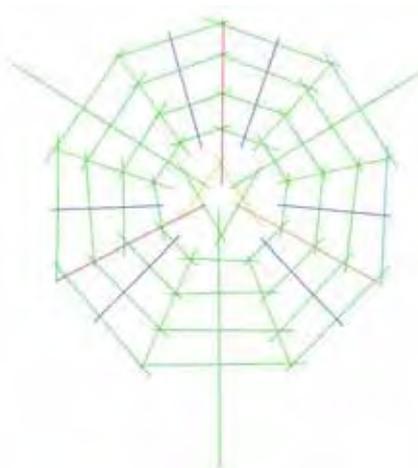
Escolha rápida



Integração global

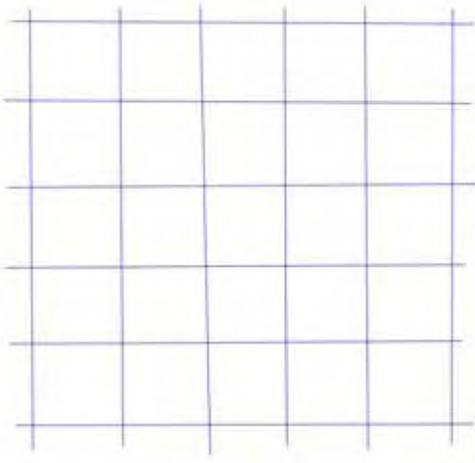


Comprimento

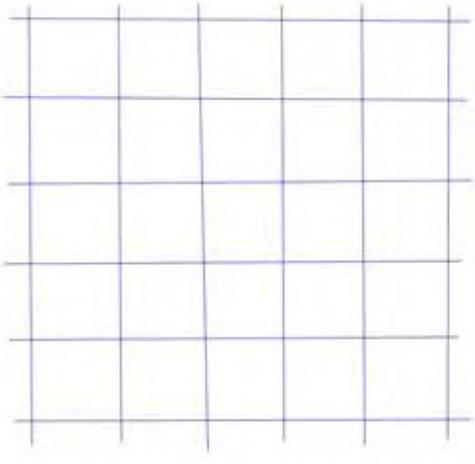


Integração local - r3

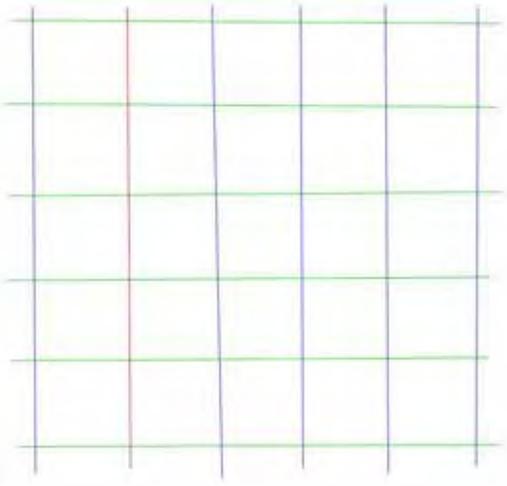
CIDADE COLONIAL ESPANHOLA – MENDOZA



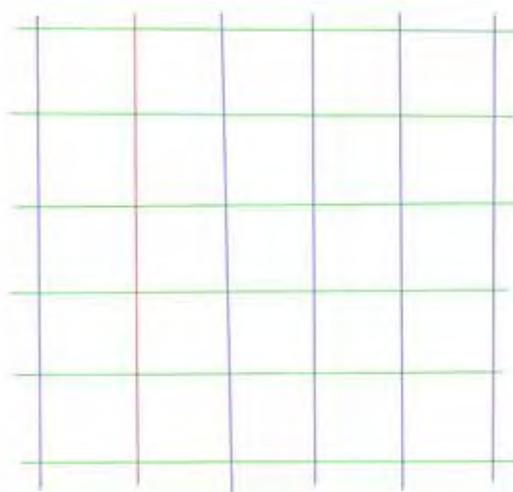
Conectividade



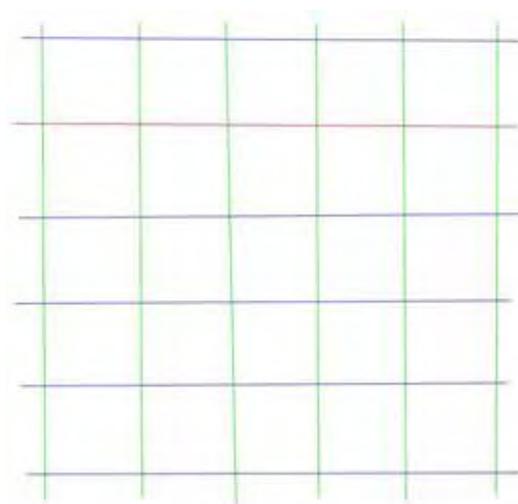
Controle



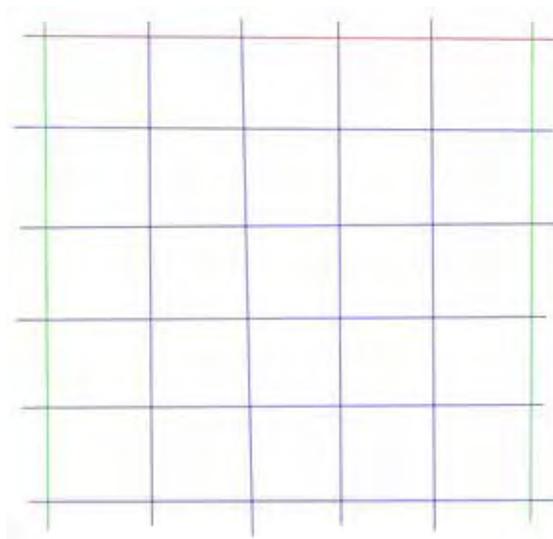
Profundidade



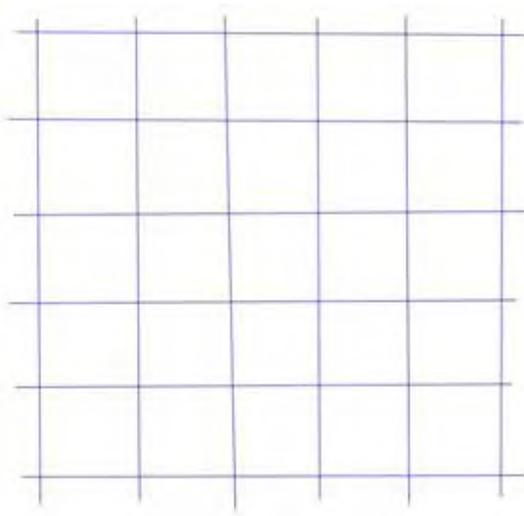
Profundidade – linha 0



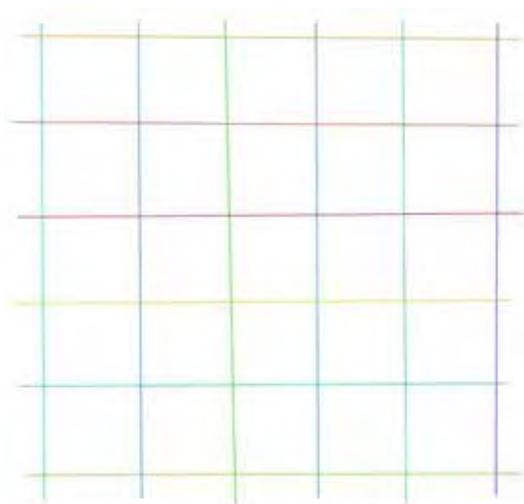
Profundidade – linha 1



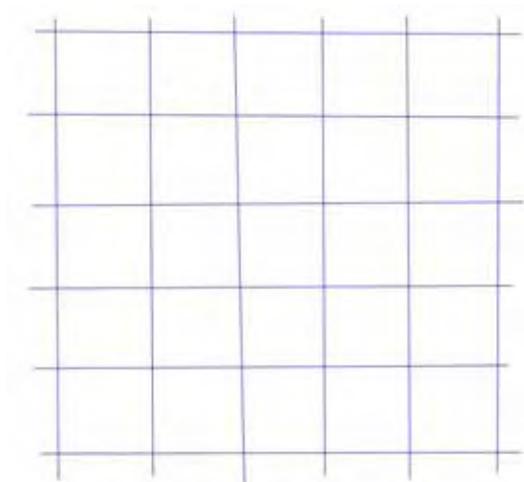
Escolha rápida



Integração global



Comprimento

Integração local – r_3



GLOSSÁRIO



9. GLOSSÁRIO

Adarve – rua, geralmente estreita, que separa a muralha das construções internas de uma cidade. Ruela sobre o muro de uma fortaleza.

Adro – pátio fronteiro à igreja, onde comumente havia sepultamentos; cemitério. Do latim *atrium*.

Alcácer – castelo.

Alcáçova – castelo, a parte alta das cidades muçulmanas onde se localizava a fortaleza e/ou o palácio dos nobres.

Alcaide – governador militar de uma cidade, comandante da alcáçova.

Alcorão ou Corão – livro sagrado dos muçulmanos que contém os preceitos da religião revelada por Alá a Maomé.

Almedina ou medina – cidade, a parte baixa das cidades muçulmanas onde localizava o comércio e as habitações.

Almocávar – cemitério dos mouros.

Almotacé – do árabe *al-muthasib*, fiscal de pesos e medidas e também das construções urbanas. Atravessou o período da ocupação muçulmana, toda a Idade Média e chegou ao Brasil no século XVI, só desaparecendo da administração municipal no século XIX.

Arraial – acampamento, aldeola, lugarejo.

Azinhaga – caminho estreito entre muros.

Bastide – Cidade de planta regular e estrutura morfológica bastante simplificada que ocorreu na Europa ocidental a partir do século XIII e que tinha como função (re) povoar uma determinada região e/ou defendê-la. Violle-le-Duc (1856) chama *bastide* a fortalezas de madeira ou alvenaria existentes na Europa medieval.

Beth Midrash – em hebraico, literalmente “casa de interpretação” ou “casa de aprendizado”, sala de estudos ou escola para o estudo dos textos sagrados do judaísmo.

Cerca – paliçada feita geralmente em madeira ou taipa usada à guisa de muro defensivo em feitorias e núcleos urbanos embrionários.

Cerca conventual – a área doada a uma ordem religiosa para a construção de convento, mosteiro ou recolhimento e para a criação de pequenos animais, hortas e pomares.

Concelho – o mesmo que município.

Data – “o mesmo que *dada*, o que se dá; nas duas formas, a parcela de chão, especialmente urbana, concedida por quem de direito; usualmente, concessão feita pela câmara a qualquer pessoa ou entidade; pela lei, mas nem sempre na prática, gratuita” (MARX, 1999, p. 142).

Domus (pl. *Domi*) – habitação unifamiliar romana, geralmente pertencente às classes mais abastadas (Grimal, 1989).

Escola corânica – lugar onde eram ensinados os preceitos do Corão ou Alcorão.

Escola talmúdica – lugar onde eram ensinados os preceitos do Talmude,

Estamento – “o estamento é uma qualificação em junção de honras sociais ou falta destas, sendo condicionado principalmente, bem como expresso, através de um estilo de vida” (WEBER, 1974, p.459), ou seja, o “prestígio tem um peso significativamente maior na localização dos indivíduos na hierarquia social” (VILA NOVA, 2004, p. 159). A sociedade estamental é característica da Europa medieval e moderna, tendo sido, em parte trazida para o Brasil colonial (VILA NOVA, 2004).

Evergetismo – Termo cunhado pelo historiador francês André Boulanger derivado da expressão grega “εὐεργετῶ” – “eu pratico boas ações”. Durante a Antiguidade clássica, em especial no Império Romano, a doação feita por um particular para a construção de uma benfeitoria pública, através da qual o mesmo era “imortalizado” (DUBY, 1990).

Evergete – cidadão romano que praticava o evergetismo.

Feitoria – entreposto comercial, utilizado inicialmente na Europa e depois, com caráter também de fortificação, na África e Ásia e, posteriormente no Brasil, sendo que aqui, sua estrutura física era provisória, geralmente em madeira e/ou taipa.

Finta – contribuição extraordinária ou encargo pecuniário muito usado na Idade Média para a construção de obra pública ou mesmo para financiar o casamento de um nobre ou mesmo rei.

Fórum – centro político e religioso de uma cidade romana. Tinha a forma de uma praça retangular onde se encontravam os templos, o mercado e a cúria (assembléia) (GRIMAL, 1989).

Freguesia – divisão eclesiástica de uma vila ou cidade. Cada freguesia tinha como sede uma igreja. O mesmo que paróquia.

Gafaria – lugar onde viviam os gafos ou leprosos (hansenianos), leprosário.

Insula (pl. *insulae*) – habitação romana coletiva com vários pavimentos que ocupava o espaço de um quarteirão (GRIMAL, 1989).

Kosher – termo hebraico que significa “próprio” ou, no caso da alimentação “próprio para o consumo pelos judeus”. Diz-se da comida preparada segundo os preceitos estabelecidos no *kashrut* (leis alimentares do judaísmo) e presentes na *Torah* (Livro da Lei).

Légua – “medida itinerária que equivale a 6.000 metros [...] – de sesmaria: medida itinerária antiga equivalente a 6.600 metros” (SOARES, s.d., p. 667).

Milenarismo – crença medieval na segunda vinda de Cristo e do estabelecimento da nova Jerusalém na Terra. Tal crença estava associada “a uma excessiva austeridade, a uma expectativa de um final catastrófico para a sociedade existente, e coincidindo, com frequência, com períodos de intensa convulsão econômica e social” (LOYN, 1992, p. 258).

Padroado – regime de origem medieval pelo qual “a Igreja instituía um indivíduo ou instituição como padroeiro de certo território, a fim de que, ali fosse promovida a manutenção e propagação da fé cristã” (NEVES, 2000, p. 466).

Pirobalística – técnica de utilização de armas de fogo para defesa ou ataque, introduzida na Europa a partir do século XIV (

Porta – abertura na muralha que comunicava o interior e o exterior de uma cidade. Também designa o conjunto de elementos defensivos que compunham a passagem.

Portagem – espécie de pedágio que se cobrava dos indivíduos que entravam na cidade para comercializar.

Postigo – pequena porta numa muralha.

Póvoa – o mesmo que povo ou povoado. Diz-se, em Portugal de uma pequena povoação, inferior à vila.

Sesmaria – gleba de terra doada pelo rei de Portugal a partir de 1375 (Lei das Sesmarias) para plantação ou pecuária. Pelas Ordenações deveria medir 1 légua quadrada. No Brasil, a instituição trazida pelos colonizadores portugueses gerou propriedades rurais de centenas de quilômetros quadrados (PORTO, 1965; MARX, 1999).

Talmude – coletânea de discussões rabínicas sobre a lei, ética, costumes, tradições e a história judaica, sendo o alicerce “de todas as leis e rituais judaicos” (DJMAL, 2003).

Troço – o mesmo que traste; restos de construção, principalmente muralhas que eram aproveitados como suporte para novas construções.

